

Cuidadores da Memória

Subsídios para a Etnografia das Vivências

Memória e Identidade nos concelhos de
Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor
e Vila Velha de Ródão



Cuidadores da Memória

Subsídios para a Etnografia das Vivências

Memória e Identidade nos concelhos de
Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor
e Vila Velha de Ródão

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Cuidadores da Memória

Subsídios para a Etnografia das Vivências

Memória e Identidade nos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova,
Penamacor e Vila Velha de Ródão

COORDENAÇÃO

Teresa Magalhães

AUTOR

ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul

EDITOR

ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul

TEXTOS

Mário Correia

TRABALHO CIENTÍFICO

Hélder Ferreira; Mário Correia; Tom Hamilton

FOTOGRAFIA

Hélder Ferreira/ADGTCP; Paulo Pinto; Arquivo fotográfico da ADRACES

ENQUADRAMENTO

Código do projeto: CENTRO-05-5141-FEDER-000943 – **Cuidadores da Memória – Memórias e Raízes da Identidade Beirã, Legado histórico como Recurso de Alto Potencial Turístico** – Atividade 3 – Produtos Culturais

COFINANCIAMENTO

Apoio Financeiro da UE – Participação FEDER

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS

Dalldesign Unipessoal, lda

TIRAGEM

1000 exemplares

ISBN

978-989-95138-6-0

DEPÓSITO LEGAL

518619/23

DATA

Junho 2023

Por opção dos investigadores os textos não seguem o acordo ortográfico

ÍNDICE

CUIDADORES DA MEMÓRIA – RAÍZES DA IDENTIDADE BEIRÃ	07
NOTA DE ABERTURA	
A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA E DOS SEUS CUIDADORES	09
OBJECTIVO	13
METODOLOGIAS	15
1. A VIDA PELOS CAMINHOS DE ÁGUA	23
1.1. O PICARETO	25
1.2. UM CONSTRUTOR DE PICARETOS	27
1.3. VIVÊNCIAS RIBEIRINHAS	33
1.4. VER PASSAR OS COMBOIOS	39
1.5. NAS ROTAS DO CONTRABANDO	43
1.6. QUEM AO MOINHO VAI, ENFARINHADO SAI...	59
2. AS MALHAS QUE OS TEMPOS TECEM	69
2.1. DO PASTOREIO AO TEAR	71
2.2. MEMÓRIAS COM SAUDADES	75
2.3. BORDADO DE CASTELO BRANCO	89
2.3.1. GENERALIDADES	89
2.3.2. COLCHAS DE CASTELO BRANCO, COLCHAS DO MUNDO	90
2.3.3. A VOZ DAS BORDADEIRAS DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO BORDADO DE CASTELO BRANCO	99
2.3.4. AS COLCHAS DE NOIVADO POR EURICO DE SALES VIANA	108
2.3.5. A “ESCOLA” DE ESCALOS DE CIMA	110
2.4. MEMÓRIA FUNCIONAL	113
2.5. UM TEAR PERTO DO CÉU	117
3. MÃOS QUE TOCAM E CANTAM	123
3.1. AS ARMAS DO MEU ADUFÊ...	125
3.1.1. IR COM O TOQUE DO PANDEIRO...	126
3.1.2. ASSUMIR DE UMA TRADIÇÃO FAMILIAR	132
3.1.3. TEMPO DE ADUFAZER...	134

3.2. SÃO AS MÃOS QUEM SALVA A VIOLA BEIROA	137
3.2.1. UM INSTRUMENTO DA REGIÃO ARRAIANA...	137
3.2.2. UM LUTADOR SOLITÁRIO...	139
3.2.3. NA DEMANDA DA EXCELÊNCIA PERFORMATIVA	146
3.2.4. CONSTRUÇÃO DE VIOLAS BEIROAS	150
3.2.5. BEIROAS, GENEVBRES E TRINCHOS: CHERREQUE... CHERREQUE... CHERREQUE... VRRUM... VARRAVUM... VARRAVUM...	155
3.2.6. DANÇAS ERGUIDAS AOS ALTOS CÉUS...	161
3.3. SECULARES ECOS DE UMA MÚSICA BÁRBARA E FASCINANTE...	167
3.3.1. GRUPO DE BOMBOS DE ALMACEDA	167
3.3.2. GRUPO DE BOMBOS OS GRIFOS	170
3.4. AVISOS COLECTIVOS AO SOM DO BÚZIO	173
3.4.1. ARANHAS: O APELO À REUNIÃO	174
3.4.2. IDANHA-A-NOVA: NA APANHA DA AZEITONA	174
3.4.3. MONSANTO: CONVOCANDO PARA O MADEIRO	174
3.4.4. RÓDÃO: PARA DESPERTAR OS JORNALEIROS	175
3.4.5. ROSMANINHAL: TOQUE DE TRABALHO E DESCANSO	176
3.4.6. SALVATERRA DO EXTREMO: NA APANHA DA AZEITONA E NA MONDA DO TRIGO	176
3.4.7. TINALHAS: SONS CRUZADOS DE BÚZIOS	176
3.4.8. ZEBREIRA: OS CARACÓIS ALTISSONANTES	177
3.4.9. O MADEIRO DE PENAMACOR: UM PATRIMÓNIO CENTENÁRIO	177
3.5. A CANTAR A GENTE SEMPRE SE ENTENDEU	183
3.5.1. INDA AGORA AQUI CHEGUEI...	183
3.5.2. RANCHO DE ARANHAS	185
3.5.3. CANTIGAS E VERSOS	188
3.5.4. CANTIGAS COM PEDRINHAS	191
3.5.5. CONVERSAS CANTADAS...	193
3.5.6. DINÂMICAS COMUNITÁRIAS	196
3.5.7. REINTERPRETAR A TRADIÇÃO	198
3.6. MEMÓRIA DE UM INSTRUMENTO (QUASE) PERDIDO: A PALHETA	201
3.6.1. SAIR DO MUSEU PARA O MUNDO...	202
3.7. PÍFAROS QUE RESISTEM	207
3.7.1. UM PÍFARO NO "AH! QUE SE CHÁ..."	207

3.8. QUEM TOCA A ZAMBURRA...	211
3.8.1. A ZAMBURRA NÃO ESTÁ ROTA!	212
3.8.2. CHÓ BURRA!	215
4. VOZES COM AS MÃOS ERGUIDAS AOS CÉUS	221
4.1. REPRESENTAÇÃO DOS RITUAIS DO CANTO QUARESIMAL	223
4.2. UMA VOZ INTEMPORAL	225
4.3. UMA VOZ DA MEMÓRIA RESILIENTE	229
4.4. (EN)CANTAR A TERRA E AS GENTES	233
4.5. ADUFES NA SENHORA DO ALMORTÃO	239
5. A VOZ QUE DO ALTO SOA	245
5.1. TOQUES DE SINOS NA BEIRA BAIXA	247
5.1.1. TOQUES RELIGIOSOS	250
5.1.2. TOQUES CIVIS	253
5.2. CONVERSAS COM TOCADORES	255
5.2.1. CRIAR NOVOS TOQUES: BENQUERENÇAS (CASTELO BRANCO)	255
5.2.2. TOCAR NOS SINOS O SOM DA TERRA: MALPICA DO TEJO (CASTELO BRANCO)	258
5.2.3. QUEM É O DONO DO SINO? SÃO VICENTE DA BEIRA (CASTELO BRANCO)	260
5.2.4. O SINO ERA MUITO IMPORTANTE: MEIMOA (PENAMACOR)	263
5.2.5. NÃO HÁ NINGUÉM QUE TOQUE: SARNADAS DE RÓDÃO (VILA VELHA DE RÓDÃO)	267
6. BIBLIOGRAGIA	273



CUIDADORES DA MEMÓRIA – RAÍZES DA IDENTIDADE BEIRÃ

Na vivência dentro do espaço global a identidade cultural emerge como factor inalienável e alicerçante do desenvolvimento sustentável dos territórios e do País. A cultura, a tradição, a memória das gentes e o sentimento de pertença local constituem o verdadeiro espaço de independência dos territórios e a sua valorização contribui para o despertar da cidadania e representa um conjunto de referências que simbolizam a diferença e a diversidade.

Com esta consciência, a ADRACES, enquanto Associação de Desenvolvimento Local, tem contribuído ao longo da sua história para a mobilização dos recursos do território, procedendo ao levantamento exaustivo da nossa etnografia que, numa interpretação etimológica, se refere na essência à formalização escrita de hábitos e cultura do nosso povo, pois temos uma noção muito clara da urgência em salvaguardar, prestigiar e valorizar o território a partir da autenticidade gerada pela memória das nossas gentes tornando-as bandeiras da nossa identidade.

Foi com este entendimento que mais uma vez considerou crucial reconverter o oral ao escrito no que se refere aos alfabetos funcionais e ao património sineiro, salvaguardando para a posteridade o maior número de traços da nossa oralidade, bem como de toda a diversidade que ainda seja possível resgatar das memórias das pessoas que ainda mantenham vivas essas narrativas tradicionais.

Entre o passado, onde estão as nossas recordações, e o futuro, onde estão as nossas esperanças, fica o presente onde está o nosso dever de valorizar a cultura do território que se não for transmitida tenderá a ser esquecida. São vivências de tempos idos que habitam a memória individual e que são recordadas com saudade e ternura. Em comum têm a oralidade, a singularidade, os afectos e a pertença a uma terra, a um lugar. Cuidar, proteger e preservar o nosso passado é garantir uma história de todos, para um futuro feito para todos.

Esta publicação traduz essas emoções. É uma viagem de afectos aos lugares da memória. Esta edição convoca e resgata um tempo de lembranças de excepcional riqueza cultural da vida a acontecer em todas as suas dimensões. Bebeu nas fontes genuínas e puras do nosso povo, mesclando passado e presente e espelhando a reminiscência dos ecos individuais na construção da memória colectiva. Reconhecemos que muito fica por registar enquanto legado individual e colectivo de pertença e identidade. Apenas contribuimos com subsídios para a etnografia das vivências.

Para o desenvolvimento de todo este trabalho a ADRACES deve um agradecimento especial a todos os cuidadores de memórias do território que nele participaram e o tornaram possível, particularizando na pessoa do Dr. Lopes Marcelo, profundo entusiasta pela recolha e registo dos elementos identitários do território enquanto factor de diferenciação, marca ou sinal da sua cultura. Agradecer também ao Dr. Hélder Ferreira, Dr. Mário Correia e Tom Hamilton que apoiaram a ADRACES na recolha, inventariação e criação de conteúdos culturais que permitem salvaguardar o legado identitário do território enquanto instrumento de diferenciação e competitividade, que serão devolvidos à comunidade para que se apropriem de tão importante legado.

A todos quantos participaram entusiasticamente no projecto o nosso reconhecido agradecimento. Bem-Hajam!

Armindo Jacinto

*Presidente da Direcção da
ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul*

NOTA DE ABERTURA

A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA E DOS SEUS CUIDADORES

Assim como o homem precisa de ar para viver também precisa de memória para “viver em sociedade”. A memória conforma a identidade e a história de um povo: garante a permanência das suas raízes, tradições e valores, conhecimento e cultura, é o cimento de uma comunidade.

A memória colectiva é formada a partir de todo um conjunto de memórias individuais, por isso a importância dos “cuidadores de memória”. São eles, que ao longo da evolução humana, têm cuidado dessa memória, passando-a às gerações futuras, até ao dia de hoje.

O pensador grego Heródoto, dizia que era preciso “pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro”. Cabe-nos a nós preservar a memória do passado e do presente para as gerações de hoje e as futuras terem mais conhecimento para melhor idealizarem o futuro.

Este trabalho realizado em quatro concelhos da Beira Interior Sul (BIS) – Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão – pretendeu documentar e estudar a memória colectiva e individual, tão importante para a identidade das gentes desta região mas também enquanto vector de valorização territorial e factor de satisfação de bem estar.

Num universo de quase 70.000 cuidadores de memória, depois de exaustiva pesquisa nas fontes disponíveis, abordagem a entidades e organismos, entrevistas aos chamados guardiões da memória, contacto directo com os “cuidadores”, passou-se a uma selecção entre os depoimentos (memórias) mais relevantes de acordo com os objectivos previamente delineados.

Para termos uma linha de orientação, de foco, acordamos basear o trabalho em cinco temáticas abordadas noutros tantos capítulos, a saber: *A vida pelos caminhos da água; As malhas que os tempos tecem; Mãos que tocam e cantam; Vozes com mãos erguidas aos céus; e A Voz que do alto soa (sinos)*. Estas temáticas concretizam as duas vertentes do projecto: “Alfabetos Funcionais” e “Património Sineiro”.

Em resultado do trabalho desenvolvido e desde o primeiro momento, conscientes da impossibilidade de elaborar um exaustivo e pormenorizado levantamento etnográfico deste vasto território dentro dos parâmetros do projecto, apresentamos um acervo de subsídios para a memória presente e futura da comunidade dos quatro concelhos estudados.

Com a concretização da edição desta obra, temos plena consciência de que de modo algum se esgota o trabalho documental sobre os *Cuidadores da Memória*. Com efeito, a maioria dos temas abordados são merecedores de continuidade e aprofundamento da pesquisa e da produção de novos conteúdos. Temáticas há, que em breve será impossível documentar, pelo que se recomendaria a urgência da sua salvaguarda testemunhal. Outras, irão prevalecer como pilares identitários da comunidade, sendo alteradas, adaptadas e continuadas conforme o interesse e o desejo da própria comunidade.

A inventariação e documentação das “memórias e dos seus cuidadores”, contribui para uma maior consciência do País que fomos e que somos, e somos aquilo que a nossa memória nos dá.



Neste contexto fica evidente, que a importância de cuidarmos da “memória” de uma comunidade, vai muito para além das razões mais vulgarmente conhecidas e que passam pelas questões económicas por via do turismo e da valorização do território, da identidade, da pertença mas também pelo bem estar das pessoas, da sua satisfação pessoal, podendo tal desígnio contribuir de uma forma positiva para enfrentar a maior problemática de todo o interior português e deste território em particular, a baixa taxa de densidade demográfica o que poderá, num futuro próximo, colocar em causa muito do nosso modo de ser, das nossas tradições, daquilo que nos une e nos diferencia.





OBJECTIVO

“**Cuidadores da Memória**” tem como objectivo global a valorização e promoção da Cultura Popular como factor de sustentabilidade do território e envolvimento das comunidades. A Cultura Popular, em que o território é particularmente rico, deverá desempenhar um papel fundamental na promoção e valorização do Turismo Cultural e na contribuição para a sua afirmação no segmento de mercado *touring cultural* (um dos maiores do mercado).

Neste âmbito e enquadramento, será criada uma **Rede Territorial de Cuidadores da Memória** para a recolha, salvaguarda, interpretação e recriação do legado histórico e identitário do território enquanto instrumento de diferenciação e competitividade, cujos tangíveis pretendem contribuir para a sua reafirmação como destino turístico de excelência e, por essa via, se possam atrair mais e novos públicos. A Rede *Cuidadores da Memória* será desenvolvida em **duas vertentes patrimoniais** que se interceptam e que resultarão num **estudo etnográfico** amplo e conjunto e em diversos produtos culturais:

VERTENTE 1

Alfabetos funcionais: recolher, salvaguardar, recriar e partilhar os saberes através dos testemunhos de quem viveu e experienciou (saberes, modos de sentir, de ser, de fazer, de cantar e de falar). Não basta herdar passivamente as jóias culturais da tradição, há que merecê-las, revisitando-as, estudando-as e dignificando-as.

VERTENTE 2

A raia e o seu património sineiro: Resgatar as memórias individuais e colectivas relativas ao património sineiro enquanto identidade destas terras e do País. No contexto do seu uso social, o sino reveste-se de um papel particularmente importante enquanto voz da comunidade e como signo do seu *ethos* e da sua identidade. Pretende-se com este projecto valorizar e difundir a herança cultural e patrimonial associada aos sinos e sua simbologia e à identidade das comunidades e do território, através da recolha e recriação do património sineiro em todas as freguesias da Beira Interior Sul (BIS). Urge gravar estes sons, dar-lhes uma nova vida e captar testemunhos das gentes acerca da ligação entre a música dos sinos e a vida do povo.



METODOLOGIAS

A prática da investigação, sendo um processo social orientado por uma determinada estratégia, normalmente *a priori* definida nas suas linhas fundamentais, está sujeita às mais diversas contingências, riscos e contradições. Acresce que o envolvimento dos investigadores com os chamados sujeitos sociais deve ser objecto de reflexão e não apenas no momento da avaliação dos dados recolhidos, sobretudo os resultantes da observação participante.

A construção do conhecimento no projecto “Os Cuidadores da Memória” obedeceu a orientações metodológicas que foram sobretudo determinadas pelas contingências do tempo disponível, consideravelmente reduzido pelos efeitos da pandemia COVID em termos de confinamentos e implícitas restrições para a realização do trabalho de campo. Assim, para a sua concretização seguimos duas tipologias metodológicas:

- métodos sociológicos: realização de inquéritos e entrevistas exploratórias semi-directivas, e
- métodos antropológicos: observação participante restrita (não alargada a todos os contextos abordados) e estudo das fontes documentais disponíveis.

É sabido que toda e qualquer metodologia aplicada na área das Ciências Sociais se conforma num cruzamento entre a teoria e a experiência relacionadas com o objecto de estudo, de cariz etnográfico, no caso vertente, pese embora o facto de se tratar de arquitectar um *corpus* de subsídios e contributos para esse mesmo estudo etnográfico. No entanto, importa ter bem presente o facto de a observação desse objecto de estudo não ser nem poder ser, de modo algum, um acto neutral e, como tal, objectivo e imparcial. A conjugação e a coexistência entre a experiência (adquirida, vivida, observada, inquirida) resultante do trabalho de campo e a teoria, determinam a objectivação do ocorrido.

Seguimos as etapas da pesquisa etnográfica preconizadas pelas boas práticas (Marconi; Lakatos, 2017) em casos como os do projecto “Os Cuidadores da Memória” (tendo em ponderação as contingências atrás referidas) a saber: formulação do problema; selecção da amostra; entrada em campo; recolha de dados; elaboração de notas de campo; análise de dados; análise de fontes documentais; e redacção do relatório da pesquisa.

As histórias de vida conformam a identidade individual e o seu relato é um recipiente natural da memória (McAdams, 2001). As histórias de vida organizam as recordações e o conhecimento do passado e são “construções psicossociais realizadas pelo próprio sujeito e o contexto social em que está imerso.”

(Vargas, 2010). O passado vai sendo integrado no significado global e da vida do indivíduo mediante a aquisição e sedimentação de memórias episódicas: a reconstrução do passado alavanca a antecipação do futuro.

O passado não leva para trás, mas sim impulsiona para a frente e, ao contrário do que se poderia esperar, é o futuro que nos conduz para o passado. Esta lapidar reflexão de Hannah Arendt recorda-nos palavras do saudoso Benjamim Enes Pereira, proferidas em 2005 aquando da realização das Jornadas Etnográficas de Idanha-a-Nova. Quando confrontado com uma realidade preocupante: despovoamento progressivo sem se vislumbrar nem um ponto de paragem quanto mais de reversão, profunda alteração dos modos de vida nas comunidades rurais tradicionais acarretando a desfuncionalização e descontextualização das expressões da cultura popular, quebra dos processos de transmissão



oral e desvanecimento de significados e significantes dos valores e dos saberes tradicionais, Benjamim Pereira respondeu da seguinte maneira quando alguém lhe perguntou sobre qual seria, nesse quadro tão pessimista, o futuro da música tradicional portuguesa: – *O futuro? Ah, o futuro... Não tenham medo do futuro!*

Sem medo do futuro, portanto, aceitamos e enfrentamos o desafio de documentar aspectos da cultura tradicional num tempo em que, sem dúvida, sopram ventos adversos para todas as suas expressões e manifestações. Demandamos a memória possível como quem busca as raízes de uma árvore ameaçada para que volte a frutificar. Neste contexto, as histórias de vida, como relatos de busca e expressão da própria identidade constituem os depósitos da memória e transcendem a componente autobiográfica (R. I. Moore): “Nem sequer a memória individual é apenas pessoal: as recordações que



constituem a nossa identidade e proporcionam o contexto para cada pensamento e acção não são apenas nossos, mas também os aprendemos, tomamos e herdamos em parte de umas reservas comuns construídas, sustentadas e transmitidas pelas famílias, pelas comunidades e pelas culturas às quais pertencemos.”

As fontes documentais – integrando as metodologias antropológicas – constituem manancial de informação registada para memória futura e que supre a ausência de testemunhos orais directos, desaparecidos pela inexorável lei da vida. Os seus agentes – assumidos guardiães do acervo memorial com seus registos bibliográficos – desaparecem mas ficam as respectivas narrativas escritas de memórias e histórias de vida a integrar e a documentar o acervo identitário da comunidade.

A consulta de fontes documentais precedida de uma minuciosa preparação bibliográfica constituiu um passo muito importante anterior à observação participante, sendo ferramenta indispensável para o trabalho de campo propriamente dito. Estas fontes documentais constituem fragmentos de memória escrita que em muitos casos suprem insuficiências, imprecisões e até omissões do *corpus* da memória oral da comunidade em consequência de complexos processos de perda de significados e sentidos, desvanecimento e desfuncionalização ou mesmo desterritorialização das manifestações etnológicas e etnográficas.

Resulta, portanto, ser de todo essencial a aquisição de conhecimentos prévios sobre o terreno antes de se iniciar a incursão prospectiva no mesmo. As *unidades pertinentes* que foram definidos para a arquitectura destes subsídios começaram por ser determinadas por todo este trabalho global de consulta de fontes documentais, tendo sofrido posteriormente ajustes em função da problemática do trabalho se ter ido (re)definindo em concreto e sob as condições específicas – factores como o tempo e o espaço territorial abrangido – condicionantes do mesmo. E, em última análise, foram essas unidades pertinentes determinadas pela necessidade em ordenar o material recolhido durante o trabalho de campo, de lhe conferir coerência narrativa na moldura etnográfica adoptada.

Estas memórias, como se de vento se tratasse ou de nuvens se constituíssem, pairam acima das águas do Tejo ou das terras beirãs como relatos de vivências passadas que são parte muito significativa e expressiva da história real e concreta da terra e das suas gentes.











1

A VIDA
PELOS
CAMINHOS
DE ÁGUA

1.1. O PICARETO

As águas que conformam o movimento do rio – agora bem mais vagarosas do que em tempos passados – passam sem cessar. Por cima das águas, tal como as aves e as nuvens, pairam as memórias das gentes, permanecendo parte importante das suas histórias de vida e resistindo ao esquecimento que o progressivo desvanecimento geracional anuncia e determina. Foram memórias formadas pelas vivências passadas das populações ribeirinhas. Sinal dos tempos, a memória é cada vez mais apenas o presente do passado em diluição.

As margens do Tejo não reconhecem divisões de qualquer natureza, apenas limites inconstantes para o curso das águas. Poderia ser mais ou menos fácil ligar as margens entre si mas a vida e o engenho das gentes sempre lhes permitiu ultrapassar as dificuldades e garantir a convivência e a colaboração. Trata-se, portanto, de memórias partilhadas por ambos os lados do rio.

O *picareto* deve o seu nome à forma de uma picareta agrícola. Com os seus seis metros de comprimento, trata-se de uma embarcação de fundo chato, facilitando a navegação com um simples palmo de água. Dotado de dois leitos – o grande, que é o mais largo e onde se trabalham as redes e, numa parte abrigada, onde se dorme; e o pequeno, na proa, onde se guarda o serrão com a comida e os sapatos (porque no barco anda-se descalço) – o *picareto* é calafetado com estopa e tapado com pez derretido, trabalho este que era feito sobretudo no Verão.

A estrutura do barco organiza-se a partir da tábua do centro, à qual se juntam as tábuas de lado, que são cortadas ao meio para que possam ser curvadas, sendo articuladas por travessas, sendo todo o costado feito com tábuas compridas. A construção requer a utilização de cerca de cem tábuas (extraídas de quatro pinheiros) e demora cerca de vinte dias a ficar concluída e pronta para as operações de calafetagem e impermeabilização. Estamos perante a memória de uma vivência repartida entre as gentes de Arneiro, Pardo e Duque (Nisa) e as de Fratel (Vila Velha de Ródão). O barco *picareto* fazia a passagem do Tejo entre a estação de comboio de Fratel e Arneiro, sobretudo por via das necessidades de utilização do comboio pelas populações.

Na estação de Fratel havia uma taberna na qual o convívio acontecia durante os tempos de espera e após as chegadas, assim como durante os tempos de passagem no barco para o outro lado. O barco, quando não estava ao serviço dos passageiros, era utilizado na faina piscatória.



1.2. UM CONSTRUTOR DE PICARETOS

CUIDADOR: JAIME DA GRAÇA SÃO PEDRO

O amigo José Ramalhete Junqueira tinha-nos falado de alguém lá do Arneiro que tinha trabalhado na estação de caminho de ferro de Fratel, tendo nós assumido – vá lá saber-se porquê? – que teria desempenhado funções de chefia na mesma. O que logo pudemos comprovar não ser verdade pois a pessoa em questão, Jaime da Graça São Pedro, com a qual nos encontramos antes do almoço do dia 14 de Dezembro de 2022, no Clube de Arneiro, tinha de facto trabalhado na estação de comboios de Fratel mas na linha, na manutenção da via ferroviária, tendo começado por ser estofador das carruagens, andanças que o levaram a Gaia, Alhandra, Entroncamento e Viseu, antes de trabalhar na estação de Fratel, após o que se reformou (1987). Mas a maior surpresa estava ainda para vir: Jaime da Graça São Pedro era, nem mais nem menos, que o mestre construtor dos *picaretos*, de que tínhamos visto, uns tempos antes, dois exemplares: um, no cais de Arneiro, nas águas do Tejo, com notório ar de abandono, e outro, bem conservado, musealizado no Centro Interpretativo de Conhal, em Arneiro! Aquele mesmo de quem extraíram uma bela frase de uma entrevista publicada em 2005 no Jornal do Fundão: *Dediquei-me a esta arte porque gosto muito de fazer barcos. Enquanto houver barcos e eu puder, faço-os.*

O rio fez parte da sua vida, sobretudo até aos quinze anos de idade, que foi quando abalou da terra natal, fazendo-se à vida, como muitos outros rapazes e moços do seu tempo, na companhia dos caminhos-de-ferro portugueses:

Eu fui trabalhar para os caminhos-de-ferro quando fiz 15 anos. E trabalhei na linha dos comboios, na via. Aqui no Arneiro, ou se ia para a pesca (que já não era nada do que foi) ou se procurava ganhar a vida fora, e muitos de nós foram para os comboios. Estive a trabalhar na estação de Vila Nova de Gaia, na Linha do Norte, primeiro na via e depois já na oficina. Foi entre Julho de 1957 e Outubro de 1966. E gostei muito de lá estar, porque aquilo era boa gente lá no trabalho e na terra. Depois fui transferido para Viseu e acabei, já antes de me reformar, por vir para a estação de Fratel.

Aqueles foram tempos muito diferentes – radicalmente diferentes – dos actuais, mas já numa altura em que se sentiam os efeitos do movimento de saída das gentes da região para os caminhos da emigração. Como era a estação de Fratel quando para ali foi Jaime da Graça São Pedro:

Esta estação tinha muito movimento, de pessoas e de mercadorias, embora eu já a tivesse visto a decair quando para cá vim. Mas havia aqui muita gente.

Eu aqui trabalhava na linha, na manutenção e conservação da via. Agora até dá pena: acabou tudo, já não há nada! Aquilo está deserto... comparado com aqueles tempos. Enfim!...

O rio nunca deixou de fazer parte dos horizontes de vida do trabalhador ferroviário. Se a luta pela sobrevivência o levou para outros caminhos que não os das águas, a verdade é que voltaria às águas do Tejo vivido durante a sua juventude. E os picaretos? Como é que foi que os começou a fazer?

Foi já depois de me reformar, para ocupar o tempo que tinha. Eu aprendi à minha custa, ninguém me ensinou. Aprendi com o meu pai e depois com

o meu irmão, que depois deixou de fazer barcos. Dediquei-me à arte de fazer os picaretos porque eu gosto muito de barcos. Agora já não posso, mas enquanto tive forças e pude fui-os fazendo.

Eu nasci aqui no Arneiro e sempre os vi no Tejo, à pesca e a passar pessoas para o outro lado. Sempre gostei muito de os ver!... Não sei explicar, é uma paixão!

Uma simples observação de um picareto desde logo nos transmite a impressão de ser “coisa” elaborada, com suas regras de construção, como não podia deixar de ser, obedecendo a “regras” que se foram transmitindo ao longo dos tempos. Não era, por certo, tarefa fácil a construção dum picareto...



É como tudo, Primeiro tem que se ter gosto. E depois é preciso a gente dedicar-se à arte, porque é uma arte que tem os seus segredos. Desde que se preparam as madeiras a partir dos toros até cortar, talhar e calafetar, e tudo o mais, tem os seus segredos. E os seus truques... e ferramentas. Mas são poucas as ferramentas: um martelo, uma serra, enxó e plaina. E mãos capazes, porque aquilo dá muito trabalho. Mãos para se dar vida à obra! E para se fazer um picareto era preciso nunca menos de um mês. Não se pode fazer um barco à pressa, demora o seu tempo. Tem que se cortar a madeira como deve ser, fazer a armação, e tudo o mais. Eu tenho umas fotografias, que lhe posso mostrar, de todas as fases da construção de um picareto. Dá trabalho e demora o seu tempo.

Jaime da Graça São Pedro, durante o exercício do ofício de construtor de picaretos, chegou durante dois anos a fazer treze barcos por ano, número determinado pelo facto de só os ter começado a armar depois de se ter reformado. Considera que o preço de um picareto – duzentos contos, em escudos, portanto – não era de forma algum exagerado considerando o trabalho que requeria até poder ser posto na água. E já nos últimos tempos da sua actividade chegou mesmo a fazer uma barca para transporte de pessoas. Faltava-nos saber como é que o construtor de barcos via agora a sua total ausência nas águas do Tejo:

Como é que hei-de ver?! É a vida! Agora há outras possibilidades e isso da pesca praticamente acabou. Com a construção da barragem o peixe desapareceu, e já quase ninguém se dedica à pesca. Foram outros tempos...

E a conversa ficou por aqui, adiada para uma próxima visita, para vermos as tais fotos documentais das várias fases de construção de um picareto. E foi então tempo de atacarmos, na mesa já preparada a preceito por José Ramalhete, um javali





grelhado acompanhado com legumes salteados que estava de comer... e repetir numa próxima oportunidade!

E, aconteceu o reencontro em finais de Janeiro de 2023, conforme combinado para termos acesso a um conjunto de fotografias documentando a construção de um *picareto* – que Jaime da Graça São Pedro diz serem “uns barcos que vieram do Iraque e aqui fizeram-se algumas modificações”, como consta de um livro que emprestou a “alguém” e que nunca mais lhe foi devolvido – naquela que foi a sua oficina-estaleiro, onde conserva os moldes “para cortar a madeira porque assim não era preciso andar sempre com a fita na mão a fazer medições”, assim como as ferramentas que utilizava, dentro de um frigorífico adaptado a “caixa-forte” das mesmas.

Eu cheguei a fazer barcos com uma moto-serra pequena, quando ainda não tinha serra eléctrica. O resto das ferramentas eram as mesmas de sempre: serrotes, enxó, berbequins, grosas, martelo e pregos, de zinco para não enferrujarem. Vinham de Aveiro... Ainda tenho aqui um bocado de estopa de linho, está a ver?

Debaixo daquele telheiro, durante dois anos fez treze barcos por ano (como fez questão de nos repetir, com indisfarçada saudade por esses tempos), numa época de grande procura de *picaretos* que foram para Malpica do Tejo, Rosmaninhal e outras terras das redondezas, todos para navegarem nas águas do Tejo:

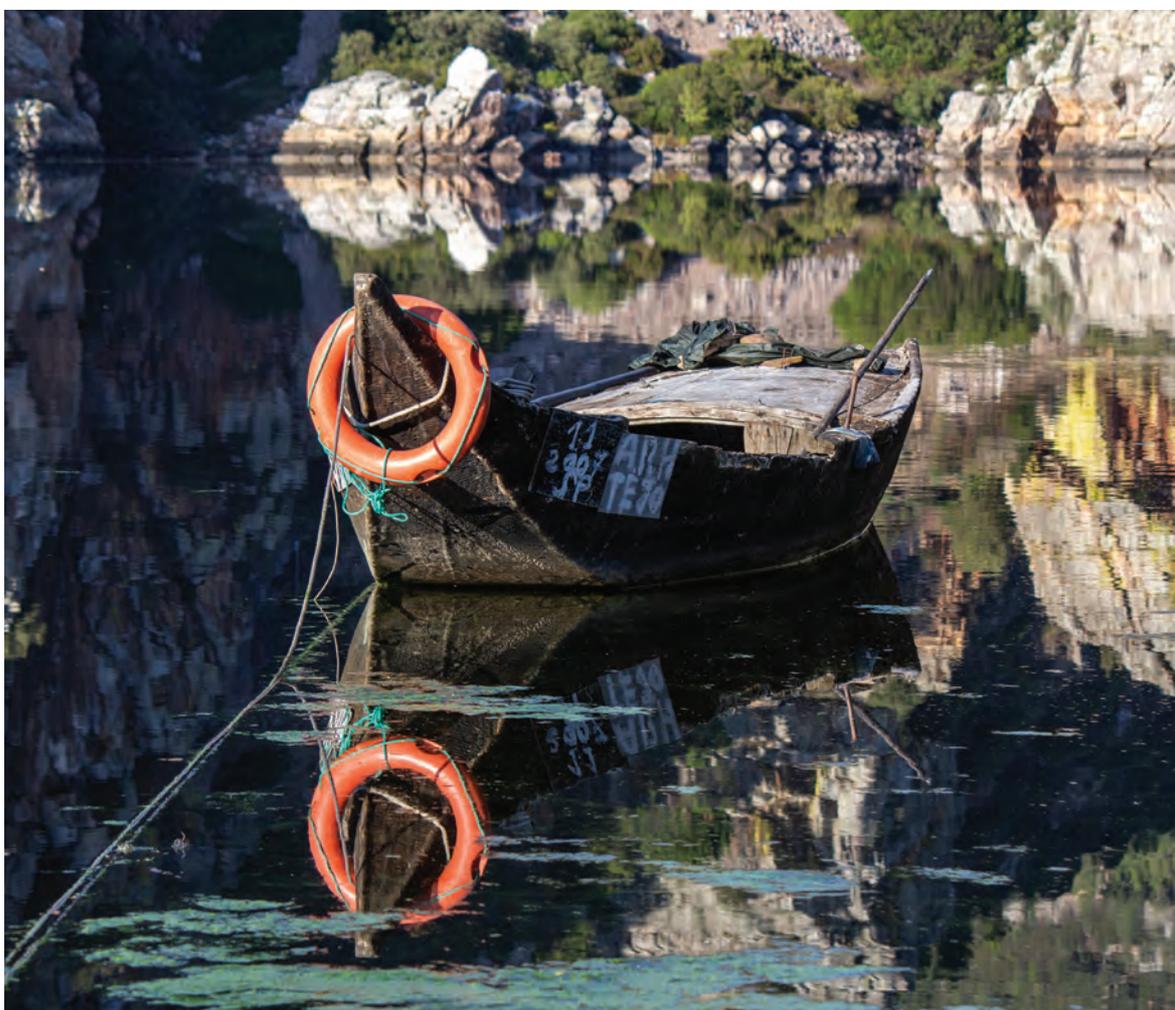
A proa ficava para dentro porque assim eu podia trabalhar melhor a estabilidade do picareto. Tinha o seu segredo: levantar 4 cms na ré até ao meio e

depois 45 cms até à proa, para o barco ficar estabilizado. Quando se punha o barco na água os pescadores iam logo ver se a parte da ré estava a beijar a água. Porque se não fosse assim o barco não estava bem feito e tornava-se mais pesado.

Mas Jaime da Graça São Pedro conserva ainda muito viva a memória de uma barca aberta na parte de trás que ajudou a construir, para um tal José Vilela, de Perais (freguesia do concelho de Vila Velha de Ródão), que tinha uma azenha no rio:

A barca da Garrida levava onze burros! Havia uns cais de lado, um de cada lado, que era para a barca não virar durante as cargas e descargas. Era a

que servia a freguesia de São Matias e o Fratel. O pessoal do Fratel quando ia para as ceifas passava todo por ali. Além dos burros também levava ovelhas; estas, bastava que saltasse uma para dentro da barca que as outras iam todas atrás. Naquele tempo havia uma grande feira no Fratel e vinha muito gado dos lados da Lardosa. E o Fratel tinha muitas chacinhas: iam matar os cabritos ali para o pé da estação e depois mandavam-os para Lisboa, para os restaurantes. Aqui havia muitos negociantes de carne e tinham gente lá em Lisboa para fazer a distribuição.





1.3. VIVÊNCIAS RIBEIRINHAS

CUIDADOR: JOSÉ RAMALHETE JUNQUEIRA

A primeira conversa com José Ramalhete Junqueira aconteceu em 21 de Outubro de 2022, no cais de Arneiro. Não passou qualquer comboio do outro lado do rio. Um rio de águas calmas por força da barragem de Fratel. Muito diferente de tempos passados, em que a passagem não era isenta de perigos, sobretudo no Inverno.

A conversa decorre junto do *picareto*, barco tradicional de passagem para a estação de comboio de Fratel.

Aqui passavam só pessoas. Para os animais havia uma barca, que está lá em cima, mas só para o gado pequeno. As pessoas pagavam por este serviço e ainda hoje pagam para fazerem a travessia. Não neste barco mas noutro mais moderno, com motor. Isto era uma exploração particular, que pagava uma licença à Câmara Municipal. Isto aqui tinha muito movimento: não havia carros, não havia estradas...

As pessoas que aqui passavam não era para irem trabalhar, não, era para os que vinham no comboio. Aqui o Arneiro era uma terra de pescadores e depois começaram a zarpar para a CP. Antes de ter aqui a barragem, o Tejo, nesta altura, tinha para aí menos cinco metros de profundidade. Aqui havia muito pedregulho, daquelas rochas afiadas e só os gajos que percebiam disto é que cá passavam. E no Inverno nem todos. No Inverno era precisa mais força de remar, tinha que se passar à força de mais remos. Ia mais ali por cima, que era mais suave, e depois é que atravessavam.

A vida dos pescadores implicava permanecer no barco uns dois ou três dias, não raro levando consigo a mulher para ajudar na faina:

Isto era assim: os pescadores, que isto era uma terra de pescadores... tinham experiência. Aquilo ali era o quarto, onde dormiam; era ali que se faziam os filhos. Iam à pesca, por aí acima até Espanha e depois então... passavam aqui muito tempo.

Eles tinham uns cestos de verga, chamados cofres, redondos, com uma tampa de cortiça. Metiam os peixes lá dentro e o cesto andava sempre na água, era o frigorífico...

O peixe era comprado aos pescadores e depois é que o vendiam, por essas terras todas, até Proença, por aí fora por essas terras. Havia ali um homem pequenino, pequenino mas duro, que também era pescador e que tinha uns cestos de lado e andava por aí a vender o peixe. Hoje, só se dedicam à pesca

uns dois ou três. Depois de meterem ali a celulose deram cabo do peixe todo. E vieram para aí uns lagostins americanos que comeram tudo. Os lúcios, esses ainda aí andam. Eu para comer prefiro o barbo ou a carpa. Aqui também havia bogas e bordalos, que era um peixe pequeno, gorducho. Mas depois vieram os lagostins...

Por estes lados o barco de passagem era o único, não havia concorrência, tinham que se sujeitar a este meio único de transporte. O qual, porém, operava de acordo com as necessidades das gentes da região.

Era o único barco que havia. A exploração do barco era leiloada mas já sabe como era: em vinte anos só houve aqui dois barqueiros. Era o pai do Sacarino (?), que era pescador, e um a quem chamavam o Fonfarras, que era danado para cantar.

Havia ali uma tascazita, ao lado da estação de comboio, e o pescador pegava nuns peixes pequeninos, bordalos e "talibãs", e ia fritá-los lá, ao pé da estação...e então os passageiros quando chegavam aproveitavam para ir lá comer. Os passageiros e os que vinham de fora!

Desembarcavam aqui vinte a trinta pessoas de cada vez. O Arneiro nessa altura tinha trezentas e tal pessoas; agora são para aí cento e cinquenta. Arneiro, Pardo e Duque (que é a povoação mais antiga) formam a freguesia, do concelho de Nisa. Deste lado é Alto Alentejo; daquele lado é Vila Velha de Ródão.

De manhã o barco estava ancorado do lado de Arneiro e de tarde estava do outro lado, para trazer as pessoas da estação de comboio do Fratel de volta ao Arneiro. Como do outro lado havia a



tal tasca, o Fonfarras, que era o barqueiro, escapava-se para lá. Ele fazia umas quadras, cantava e passava o tempo lá na tasca da estação do Fratel. O dono da tasca, chamado Francisco, era cunhado ou irmão dele, não sei bem.

Isto aqui tem muita gente mas só no Verão. Temos ali as Portas do Ródão e muitos vão até lá de barco. Mas ali em Vila Velha de Ródão, não sei se já reparou, há lá um barco grande, que o dono até é do Arneiro. Ele foi da GNR e também foi pescador e ele é quem conduz o barco grande. Quando era no Verão não havia outro barco para ir a Espanha.

Estação do caminho-de-ferro de Fratel: não passou um único comboio enquanto lá estivemos (entre as 11h00 e as 12h10 da manhã do dia 21 de Novembro de 2022. Nem uma só pessoa por ali se viu. Na estação, apenas estão abertas as portas

de acesso à sala de entrada e ao cais de embarque e desembarque. Tudo o demais está fechado e as casas de banho – sobreviventes dos tempos do WC – têm as portas de acesso entijoladas e caídas a preceito.

Quando nos aproximámos da estação, vindos de Fratel, as casas pelas quais passámos estão todas praticamente destruídas, já muito pouco ou nada das mesmas se aproveitando, a não ser os terrenos onde se encontram. Estão em silêncio total. Como a antiga pensão, ao lado da estação. Como o Tejo que escorre sereno porque a barragem a tal o obriga.

Ousámos entrar no espaço, ainda com telhado – que ameaça ruína próxima – onde outrora funcionou a Taberna do Vicente. Ainda estão lá os balcões de madeira, que já conheceu bem melho-



res dias porventura então temperados pelo vinho que sempre escorria dos copos e garrafas para o tampo. Numa prateleira do fundo, jazem algumas garrafas sem rolha, vazias, resistindo verticais no abandono a que foram votadas uma vez cumprido o ritual do respectivo esvaziamento.

É uma sensação estranha sair-se daquele local abandonado e que outrora foi espaço de encontro e de convívio, de alguns copos e saborosos petiscos (peixes do rio, está bem de... comer!) e de cantorias e fadistagens durante os tempos de espera dos comboios e dos barcos que asseguravam a travessia do Tejo para terras já alentejanas (e não só, ao que consta, pois gente do Fratel vinha ali para umas merendas).

Como falar dos sons daqui, deste lugar de memórias agora povoado por silêncios e ausências? Silêncios ensurdecadores e ausências avassaladoras: já não estão por ali os pescadores que ganhavam a vida nos *picaretos*, rio acima rio abaixo; já não demandam à estação de caminho de ferro como outrora os que trabalhavam nos *caminhos-de-ferro* (e eram muitos) e que diariamente por ali se movimentavam; já não se descarregam e carregam por ali as mercadorias que outrora tanto movimento traziam...

Aqui, nestas paragens, continua a viver-se num "estado de guerra", de partidas apenas com esporádicos e ocasionais retornos por força da demanda do pão-nosso de cada dia em paragens longínquas. Casas vazias – que logo mais serão ruínas – são testemunhos eloquentes do abandono que, se formos realistas, não terá retorno. As pessoas – que também são uma espécie de árvores – foram retiradas dos seus lugares de nascimento e plantadas noutros lados, onde as raízes identitárias das comunidades de origem serão progressivamente substituídas por outras, em tons maiores de nostalgia pela terra natal.

E os outrora sons daqui são cada vez mais substituídos pelos agora silêncios daqui. Aqueles sons que deixaram de se ouvir nos contextos e ambientes de uma vida de difícil permanência em termos de sobrevivência. Como o nosso entrevistado, José Ramalhete Junqueira, sempre refere:

O cais dos barcos deste lado do rio é por ali, um caminhozito até à água, que era por onde as pessoas desciam para irem apanhar o barco. Isto aqui era só ribanceiras, não havia luz nem nada. As pessoas usavam umas candeias para se deslocarem por aqui quando já era de noite.

Havia aqui no Fratel um armazém grande na estação, porque isto tinha muito movimento de mercadorias. Muito! Trigo, cereal e de tudo. As pessoas negociavam tudo aqui. Era vacas, era tudo. Havia negociantes fortes. Do Arneiro vinham poucas mercadorias para aqui, porque era terra quase só de pescadores. Lavradores não, era mesmo só pescadores e pescador não queria trabalhar na agricultura, porque isso faz calos nas mãos, está quieto! Era pesca e fazer filhos, três, quatro ou cinco, porque a partir daí depois já paravam. A maior parte dos filhos dos pescadores foi para a CP, moram quase todos no Entroncamento. Isso era porque não havia empregos... Era a azeitona e pouco mais.

Aqui até havia um chefe de estação porque isto tinha muito movimento. Além era a taberna... e tinha um movimento que faz favor! A malta amanhava aí uns peixes e depois bebia ali uns copos. E não era só quem ia e vinha no comboio, porque muitos vinham aqui abaixo só para comer e beber. Havia sempre aqui um barqueiro constante; agora não, tem que se telefonar para ele vir.

E chegamos ao caminho para o embarcadouro. Uma vereda protegida por um corrimão de madeira. José Ramalhete olha o Tejo e o embarcadouro do outro lado, já na margem alentejana.

Dantes, no Verão, antes de fazerem a barragem do Fratel, passava-se bem por aqui. Havia muito movimento de gente do Arneiro mas eram muito mais do Fratel, porque o Fratel tinha muito mais gente. A base do comércio era o Fratel.

Aqui vivia só o pessoal da estação, com as suas famílias. Algumas daquelas casas lá de cima eram de pescadores que também cá viviam. Mas já nunca mais se recupera nada! Embora isto agora já tenha outra vez um certo movimento, com o turismo, porque isto estava quase morto. O turismo sempre veio trazer mais gente a passar por cá mas vai tudo para Vila Velha, que é onde há alojamentos e restaurantes.

Quantos comboios é que passam agora por cá? Ora deixa cá ver... sete. Os dois regionais que vêm de manhã, do Entroncamento; depois é o Intercidades que vem lá de Santa Apolónia, três vezes ao dia; e depois os dois regionais que vêm de Lisboa. Das seis e quinze da manhã às nove e pico da noite há transporte.

Quisemos saber como é que as pessoas se sentem, depois de terem visto isto com tanto movimento, como é que se sentem ao ver tudo abandonado por aqueles lados, permanecendo a memória de tempos bem mais animados:

Um homem é um animal de hábitos. Isto tinha muito movimento mas a pouco e pouco foi perdendo



e a gente foi-se acomodando. Depois vieram para cá os da celulose e as fábricas de papel mas isto foi sempre a diminuir, a diminuir. Mas custa muito ver isto a definhar. Nós dantes tínhamos lá duas escolas, hoje se houver 30 crianças já é o máximo. É a vida!...

Depois falou-nos da tragédia que envolveu três amigos que tinham ido à caça no sábado passado – Por aqui há muita caça, javalis e veados. E os veados são o pior porque se reproduzem muito mais. Os veados dão cabo de tudo, roem tudo... – e que naufragaram na travessia do Tejo, tendo perecido um homem de trinta e oito anos. Era então

tempo de regressarmos ao Fratel. Caminhamos em silêncio. José Ramalhete olha uma vez mais à sua volta.

A maior parte das pessoas já não têm memórias destes tempos... Já nem sequer há pescadores, só um que até é da Junta e acabou por causa dos lagostins, que derreteram o peixe todo e depois foram para as hortas. Está a ver este edifício? Isto era uma espécie de hotel, uma pensão. Está a ver aquelas janelas, lá em cima? Eram os quartos.

Depois fomos ver a antiga taberna. E com os olhos cheios de ruínas abandonámos o local.



1.4. VER PASSAR OS COMBOIOS

CUIDADOR: MATILDE CARMONA MARTINS

Conversámos com a senhora Matilde Carmona Martins (84 anos) em 24 de Novembro de 2022, no Museu dos Têxteis, em Cebolais de Cima. A senhora Matilde veio do Alentejo, viveu em Vila Velha de Ródão (na estação de comboios de Fratel), depois foi morar para Cebolais de Cima e aí exerceu a profissão de costureira:

Fiz a quarta classe e admissão. Os meus pais queriam que eu fosse professora regente mas eu não queria: queria era ser costureira, como a minha madrinha.

Como é que aprendi a costura? A gente já nasce a saber fazer as coisas. Aos 15 anos comecei a costurar para fora, em Vila Velha de Ródão. O meu pai trabalhava lá e eu ia costurar para casa das pessoas. Não podia costurar em casa porque tinha que dar contribuição. Então o que é que eu fazia? O que eu aprendi primeiro a fazer bem foi calças. Já naquele tempo eu fiz umas calças para o meu pai e ele dizia que estavam boas. Eu aprendi a fazê-las com um alfaiate, que era meu primo.

(...) A minha filha quer que eu escreva a minha vida. E olhem que eu até andei com os lobos ao colo. Em Torre das Vargens, no Alentejo, morávamos numa propriedade que era do Conde de Mascarenhas. Por trás eram uns arrozais e no Inverno corria um ribeiro em frente da nossa casa onde vinham os gados beber e no Verão estava seco. E um dia, aí pelas cinco horas, chegou um senhor e disse ao meu pai: – Ó senhor Martins! Está ali um ninho de lobos! O meu pai disse-lhe: – Isso não pode ser, isso são cães. – Não, não, senhor Martins – até parece que estou a ver o homem no meio da linha do caminho-de-ferro – há lá patadas assim!... E o meu pai e a minha mãe para não irem contra o homem lá se meteram pelo regato acima, com umas forquilhas e mais coisas. E a sorte deles foi os pais dos lobos não estarem lá. Como o meu pai e a minha mãe demoravam eu e os meus irmãos também fomos ribeiro acima e a certa altura lá vinha a minha mãe com quatro lobinhos. Eu peguei logo em dois ao colo. Eu tinha nove anos nessa altura mas lembro-me bem de tudo: nessa noite os lobinhos dormiram na nossa casa, numa caseta que tínhamos na Torre das Vargens. E de noite a loba – disse não me lembro porque eu devia dormir bem – viveu à volta da nossa casa. E roeram as flores do jardim que a minha mãe tinha lá em frente da casa. Dois lobinhos ficaram para o meu pai, um para o pastor e outro para ele, e os outros dois para o Conde de Mascarenhas da Torre das Vargens. E lá estavam. Nós íamos à escola e depois íamos lá ver os lobos, que estavam numa jaula grande, já dois lobos grandes, mas mais tarde disseram que tinham morrido. Os nossos dois ficaram a mamar do leite das ovelhas e morreram os

dois. E para que é que meu pai queria um lobo?! E depois vieram para lá caçadores para matarem os lobos e tiveram que subir para cima duns sobreiros; viram os lobos tão enraivecidos que tiveram medo de atirar e que se não os matassem eles subissem pelas árvores acima. Dizem que foram vistos mais tarde ali para os lados do Sor e lá desapareceram.

Seu pai trabalhou no caminho-de-ferro na estação de Fratel e uma parte muito importante da sua vida foi passada na povoação, recordando-se muito bem desses tempos, com um brilhinho nos olhos que diz tudo:

Eu andei à escola no Fratel. O meu pai trabalhou na linha do caminho-de-ferro. E o meu irmão mais novo até teve lá um acidente: andava a jogar ao pião e o pião rebolou e ele foi apanhá-lo e caiu. Fez um grande golpe e depois como o meu pai estava destacado – às vezes era destacado para outros sítios – e lá vai a minha mãe com ele ao colo, ter com uma vizinha. Olhem que até veio no jornal: estive na Casa de Saúde de Abrantes... ou de Ponte de Sor, talvez. Era o meu irmão mais

novo, ainda se nota que lhe falta um osso na cabeça mas nunca perdeu o juízo, nunca perdeu a memória. Do Fratel era uma hora a pé da estação cá para cima. O Fratel tinha muito movimento e tinha três escolas naquela altura. Na estação de Fratel embarcava lá muita gente que ia para os Montes e havia um barco ali no Tejo em que atravessava muita gente. E nós, eu e os meus irmãos, era uma hora a pé: olha agora naquele sobreiro está uma cobra; olha naquele está um lagarto... E lá íamos uma hora a pé. Eu, no Verão, para os sapatos não me doerem nos pés até ia descalça e só os calçava quando chegava à escola.

Íamos todos os dias a pé para a escola. Todos os dias. Às vezes lá apanhávamos boleia: estava lá um senhor, que era o Aparício, que tinha uma loja na estação e às vezes dava-nos boleia para a estação. Depois da estação à nossa casa já era perto. Mas passávamos três pontes: a ponte dos Arneiros, outra e a de S. Gonçalinho e nós morávamos mesmo ao pé da ponte do Gonçalinho. A caseta onde morávamos agora está atascada de água pois era



mesmo à beira da ponte e agora o Tejo com a barragem meteu a água pelo regueiro acima. Agora está tudo debaixo de água. Mas as casetas acabaram e já não trabalha gente na linha. Depois o meu pai foi para Trás-os-Montes, promovido a chefe de distrito, para Lagoaça, mas nós não fomos com ele. Eu já andava para me casar e eu e o meu irmão ficámos a morar numa aldeia de Vale do Homem, na casa da avó de uma tia minha que era solteira. E eu casei-me em Vale do Homem. Ainda lá morei sete anos e nasceram-me lá dois filhos, um que faleceu, e esta que mora aqui nos Cebolais. E tenho outro que trabalha em Castelo Branco e que nasceu já aqui quando eu trabalhava na confecção.

A senhora Matilde lembra-se ainda muito bem da taberna que havia lá na estação de Fratel, ponto de encontro obrigatório e de animados convívios:

Lembro-me da taberna, era a taberna do senhor Vicente, onde estava um rapaz, que era o José Pereira, que era dos Montes. E havia também uma mercearia, do tal senhor Aparício, que era já cá mais acima. Quando nós para ali viemos da Lardosa, eu

e o meu avô, que também trabalhou no comboio, era a minha avó que dava o sinal do comboio...

O senhor Vicente era do Fratel. E o empregado que lá estava, o José Pereira, era dos Montes do Duque. Sabe, nós não morremos afogados nos barcos do Tejo porque não tínhamos o destino disso. Quando o meu pai mais a minha mãe vinha aqui à terra, ali no Vale do Homem, lá íamos nós para o Tejo. Atávamos uma corda aqui à cintura e com uma cortiça atravessávamos o Tejo a nadar. Nesse tempo ainda não havia a barragem. Ali em Vila Velha de Ródão, do lado da ponte de onde se vê a Senhora da Alagada, eu atravessei o Tejo a pé com duas raparigas. O Tejo ali era muito largo e era muito baixinho.

Lá no Fratel havia muito peixe e muita enguia. Quando era no Verão os ribeiros secavam e eu e os meus irmãos íamos aos peixes, porque o Tejo baixava e ficavam lá uns pêgos, naquelas barrocas, e lá íamos nós aos peixes.





1.5. NAS ROTAS DO CONTRABANDO

Quando em 27 de Setembro de 1844 o Decreto nº 2 veio oficialmente definir o contrabando como sendo “a importação ou exportação fraudulenta de mercadorias, cuja entrada ou saída seja absolutamente proibida”, o que estava em causa na definição do conceito de fraude era quer a fuga ao pagamento de direitos alfandegários ao Estado quer a entrada de produtos proibidos (estes em menor escala).

A partir de 1920, o combate estatal às actividades de contrabando passou a ser enquadrado pelas medidas nacionalistas de protecção económica e, como tal, inserido na moldura penal do combate à criminalidade em geral.

Nas zonas raianas, nas quais sempre se registaram relações de convivência social, cultural e económica, o contrabando assumiu sobretudo um carácter e dimensão de actividade complementar no quadro da subsistência económica de base doméstica. A proximidade das populações raianas favoreceu a manutenção de relações de vizinhança cooperante, sendo a noção de fronteira inclusiva e englobante e o contrabando exprimi-o afirmando-se como produto e expressão de uma apropriação cultural do espaço fronteiriço.

Na zona raiana de Vila Velha de Ródão, à semelhança do que acontecia noutras regiões raianas, o contrabando era actividade exercida durante a noite, tendo por base uma organização de base familiar: na protecção da escuridão procurava-se materializar o acto económico furtando-se às investidas fiscalizadoras e repressivas por parte da Guarda-fiscal, não raro num jogo de gato e de rato, acrescentando as dificuldades com a inconstância das águas do Tejo ao longo do ano.

O instinto de defesa dos moços e homens que exerciam as actividades de contrabando obrigava-os a terem um conhecimento muito profundo dos vários percursos para o efeito utilizados, assim como um estado de alerta permanente para se evitarem encontros e confrontos com os “pica chouriços” – como eram por ali popularmente designados os guardas fiscais devido à verguinha de ferro que usavam para detectar mercadorias proibidas nos sacos dos contrabandistas. Do mesmo modo, recorriam aos mais diversos expedientes de dissimulação dos seus passos e dominavam os códigos de comunicação que serviam a todos quantos se envolviam em tais actividades.

Redes restritas de amigos e de conhecidos asseguravam o “escoamento” dos produtos contrabandeados, mas tinha grande expressão os artigos e mercadorias trazidos ao abrigo de encomendas prévias. Nalguns casos, alguns intermediários e pequenos comerciantes locais garantiam também a sua distribuição.

CUIDADOR: JOÃO PIRES CATARINO

O senhor João Pires Catarino, natural de Vale de Pousadas, concelho de Vila Velha de Ródão, dedicou-se a fazer “algum” contrabando de mera subsistência económica por razões de natureza pessoal, como fez questão de o referir, sobretudo determinado pelo desejo de ter sempre no bolso uns “dinheiritos extra” para as suas vivências enquanto moço (nasceu em 29 de Abril de 1948):

A minha vida foi trabalhar nos Cebolais. Mas quando tinha dezassete ou dezoito anos, ainda andei por aí com a saqueta às costas a fazer algum contrabando. O que é nós fazíamos? Lá na fábrica onde trabalhávamos – na altura não havia mochilas – eu fiz uma saca, com umas baracitas

para apertar e lá ia com ela às costas. Porque aconteceu o seguinte: eu estava a trabalhar na fábrica em Cebolais, que era a Empresa de Fiação de Santa Corga, hoje o MUTEX, e eu até então trabalhei quase sempre de noite porque se ganhava mais. Eu tive sempre essa tentação: logo no princípio da minha carreira foi sempre a galopar para chegar quase ao ordenado dos homens. Depois, como disse, trabalhei quase sempre de noite, para ganhar mais 40\$00 por semana, o que era muito dinheiro naquela altura. Porque havia lá senhoras naquela altura a trabalhar na fábrica e as senhoras não eram admitidas para trabalhar de noite, elas só podiam trabalhar na fábrica desde que encontrassem um indivíduo que pudesse trabalhar por elas de noite. Era injusto mas eu se quisesse trabalhar nos turnos tinha que trabalhar



uma semana de dia e outra de noite e elas tinham que pagar todas as semanas.

Isto antes dos 17 anos. Depois dos 17 anos a coisa mudou. Eu ainda sou aqui conhecido como o João das Minas, porque o meu pai tinha um arrendamento de uma propriedade nas Minas, onde tinha um rebanho de ovelhas, e eu cheguei a trabalhar lá muitas vezes. Um dia, o dono do terreno foi lá e meteu na cabeça do meu pai e da minha mãe que aquela coisa da guerra do Ultramar era um problema e que se o rapaz fosse tirar o curso comercial já iria para o Ultramar como furriel miliciano e não sei mais o quê. E o meu pai lá me convenceu e a partir dessa altura eu só podia trabalhar de dia e já era quem tinha que pagar os tais 40\$00 de trabalho à noite a um rapaz que trabalhava comigo.

Sendo sabido que a necessidade aguça o engenho, o jovem João não tardou em encontrar uma solução de concretização mais ou menos expedida. E então o que é que fez?

O que é que eu fiz para ter mais algum? Eu fui sempre um indivíduo que gostei de andar assim com uns dinheiritos no bolso. Pensei: tenho de arranjar uma maneira. Então o que é que faço? A malta lá na fábrica dizia: – Ó fulano, então não me arranjas lá uma dúzia de pratos pirex, assim dos rasos, e outros dos fundos? E depois vinha outro: – Então não me arranjas lá assim um par de luvas da Espanha? Ou então um par de meias, daquelas meias de sete vidas. Ó homem: aquilo comprava-se um par de meias e nunca mais se acabavam. Aquilo era lavar e vestir, lavar e vestir... Não sei que matéria era aquela, nunca mais acabava! E era assim umas mercadorias, umas bugigangas. E então, aos sábados depois do trabalho, ao fim da tarde, cá o rapaz agarrava na saqueta e lá vai ele passear.

Podia ir aqui pela Telhada, chamamos-lhe nós a Barca. Mas a maior parte das vezes era aqui no

Alagadouro e às vezes mais lá em cima, na Barroca... Mas era mais aqui pelo Alagadouro. Íamos a pé desde o Vale de Pousadas, era uma porrada de quilómetros, mas naquela altura quem é que nos apanhava? Aquilo eram umas patas leves que era o fim do mundo! O nosso contra era a Guarda-fiscal, pois nós tínhamos que trabalhar, entre aspas, aqui com a Guarda-fiscal de Monte Fidalgo. E tínhamos ali entre o rio Sever e o Tejo um bico, onde também havia um posto de Guarda-fiscal que pertencia ao Montalvão, concelho de Nisa. Quando passávamos por ali tínhamos que guardar respeito aos guardas de Monte Fidalgo, que eram os que estavam lá para nos caçar.

Importava saber, em concreto, quais era os produtos ou objectos do contrabando, quer no que se refere ao que traziam do outro lado da fronteira quer ao que para lá levavam:

O contrabando era assim: íamos lá a Espanha comprar qualquer coisa, ganhávamos o câmbio e depois na segunda-feira íamos entregar o produto, vender o produto, e ganhar um dinheirinho. Agora para lá raramente levávamos alguma coisa. Muito raramente. Aqui no Vale de Pousadas havia um indivíduo que trabalhava um bocado o café, porque eles adoravam o nosso café! Sobretudo o da marca Cubano. Isso de cair lá com uma saca de café Cubano, aquilo era!...

Se os carabineiros nunca lhes causaram problemas – por vezes lá nos pregavam um susto mas não ligavam nada à gente... – o mesmo não se podia dizer da Guarda-fiscal portuguesa, embora ele nunca tivesse sido apanhado:

Eu nunca fui apanhado! Também não corria os riscos daqueles que a vida deles era trabalhar no contrabando, que praticamente durante a semana não faziam mais nada. Havia um contrabandista em Malpica, a quem chamávamos o Focinho de Porco, e um tal Daniel, a quem chamávamos o

Alentejano, que era de Salvessa, esses sim, que se dedicavam ao contrabando, a vida deles era o contrabando. A vida de um contrabandista tem que obedecer a certas regras: na parte do Verão, sabemos onde são as fontes todas e é fugir delas, pois sabemos que eles estão à beira da água, bebem o seu copinho de água fresca e se nos der a sede o que é que acontece? Somos lá cachimbados! Na parte do Inverno, é preciso saber onde estão os palheiros e fugir deles. Largueza aos palheiros! Porque os guardas podem lá estar, ouvem qualquer barulhinho e caçam-nos. Então nós tínhamos que saber aquilo tudo.

Era só pela calada da noite que fazia contrabando. E, fosse qual fosse a hora de encontro com os seus fornecedores, eles lá estavam à espera deles para se concretizarem as respectivas transacções:

O contrabando trabalha-se só de noite. Quando vínhamos de lá para cá era sempre já de madrugada. E íamos para lá ao anoitecer... Ali à entrada de Espanha, em Cedillo, havia um comércio forte, fortíssimo, que era do Fernan Morata, que era o homem do comércio. Nós chegávamos lá por volta da meia-noite, uma, duas, três da manhã, batíamos à porta e ele vendia o que nós queríamos. Ele possivelmente até descansava antes. Eu nunca vi um homem como aquele! Precisávamos de um par de sapatos de pana, umas alpargatas, e ele tinha todos os números pedidos, punha aquilo tudo certinho.

A função implicava longas caminhadas que vençiam graças à juventude das pernas e ao profundo conhecimento dos percursos. A dificuldade maior da progressão era mesmo a passagem do rio Tejo:



Para a passagem do rio havia ali um ou dois sítios, que era onde havia mais areia. Passávamos o Tejo num bote; o barqueiro morava ali no cimo da rua (já faleceu) e a gente na sexta-feira dizia-lhe que precisava de passar, acertava-se a hora e ele ao anoitecer, já lá estava à nossa espera. Para cá? De um modo geral nunca se passa pelo mesmo sítio. Se entramos pelo Alagadouro vimos pela Barroca; se entramos na Lomba da Barca saímos no Alagadouro. Nunca se vai e vem pelo mesmo... Havia ali uns sítios com grandes quantidades de areia, onde os regatos vinham desaguar ao Tejo. E como é que se passava na areia? O que é que se fazia para enganar os guardas? Eles iam lá ver à areia se tinha havido gente a passar para Espanha, porque ficavam as pegadas na areia. Então, nós quando entrávamos na areia caminhávamos ao contrário e eles chegavam à conclusão de que afinal a gente já tinha ali passado e iam-se embora, não ficavam à espera. Eram as nossas artimanhas para os enganar.

Tinha que se combinar com outros barqueiros. Mas se por acaso passássemos no mesmo sítio, o barqueiro à hora combinada, quatro ou cinco da manhã, lá estava. Aquilo na altura já eram cinco mil réis que cada um pagava para atravessar o Tejo. Portanto o barqueiro também ganhava com o contrabando, também vivia do contrabando. De um modo geral os barqueiros eram pescadores. E daqui de Perais havia muitos que vinham daquele lado do Alentejo, de Montalvão, e a gente falava com eles e eles também nos passavam. Como eram pescadores a travessia era fácil.

João Catarino não fazia o contrabando sózinho pois podia acontecer um percalço e acompanhados sempre podiam valer-se uns aos outros. No entanto, eram sempre pequenos grupos:

Sózinho era complicado. Eu vinha lá dos Cebolais e trazia, três ou quatro comigo. Mais de quatro já era complicado. Alguns pediam para vir comi-

go e era sempre no mínimo dois, ou três. Era a companhia ideal. E sempre pessoal de confiança. Eu posso dizer que nesse tempo em que estive a tirar o curso na Escola Comercial e Industrial de Castelo Branco trouxe alguns colegas que pediam para irem comigo num sábado. E lá íamos nós, dois ou três, à Espanha.

Trazíamos sempre coisas simples: a pana, que era muito boa para fazer calças, umas alpargatas, os tais pratos de pirex, luvas, meias... Coisas mesmo simples. O que eles mais gostavam era mesmo do café! Eu não, mas houve um senhor ali de Monte Fidalgo que trabalhou muito o café, o tabaco, os rádios...

João Catarino – que não esconde ter saudades daquele tempo: Ainda hoje gostava de voltar a pôr uma saqueta às costas e ir lá à Espanha ao contrabando!... – não deixou de nos informar que contrabando a sério o fez um tal Diamantino, ainda vivo, pelo que teríamos de conversar com ele:

Esse Diamantino ainda aí está. Esse trabalhava a sério no contrabando. Ele uma vez disse-me que chegou a ter lá em sua casa uma quantidade enorme de café. E houve um indivíduo que quis saber como é que ele escondia o café se ele deitava um cheiro forte. Ele disse que então barrava as caixas com bosta de vaca e o a café ficava camuflado, não cheirava para fora das caixas. São as tais artimanhas!

O Diamantino é que trabalhou mais no contrabando. Agora eu? Meia dúzia de saquetas de contrabando lá para umas encomendazitas. Houve uma altura em que eu cheguei a cobrar a peseta lá na Espanha a 3,80! Eu levava daqui uns escudos e lá um escudo eram quase quatro pesetas! Levava aí uns 150 escudos e agora multipliquem lá por três ou quatro: aquilo dava lá muito dinheiro! Já dava para alargar mais um bocadinho o negócio e trazer mais coisas...

CUIDADOR: DIAMANTINO MENDES GOMES

Impunha-se, sem qualquer dúvida, uma conversa com o contrabandista profissional, Diamantino Mendes Gomes, nascido em Perais (Vila Velha de Ródão) aos 5 de Maio de 1933 e aí residente. Uma conversa que decorreu, como não podia deixar de ser, no “Núcleo Museológico de Perais – O Contrabando”, em 13 de Dezembro de 2022. Ao que vínhamos? Pois que queríamos que nos falasse da sua vida.

A minha vida? Eu era taxista e tinha um comércio. Só tenho a quarta classe e foi tirada quando já tinha 14 anos. E chegou bem para resolver sempre os meus problemas. E já tenho 90 anos!

A maior parte da gente daqui era pobre e tinha muitos filhos e precisavam de bombazina para fazer calças e assim. E iam buscar a bombazina, algumas ferramentas, e outras coisas. Agora eu já fazia contrabando por negócio. Era puro negócio. Eu cheguei a vender por semana mil quilos de Café Cubano, da Delta, ali de Campo Maior. Vinha cá uma carrinha trazer e depois eu é que o passava para o outro lado. Eles sabiam muito bem que era para eu fazer contrabando. E hoje o Nabeiro já tem por lá carrinhas a venderem o café em Espanha mas naquele tempo aquilo era um exclusivo que eu tinha. Os espanhóis só queriam o nosso café mas levá-lo para lá era um problema! Era muito difícil. Mas depois havia a obra, com muitos empregados, chegaram a trabalhar lá mil pessoas.



Tratava-se da Barragem de Cedillo (Presa de Cedillo), de propriedade espanhola, sendo directamente servida pelas águas dos rios Tejo e Sever e que resultou de acordo firmado em Madrid em 29 de Maio de 1968, entre os governos de Portugal e Espanha. A sua construção foi dada como terminada em 26 de Outubro de 1975.

Então o que é que acontecia? Os guardas às vezes ainda facilitavam e lá levávamos um quilo ou dois cada um, era a quantidade máxima que se podia levar. Eu tinha um comércio e a minha mulher embalava aquilo nos saquinhos e pronto. Às vezes arriscava levar uns três ou quatro e uma ou outra vez chegaram a tirar-mo. Mas o que é que acontecia? As encomendas eram muitas e era preciso resolver o problema. Ora vinham uns camiões de Madrid e de outros lados, uns traziam ferro, outros traziam cimento, materiais para a construção da barragem e então vinham ter comigo, pedindo-me umas 50 sacas de café. Ora 50 sacas de café eram 40 quilos. Então o que é que a gente fazia? Eu tive que perceber aquele sistema todo: eles tinham lá umas caixas chamadas as caixas da ferramenta. Todos os empregados, quando acabavam o trabalho, iam lá levar a ferramenta. Aquilo tinha um cadeado e de manhã, quando vinham para o trabalho as sacas de café estavam lá dentro das caixas... Isto já estava tudo negociado com o encarregado geral: eu durante a noite enchia as caixas de sacos de café. Punha lá 20 ou 30 sacos de café!

Cumplicidades operacionais que eram indispensáveis para o exercício do contrabando, não raro implicando as mais diversas pessoas, num jogo de interesses que era preciso dominar e alimentar. E uma cópia da chave de um simples mas estratégico cadeado era determinante:

Claro. Mas o mais importante não era isso. O mais importante é que eu já não precisava de fazer

mais nada para o levar, eu ficava cá do nosso lado e o problema de o levar para o outro lado era deles. Então o que é que eles faziam? Havia uns cabos aéreos, ligando duas torres, uma de cada lado do rio, com que levavam coisas de um lado para outro, até um jipe ou uma máquina, se fosse preciso. Então punham os sacos do café lá no caixote onde tinha vindo o ferro ou o cimento e aquilo ia parar acima da camioneta do outro lado, era só descarregar para o camião e estava feito. Eu não precisava de estar lá, eles já sabiam o que tinham de fazer: tiravam o café e pronto, para cima da camioneta. E depois eu ia lá receber. Tinha lá gajos de confiança, um rapaz, o António Português, que trabalhava na obra mas a vida dele era andar sempre a saber o que era preciso. Eu cheguei a mandar para lá vinte a trinta rádios num só dia! Eram rádio-leitores para os automóveis. Ia buscá-los a Lisboa, às Portas de Santo Antão. Havia lá um indivíduo, chamavam-lhe o José Augusto, que vendia tabaco e vendia rádios, tudo com facturas falsas. Naquele tempo fazia-se tudo falso!...

Antes da existência da barragem o recurso aos barcos dos pescadores era inevitável para alcançarem as lojas dos comerciantes de Cedillo:

Antes da barragem era tudo a pé. E tínhamos que passar o rio de barco, falávamos com os pescadores, combinava-se a hora e pronto, íamos lá buscar umas ferramentas, bacalhau, coisas assim... Eu cheguei a ir lá buscar bacalhau a uma aldeia que havia perto da fronteira, chamada Fontañera. Às vezes aparecia-me a guarda, de noite, aí pelas três da manhã. De maneira que a gente vivia assim, tudo em sobressaltos... Os carabineiros desde que fosse trazer para cá, até podíamos trazer a Espanha toda. Agora para lá...

Havia em Cedillo um comerciante muito forte, já não me lembro do nome dele. Estava à nossa espera nem que fosse toda a noite. Era só tocar lá na

porta do quintal dele e pronto. Vinha logo. E ele também orientava lá a Guarda civil...

Os bailes que se faziam em Espanha eram então um atractivo poderoso para os jovens portugueses. Um motivo para passarem a fronteira, uma oportunidade para se irem divertir e, na volta, trazerem umas “coisitas”:

A gente trazia o que podia! Naquele tempo à gente agradava-nos tudo! Eu cheguei a ir lá e trazer 10 quilos de toucinho, veja lá! Toucinho! Naquele tempo... E orelha de porco, aquilo era quase dado e chegava-se cá e toda a gente queria. Era assim... E cheguei a trazer de lá três e quatro fardos de tripa, para os chouriços. Ali nos Envendos havia uma grande casa disso e eu tinha um rapaz amigo, ali dos lados do Fratel, o Aurélio, que já morreu, que me pedia os fardos de tripa e depois os ia lá levar.

Interrogado sobre se havia por ali então outros a fazerem o mesmo contrabando que ele, o senhor Diamantino logo nos demonstrou ser homem de muitas vidas, não engeitando oportunidade para ganhar dinheiro:

Não, aqui não havia gente capaz de resolver esse problema. Eu nasci para isto. Nunca na minha vida alguém gastou um tostão comigo ou com a minha mulher para a reforma. Nunca tive um patrão na minha vida. De pequenino e já saído da escola, ia comparar peles para vender. E matar borregos: cheguei a matar cem borregos por dia, eu e mais a minha mulher, para mandar para Lisboa. Metia-os em cabazes e ia levá-los à estação para seguirem para Braço de Prata.

Comprava gado aos lavradores, pois naquele tempo havia por aqui muitos lavradores. Agora já não há, isto está de rastos; pessoas de idade acabaram e os novos não querem, querem é comer bem e o resto já não é com eles!

As pessoas na aldeia encaravam com normalidade quem fazia contrabando e não raro faziam as suas encomendas, que ao longo da vida foi satisfazendo sem chegar a ser apanhado pelas autoridades portuguesas:

A Guarda-fiscal nunca me apanhou nada. Nunca. Eu estudava-os. Eu primeiro, quando comecei com o contrabando, aquilo em que pensei logo foi em conquistar um guarda, arranjar um guarda para estar do meu lado, sem ninguém saber. Esse é que me informava do que se passava e dava-me o sinal: tal dia a tal hora vamos dar uma passagem. E quer saber porquê?

Aqui na mercearia nós tínhamos um livro, assim pequenino, onde púnhamos o que as mulheres dos guardas-fiscais levavam e que ao fim do mês vinham pagar. E poucas vezes as mulheres pagavam a dívida toda, porque era sempre preciso fazer umas calças, comprar uma camisa ou umas botas e o dinheiro nunca chegava. E eu dizia sempre que não fazia mal, que pagavam para o mês que vem. Eles tinham um ordenado certo mas era um ordenado pequeno. Iam ao campo e levavam um bortal às costas e traziam sempre umas batatas e uns tomates, do que havia por lá. Estavam em patrulha toda a noite... Eu tinha que o conquistar e assim ele dizia-me para não ir por ali ou por acolá, porque estava lá a patrulha. E tudo caladinho, nunca ninguém desconfiou de nada! E pronto, eu passava porque já sabia que estavam para um lado e eu ia pelo outro.

Eles eram como eu, tinham o meu curso, a quarta classe e pouco mais. Tinham muitos filhos, que às vezes iam estudar para Lisboa, para ali e para acolá e eles viviam muito apertados. Eram quase todos de fora, daqui só havia uns dois ou três e eram estes os piores, pois eles viam a gente a crescer e sabem como é... Eu já disse isto muitas vezes e torno a dizer: eu fiz uma casa de dois an-

dares, que é das melhores que há cá no povo e quando acabei a casa tinha mais dinheiro do que quando a comecei a fazer. É que foi a evolução da vida...

A sua actividade de taxista, que desenvolvia todos os dias, permitiu-lhe estabelecer uma verdadeira rede de contactos e um conhecimento muito alargado dos terrenos nos quais se tinha que movimentar:

Eu corria tudo com o táxi, ia a Espanha levar pessoal, ia a França levar pessoal, ia a Lisboa como quem vai ali abaixo. O contrabando esse era quando se podia. Eu ia a Lisboa, trazia quatro ou cinco caixas das grandes de Winston e Marlboro. E ia ali ao Martim Moniz, carregava uns rádios, dez, vinte ou trinta leitores dos carros...

Uma vez a Guarda-fiscal fez uma busca à minha casa, a mim e à minha família toda! Bateram-me à

porta, quase ao nascer do sol, e quando eu desci estavam lá quatro ou cinco guardas em frente da porta, armados. E o cabo disse-me para eu os acompanhar ao comércio. Fui-me vestir e depois lá fomos. Abri a porta, fizeram a busca, sempre a dizerem que foram mandados. Às tantas, o gajo viu lá um rádio que eu tinha para vender e agarrou nele e disse para eu ir no dia seguinte ao posto para falarmos. Mas então era assim?!, perguntei eu. E ele sempre a dizer que eram ordens! E depois disse-me para o acompanhar à casa da minha irmã. E eu disse-lhe que não tinha nada que ir à casa da minha irmã na busca porque ela era responsável pela casa dela. E que às minhas casas podiam dar as buscas que quisessem e depois veio um tenente, que estava ao cimo da rua com sete ou oito soldados, tropa, e disse-me para eu o acompanhar à casa do motorista que trabalhava para mim. Eu disse-lhe que tinha o meu carro, que



ia à frente ou atrás deles, como quisessem, e lá fomos. Deram busca à casa e estavam lá uma ou duas caixas vazias de Winston. Era ali que eu abria as caixas e levava depois os pacotes para vender aqui e acolá. Mas lá não havia nada, porque eu já andava desconfiado e já deixava no campo as caixas. E ele perguntou: – O senhor é capaz de me dizer onde é que está o resto? E eu disse-lhe: – Isso queira você saber! Isso basta eu saber! E ele ficou bravo! E disse: – Está bem! Vamos a ver onde é que isso pára. E andaram por ali, para trás e para a frente e depois ele disse: – Agora vai connosco também à barragem.

Eu tinha lá uma casa, onde eu tinha um barzito que comprei a um rapaz só porque seria uma vigia que eu tinha ali. E o mais importante é que tinha-se reformado lá um guarda, de Monte Fidalgo, e eu meti-o como empregado. E esse é que me dava as pistas. Os colegas iam lá, falavam com ele, desabafavam uns com os outros e ele lá me ia dizendo o que se passava: – Olha que eles à meia-noite ou às duas horas vão-se embora e depois só voltam de manhã. E eu, nesse intervalo, cá me orientava.

Pois aconteceu que quando lá chegámos estava lá um monte de soldados de guarda à casa. E quando eu ia para abrir a porta vi que ela já estava aberta. E eu disse ao tenente: – Eu entro lá dentro mas o senhor é responsável porque o senhor tem aqui sete ou oito soldados e a porta está arrombada. Como é que é isto? Vieram para arrombar ou para guardarem a casa? E lá entraram mas não viram nada. E eu disse: – Olhe, eu vou-lhe dizer uma coisa: naquela estante tinha lá uma quantidade de maços de tabaco, Winston e Marlboro e agora não há lá nenhum. Roubaram-mos. Quem é que os roubou? Os guardas estão ali à porta...

O tabaco que eu tinha em casa e noutros lados estava todo selado. Eu ia lá a Lisboa a esse tal José

Augusto e trazia, por hipótese, mil maços daqueles pacotes de dez e trazia 1000 selos. Naquele tempo, a gente tinha 24 horas para os selar. Ora, para ir para Espanha tanto fazia ter selo como não ter, era contrabando e eu ficava com os selos. Quando ia buscar mais levava os selos, aqueles selos andavam sempre para baixo e para cima. No bar e na loja estava tudo seladinho.

E então eu disse ao tenente: – E agora? Não está lá nenhum tabaco. Aqueles senhores que estão lá fora não estavam a guardar a porta? E o tenente então disse-me: – Pronto! Ficamos por aqui e mais tarde a gente fala. Mas nunca mais apareceu ao pé de mim. Nunca mais!

Mas onde é que tinha o tabaco e o café armazenados, quisemos saber, pensando então que o teria de esconder. Pura ignorância sobre a dimensão e eficácia do esquema montado!

Ora, no meu armazém, eu não tinha que esconder nada. O café vinha facturado do Nabeiro, não podiam pegar em nada. Podia vendê-lo em Portugal a quem eu quisesse. O problema era só quando passava a fronteira. Era legal, vinha com factura do Nabeiro, era como se estivesse a vender arroz ou batatas... Por isso é que eles não gostavam mesmo nada de mim! Aquele do rádio, que disse para eu ir ao posto no dia seguinte era o cabo Patrício. Eu era muito amigo do capitão do posto que era das Sarnadas mas casou no Monte Fidalgo e quando me viu lá perguntou: – Então, senhor Diamantino o que o traz por cá? Eu disse-lhe que tinham ido lá a loja e levaram um rádio e que disseram para eu comparecer no posto. Perguntou se eu tinha facturas. Ora eu se precisasse de uma factura para cem rádios também a arranjava! Então eu mostrei-lhe a factura, que por acaso era só de meia dúzia de rádios e disse-lhe que o cabo não perguntou à minha mulher por nada. Que se tivesse pedido a factura lhe era mostrada. E o ca-

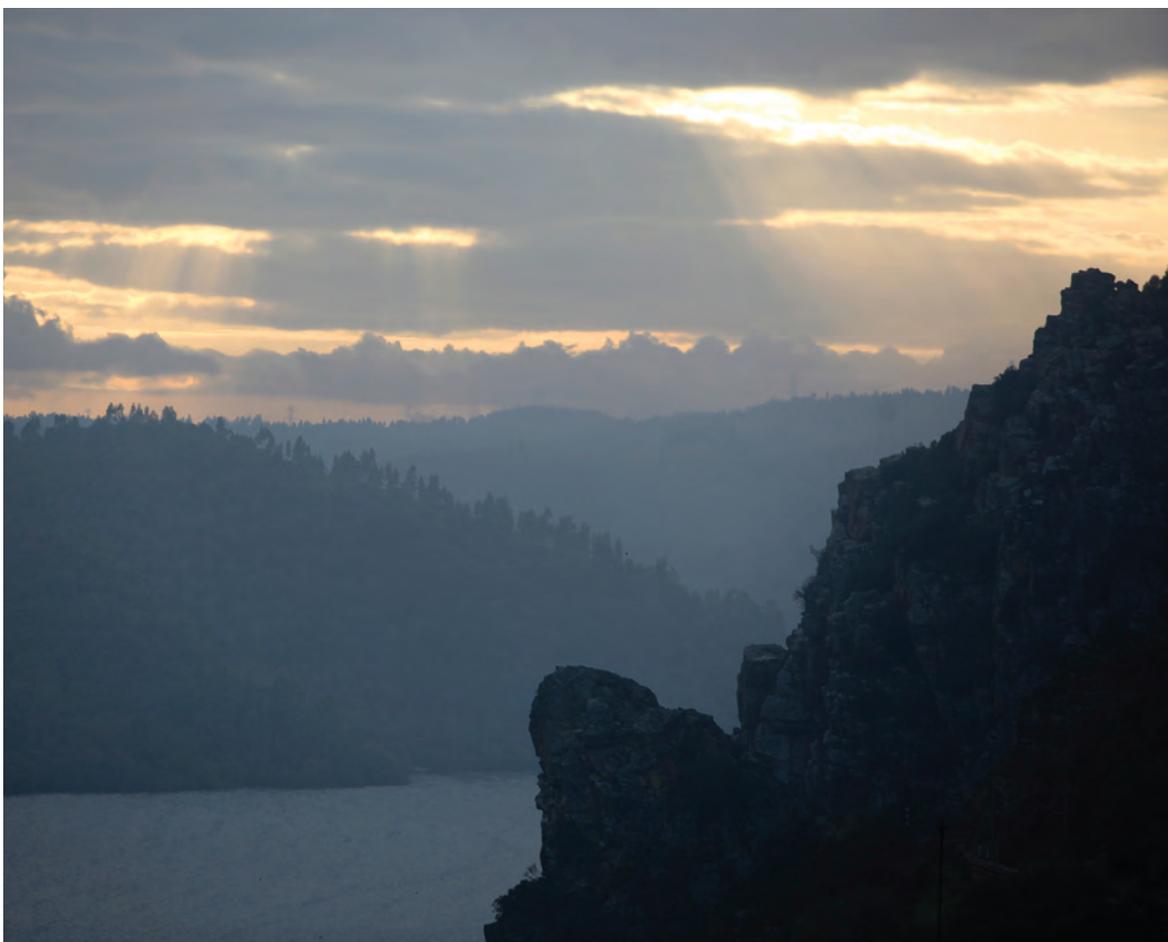
pitão disse-me para levar o rádio e virou-se para os guardas e disse-lhes: – E vocês têm muito mais que fazer, não se andem a meter nestas coisas. E o cabo a partir daí já ficou mais macio comigo.

Veja a vergonha daqueles indivíduos: quando aqui andava não me largavam a porta. Eu já sabia que em começando a andar na rua para cima e para baixo de pistola, era alguém que lhe tinha dito alguma coisa, que o picavam. Daqui ele foi para a Zebreira, porque foi promovido a sargento e foi comandar para lá. E agora veja como isto era: fazia lá umas apreensões e telefonava-me para eu ir lá comprar o contrabando! E até me passavam lá a factura da alfândega! Comprei lá alpargatas, outra vez uma peça de bombazina, e mais isto e

mais aquilo. E pronto, eles é que me obrigavam a trabalhar às vezes!...

Toda a gente ganhava com o contrabando. Disso o senhor Diamantino não teve a mínima dúvida, eram as regras do “negócio”, que ninguém punha em causa. E era “coisa” sabida por todos...

Toda a gente ganhava, essa é que é a grande verdade. Era eu e o Nabeiro, as carrinhas dele é que vinham trazer o café e aqui era cá o Diamantino quem o recebia. Era o Café Cubano. Em Espanha gostavam muito de mim! Ainda hoje. A minha filha é advogada e tem um escritório ali em Nisa, tem lá uma empregada e vai lá todas as semanas e muitas vezes o alcaide vai até Nisa, porque fazem lá umas caminhadas, e ele pergunta sempre



pelo Diamantino. Qualquer pessoa espanhola que chegue pergunta pelo Diamantino...

Passavam sempre o rio directamente para Espanha e os guardas nunca se aventuravam fora dos caminhos percorridos pelos jeeps, nunca iam pelos trilhos dos caminhantes.

Agora pode ir-se por outro lado, por causa da estrada, mas naquele tempo não havia nada, não havia ligações, eram só caminhos velhos. Por onde ia o jeep da Guarda-fiscal lá até ao rio, onde havia um posto. Os guardas não se aventuravam fora desse caminho do jeep, não iam pelos trilhos. Havia um posto aqui e outro do outro lado, em Montalvão. Era o que eles patrulhavam. Em Espanha havia um posto dos carabineiros mas esses eram bons.

Todas estas memórias desfilam na mente do senhor Diamantino com entusiástica fluência, transmitindo-nos alegria e orgulho. É uma história de vida sem dúvida muito interessante. Foi então que quisemos saber: se pudesse voltar atrás voltava a fazer a mesma coisa?

Ui! Era já! Coisas que dessem dinheiro eu fazia-o! A coisa que eu mais gostei de fazer nisto do contrabando foi o café. Foi o negócio mais bonito! Do lado de Montalvão chegámos a passar carrinhas carregadas, que iam logo directas à Espanha. O tabaco é que passava mais por além. E então o que é que fazíamos? Tudo estudado por mim: os gajos tinham uma carrinha que levava 30 caixas das grandes e eu ia à frente, no carro de praça (nós tínhamos lá um sítio seguro em Montalvão), por um caminho velho, que não estava alcatroado, era um caminho de máquina. A guarda era assim: se espera que vai para além aparece, se espera quando se vem para cá não dizem nada quando se vai para lá. E eu fazia os dois percursos: às vezes ia para lá, nada; vinha para cá, apareciam.

Se não aparecia ninguém não havia nada. Então eu chegava cá e dizia que se podia ir, pois não havia nada. Mas muitas vezes apareciam e nessa altura tinha que se arriscar. Os que levavam o contrabando iam sempre atrás de mim, a uma certa distância. Mas eu tinha uma luz vermelha atrás, no vidro, e se me mandavam parar eu tinha sempre o pé em cima da luz, era o sinal, e eles escapavam-se logo para trás. A Ford Transit levava umas 20 caixas. Eu estava no meio do caminho e o cabo puxou pela arma e deu logo uma rajada de tiros e saltou um tampão duma roda. Agora veja como são as coisas: eu tinha alugado uma carrinha a um chefe da barragem, que morava aqui. No outro dia, o guarda andava por ali com um tampão na mão, só que aquilo era duma Ford Transit e a minha era uma Opel. Ele foi-me chamar a casa, para saber se a carinha estava no mesmo sítio. Chegou lá e lá estava e com os tampões todos. O gajo ficou todo embaraçado!

Nunca me dediquei a outras mercadorias, além do café e do tabaco. Uma vez chegou um indivíduo que estava em Lisboa, que trabalhava num banco e disse que me ia arranjar um negócio que daria muita massa. Quando lhe perguntei que negócio era esse ele disse que era droga e que tinha lá um gajo para passar droga. Eu trazia a pistola – eu andava sempre de pistola à cintura, como a polícia, com licença e tudo – e disse-lhe, ameaçando-o: – Pois é a primeira e a última vez que me falas disso. Se tornares a falar duma coisa dessas!... E agora juro por duas netas que tenho: nunca mais, nunca autorizei ninguém que me falasse em coisas dessas. Foi a minha sorte não ter enveredado por esse caminho; se tivesse enveredado por esse caminho corria o risco de não ter nada e ia fazer mal a muita gente! Café e tabaco, rádios, isso sim, foi sempre o meu negócio.

CUIDADOR: ANTÓNIO BERNARDO

O senhor António Bernardo foi Presidente da Junta de Freguesia de Salvaterra do Extremo, sendo um profundo conhecedor da vida e das gentes da sua terra natal, na qual sempre residiu. A nossa conversa, que decorreu a meio da tarde do dia 8 de Fevereiro de 2023, versou sobretudo o seu conhecimento e memória sobre as actividades de contrabando na povoação.

Eu nunca fiz contrabando mas acompanhei muito quem fazia contrabando. Eles iam em grupos e daqui para lá era praticamente só café; antigamente, aí pelos anos 50, havia contrabando de animais, mais machos, cavalos e assim do género. Passavam o rio Erges e os do café por vezes o

Aragão e o Tejo, com barcas. O Erges era fácil de passar mas ainda lá tivemos dois afogados, dois rapazes.

O meu avô chegou a ser preso, ele e o pai de um grande tocador de viola baixo, o Joel Pina; o meu avô foi sócio dele, um homem de bigodes a quem chamavam Ti Cambulha. Estiveram presos seis meses!

Aqui, depois desse tempo, quando eu já era rapazola, com os meus dezoito ou dezanove anos, já só era quase só café. Mas, claro, ainda havia pessoal que levava cavalos mas era mais ali para os lados de Penha Garcia e Torre. Eu recordo, quando tinha dezoito anos e andava a trabalhar na barragem de Alcântara, que apareceu lá um senhor daqui que era agricultor e que tinha dois



cavalos. Ele não tinha necessidade de fazer contrabando mas a verdade é que o fez e os cavalos foram apreendidos e, quando era assim, os animais iam a leilão. Pois ele veio ter comigo dizendo que tendo eu lá tantos conhecimentos a ver se os cavalos iam pelo preço de início, para ver se ninguém lançava para não o castigar. Eu falei lá e ninguém pegou e os cavalos foram pelo primeiro lanço e acabou...

António Bernardo denota possuir um conhecimento muito circunstanciado sobre tudo quanto se relacionava com o mundo e as vivências do contrabando na região, muito contribuindo o seu depoimento para o registo dessa memória.

É preciso não esquecer que havia homens que trabalhavam por conta própria e outros que não, que eram fretados. E, segundo consta, todo aquele que era fretado se perdesse a carga não ganhava nada; se não a perdesse era uma noite bem paga em relação aquilo que se ganhava a trabalhar no campo.

Ainda houve tiros mas aquilo não era para matar. Era mais na parte de Espanha, a Guarda-civil para afugentar os contrabandistas, não era para matar. Aqui, a Guarda-fiscal não se importava muito com o café que ia para lá porque sempre era uma divisa que ficava cá. A Guarda-fiscal importava-se mais com o que vinha de lá: bombazine, pirex, rebuçados, até meias, alpargatas, muitos chocolates, enfim, de tudo. Claro que a Guarda-fiscal queria apanhar o que vinha de lá para cá para que as divisas não ficassem do outro lado. Até se dizia que a Guarda-fiscal não apanhava mais porque não queria.

Os episódios de contrabando entremeavam-se com as vivências sociais e lúdicas que tinham lugar na comunidade. São lembranças que o nosso entrevistado recorda com prazer e um certo brilho nos olhos.

Recordo que a malta tinha cá um clube, onde se faziam os bailes. E às vezes, durante esses bailes, alguém dizia: “Eh! Pá! Vou-me embora porque tenho que ir passar uma carguinha para lá.” E por vezes não saíam daqui, saíam da Torre para que não os vissem. Havia vezes em que estavam para lá umas duas ou três noites, quando iam para mais longe. Se fosse para a Zarza (la Mayor) era ir e vir no mesmo dia mas quando era para Ceclavin demoravam mais. Dormiam de dia e andavam de noite. Em Espanha tinham lá comerciantes à espera deles, mas tanto lá como cá, às vezes havia denúncias.

Mas com ou sem denúncias, a verdade é que as coisas às vezes corriam para o torto, registando-se apreensões e até prisões.

Houve gente que chegou a ser presa, até mulherzinhas chegaram a ser presas por levarem três ou quatro quilos de café, vejam bem! Havia muitas mulheres a fazerem contrabando, levando o café debaixo das saias. Nós tínhamos cá uma senhora, a senhora Piedade, que era “apalpadeira”. A Guarda-fiscal tinha uma varinha que batia nas saias das mulheres quando desconfiava que estava a esconder alguma coisa. E levavam-nas à apalpadeira para ela as revistar. Essa senhora estava mesmo por conta da Guarda-fiscal.

Contrabandistas espanhóis haviam poucos, comparados com o número de portugueses. Vinham buscar café e algum tabaco (ia muito tabaco para Espanha – Tip Top, Três Vintes, Definitivos, Provisórios – mas era sobretudo levado pelos contrabandistas portugueses) mas era gente que arriscava pouco em atravessar o rio para o vir buscar ao lado português. A vida económica em Salvaterra do Extremo era bastante intensa, havia muita gente na povoação e o comércio era forte.

Nós chegámos a ter uns dez a doze comércios, só aqui na aldeia! Era muito comércio! E então tabernas também eram bastantes. E porquê? Nós

aqui éramos duas mil e tal pessoas (hoje somos cento e setenta!). Entre nós e Monfortinho, que então pertencia a Salvaterra, chegámos a ser mais de três mil pessoas. No ano de 1955 ao exame da quarta classe foram 48 alunos!

Havia muito movimento na aldeia, as festas eram mais alegres do que são agora. Parece que a gente era mais amiga, agora há muita desconfiança. Nós, as tabernas que tínhamos, umas quatro ou cinco, eram onde estavam os contrabandistas durante o dia. Era uma alegria! Tocavam lá acordeão, faziam tudo. Os contrabandistas praticamente passavam ali todo o dia, uns com os outros. Havia contrabandistas que só tinham como actividade essa profissão.

A esposa de António Bernardo, a senhora Carmin-da Carneiro, tem uma memória muito particular sobre a vida dos familiares dos contrabandistas:

Eu quando para cá vim tinha doze anos, foi no Verão, e vi as moças de cá todas arranjadas, bem pintadas a andarem por aí abaixo e virei-me para a senhora onde eu estava e perguntei-lhe assim: – Cá as raparigas andam todas a estudar. Ela quis saber porque é que eu disse aquilo: – Andam todas arranjadas... E ela disse-me: – Ai filha! Para elas andarem assim estão as mães toda a noite a dormir sem os maridos na cama!

Para o senhor António Bernardo não havia segredos: ganhavam muito mais como contrabandistas do que a trabalhar no campo. A actividade tinha os seus perigos, é verdade, mas era altamente compensadora. Mesmo quando tinham dificuldades na passagem dos rios.

Aqui os contrabandistas chegaram a passar à corda. Daqui deitavam uma guita com uma pedra para lá, depois um de lá apanhava a guita e amarrava-se um calabre, uma corda já mais grossa, e passavam à corda, as pessoas e o contrabando.

Muitos passaram assim, a pulso, mas também usavam um género de roldana e passavam, como eles diziam, de cadeirinha.

Aquilo das barcas às vezes não funcionava como devia ser e causava problemas a outros. Andava eu a trabalhar na barragem de Alcântara e às vezes vinham uns trabalhadores espanhóis queixar-se de que “os teus paisanos portugueses bem nos lixaram nesta vez!” Tinham-lhes mudado a barca. Porque de Ceclavin para Alcântara é um passo pequeno se for pelo rio e escusavam de vir de autocarro e dar a volta e assim ficavam com o dinheiro que a empresa lhes dava e passavam na barca. Mas às vezes chegavam lá e a barca não estava no sítio porque os contrabandistas a tinham tirado de lá. E, coitados, chegavam tarde ao trabalho. Pediram-me para eu fazer alguma coisa porque se não quando isso acontecia chegavam tarde ao trabalho e descontavam-lhes as horas. E eu lá ia ter com os contrabandistas para lhes pedir que naquelas horas não tirassem de lá a barca. É que os barqueiros nem sequer estavam lá, eram os próprios contrabandistas quem manobrava a barca.

Estas barcas – umas de madeira e outras de bor-racha, disse-nos o senhor António Bernardo – já desapareceram todas e eram pouco usadas no rio Erges, que é bastante estreito – até tem um sítio que lhe chamam o Salto da Cabra – mas que tinha os seus perigos pois o leito tem muita pedra. *Mas é um sítio muito bonito!*, garantiu-nos, sugerindo mesmo que não deixássemos de ir admirar aquela maravilha da natureza em Salvaterra do Extremo.



1.6. QUEM AO MOINHO VAI, ENFARINHADO SAI...

Quem ao moinho vai, enfarinhado sai... Não, já não é assim. Agora quem vai ao moinho sai com a certeza de que esses tempos pertencem ao passado, a um passado não tão remoto como isso, permanecendo essas peculiares construções, na sua esmagadora maioria, como esqueletos testemunhais de vivências e referentes de memórias em desvanecimento acelerado.

Memórias de canseiras passadas – *para a feira e para o moinho, não esperes pelo teu vizinho* – os moinhos foram lugares de encontros e de convivências comunitárias. A tradição oral ainda hoje conserva muitas histórias e lendas, cantigas e ditos populares que testemunham de forma muito expressiva o que foi a vida em torno da actividade dos moinhos, sem dúvida muito importante para vida das gentes das respectivas comunidades.

O tempo da moagem do cereal era a celebração final das colheitas, com a obtenção do pão nosso de cada dia saído das entranhas de uma terra que nem sempre era pródiga e recompensadora dos trabalhos despendidos no cumprimento da bíblica maldição de se ter que ganhar o pão com o suor do rosto: *semeia no pó e não tenhas dó!*

A evolução da vida foi madrasta para os moinhos: a água continuou o seu livre curso em rios e ribeiros mas as mós calaram-se, os rodízios emudeceram e as pedras das paredes foram sucumbindo aos rigores do abandono. *Quem não tem farinha escusa a peneira*. E não precisa também dos moinhos...

O desenvolvimento tecnológico foi impiedoso com os moinhos, remetendo-os para um passado sem retorno. Os moinhos são hoje arquitecturas abandonadas e mortas do trabalho ao serviço dos camponeses e moribundas de vivências que apenas podemos registar para memória futura.



CUIDADOR: DOMINGOS COSTA RODRIGUES

Na demanda de memórias e de histórias de vida relacionados com a emblemática actividade dos moinhos, falámos com o senhor Domingos Costa Rodrigues, com 66 anos de idade, nascido em Penha Garcia onde sempre viveu.

P – Há quanto anos é que o Senhor Domingos faz a manutenção e cuida destes moinhos de Penha Garcia?

R – *Eu vim para aqui faz uns 35 anos, primeiro para a ETAR e depois, ai há 30 anos comecei a tomar conta dos moinhos e a tratar deles.*

P- O Senhor Domingos sabe de que época é que são estes moinhos?

R – *Estes moinhos existem para aí há 800 anos; bem é o que dizem os livros. Alguns podem ter 400 ou 500 anos, mas parece que os mais antigos tem 800 anos. Havia aqui em Penha Garcia,*

23 moinhos destes, o último trabalhou até 1978, era do Ti Serrano, mas eles começaram a parar nos anos 70, quando apareceram as moagens que vieram com outra capacidade. Não foi por falta de trigo, centeio ou da água que os movia.

P – Até essa altura quais eram os cereais que aqui chegavam?

R – *Era só trigo e centeio. Porque o milho era na mó pequenina manual, que era mais para fazer papas mais nada, nós aqui não fazíamos broa, era só o pão de trigo e o pão de centeio e havia aqui muita gente a fazer: a cada 10 minutos chegava um burrico ou uma mula com cereal para um moinho. Isto aqui tinha sempre muito movimento. Não havia estas novas moagens, isto aqui era cá um movimento. Toda a gente aqui da região semeava no campo que depois trazia para aqui. Não havia tractores nem nada, era só a força das vacas ou dos burros.*

P – Com tanto trabalho, os moleiros passavam aqui muito tempo...



R – Eles viviam cá todo o ano com a família, tinham 5 e 6 filhos e viviam aqui melhor que na aldeia, tinham mais condições, todos tinham animais de criação, galinhas, porcos, cabras. As cabras limpavam isto tudo. As famílias viviam aqui, todos trabalhavam até os filhos irem para a tropa. Depois alguns seguiram para a GNR outros ficaram a trabalhar em Lisboa e noutras cidades. Mas aqui vivia-se bem, viviam melhor que aquela gente que estava lá no campo. Então você trazia 40 kg de centeio ou trigo e uma percentagem ficava logo para o moleiro, 10 ou 15 kg. Todos os dias ganhava dinheiro.

P – As pessoas traziam o trigo e o centeio e levavam de seguida já em farinha?

R – Sim, sim, cada saco de 30 kg de farinha demorava uns 20 minutos a fazer. As pessoas esperavam e o normal era levarem logo a farinha; claro, dependia também de quanto trigo ou cevada tra-

ziam mas normalmente nunca era mais que a carga de um burrico de cada vez. Levavam e depois faziam o pão lá em cima, muitos tinham um forno em casa mas também havia um forno comunitário onde muitos iam e aí também deixavam uma percentagem.

P – Então Senhor Domingos, até 1978 o Ti Serrano teve o moinho a funcionar. Foi com ele que aprendeu a arte para saber cuidar destes moinhos?

R – O filho do Ti Serrano é que me ensinou a cuidar dos moinhos, chamava-se Marcelino. Foi ele que me ensinou a fazer os “rodízios” para o moinho trabalhar. Mas mais difícil é pô-lo a trabalhar.

P – Sr. Domingos, olhando aqui para este rodízio. Explique-me como é que isto funciona, porque eu vejo que temos peças feitas em madeira e outras em pedra.

R – A mó é feita em pedra de granito e o rodízio em madeira, que pode ser pinho, freixo ou carvalho,



mas não era o moleiro que fazia, era um carpinteiro que havia no povo, mas o Ti Serrano sabia fazer. Para fazer farinha esta mó moente vai ter de baixar, depois deita-se aqui o centeio em cima e a mó está sempre para cima e para baixo, e está sempre a deitar o centeio para dentro, quando este peso chega lá abaixo, este sino cai aqui para cima da mó que é para dar sinal que acabou o centeio.

P – E todas estas peças têm nome.

R – Todas, a pedra de baixo (mó) e a vermelha e a de cima a moega, isto é o chamadouro, isto é a quelha, o sino: tudo tem um nome e tudo isto funciona com a força da água no rodízio que está por baixo. Quanto mais forte é o caudal da água mais a roda se move e mais farinha se faz. Aqui neste moinho trabalhavam duas mós ao mesmo tempo, com um forte caudal de água nas pás do rodízio, fazia-se uma saca de 30 kg por volta de 20

minutos. Dava umas seis sacas por hora, um pouco menos, porque sempre se perde algum tempo com o carregar mas isto não é nada comparado com o que as novas moagens produzem, por isso é que isto acabou.

Sáímos do moinho e fomos para a parte de baixo, onde estão os rodízios e corre a água na levada.

R – Esta roda é o rodízio. A água vem da levada pelo canal bate nas “penas” e faz rodar o rodízio. As penas são estas pás onde bate a água. No meio está a “vela”, o pau por baixo no rodízio, chama-se “erreiro”, depois leva aquela pedra que é a “rela” da parte de baixo e leva outra pedra da parte de cima que é o “guião”. A rela e o guião são rolamentos. A água bate nas penas e segue pela levada para outro moinho, por isso a água é sempre a mesma para todos os moinhos. Isto estava bem feito.



P – O Senhor Domingos é quem mantém tudo isto a funcionar. Tem ensinado outras pessoas a fazer a manutenção dos moinhos?

R – *Eu não conheço ninguém a saber fazer isto. As vezes aparecem ai uns miúdos mas gostam é de ver isto a funcionar e depois vão embora. Os miúdos não se interessam em aprender. Mas isto também não é fácil de trabalhar. Temos de andar todos os dias a cuidar disto, as peças avariam e por vezes partem, tem de ser trocadas e é preciso saber fazer isso.*

P – O Senhor Domingos trata destes moinhos de Penha Garcia e de mais alguns aqui perto? Aqui na zona havia outras localidades com moinhos?

R – *Por vezes pedem-me para eu ir ver um ou outro moinho mas eu só trato destes aqui. Aqui perto também no rio Ponsul, mas mais para baixo, ainda havia alguns. Em Idanha-a-Velha havia. Em*

Segura (foto) e Salvaterra também, eram um ou dois, mas como eram longe do povo, tinham mais dificuldade. Aqui como era mais perto da aldeia vinha mais gente. Era Monsanto, Salvador, Medelim. Havia muito trabalho para os moleiros.

AS LEVADAS

P – Senhor Domingos, toda esta água corre por levadas?

R – *Isto funciona com levadas e o moleiro quase todos os dias tinha de andar a ver as levadas para as limpar ou a ver se estavam rotas ou não. As levadas tinham sempre de estar limpinhas. Até porque a água de uma era a água de todos. Com a água de um moinho, moíam todos. O moinho mais acima, tinha uma “azenha”, todos os outros são de rodízio, como este aqui, mas lá em cima tinha uma azenha, nós chamávamos-lhe a “fábrica”. O*



funcionamento é o mesmo, mas a azenha é aquela roda grande que está fora do moinho, estes aqui são diferentes. Os moinhos sejam de vento, ou de maré ou com a azenha, por dentro são todos iguais, só muda o mecanismo que faz a mó mover-se. Mas olhe, quem fez estes mecanismos, era um artista, porque está bem feito.

P – Senhor Domingos, e a água das levadas sempre foi livre, os moleiros não pagavam pela água, nunca houve distúrbios pela posse da água ?

R – *Que eu saiba nunca houve guerras por causa da água. Ela vinha de cima e desde que as levadas não estivessem rotas, sempre havia água para todos. E tinham de estar limpas também, mas cada moleiro limpava junto do seu moinho, até porque sempre cai folhagem das árvores, quando chovia também sujava.*

UM ESPAÇO MUSEOLÓGICO

Quem chega aqui hoje, vem encontrar os moinhos e as casas dos moleiros como se as pessoas que aqui viviam e trabalhavam tivessem deixado tudo no seu devido lugar. O moinho está a funcionar com todas as peças e os materiais que eram necessários para produzir farinha, e as casas, desde o mobiliário, a decoração, os talheres, até os brinquedos dos miúdos aqui encontramos. Só falta os burricos e as galinhas lá fora.

P – Como é que foi possível recriar todo este espaço?

R – *Pois é. Quando aqui cheguei apanhei uma época muito boa. Aqueles emigrantes estavam em França, na Alemanha, na Suíça e não ligavam nenhuma a estas coisas, deitavam estas coisas todas para o lixo e eu pedia-lhes para não atirarem*



fora e darem-me e eu trazia para baixo, para aqui e fui fazendo o que aqui está. Não falta aqui nada. Aquilo que tinha o moleiro eu trouxe para aqui. Montei os quartos, a sala, a cozinha, não falta aqui nada. Eu quando vim para cá a Câmara só tinha posto o telhado porque as casas estavam vazias, quase ao abandono e eu aos poucos fui criando isto.

P – O Senhor Domingos é mais que um “Cuidador da Memória”!

R – Pois é.

Acabamos esta conversa com o Senhor Domingos numa risota, porque já lhe tinham chamado muitos nomes mas não a de “Cuidador da Memória”, mas gostou.











2

AS MALHAS
QUE OS
TEMPOS
TECEM

2.1. DO PASTOREIO AO TEAR

CUIDADOR: JOÃO PIRES CATARINO

Das actividades da pastorícia até aos fios transformados pelos teares se construiu a saga de uma produção que marcou a identidade cultural da vida rural nas terras da Beira Interior Sul, revestindo a lã de uma importância económica fundamental. Ovelhas merinas e churras produziram a matéria prima de uma indústria que conheceu dias de excelência produtiva e alimentou um artesanato muito expressivo, identitário mesmo, com impactos de enorme relevância económica e social na vida das comunidades locais até meados dos anos 70 do século passado, justamente quando começou a desenhar-se um percurso descendente que muito entristece todos quantos viveram aqueles tempos de ouro da indústria dos lanifícios na região.

*Senhora do Bom Sucesso
Tendes o sino no telhado
Para chamar os pastores
Que andam na Serra c'ó gado...*



Da intensidade das vivências associadas à lã atestam os depoimentos – não raro emocionados e marcados pela nostalgia de um passado que, não tendo sido fácil, foi, no entanto, garantia de sobrevivência e de realização pessoal no seio da comunidade – com todos quantos nos foi dado conversar. O trabalho com a lã foi razão de viver e de ser para quem integrou uma actividade industrial que conheceu dias de grande dinâmica empresarial. E assim permanece uma memória, carregada de afectos.

Nasceu em Vale de Pousadas em 1948 mas foi em Perais (também ainda em terra do concelho de Vila Velha de Ródão) que João Pires Catarino se fixou, tendo trabalhado durante muitos anos no Retaxo, em empresas dos lanifícios nessa povoação estabelecidas. A conversa aconteceu nas instalações do “Núcleo Museológico de Perais: O Contrabando”, instalado no edifício da Junta de Freguesia de Perais, em 23 de Novembro de 2022.

Eu comecei a trabalhar na indústria têxtil a fazer fio para os tecidos. A lã entra na fábrica em rama e depois é transformada nas máquinas de cardação; depois vai ao aparato de tubo, outra máquina que faz parte da cardação e de lá sai enrolada e depois vai para a fiação, vai torcer e ficar pronta para ir para o tear, de onde segue para a última cardação e depois para a confecção.

A matéria vem em rama. Vai à lavadeira (mas não era nessa fábrica pois aí não havia lavadeira, quando para lá ia já ia lavada). Depois segue para a cardação: vai abrir e entra noutras máquinas, sempre para cardar. Quando sai, sai já num rolo, feita uma pasta. Entra num rolo e quando este tem um certo volume a máquina pára. Eu até fiz para lá um dispositivo automático. A máquina pára e o cardador corta-lhe a manta toda até à ponta, enrola num rolo mais pequeno e daí vai ao aparato, que é a última carda. Entra em pasta e sai em forma de fio

na outra ponta, é o chamado fio-laço. Depois vai para a fiação, naquelas máquinas onde se metiam os tais recadinhos para as senhoras que estavam cá em baixo, uns papelinhos..

Não era de modo algum fácil, nos anos 60 do século passado, escapar à atracção exercida pela indústria de lanifícios de Retaxo e Cebolais. Os tempos já não eram de feição para as actividades mais directamente ligadas à agricultura e trabalhar numa fábrica era algo tão aliciante como atractivo.

Eu comecei a trabalhar na fábrica de Cebolais em 1964. Mas foi na outra fábrica, a que está quase na frente. Foi nessa que aprendi. O meu pai tinha uma fazendazita em Vale de Pousadas, tinha lá umas ovelhas e umas cabras, umas coisitas, mas a malta quando saía da escola os pais mandavam-nos aprender para a fábrica. Ia quase toda agente para lá.

Trabalhava lá muita gente, muita gente. Chegou a ter dois mil oitocentos e qualquer coisa empregados! Aquilo enquanto estive a trabalhar – desde os anos 60 e tal até 74 – deu muito emprego. Durou até que veio aquela invasão dos países de Leste, quando começa para aí a entrar fazendas ao preço da uva mijona, os donos dos têxteis – que já estavam cheios de dinheiro! – borrifaram-se para o assunto. – Ai vocês querem isto e aquilo? E já não estavam para aturar o pessoal e tornou-se então um hábito fechar uma fábrica.

O que foi um problema porque havia famílias completas a trabalhar naquela arte. Bom, depois veio o mês de Agosto e as férias e um homenzi-to lá do Retaxo, que era da família do meu pai, perguntou-me: – Então quanto é que ganhas? Eu ganhava 14 escudos naquela altura. E ele disse: – Se eu falar ali ao Luís Macedo... – que era outra fábrica que havia ali no Retaxo, a Viúva de Agostinho Gomes Belo – Eu vou lá falar com ele a ver se ele dá mais alguma coisa. E então eu fui para lá e

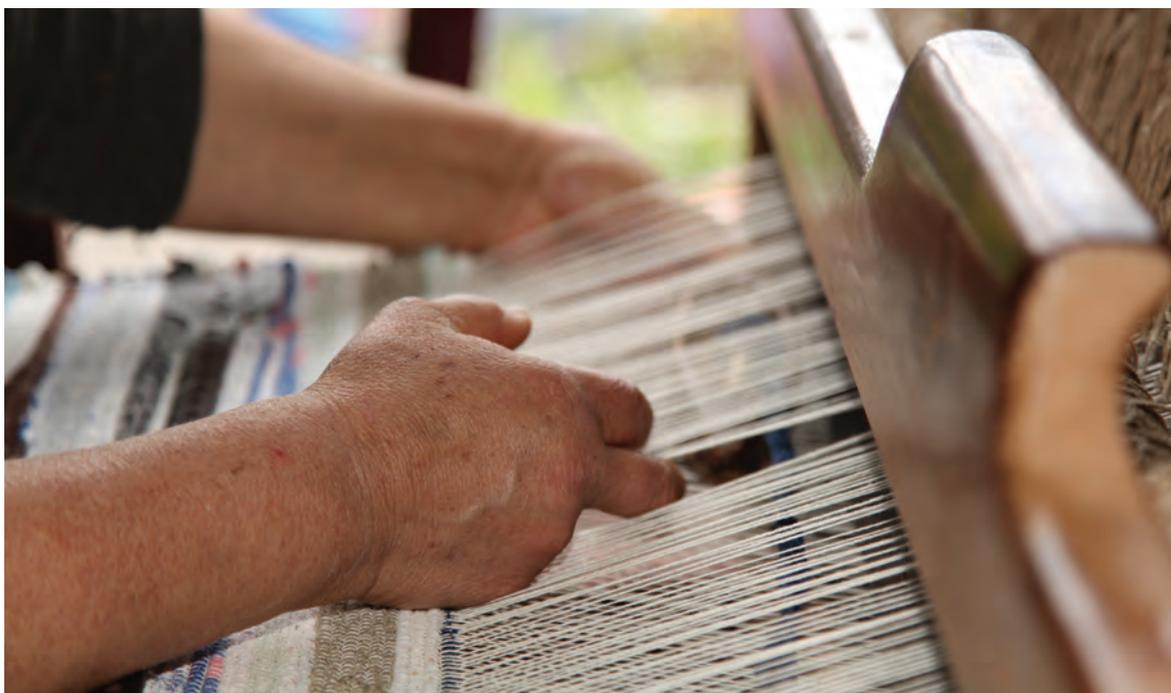
comecei a trabalhar em fins de Agosto, princípios de Setembro: tinha ido lá falar com um dos mestres e na primeira semana ganhei 23 escudos. De 14 para 23 não era nada mau!

Nós recebíamos então à semana. Mais tarde veio os 15 dias e depois ao mês, mas isso já mais para diante. Eu avisei os da outra fábrica que me ia embora porque me davam 23 escudos. Até uma certa idade recebia-se um preço. A tabela, que era o ordenado máximo, só a partir dos 18 anos. Enquanto não se tinha 18 anos era uma complicação para se ganhar à tabela. Às vezes até já trabalhávamos melhor que indivíduos de certa idade mas como ainda não tínhamos idade eles deixavam andar.

Sindicatos, já havia e João Pires Catarino conserva uma boa memória do seu desempenho, desenvolvido num tempo complicado para o exercício da actividade e num contexto com especificidades que não podiam deixar de ser tidas em conta.

Naquela altura já havia o Sindicato da Indústria Têxtil de Lanifícios, com sede na Covilhã. Ainda

tenho o cartãozinho. Como eu era bom trabalhador e merecia, aumentaram-me logo para 33 escudos. Passei de 14 a 23 e depois logo a 33: não cheguei a trabalhar um mês a 23 escudos e depois, numa semana 33 escudos! Foi um galope jeitoso. Trabalhei lá um ano e depois voltei para a fábrica onde tinha aprendido, para a Matos & Romãozinho, onde estive três semanas menos um dia. Sabe como é: naquela altura éramos assim malta nova, 18 anitos. Um mestre de outra fábrica, Carlos Dias Correia, perguntou-me se eu queria ir trabalhar para lá. E eu disse que sim. Mas ele disse que então não tinha lá nenhuma vaga mas a primeira que houvesse seria para mim. Na outra semana passei lá de bicicleta e ele estava à porta da fábrica – era um sábado, naquela altura trabalhava-se ao sábado – e chamou-me, dizendo que para a semana podia ir para lá trabalhar. E que se me comesassem a chatear por sair, que os mandasse à fava e que viesse já para lá que para semana lhe metia o dia na folha. E assim fui para lá trabalhar e ainda recebi mais um dia.





2.2. MEMÓRIAS COM SAUDADES

CUIDADORES: SILVESTRE MORGADO MARQUES, JOSÉ LOPES DUARTE,
JOSÉ JOÃO RODRIGUES

Em 24 de Novembro de 2022, nas instalações do “MUTEX – Museu dos Têxteis”, em Cebolais de Cima (Castelo Branco), decorreu uma animada como esclarecedora conversa com antigos operários da indústria dos lanifícios (alguns dos quais trabalharam mesmo na empresa que esteve outrora instalada naquele local): Silvestre Morgado Marques, José Lopes Duarte e José João Rodrigues.

P – Vocês vieram todos muito jovens trabalhar para a fábrica?

Silvestre Morgado Marques – *Eu nasci cá e cá me criei. Primeiro fui aprender a atar fios, numa fábrica como esta, que era a Corga. Depois fui ajudar a enfiar pentes e dar os fios aos tecelões. A seguir, com pontapé de um e pontapé de outro, a gente aprendia com os teares. Primeiro no tear manual e depois passámos aos teares mecânicos. No meu tempo, quando eu comecei, eram homens e mulheres, mas ultimamente eram só homens. Quando começaram a aparecer os teares mecânicos eram só homens. Mas primeiro, nos teares de pau, eram homens e mulheres.*

P – Trabalhava muita gente aqui na fábrica?

Silvestre Morgado Marques – *Oh! Aqui havia 26 firmas! Aqui só se dormia da uma e meia às seis e meia. As fábricas trabalhavam por turnos: pegavam das oito à uma; depois da uma às sete; e das sete à uma da manhã. Três turnos. Só havia o intervalo entre a uma e as seis e meia da manhã.*

P – No turno da noite ganhava-se mais?

Silvestre Morgado Marques – *Sim, tinha mais uma percentagem. Eu não sei quanto era porque eu nunca trabalhei de noite.*

José Lopes Duarte – *Era 25 por cento. Das oito da noite à meia-noite. Eram só mais duas ou três horas, em que a gente tinha direito a esse subsídio. Depois já não.*

P – Como era o ambiente que se vivia na fábrica? Isto era muita gente mas era como uma família, não?

Silvestre Morgado Marques – *Dantes, aqui em Cebolais, isto era uma família. Até os palheirinhos tinham casas, aqui vivia muita gente. Naquela altura, penso eu, sindicalizados eram dois mil e tal, mas depois isto foi desandando, desandando, até à situação que temos hoje. Para quem viveu isto desde o princípio até agora, dá pena!...*

P – Isto foi para muitos de vós uma vida inteira aqui a trabalhar...

Silvestre Morgado Marques – *É verdade. Das Sarnadas, por aí fora, Maxiais, Benquerenças, Perais, tudo vinha para aqui. Era a principal indústria, aqui havia 26 firmas. Havia muita gente! Não faltava onde trabalhar...*

José Lopes Duarte – *Havia um que dava mais uns escudos e a gente mudava-se. Um patrão dava mais cinco escudos, outro 25 tostões, a gente ia mudando...*

P – Como é que recebiam? Era à semana?

José Lopes Duarte – *Era à semana. Depois foi para quinze dias e mais tarde ao mês.*

P – Havia famílias inteiras aqui a trabalhar para a mesma fábrica?

José João Rodrigues – *Muitos até, por isso foi muito mau quando elas fecharam porque as pessoas depois ficaram os dois sem trabalho...*

Silvestre Morgado Marques – *Então quando havia uma chatice...*

P – Então e histórias cá da fábrica: aquela de mandarem uns papelinhos às mulheres...

José João Rodrigues – *Então era assim (mas não foi o meu caso): havia indivíduos que namoravam com raparigas que trabalhavam para o mesmo patrão mas noutra sítio. E então enrolavam um papel na própria maçaroca, aquilo levava um fio e eles lá combinavam através do papel...*

P – E se fosse parar à pessoa errada?

José João Rodrigues – *Pois, o problema era esse. (Risos) Ficavam os outros a saber o que se passava!...*

José Lopes Duarte – *À hora do almoço, andava eu a namoriscar com uma naquela máquina... Arranjavam-se muitos namoricos nas fábricas, éramos companheiros e a tal... e a vida continuava.*

P – Quase toda a gente casou então por aqui?

Silvestre Morgado Marques – *Sim, normalmente...*



José João Rodrigues

José Lopes Duarte – *Depois do 25 de Abril já muita malta saiu daqui, uns foram para a GNR, para a polícia...*

P – Quando é que a fábrica começou a perder importância?

José João Rodrigues – *Foi com o 25 de Abril, quando começaram a entrar muitas fazendas vindas doutro lado. Da China conseguiram pôr cá o fio já bobinado mais barato do que aqui se comprava a lã, ou mesmo o acrílico ou o nylon e então os patrões começaram a mandar vir o fio já bobinado. Mas depois foi cada vez pior. E foi assim...*

P – Quando é que você veio para a fábrica?

José João Rodrigues – *Aqui nesta fábrica eu fui o único de nós que aqui trabalhou. Eu conto a minha história. Vim para cá quando tinha 14 anos, em 1964 e andei aqui até ir para a tropa. Fui para a Guiné e quando regressei tornei a vir para aqui; casei, tive dois filhos, que andaram no infantário ali*

em cima. O infantário não pertencia à fábrica mas os meus meninos vinham para aqui até ele abrir, porque a minha mulher ia pegar às oito horas e eu tinha a possibilidade deles ficarem aqui ao pé de mim até abrirem o infantário. Depois ia-os lá deixar e regressava ao trabalho aqui e assim sucessivamente. Aqui andei até isto fechar. Depois fui para a Câmara de Castelo Branco e lá me reformei.

P – E aqui o que fazia?

José João Rodrigues – *Eu aqui comecei a atar fios, depois fui para as cardas, corri as máquinas todas e, ultimamente, fui para o fiadeiro. Depois as fiações fecharam e fui para as cardas de uma outra fábrica, até que fechou também.*

P – Essa mudança de posto de trabalho acontecia com todos ou havia trabalhadores que estavam sempre no mesmo sítio?

José João Rodrigues – *Estavam quase sempre no mesmo sítio. Isto do mudar de máquinas era só*



para quem estava mais habilitado e só nesse caso é que se faziam as transferências, que eram decididas por um mestre, pelas pessoas mais responsáveis. Havia uma diferença de pagamento mas era pouco. A gente ia andando conforme o que eles entendiam que a gente tinha mais categoria para mudar. Nós na altura éramos muitos mas como em tudo na vida há sempre um que tem mais jeito para a coisa.

P – Paravam para fazer as refeições?

José João Rodrigues – Parávamos para fazer as refeições. Os que não eram daqui traziam a merenda e os que eram daqui iam comer a casa. Nós só tínhamos meia hora mas noutros lados era uma

hora. Por exemplo, na parte da tecelagem era uma hora mas nós aqui era só meia hora.

P – E durante o período de almoço as máquinas paravam?

José João Rodrigues – Paravam. Nós, por exemplo, pegávamos às sete e quando eram oito e pouco se realmente a máquina desse comíamos uma bucha. E ninguém dizia nada por a gente estar a comer uma bucha, mas a máquina continuava a andar. O colega, por exemplo, se a minha máquina tivesse fios partidos, ia lá e vice-versa.

P – Quando vocês entram agora nestas instalações vêm-lhes com certeza à memória todas



José Lopes Duarte

estas vivências. E quando falam com os vossos filhos, o que é que eles sentem?

José João Rodrigues – *A minha filha ainda há tempos aí veio e aquele quarto lá em cima, do lado, que nós chamávamos o quarto das cordas, pois era onde a gente tinha as cordas para reparar as máquinas, as correias e um caixote com canudos. E a minha filha era ali que brincava até chegar a hora de ir para o infantário. E ela ainda há tempos cá veio e teve que ir ver o quarto onde brincou tantas vezes. Eu bem lhe dizia para não ir para lá porque se sujava. Eu não queria que ela fosse suja para o infantário pois podiam pensar que ela já tinha saído assim de casa.*

P – Vocês sentem que as novas gerações, os vossos descendentes, valorizam isto, têm apreço...

José João Rodrigues – *O meu filho quando o museu abriu veio de Portimão de propósito para a inauguração. E também quando ainda andavam aqui a reparar as máquinas. Há uma história que eu já contei noutras alturas. Aqui ao pé do infantário, dentro do recinto do infantário, está uma azinheira. E ali estava sempre alguém de guarda – nós chamávamos um guarda mas tanto podia ser eu como outro qualquer – porque se trabalhava clandestinamente da meia noite às sete da manhã. E então o que é que acontecia? Nessa altura até havia poucos carros e quando se via algum a vir do lado do*



Retaxo ou do lado de Castelo Branco, quando víamos as luzes dum carro, a gente tinha uma vara de lá até à fábrica e na fábrica estava um latão ou um bidão velho. A gente puxava a vara, aquilo caía, fazia barulho e o que estava mais próximo do quadro eléctrico desligava-o logo. Porque o que é que se passava? Podiam ser os fiscais. Éramos nós a fazer mal a nós próprios... Nessa altura o carro passava e isto estava às escuras, esperavam-se uns dez minutos ou coisa parecida e voltava-se a ligar o quadro e vamos a trabalhar.

P – Havia muita fiscalização?

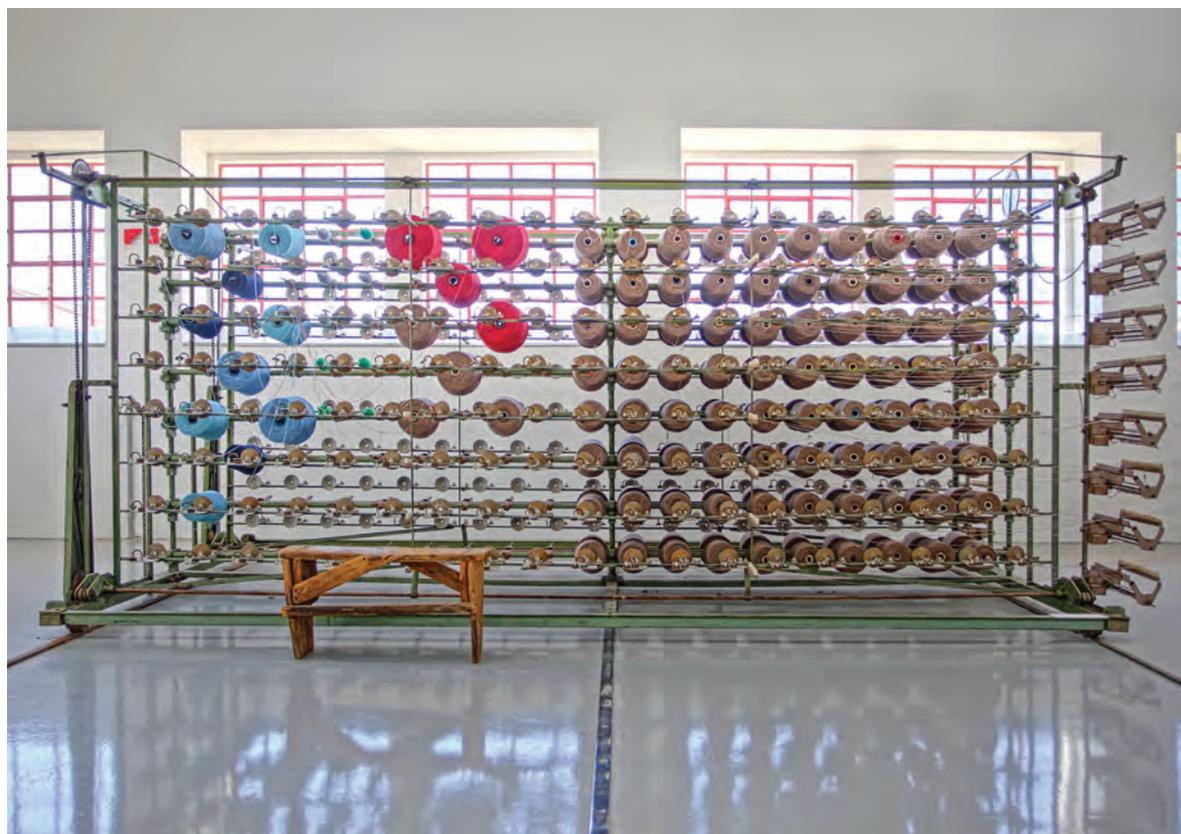
Silvestre Morgado Marques – Muitos de nós não estávamos no quadro. Eu vim para a fábrica aos dez anos e só aos catorze é que se entrava para o quadro. Quando vinham os fiscais nós não cabíamos no portão a fugir.

José João Rodrigues – Quantas vezes nos metíamos debaixo dos fardos, escondidos...

P – Para receberem a tabela tinham que chegar aos 18 anos?

Silvestre Morgado Marques – Era... A partir dos 14 anos já éramos sindicalizados, já havia cédulas...

José João Rodrigues – Depois isto dos sindicatos também foi acabando. Em primeiro eram os patrões quem descontava para o sindicato. Descontavam logo um ou dois por cento e eles é que faziam o pagamento ao sindicato. Depois, como se deu o 25 de Abril, os patrões disseram que ao descontarem eles estavam a dar força ao sindicato e os trabalhadores se quisessem que descontassem e pagassem eles. Ora o pessoal o que queria era levar o dinheirinho para casa e uns descontavam e outros não e começou a enfraquecer.



P – Antes do 25 de Abril o sindicato preocupava-se convosco?

José João Rodrigues – *Sim.*

Silvestre Morgado Marques – *Tínhamos cá um delegado sindical, o Manuel Gato Francês, esse era excepcional! Tratava dos assuntos nem que fosse preciso ir a Lisboa.*

José João Rodrigues – *Esse foi dos melhores homens que aqui apareceu.*

P – As relações com os patrões eram boas?

Silvestre Morgado Marques – *Sim, era uma relação muito íntima, era tudo uma família. Nessa altura era uma família global. E depois foi-se desfazendo a partir do 25 de Abril.*

P – Vocês eram muitas vezes convidados para irem trabalhar para outras fábricas por mais uns

escudos. Isso não criava problemas e aborrecimentos?

José João Rodrigues – *Tinha que se dar um prazo. Lembro-me ali daquela fábrica, a Matos & Romãozinho, a que está ali com os vidros todos partidos. Vieram de lá para aqui trabalhar quatro homens sem darem o prazo. Ora, quatro pessoas a abandonarem aquela fábrica para virem para aqui...*

Silvestre Morgado Marques – *...máquinas paradas...*

José João Rodrigues – *...máquinas paradas e eles criaram um grande problema. Aquilo parece que até chegou a tribunal.*

P – Quem é que fazia esses contactos? Os mestres?

José João Rodrigues – *Sim, sim...*



José Lopes Duarte, José João Rodrigues, Silvestre Morgado Marques e Matilde Dias (da esquerda para a direita)





Silvestre Morgado Marques – *Até os próprios patrões, que andavam sempre à busca de bons trabalhadores e os chamavam para as suas firmas. Eu trabalhei para uma firma quarenta e tal anos e o patrão é que me foi buscar a outra firma. Dou-te mais isto e aquilo, disse-me ele então... e eu fui!*

José Lopes Duarte – *Também foi naquela altura da emigração para a França e isso causou muitos problemas aqui...*

Silvestre Morgado Marques – *Nessa altura é que eles aumentaram os salários. É que os industriais tiveram que aumentar os salários.*

José Lopes Duarte – *Os patrões procuravam os melhores...*

P – *De onde vinha a lã?*

José João Rodrigues – *Eu cheguei a andar mais o meu filho, aos fins de semana, à lã, não por minha conta mas por conta de um senhor que era o Domingos Belo, e já na altura o filho, José Luís, cheguei a andar ali pela zona da Mata da Rainha e Alpedrinha, ia para lá com o meu filho à lã mas normalmente não era a lã de cá que fazia isto andar, pois não Zé?*

José Lopes Duarte – *Não, não, ela vinha do estrangeiro. Da Espanha vinha alguma coisa...*

Silvestre Morgado Marques – *Nah! Da Espanha nem bom vento nem bom casamento!...*

José Lopes Duarte – *Nós em Portugal também tínhamos lã boa; a lã merina era uma categoria!*

Silvestre Morgado Marques – *Essa era tão boa ou melhor que a estrangeira!*

José Lopes Duarte – *Exactamente...*

Silvestre Morgado Marques – *Da Nova Zelândia é que vinha muita.*

José João Rodrigues – *Vinha de lá já tudo lavado e prensado e aqui era só abrir o fardo. Já não*

foi da minha lembrança mas daqui, ó Ti Silvestre, daqui iam para o Ocreza...

Silvestre Morgado Marques – *Iam para o Ponsul para lavar...*

José João Rodrigues – *...mas isso já não é do meu tempo, já não é da minha lembrança. E iam em mulas, pois não tinham carros.*

P – O que é que era o batedor? Também era para lavar?

José João Rodrigues – *No batedor não se lavava nada, a máquina que está no meio é que é o batedor e era ali que se fazia o bater de uma com a outra para escarmear, porque a mistura já tinha sido feita. Faziam-se as camadas e tirava-se aos braços, primeiro era no batedor. Depois fazia-se novamente outro lote, deitava-se o produto e então ia para a “loba”. As máquinas que nós chamávamos o batedor e a loba eram as máquinas mais difíceis...*

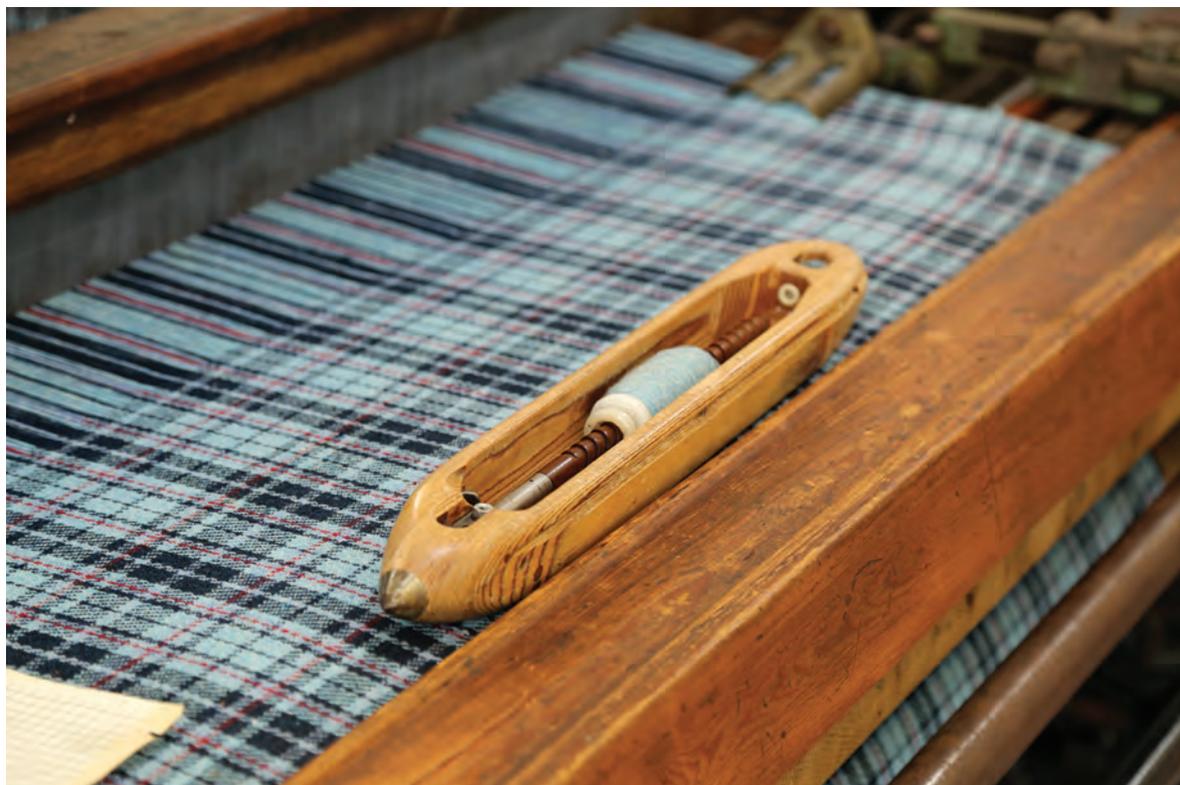
Silvestre Morgado Marques – *Eram as que apanhavam tudo em bruto e dali é que saía o pó.*

José João Rodrigues – *Quando se abria uma lâ, punham na lâ pêlo da pele de um coelho, para ficar na fazenda aquele pelinho e era muito bonito. Então imaginem: aquele pêlo de coelho a alvoroçar, o pó todo, quando se abria a porta um gajo tinha que fugir. As tesouras ficavam todas cheias e depois tinha de se limpar aquilo para não se misturar com o de baixo.*

P – Não surgiram problemas de saúde?

José João Rodrigues – *Ai não, não surgiram! Quem me diz a mim – eu que já só tenho um rim, porque tirei o outro em 2019 – que não foi daquilo? Aparece por aí tanta coisa aqui nos Cebolais! A gente não sabe. Não há diagnósticos para se saber se foi disso.*

P – Na altura não havia medicina no trabalho?



José João Rodrigues – *Ultimamente já havia...*

Silvestre Morgado Marques – *Havia mas era a despachar.*

José João Rodrigues – *Eu por mim digo: essa medicina era virem uns indivíduos ver os ouvidos da gente, perguntavam se ouvíamos bem e iam embora. Era tudo a despachar.*

P – Não era uma profissão que vocês desejassem para os vossos filhos?

José João Rodrigues – *Eu não!*

P – O que faziam depois do trabalho?

José Lopes Duarte – *A gente depois da hora de trabalho juntava-se na taberna, bebia uns copos...*

P – Havia festas cá na terra?

Silvestre Morgado Marques – *Tínhamos, tínhamos. Tínhamos a festa de Abril, que era a festa religiosa, e a de Setembro, chamada a Festa da Inveja*

por causa da Senhora da Guia. Mas bailaricos era todos os domingos. Os de cada firma costumavam juntar-se numa determinada taberna, onde se juntavam também alguns de outras firmas. Era uma família que havia aqui em Cebolais.

José Lopes Duarte – *Até tínhamos equipas de futebol a jogar umas contra as outras!...*

Silvestre Morgado Marques – *É verdade, torneios de futebol entre firmas, animação não faltava. Pela Quaresma jogava-se às panelas: raparigas e rapazes, tínhamos uns barros que atirávamos uns para os outros e quem deixasse cair ficava fora e já não entrava no jogo. E depois ao fim um tocava o realejo e outro a concertina e havia baile. Era muito divertido!*

Nós, cebolenses, batíamos o pé. Quem mandava em Castelo Branco eram os de Cebolais. Porquê? Porque aqui era onde se ganhava mais dinheiro e íamos para lá e éramos uns senhores, entrávamos





em cafés em que muita de gente de Castelo Branco não entrava. Éramos uns senhores.

José João Rodrigues – *Sobre a sua pergunta se nós gostávamos que os nossos filhos cá trabalhassem, eu vou responder a isso: eu vim para aqui na altura em que se estivesse a chover como está agora, a gente aqui ganhava na mesma. E na propriedade de mini-agricultura do meu pai não era assim. Um dia o meu pai disse-me para arranjar mas era um trabalho lá nos Cebolais porque lá ganhava-se sempre, quer chova quer neve. E um vizinho, que já cá trabalhava, arranjou para eu vir para cá. Mas os filhos virem para aqui, não.*

José Lopes Duarte – *Os filhos já foram criados noutra ambiente porque já havia escolas e dantes só os pais que tinham bom dinheiro é que mandavam os filhos para estudar e essas coisas todas. Não era como agora.*

José João Rodrigues – *Agora é obrigatório, pronto. Era como a quarta classe do nosso tempo, que era obrigatória.*

P – *Aqui na terra a maior parte das pessoas trabalhava nas fábricas mas havia teares em casas?*

Silvestre Morgado Marques – *Havia, chamávamos nós a indústria caseira. Havia teares em determinadas casas, de gente que deixou as firmas e foi trabalhar para casa para ganharem mais alguma coisa.*

José Lopes Duarte – *E muitos deles estavam a trabalhar na empresa e depois trabalhavam também em casa.*

P – *Os patrões das fábricas não deviam gostar muito disso...*

José Lopes Duarte – *Ora! Até lhes davam trabalho!...*

Silvestre Morgado Marques – *Houve aqui uma altura em Cebolais em que não havia mãos a medir para despachar fazenda. Enfim, quem conheceu Cebolais! É como tudo, passou de oitenta para oito. Eram 26 ou 27 firmas e neste momento já só há uma. E está a trabalhar a meio gás...*





2.3. BORDADO DE CASTELO BRANCO

2.3.1. GENERALIDADES

Os bordados conhecidos pelo nome de “Colchas de Castelo Branco”, de seda colorida sobre o linho regional, relacionam por um lado as artes populares indígenas, a cultura da seda e do linho, cujos fios foram afamados em seu tempo áureo e toda a Europa bordadeira os conhecia; e por outro lado a influência oriental dos damascos e tapetes persas, que os Descobrimentos puseram em voga, quando a Índia era nossa. A habilidade das raparigas, que as bordavam, a escolha das figuras decorativas, a que presidia o entendimento dos símbolos tradicionais, indicam a procedência artística e a origem das formas de composição e distribuição das partes componentes. A colcha era um quadro simbolista. É-o ainda para quem sabe ler nelas a iluminura de velho pergaminho.

Os sinais amorosos da interpretação das figuras e o seu afeiçoamento, personagens isoladas ou aos pares, no centro da colcha, rodeadas de emblemas de amor, como os cravos, as rosas, as flores em botão, as romãs, aqui e além o galo senhorial, – revelam o fim utilitário. As noivas bordavam com a poesia da esperança mais verdejante a colcha que havia de lhes cobrir o seu leito no dia do casamento. Todos os emblemas bordados lhes enchiam a alma com os encantamentos de miliários da sua marcha nupcial. (Chaves, 1943:15/16)

O Bordado de Castelo Branco ou Colchas de Castelo Branco – designação utilizada, como constatamos na citação prévia, pelo etnógrafo Luís Chaves em meados do século passado e que aparece pela primeira vez escrita em 1891, num artigo publicado do “Jornal Correio da Beira” – tem, tanto quanto se conseguiu apurar, a sua primeira expressão material no séc. XVIII, admitindo-se no entanto a possibilidade de ter sido comercializado já no decurso do século anterior.

As suas matérias-primas são o linho e a seda determinando o seu processo de execução: linho bordado a seda, partindo de um desenho prévio sobre o pano, que corresponde e define uma grande variedade de motivos – vegetais ou fitomórficos, antropomórficos, zoomórficos, mitológicos e inanimados – que constituem os alicerces expressivos da sua extraordinária riqueza (Adraces, 2014:231): *A grande diversidade de motivos contribui para a riqueza do bordado e sua plasticidade. Há importantes factores a sublinhar como a estilização e a falsa simetria, a ausência de decoração geométrica e uma certa*



ingenuidade no traço dos desenhos das colchas consideradas como Bordado de Castelo Branco.

Sobre esta temática nada mais podemos fazer do que recomendar a consulta e leitura de uma fonte documental exemplar: o livro-álbum intitulado *Colchas de Castelo Branco. Percursos por Terra e Mar. – Castelo Branco Coverlets Journeys by Land and Sea*, numa edição monumental concretizada em 2008 pela Parceria “Ex-Libris” (constituída pela ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul, IMC/Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, Instituto Politécnico de Castelo Branco e Câmara Municipal de Castelo Branco).

2.3.2. COLCHAS DE CASTELO BRANCO, COLCHAS DO MUNDO

CUIDADORA: ANA MARIA PIRES

Uma contextualização mais precisa do bordado de Castelo Branco exigia-nos uma entrevista com Ana Maria Pires, especialista portuguesa em têxtil e investigadora com várias obras editadas sobre o mesmo.

Constituindo uma evidência a existência de um padrão definidor, digamos, do estilo do bordado de Castelo Branco, caracterizado por uma grande variedade de motivos – vegetalistas ou fitomórficos, antropomórficos, zoomórficos, mitológicos e inanimados, importava saber de que modo se processa a introdução de novos motivos se isso é possível, introduzir novos motivos.



Ana Pires – Antes de mais eu gostaria de precisar algo naquilo que disse, porque senão, não sabemos do que estamos a falar. Refere a existência de um padrão definidor, embora esse padrão seja múltiplo, poliédrico. A questão aqui é que durante muito tempo todas as colchas bordadas a seda, que apareciam na região de Castelo Branco, mesmo apresentando padrões muito diferentes, eram consideradas Colchas de Castelo Branco. Durante muito tempo, a maneira de resolver essa questão era dizer umas eram eruditas e outras eram populares. Aliás, nos primeiros textos que se publicam e que nos descrevem as colchas, até se considerava que as mais populares, de desenho menos cuidado, teriam sido as primeiras a aparecer e que as senhoras dos solares considerando-as muito bonitas, logo as quiseram copiar mas, arranjando

desenhos com mais qualidade, portanto num processo inverso daquilo que costuma ser a evolução nas artes decorativas que passa sempre do erudito para o popular, em que as linguagens se vão transformando mas em que se pode, digamos, quase traçar uma genealogia. Só para darmos um exemplo, dos presépios de Machado de Castro passámos para o figurado de Estremoz porque há uma linha nesse sentido e aqui pensava-se exatamente ao contrário seria o percurso inverso, do povo para as classes mais privilegiadas.

Hoje em dia evidentemente isto não tem sustentação nenhuma e a única coisa que sabemos é a evidência da sua ocorrência na zona de Castelo Branco, a qual se poderá estender até quase Portalegre e cujo limite norte andarás, eventualmente, por Trancoso. Mas era, sobretudo, na área



da Beira Baixa que se encontravam estas peças, as quais, entretanto, foram daqui levadas, foram vendidas. As famílias que as possuíam deixaram de residir na área e estão espalhadas por todo o lado, sobretudo em Lisboa, portanto é muito mais difícil perceber como e quando, de que maneira é que elas aparecem nesta zona. É um grande enigma e neste momento só se pode especular, embora seja importante especular para se ter uma hipótese que organize a investigação e será a investigação depois que irá dizer se essa hipótese está certa ou errada. No entanto, essa investigação está por fazer e neste momento o que se sabe é que há peças que muito provavelmente foram de facto bordadas na área de Castelo Branco, não por meninas solteiras que teciam e faziam o seu próprio linho e reproduziam a sua própria seda, como era o discurso que até há bem pouco tempo se fazia sobre as Colchas de Castelo Branco. Estas colchas são de produção oficial, que não sabemos onde é que se localizavam, como não sabemos quem as encomendava. Devo aqui referir que uma das características mais interessantes destas peças é que não apresentam elementos, motivos de carácter religioso, nem elementos ligados à nobreza, como brasões. O tipo de bordado que aparece nas Colchas também não aparece em nenhum frontal de altar em nenhuma casula, em qualquer tipo de alfaia religiosa. É um bordado, digamos, completamente separado, divorciado da realidade religiosa e da nobreza da altura. Por exclusão de partes, trata-se de um bordado que nos surge ligado a uma classe provavelmente burguesa, porque, quer a nobreza, quer as ordens religiosas sempre marcaram as suas coisas, como se pode ver na faiança logo no século XVII, ao contrário do que acontece nas Colchas de Castelo Branco. Nós vemos isso, noutro tipo de colchas ou panos de armar, que

aparecem noutros locais, mas, neste caso, tudo aponta para uma classe burguesa que encomendava as Colchas em oficinas. Não estou a dizer que uma ou outra peça não tenha sido feita por uma menina mais habilidosa e com mais posses para poder ter a seda, mas não é regra. Estamos perante uma produção que nos aparece tipologicamente muito diversificada, em que há um corpo de peças sobre as quais já existe algum consenso de que foram feitas na área, em contexto oficial, mas, não sabemos a mando de quem nem sabemos onde estavam as oficinas.

P – E estas oficinas existiram em que altura?

Ana Pires – Pois, também é muito complicado dizer porque por exemplo nós podemos dizer séc. XVIII, mas o séc. XVIII são cem anos, são muitos anos e é muito difícil dizer quais são as peças mais antigas, precisamente porque nós não temos maneira de as rastrear em relação às famílias que as possuíam.

P – Mas atendendo que há nos desenhos uma influência oriental, seria sempre após descobrimentos.

Ana Pires – Eu tenho alguma dificuldade em dizer perentoriamente que têm uma influência oriental. Vê-se uma influência absolutamente oriental, aliás, melhor dizendo, asiática e neste caso Indiana, no caso das colchas da árvore da vida, que, claramente copiam os palampores, que são panos de algodão, estampados na Índia. Há um desenho de uma colcha, que se repete de peça para peça, sempre a mesma árvore da vida, e eu conheço alguns 5 ou 6 exemplares, e, nessa árvore sempre com os mesmos passarinhos, as mesmas flores e os mesmos frutos enfim com mesmo desenho, essa é claramente uma cópia de um palampore. As outras, dentro das que antigamente eram ditas populares, são as colchas dos cravos



abertos como nós agora dizemos, essas colchas foram feitas na zona de Castelo Branco, em oficinas mas, as suas influências, os seus modelos ainda não foi possível determiná-los. Depois temos colchas que se organizam numa outra tipologia, e essa, já está claramente assente que era impossível ter sido produzida na área. Trata-se de peças demasiadamente ricas, com um desenho demasiadamente perfeito, aliás muitas delas têm um ponto extremamente complicado de fazer e, estas peças, que são enormes, pelo seu tamanho, pela sua riqueza a complexidade, exigiriam uma oficina que nunca teria tido possibilidade de subsistir numa área de população rarefeita como era a Raia, portanto pensa-se que estarão ligadas à corte de Dom Pedro II, em Lisboa, quando o ouro do Brasil começa a chegar.

Então, há um corpo de colchas que já sabemos que não são de Castelo Branco, mas que ainda

aparecem nos livros mais antigos como sendo Castelo Branco, há outras que já sabemos que são e depois, há ainda um grande corpo de peças que verdadeiramente não temos grandes argumentos para dizer que não são mas também não temos grandes argumentos para dizer que são, a não ser o facto de terem sido encontradas na área o que, como argumento é relativamente fraco. Portanto, neste contexto é muito complicado falar de um modelo definidor ou qualquer coisa assim. A situação é muito mais complexa que isso.

As pessoas tomaram consciência deste património com a visita do Rei Dom Carlos e da Rainha Dona Amélia a Castelo Branco em 1891, e foi então que se cunhou a expressão “Colchas de Castelo Branco”. De facto, é a admiração da Rainha, ao ver as dezenas de colchas que decoravam a enorme sala da Junta Provincial da Beira Baixa, onde um grande banquete foi oferecido aos Reis, que leva os



locais a aperceberem-se daquela grande riqueza. Pelo relato do jornal percebe-se o espanto da Rainha, que não esperaria, que num lugar como Castelo Branco, aparecerem aquelas colchas todas. A Rainha, tentando perceber a situação, faz perguntas e, é então que lhe dizem, tratar-se de uma indústria já extinta. Um dos presentes é a pessoa que depois, numa outra situação festiva, vê colchas nas varandas de Abrantes, pelo que escreve “mas estas colchas não são como as de Castelo Branco”, foi assim que se cunhou esta expressão que aparece, pela primeira vez, no jornal “Correio da Beira”, também em 1891.

E isto para dizer que é só nesta altura que as pessoas tomam consciência deste património o que só volta a acontecer em 1929 na altura do III Congresso Beirão. Ali se fez uma comunicação, que corresponde ao primeiro texto em que se descrevem as colchas, e também se fez uma exposição

de produtos locais, onde aparece um pavilhão cheio de colchas. Mas, verdadeiramente, as colchas só entram na agenda da cidade de Castelo Branco, em 1939, quando na preparação da Exposição do Mundo Português, Luiz Chaves e Salles Viana, fazem uma grande volta pela Beira e ficam muito surpreendidos e agradados com as mais de 100 colchas de Castelo Branco que encontram. E, todas ou quase todas foram mostradas em 1941, em Castelo Branco, numa grande exposição, que permitiu definir uma imagem plural e fortíssima das colchas, tornadas um ícone da cidade. No ano seguinte, cerca de trinta dessas colchas serão expostas numa sala do SPN (Secretariado da Propaganda Nacional). Agora repare, dessa exposição de Castelo Branco nós não temos a lista das pessoas que emprestaram as peças, o que a ter sido feito, nos permitiria cartografar a área de ocorrência das colchas. De todo esse esforço, só

temos um pequeno catálogo, relativo à exposição de Lisboa, de 1942 que nos permite, pela primeira vez, saber de onde é que vêm as colchas, que famílias as possuíam, e até que a maior parte não é de Castelo Branco mas sim de outras freguesias da Covilhã ou da Cova da Beira.

Nessa altura, quando em 1939/40 as pessoas tomam consciência deste capital simbólico, nasce a intenção de relançar a produção. Note-se que as colchas continuavam a ser feitas, mas como uma atividade de lazer. As meninas que andavam nos colégios, e havia dois em Castelo Branco, aprendiam a bordar o bordado de Castelo Branco, o que não acontecia só em Castelo Branco. Tenho informações fidedignas de mães e avós de amigas minhas que, por essa época, aprenderam a bordar, em colégios na Guarda ou em Évora, o que nós chamamos agora ponto de Castelo Branco e que, na altura se chamava bordar a frouxo porque a seda é pouco torcida.

Então foi em 1939/40 que o poder político da cidade organiza o relançamento da produção de uma maneira, já não como lazer, já não como uma habilidade para meninas de boa sociedade, mas como produção de capital simbólico e emprego para as pobres. Surgem algumas iniciativas mas que falham porque há um problema gravíssimo com o abastecimento da seda pois estamos em plena segunda grande guerra. Não havia seda local suficiente e não havia seda que se pudesse importar, pois ela vinha de Itália, e, dessa forma, não se consegue relançar a produção de colchas bordadas. Há uma oficina da Mocidade Portuguesa que começa em 1945 mas também fecha pouco depois.

Foi só no início dos anos 50 que surge uma oficina, a chamada Casa-Mãe, de Elísio José de Sousa, que de facto vai trabalhar para um mercado muito alargado e que transforma as Colchas de Castelo Branco num símbolo de Portugal. Assim, nesta al-



tura começa-se a produzir muito bordado em colchas, mas também noutra tipo de peças com usos mais diferenciados como naperons, toalhas de camilha, sanefas e cortinados e, até, babetes! Nessa época, como tudo era considerado “Castelo Branco” misturam-se os motivos e reorganizam-se os padrões ao sabor da imaginação e, então é uma alegria porque as colchas mais populares de desenho mais toscas não são copiadas, mas sim as outras, e eles copiam esses motivos e copiam da maneira que querem e lhes apetece, misturando tudo. Aliás há uma peça interessantíssima que foi feita para ser vendida em África, mas era tão desmesurada, no tamanho e no preço, que acabou por não ser vendida e está neste momento em depósito no museu Francisco Tavares Proença Júnior. Esta peça tem uma árvore da vida primorosamente desenhada, mas apresenta uma barra igualmente com muito bom desenho como se fosse uma colcha de século XVII e, como era para ser vendida em África, por entre as ramagens da árvore da vida aparece toda a fauna africana, toda menos crocodilos. Tem hipopótamos, rinocerontes, elefantes, gazelas, tem tudo, tudo, macacos, tudo o que se possa supor por entre as folhagens da árvore da vida. Isto para se perceber até que ponto se chegou na manipulação dos motivos.

A questão engraçada é que nós olhamos para aquilo e dizemos, isto é Bordado de Castelo Branco. E porquê? Porque não só há a utilização do ponto mas também um conjunto de motivos que nos permitem identificar o bordado, elementos como os cravos abertos ou as flores de lótus, a seda com que estão bordados que nos remetem imediatamente para o bordado de Castelo Branco e, é por isso que os motivos mais exóticos são bem acolhidos, se tornam admissíveis.

P – É então permitido inovar ao bordar uma colcha de Castelo Branco?

Ana Pires – Conheço o resultado de alguns projectos acolhidos ou dinamizados pela Câmara Municipal a que concorreram estilistas. Aliás, algumas dessas peças até estão expostas no Centro de Interpretação do Bordado de Castelo Branco. A inovação é absolutamente aceitável desde que seja referenciável àquilo que é a matriz decorativa do bordado. Eu posso pegar num cravo, posso estilizá-lo ainda mais, mas eu tenho de perceber que é um cravo, isso é perfeitamente aceitável. Se eu olho para um bordado e vejo que é feito com o ponto Castelo Branco, mas não vejo mais nada que o referencie a uma matriz decorativa, que até é particularmente diversificada como é a do bordado de Castelo Branco, então não é bordado de Castelo Branco.

P – Existem então uma série de figuras que são características do bordado e não se admitem figuras para além destas já referenciadas? Na colcha com motivos africanos isso acontecia.

Ana Pires – Admitem-se, admitem-se, desde que sejam reconhecíveis, referenciáveis à matriz plural dos motivos de Castelo Branco. Eu posso bordar uma nova flor, posso até bordar um comboio mas tem de ser um comboio num contexto que eu perceba que aquilo é bordado de Castelo Branco. Um comboio por si só, não. Ao contrário do que acontece com Arraiolos, só o ponto não identifica o bordado de Castelo Branco. Voltemos à colcha com os motivos africanos, vêm-se aqueles animais, um búfalo, avestruzes mas não temos dúvidas nenhuma de que se trata de Bordado de Castelo Branco porque há toda uma organização do desenho, motivos característicos do bordado, que dão esse contexto e me permitem a identificação.

P – Desde quando temos documentação sobre o bordado de Castelo Branco? A referência mais antiga é aquele artigo de 1891 do “Jornal Correio da Beira”.

Ana Pires – *De facto, não temos muita documentação anterior a esse artigo, mas só porque ainda não se fez uma investigação arquivística séria e consequente. Eu tenho algumas “coisinhas” que me foram passadas por um grande investigador de Castelo Branco que é o Doutor Leonel Azevedo, que tem uma grande obra de investigação sobre figuras e instituições de Castelo Branco e que, nas suas pesquisas encontrou referências relativas às colchas que me foi passando, como a de um vendedor de colchas que vendeu fiado uma colcha e se viu aflito para reaver o dinheiro, isto em 1800...*

P – E a personagem, Elísio José Sousa, qual foi a sua importância para o Bordado de Castelo Branco?

Ana Pires – *O Bordado de Castelo Branco foi, em muito, a obra da oficina de Elísio José de Sousa. A certa altura, este homem percebe que há todo*

um discurso sobre a cidade em que o bordado é o seu símbolo maior, sempre presente no discurso identitário da cidade o qual invade mesmo o espaço público, veja-se o caso dos empedrados, por exemplo. No entanto, ao tempo, quase não havia produção de bordado. Assim resolve montar uma oficina, a que chama Casa-Mãe, para dar emprego a raparigas pobres e produzir colchas, muitas colchas, que sabe promover e vender como poucos. Ele corresponde àquilo que eu chamo um “Patriota de Cidade”. Uma pessoa dedicada à sua cidade. É ele, com o seu peso político, que faz com que as colchas, não só sejam produzidas e vendidas, mas sejam quase um símbolo da nação, porque quando vem a Portugal a Princesa Margarida é-lhe oferecida uma colcha de Castelo Branco. Quando vem a Portugal a Rainha Isabel II, são-lhe oferecidas 2 colchas de Castelo Branco, uma pela Mocidade Portuguesa e outra pelo Estado. Quando vem a Portugal o Presidente do Brasil



Kubitscheck de Oliveira, que teve uma enorme popularidade em Portugal no final dos anos 50 no início anos 60, a sua mulher recebe uma colcha de Castelo Branco. Isto consegue-se com o peso deste homem que aposta nas colchas e que faz exposições por todo o lado. Nós temos notícia da primeira venda de uma colcha da sua oficina em 1951, mas numa entrevista em 1953 já diz que fez exposições em Milão, em São Paulo, em Londres, portanto é o Elísio José de Sousa que põe as colchas de Castelo Branco, não direi no mapa, mas no mundo.

P – E por falarmos em “homem”, para quando um homem a bordar, um bordador?

Ana Pires – Sabe, provavelmente as mais antigas foram feitas por homens porque nas oficinas de bordado, nomeadamente bordado rico, feito com seda, eram os homens que bordavam.

2.3.3. A VOZ DAS BORDADEIRAS DO CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO BORDADO DE CASTELO BRANCO

CUIDADORA: MARIA ROSA GONÇALVES

Maria Rosa Gonçalves (64 anos): nasceu e reside em Escalos de Cima, Concelho de Castelo Branco.

Maria Rosa Gonçalves – *Eu aprendi a arte do bordado de Castelo Branco em 1972, ao sair da minha quarta classe na escola de Escalos de Cima, que comecei a ir trabalhar lá na aldeia para a Senhora Antónia Goulão. Era o que acontecia com a maioria das meninas da minha idade quando acabavam a escola. A opção era seguir o Bordado de Castelo Branco.*

P – Havia muita gente na altura a seguir por este caminho?



Maria Rosa Gonçalves – *Sim, sim. Havia muita gente na altura, lá na minha patroa chegamos a trabalhar algumas 16 ou até mais. E não era só ela que tinha oficinas de bordado havia mais senhoras que tinham outras jovens também a trabalhar. Depois houve uma altura que eu parei, quando casei, parei. Um aninho ou dois, pois fui mãe e tive de ficar com o meu filho em pequenino porque não havia infantário na altura. Quando ele cesceu, entre seus três, quatro anitos, a irmã da senhora Antónia Goulão, a Maria Goulão, tinha raparigas que trabalhavam para ela e eu fui abrir a casa para a desenrascar porque tinha pouca gente a trabalhar e estava com um trabalho com data fixa de entrega. Aí eu retomei outra vez levando mesmo o meu filho comigo. Ela não se importou que eu o levasse porque precisava da mão-de-obra e então desde aí, vim sempre a trabalhar ao dia para essas senhoras que tínhamos lá nos Escalos, depois trabalhei para mim, para ganhar alguma coisa,*

porque não havia a possibilidade de outros empregos e depois aqui, no Centro de Interpretação do Bordado em Castelo Branco.

P – *Ainda nos Escalos, quando trabalhava para as irmãs “Goulão” qual era o tipo de peças que fazia?*

Maria Rosa Gonçalves – *A maioria, posso-lhe dizer, eram as colchas de noivado. Sim, era raro fazermos um painel ou outras peças, só uma vez ou outra. Napperons também fazíamos, mas era quase sempre colchas. Havia muita procura de colchas e deixe-me dizer-lhe, lá de Escalos devem ter saído centenas de colchas.*

P – *Nessa década havia o costume de nos casamentos oferecerem uma colcha a quem casava?*

Maria Rosa Gonçalves – *Não é bem por esse campo que vamos. Faz parte mas tem uma pequenina história. Quem tinha realmente possibilidades eram as famílias mais abonadas aqui de Castelo Branco, as mais ricas, digamos assim, que tinham*



essa possibilidade, então era da praxe e acho mesmo até motivo de orgulho, essa família quando tinha uma filha casadoura, ser até ela própria a bordar, portanto tinha que aprender e fazer ela própria a colcha. Tirando daí as pessoas mais pobres, com o resto de linhas, às vezes tinham linho que era dado pela família, sempre faziam alguma peça mas a maioria era nas famílias que tinham mais posses e daqui da nossa zona. Porque era praxe mesmo elas levarem essa colcha porque a sua simbologia – pelo menos da árvore da vida – é grande e a história que ela contém era identificativa do nosso bordado.

P – Mas quando diz que nessa altura se venderam centenas de colchas, essas colchas ficam aqui no território ou eram vendidas para todo o lado?

Maria Rosa Gonçalves – Acho que era por todo lado, da zona norte vinha muita gente aqui procurar as colchas.

P – Aprendeu muito jovem, na altura porque era a vida que se assim obrigava, mas sempre teve gosto na arte?

Maria Rosa Gonçalves – Sim, eu esmero-me e sempre me esmerei porque é algo que eu faço com paixão. Foi a vida a que eu me dediquei e que me orgulho daquilo que sai das minhas mãos.

P – E nas peças que faz, coloca algum toque pessoal?

Maria Rosa Gonçalves – Sim, sim, sim. Podemos inovar em tudo um bocadinho. Eu tenho um motivo – suponhamos as figuras – quando aparece um trabalho com as figuras à minha frente, eu aplico certas coisas no momento, fruto da minha ideia; dou um bocadinho do meu coração, digamos assim. Acho que todo artista esmera-se naquilo que faz, no que aplica, e, só vivendo nesse campo, sabe transmitir isso, nessa peça que nos sai das mãos.

P – Acaba por ser uma “artesã artista”.



Maria Rosa Gonçalves – *Exactamente, o Bordado de Castelo Branco é uma coisa de inovação mas depende de artista para artista, de colegas, nós aqui, cada uma tem o seu toque pessoal naquilo que faz, tanto nas cores como nos pontos, porque nós jogamos com os pontos. Se virmos um motivo à nossa frente trocamos entre nós opiniões, qual iria lá surtir mais e aí chegávamos a um acordo. As vezes aquele toque que é mais pessoal e que acaba inserido no conjunto. Outras vezes é a ideia de uma com a qual concordamos que realmente surta mais efeito e fazemos por aí, mas acho que é pessoal de cada uma de nós.*

CUIDADORA: LOURDES BATISTA

Lourdes Batista (54 anos): Nascida e residente em Castelo Branco, bordadora no Centro de Interpretação do Bordado de Castelo Branco.

Lourdes Batista – *Eu comecei a ir muito pequena para o Museu Tavares Proença Júnior, tinha lá uma tia que fazia bordados, estava a trabalhar na escola dos bordados. Comia por lá, depois comecei a gostar e comecei a fazer formações nos tempos livres, no tempo das férias, depois criaram cursos através do Centro de Emprego e Formação Profissional e fiz vários, foi onde aprendi e comecei. Depois ainda estive colectada, deram-me um subsídio para fazermos uma empresa, estivemos juntas três pessoas nessa empresa até duas das minhas colegas desistiram e eu fiquei sózinha. Ainda estive assim, durante dois anos, até o trabalho começar a fraquejar e tive de ficar em casa. Houve depois uma pessoa que tinha uma loja no Mercado Municipal e que me chamou para ir trabalhar para o pé dela, estive lá vários anos a trabalhar para ela até que abriu a Oficina do Bordado de Castelo Branco e eu vim para cá.*

P – *Começou então muito jovem*

Lourdes Batista – *Sim, aos dezasseis anos.*

P – *E continua a ter o prazer de bordar que tinha quando era mais jovem?*

Lourdes Batista – *Sim, gosto muito de bordar e de inovar um bocadinho tal com a minha colega Maria Rosa.*

P – *Onde gosta mais de inovar?*

Lourdes Batista – *Nos desenhos. Não é uma coisa que se veja tanto mas também se pode inovar e bastante, mais com o desenho mas também na escolha das cores.*

P – *Que peças gosta mais de fazer?*

Lourdes Batista – *As tradicionais são as peças que mais gosto de fazer. Para mim o tradicional é o principal, o que mais gosto.*

P – *Como vê o futuro do “saber fazer” do bordado de Castelo Branco?*

Lourdes Batista – *Assusta-me haver poucas pessoas a fazer. Também não há interesse, gente jovem não há.*

P – *Nesta altura em Castelo Branco, quantas pessoas estão a trabalhar?*

Lourdes Batista – *Aqui nós somos cinco; deve haver aí perto de doze pessoas.*

P – *Mas há procura do bordado para haver mais gente a trabalhar?*

Lourdes Batista – *Penso que sim.*

CUIDADORA: ANA PEREIRA

Ana Pereira (60 anos): Moro em Castelo Branco mas nasci no concelho do Fundão numa aldeia pequenina que chama Martianas, que pertence à freguesia da Orca. Vim morar para Castelo Branco por causa das filhotas que tenho, duas meninas,

uma é psicóloga e a outra enfermeira, uma está em Lisboa e outra no Porto e eu vim morar para cá, na realidade eu já trabalhava cá e ia todos os dias para a aldeia. Tive a sorte de conhecer uma senhora que tinha o sonho de aprender Bordado de Castelo Branco e eu fui arrastada atrás dela, apesar de eu desde pequenina lidar com muitos tipos de agulhas sempre fui muito interessada pelas agulhas. Fui com ela aprender e nunca mais larguei o bordado de Castelo Branco. Trabalhava numa loja de pronto a vestir e assim que fiquei desempregada, aperfeiçoei-me e aprendi com uma senhora que também aprendeu com uma grande mestra no Museu, essa senhora já faleceu mas ensinou muito bem. O primeiro curso tirei-o através do Centro de Emprego mas depois à posteriori tirei várias formações, sempre todas pagas por mim.

P – As suas duas filhas já licenciadas e a trabalhar fora do concelho de Castelo Branco, demonstram

algum interesse em aprender ou mesmo sobre o Bordado de Castelo Branco?

Ana Pereira – *Pois, que me aperceba para já não, mas gostam muito qualquer uma delas e a mais velha manifestou vontade de aprender a trabalhar com agulhas, essa até já sabe fazer ponto cruz e mais umas coisinhas, mas pronto é assim.*

P – E essa questão de vos chamarem “bordadeiras” ou “bordadoras”, de que gosta mais?

Ana Pereira – *É a mesma coisa, mas é assim, há quem goste mais do termo “bordadeiras” mas o termo “bordadora” acho que é mais específico, mais do nosso bordar.*

P – Quanto a técnica do bordado, como fazem, cumprem um desenho que vos dão?

Ana Pereira – *Sim, cumprimos um desenho que nos é dado mas também podemos criar o nosso desenho, portanto não indo contra os motivos*



do bordado de Castelo Branco podemos alterar e modificar um desenho para não ser tudo igual, podemos dar um toque pessoal, sim podemos, podemos! A partir do momento que não estrague o tradicional que é mesmo obrigatório e que a certificação nos exige podemos bordar algo que não está no desenho.

P – E em relação à continuidade do “saber fazer” do bordado, como estamos?

Ana Pereira – Os jovens agora têm que fazer obrigatoriamente o 12º ano e se calhar a partir daí vêm outras alternativas para a vida deles. Agora também já temos uma formação a decorrer onde a gente menos jovem, mas também a gente mais jovem, se interessa, só que há aqui um problema, talvez não seja muito rentável e daí também a dificuldade de captar gente mais jovem.

P – Mas uma “peça de bordado”, uma colcha, um trabalho num vestido, normalmente tem um valor comercial compensador, ou não?

Ana Pereira – Isso é preciso que seja uma peça própria para depois poder rentabilizar. Nós esta-

mos a fazer um trabalho mas não vamos receber o dinheiro todo disto, não sei se me faço entender, pronto talvez um bocadinho. É um trabalho que é muito demorado e que talvez por isso também a retribuição económica não seja fácil. Eu creio que a parte económica pode fazer com que não seja mais atractivo para os jovens, porque eles estão habituados a ter tudo mais rapidamente. Para mim eu acho normal, bem, estou habituada e acho que as coisas demoram muito tempo, pode ser que o bordado seja agora mais valorizado, se houver intercâmbios entre outro tipo de artesanato talvez a vertente económica melhore.

P – Está então confiante que a conseguir-se a “chancela” UNESCO para o bordado de Castelo Branco isso ajudava na valorização e até no interesse das pessoas pelo bordado.

Ana Pereira – Acho que sim, eu acho que sim, é a nossa expectativa. Que venha beneficiar não só as profissionais do bordado como até o nosso território. É bom porque a cidade e a região vão tornar-se mais atractivos.



CUIDADORA: GRACINDA MARQUES

Gracinda Marques (67 anos): *Nascida e criada em Escalos de Cima, freguesia do Concelho de Castelo Branco, onde aprendi a profissão de bordadeira. Tenho um filho que vive em Castelo Branco, tem a vida dele completamente diferente disto e é homem, nunca eu o incentivei para isto.*

P – Não há nenhum homem a bordar?

Gracinda Marques – *Eu acho que há aí um homem que estava na prisão e aprendeu lá qualquer coisinha, porque uma vez o vi numa exposição de uma feira, o homem estava lá a bordar, mas coisinhas muito fracas.*

P – Com quem aprendeu ?

Gracinda Marques – *Aprendi nos Escalos de Cima com a Dona Deolinda Riscado. Uma senhora que ensinava na Mocidade Portuguesa, nos colégios, na Casa-Mãe. Ela pensou em ensinar nos Escalos de Cima, porque ela era natural de lá e penso ela vivia aqui (Castelo Branco), porque havia falta de trabalho para as mulheres e então foi para lá ensinar bastantes meninas e mulheres que lá se formaram.*

P – A dona Gracinda trabalhou sempre no bordado?

Gracinda Marques – *Sempre, sempre, sempre e comecei à saída da quarta classe, depois fui para casa dela (Dona Deolinda Riscado), tive um intervalinho pequeno de dois ou três anos mas já trabalhava na minha casa, na casa dos meus pais, para a Dona Deolinda aqui em Castelo Branco. Ela deixou-me lá a trabalhar com as meninas e eu vinha-lhe entregar o trabalho, isto antes de casar, por aí aos dezoito ou dezanove anos.*

P – Nessa altura trabalhava por obrigação ou paixão?

Gracinda Marques – *Trabalhava e trabalho porque gosto. A minha mãe mandou-me então lá para a casa dela aprender, que ela era ali vizinha e então aprendi. Gosto do que faço e depois é uma profissão que adoro, faço com gosto sim. Numa altura em que eu fui uns aninhos para França, fui para uma fábrica de confecção mas não gostei e voltei aos bordados e então desde aí é a minha vida, o meu trabalho para que possa sobreviver. Adoro o que faço e o trabalho para mim é muito gratificante. Acabar um trabalho, vê-lo feito, adoro. Gosto muito de começar a bordar mas aquele incentivo depois de o ver finalizado, sim gosto imenso.*

P – E quem vai continuar esta arte dona Gracinda?



Gracinda Marques – *Nós estamos aqui num belíssimo sítio, numa casa que podia ser uma mais valia para virem pessoas a bordar, terem uma continuidade de bom vencimento, dar-lhes estabilidade, mas o bordado tem de ter valorização.*

P – *Então esta candidatura a UNESCO é muito bem vinda?*

Gracinda Marques – *Sim, sim, pode ajudar. Se o bordado não for valorizado será difícil dar uma retribuição que permita estabilidade para a vida de um jovem. Eu quando comecei a aprender não ganhava, não ganhava dinheiro.*

P – *É difícil aprender a bordar?*

Gracinda Marques – *Não é difícil, mas nós aprendemos de crianças. A gente aprendia a fazer uns pézinhos, depois fazia uma folhinha, a gente ia aprendendo lentamente. Hoje uma pessoa que venha aprender é preciso já saber de agulha, já ter algum conhecimento, já saber pegar na agulha e gostar de bordar outro tipo de pontos para entrar neste com mais facilidade porque senão isto são muitos pontos e requer perfeição, é muito demorado e é precisa muita paciência, sim é preciso paciência, é preciso gostar.*

P – *As bordadoras recebem os desenhos para fazer o trabalho, os desenhos já vem com as cores definidas?*

Gracinda Marques – *Não, os desenhos não trazem cores, nós é que pomos as cores. Mas tudo isto de pôr as cores também vem de quando se aprende, nós sabemos já, à partida todas nós, que uma romã deve ter aquela cor, as folhas os troncos principais depende do desenho que estamos a fazer, mas não vamos bordar a árvore da vida com um tronco em azul. Isto aprende-se conforme se aprende a bordar, na continuidade aprende-se as cores, depois há mais o gosto de cada uma, que podem gostar de uma cor mais viva.*

P – *Entre vocês, bordadeiras ou bordadoras...*

Gracinda Marques – *Eu gosto mais de bordadoras, bordadeiras há muitas. (Ri-se)*

P – *Vocês conseguem diferenciar as peças se são de uma bordadora ou de outra, conseguem ver que é de determinada pessoa?*

Gracinda Marques – *Sim, mas por vezes há coisas que nos deixam na dúvida. Às vezes ficamos na dúvida. Agora num trabalho feito por várias bordadoras, todas a trabalhar no mesmo, se a gente estiver um bocadinho com atenção dizemos: ali fui eu, aquele bocado ali foi tal, conhecemos. Mas depois no todo, nós também tentamos fazer as prisõenzinhas todas mais ou menos da mesma largura, as redes cruzadas, não fazer abertas demais que é para que o trabalho se equilibre, porque se uma tem tendência para uma largura outras têm para outra e aí temos que conversar para que o trabalho fique bem. O senhor vê lá colchas em baixo (no piso inferior do CIBCB) e não está ali a ver que houve 5 ou 6 bordadoras a trabalhar.*

P – *Uma destas colchas grandes, com certamente mais de 4m², quanto tempo é que demora a ser feita?*

Gracinda Marques – *Algumas podem levar mais de 6 meses. Começamos com 6 pessoas. Leva pontos muito complicados e demorados, essa colcha pode ir entre 5 a 6 meses. São pontos demorados é ponto pena e os troncos e as flores tudo muito tapado, na abertura a contar fios e pontos abertos, assim como também há pontos abertos que são a contar fios o que também leva o seu tempo, depende dos pontos que se aplicam, mas sim é um trabalho que requer muito tempo e gosto, gosto pelo que se faz.*

CUIDADORA: ANABELA ROSINDO

Anabela Rosindo (56 anos): Nascida em Benquerenças, Castelo Branco e aí vive. Tem uma filha, de 29 anos que está a fazer o Mestrado em Arqueologia, em Évora.

P – Com quem aprendeu a fazer o bordado de Castelo Branco?

Anabela Rosindo – *Aprendi com uma senhora de Vila Velha de Ródão que foi dar uma formação a Benquerenças, a minha aldeia, mas naquela altura eu não gostava destes trabalhos de agulhinhas, digamos assim.*

P – Isso quando aconteceu?

Anabela Rosindo – *Isto foi em 1996, salvo erro. A senhora foi lá dar o tal curso, mas ela veio aprender muitos dos pontos ao Museu Francisco Tavares Proença Júnior para nos ensinar a nós. Eu não gostava como disse, não gostava de trabalhos de agulhas, trabalhos manuais, mas depois houve um incentivo da parte da minha sogra que me disse: Vai experimentar! E eu fui e foi uma paixão até hoje. Depois tive o privilégio de ficar a trabalhar na ADRACES à volta de 6 anos, lá nas Benquerenças e depois mudamos para Vila Velha de Ródão. A partir daí, pronto, ingressei aqui no bordado, fiz várias formações e ingressei aqui no bordado nos antigos CTT, no edifício amarelo.*

P – E hoje há muitas bordadoras?

Anabela Rosindo – *Neste momento é assim: sempre houve muitas bordadoras, as senhoras que se reformaram do Museu Francisco Tavares Proença Júnior elas continuam a fazer, a gente sabe que elas continuam a fazer, não podem é trabalhar certificadas. O nosso trabalho aqui é certificado, já desde 2018, se não me engano, há muitas bordadoras e há um curso do IEFP, no Centro de For-*

mação Profissional onde está um grupo de jovens senhoras a aprender, mais jovens do que nós, vamos ver se com garra ou não, se gostam ou não, para seguir depois.

P – As bordadoras estão na expectativa de que esta chancela da UNESCO possa valorizar ainda mais o Bordado.

Anabela Rosindo – *Acho que sim, acho que vai ser uma mais-valia para o nosso bordado e mesmo para o território porque isto tem que sair além fronteiras porque só aqui no concelho de Castelo Branco, é pouco, como já quase toda a gente sabe fazer um bocadinho, acho que tem que ir para novos horizontes, outros países, outras comunidades, acho que tem que voar.*

P – Nunca houve homens a aprender e a bordar?

Anabela Rosindo – *Não, houve aí um senhor que fazia umas coisas “fraquinhas” mas que não o vi mais.*



2.3.4. AS COLCHAS DE NOIVADO POR EURICO DE SALES VIANA

Em tempos idos, um ano ou alguns meses antes do dia marcado para o casamento, as raparigas pobres, remediadas ou ricas, preparavam, devotadamente e com a sua melhor arte, a colcha que deveria cobrir o tálamo de noivado. Assim a colcha de linho caseiro, bordada a sêda frouxa, era feita exclusivamente para aquele dia solene para o qual nunca poderia servir qualquer outra colcha já usada em outro casamento.

Por isso, escolhido o linho no bragal materno, preparadas as sedas animais – produto de trabalhos pacientes de sericultura –, tintas as sêdas com os coloridos que a natureza e a tradição ofereciam e obtido o desenho raramente igual a outro, se começava o trabalho do bordado a ponto de Castelo Branco em que a sêda era empastada e pespontada por dedos delicados num ritmo lento naquele poente inebriante da vida de solteira com o pensamento posto naquele dia feliz em que a colcha deveria mostrar mais graça de desenho e maior brilho de colorido.

Ao tempo, chegado o dia do casamento, como hoje ainda sucede em algumas das nossas aldeias, eram as raparigas da maior amizade da noiva quem fazia a cama que algumas horas depois deveria receber os noivos em labaredas de desejo, para o amplexo espiritual e corporal a que, por lei da natureza, deveria suceder-se uma outra existência bem desejada, nova no Mundo e para Deus – o Filho Primogénito.

E tãda aquela liturgia de todo aquele Amor, santificado antes pelo sacramento do Matrimónio, abandonado saudosamente o vestido branco das virgens que se vão a casar, depostas enternecidamente no toucador as flores de lírio e laranjeira, ficava sempre assinalada a vermelho de sangue naquela colcha bizarra, a atestar, como em certidão autêntica, a integridade que a noiva timidamente imolara ao eleito do seu coração, envolta num halo natural de pudor e castidade, na ara nova dum novo Lar.

Ao outro dia (isto passava-se nos tempos em que não estavam em uso as luas de mel por hotéis somenos e casas de hóspedes!), passada já aquela noite venturosa, a noiva guardava no mais fundo da sua arca ou no recôndito dum gavetão da sua cómoda, tudo envolto em toalhas de linho alvíssimo, o seu vestido de noiva, as suas roupas bordadas e rendilhadas de interior, as flores de lírio e laranjeira juntamente com a colcha de noivado que a alfazema não tardaria a perfumar e que a sombra iria proteger contar a profanação da luz e contra olhares concupiscentes. E tudo se guardava tão bem e tão avaramente que muitas colchas de noivado chegam, depois de séculos, até nós sempre moças, novinhas, como se tivessem sido acabadas de fazer, com a mancha inconfidente e memorável que ninguém cuidou em lavar.

Destas colchas não se consegue, por maior número que se observe, ver duas iguais: Há-as duma simplicidade comovente onde cravos, folhas e contas se emaranham docemente; há-as onde romãs, pinhas e cachos entoam hinos à União da Família; há-as onde lírios se manifestam alegremente numa apoteose à Virgindade; há-as onde gavinhas e eras, numa sinfonia mística, proclamam o Afecto e a Dedicção; há-as onde encadeamentos másculos de ramagens gritam a Lealdade insólvel adentro do novo Lar; há-as onde árvore de tronco robusto saído da terra afirma a existência de mais uma Família num novo Lar; há-as ainda em que este mesmo motivo está representado por planta florida saída de um vaso esbelto. Há-as onde cornucópias ondeantes são anelos de Abun-

dância; há-as onde galos estilizados aludem à virtude física da Virilidade; há-as também onde pássaros bifrontes lembram as “duas almas num corpo só” e, finalmente, há-as onde aparecem, num encantamento de desenho e cor, figurinhas de noivas, em colóquios de Sonho e Amor.

Há colchas de noivado de valor inestimável.

Tudo isto é história antiga, tudo isto se passava nos séculos XVI, XVII, XVIII e primeiro quartel do século XIX. Depois... calaram-se os teares caseiros, morreram, de velhas, as amoreiras que ninguém pensou em substituir, desapareceram os bichos da seda e, quebrada a tradição, a colcha de noivado deixou de existir e a Liturgia do Amor perdeu a sua função para dar lugar, neste desperdiçar de bom gosto e de arte, à fancaria das roupas de algodão rasca, para dar lugar aos vestidos de seda falsa e às colchas industriais de desenhos sem significação, para dar lugar à materialização do amor na patuscada das luas de mel passadas em camas pífias de hospedaria – camas de toda a gente -, com roupas usadas e remendadas ainda quentes, acabadas de servir... sabe Deus Nosso Senhor a quem!

Porque não hão-de as raparigas da Beira-Baixa imitar as suas irmãs – as noivas doutros tempos – pobres remediadas e ricas? porque não hão-de estas como elas a continuar a tecer, a desenhar e bordar a sua colcha de noivado, de linho caseiro e seda frouxa?

*

A iniciativa felicíssima e generosa da Junta Provincial da Beira Baixa a que preside o espírito inteligente, desempoeirado e moço do Sr. Dr. José Ribeiro Cardoso, merece todos os aplausos, e não serei eu o ultimo a render-lhos.

Trata-se dum empreendimento do mais puro nacionalismo e do mais elegante e acentuado cunho beirão. Trata-se, sem dúvida, de ressuscitar a manifestação de arte popular mais nobre e delicada da Beira Baixa. Mas é também necessário semear de novo o linho, pôr outra vez os teares caseiros a cantar as mesmas canções de tempos idos, que se plantem novas amoreiras, que se volte a cuidar amorosamente dos bichos da seda e que a seda se torne e tingir pelos processos patriarcais.

E agora, para acabar, sem querer desmerecer em nada a esplêndida iniciativa da Junta Provincial, só com receio de exageros até certo ponto justificáveis pelo entusiasmo da ideia, venho pedir para que não se industrialize esta manifestação de beleza do nosso bom povo. Venho pedir ainda para que as reproduções de colchas a bordar para os Centenários sejam feitas mais uma vez, como outrora, pelas raparigas solteiras e virgens, para o dia do seu noivado. A industrialização é a banalização. E salvo melhor opinião, com a ressurreição desta simpática indústria caseira devemos restituir à colcha de noivado a sua função na Liturgia do casamento. O contrário não será uma profanação?

Lisboa, 2 de Agosto de 1939

E. de Sales Viana

Separata do Semanário “A Beira Baixa” n.º 121 de 5 de Agosto de 1939 – Tipografia Portela Feijão – Castelo Branco (transcrição integral, respeitando grafia e pontuação originais). (A 1ª parte deste texto acompanhou – em jeito de Memória Descritiva – a colcha, desenhada por Sales Viana e oferecida, em 20 de Fevereiro de 1957, à Rainha Isabel II, por ocasião da sua visita a Portugal).

2.3.5. A "ESCOLA" DE ESCALOS DE CIMA

CUIDADORA: ANTÓNIA ROLÃO GOULÃO BAPTISTA

Antónia Rolão Goulão Baptista, nascida em 1933 na aldeia de Escalos de Cima, Castelo Branco, onde sempre viveu e onde toda a gente a conhece como sendo a Dona Toninha. Desde muito jovem começou a bordar e foi responsável por uma das casas que mais bordadoras teve a trabalhar. Alguns políticos, empresários e personalidades públicas, encomendaram-lhe peças, principalmente as famosas colchas com bordado de Castelo Branco. Recebeu-nos na sala de sua casa, onde de imediato, salta à vista uma belíssima colcha de Castelo Branco e alguns painéis de menor dimensão, mas igualmente lindíssimos.

P – Dona Toninha, com quem aprendeu a bordar e quando?

R – *Aprendi com a Dona Lúcia, tinha eu 16, 17 anos. Mas antes disso, já em casa eu dava os pri-*

meiros pontinhos; a minha irmã que é mais velha, ensinava-me. A minha irmã já trabalhava com a Dona Lúcia e eu depois também fui para lá trabalhar. Já lá trabalhavam muitas meninas. Havia outras casas, como a da Dona Deolinda, que era tia da Dona Lúcia. Nessa altura, não me lembro de haver mais ninguém a trabalhar, depois é que começaram a aparecer mais pessoas.

P – Quais eram as principais peças que faziam?

R – *Era sempre colchas bordadas a seda natural e algumas tolhas de mesa.*

P – Os materiais eram adquiridos onde?

R – *A linha vinha de uma fábrica de sedas do Norte, a fábrica Nogueira, na rua da Alegria no Porto. Eu lembro-me bem porque era eu quem fazia as encomendas. Eu comecei a tomar conta do trabalho e estava tudo comigo.*

P – Trabalhou para a Dona Deolinda até que altura?

R – *Trabalhei até casar, tinha 26 anos. Depois de casar é que fiquei por minha conta e comecei a*



trabalhar na minha casa. A Dona Deolinda estava nessa altura a trabalhar no Estoril e então cedeu-me alguns desenhos, uns restitos de seda que ela ainda tinha. Eu quando casei comecei logo a trabalhar na minha casa e a ter algumas meninas a trabalhar comigo.

P – Quem é que lhe comprava as peças?

R – *No início era o senhor Amadeu, que tinha uma loja em Castelo Branco e eu trabalhava para ele. Depois começaram a aparecer pessoas, como se diz, revendedores. Comecei através de conhecimentos a ter encomendas de muita gente. Também passavam o meu contacto e as pessoas pediam-me colchas, toalhas, painéis, napperons. Tive alguns trabalhos muito grandes, com 4 pessoas no bastidor a trabalhar na mesma peça.*

P – É muito difícil fazer essas peças maiores?

R – *Não, algumas vezes apareciam desenhos novos mas quase sempre eram desenhos que já conhecíamos.*

P – E podiam ser um pouco criativas ou cumpriam “religiosamente” as regras do Bordado de Castelo Branco?

P – *Cumpríamos as regras mas é possível ser-se um pouco criativo. Eu quando tinha trabalho e ficava um bocado de linho por preencher, eu gostava de aumentar o bordado um bocadinho para ficar mais rico o desenho. E as pessoas também gostavam disso porque tornava o trabalho mais rico, mais bonito, mas sempre dentro do que é o Bordado de Castelo Branco.*

P – Lembra-se de ter tido algumas encomendas um pouco diferentes?

R – *Sim, tive brasões, até para pessoas estrangeiras fiz alguns brasões, fiz painéis com as armas dos bispos, para dois bispos, e fiz também para um senhor da tropa, com o desenho de armas que ele me deu.*

P – Estes trabalhos algo diferentes, acabam por ser um desafio para quem os faz?



R – *Sim, temos de seguir as regras das cores e outras mas fazem-se trabalhos muito interessantes, fiz muitos trabalhos assim.*

P – Dona Toninha: voltando ao seu atelier de bordado, teve muitas pessoas a trabalhar consigo?

R – *Cheguei a ter 10 pessoas. Tinha dois e três bastidores com 10 meninas a trabalhar. Eram jovens, algumas depois de casar continuavam, outras começavam a trabalhar por conta própria. Tive algumas que emigraram e depois voltaram e vieram de novo trabalhar para junto de mim.*

P – O normal era as meninas começarem a trabalhar quando faziam a 4ª classe?

R – *Saiam da escola primária, as mães para as meninas não ficarem em casa mandavam-nas para as casas de bordado. Aqui em Escalos sempre houve muito trabalho de bordado. E continua a haver muito trabalho.*

P – Quando as meninas vinham aprender, não ganhavam, só depois quando já conseguiam fazer peças?

R – *As meninas aprendiam e depois começavam a ganhar, quando já sabiam fazer qualquer coisa começavam a receber qualquer coisa. Eu tinha de ter um bastidor pequeno só para elas aprenderem, com uns restos de seda e de linho, mas elas estragavam muito, só quando começavam a trabalhar um bocadinho é que lhes dava peças para fazerem e nessa altura começavam a receber.*

P – Uma curiosidade, qual foi a peça mais cara que vendeu?

R – *Foi uma colcha que vendi por 5000 contos mas era tudo preenchido e tinha mais de 2 metros de altura. Foram muitas horas de trabalho, muitas mãos e levou muita seda natural. Era uma colcha maravilhosa. Mais de um mês a trabalhar, quatro pessoas.*

Obrigado Dona Toninha pelo seu testemunho. Voltaremos certamente a falar mais algumas vezes tantas são as histórias que tem para nos contar. Um bem haja.



Discipulas de D. Lucia de Matos Fevereiro, cerca de 1960.
“In Apontamentos para a História de Escalos de Cima, Pp 147, de João dos Reis Matos”.

2.4. MEMÓRIA FUNCIONAL

CUIDADOR: JOÃO PEDRO

Quando entramos no Mutex – Museu dos Têxteis, instalado num antiga fábrica em Cebolais de Cima (Castelo Branco), é inevitável não pensarmos nele como sendo um depósito de memórias. O que desde logo levanta uma questão importante: que fazer com esse acervo documental, material e imaterial? Como criar dinâmicas de interacção com a comunidade e com os visitantes em geral? A geração que trabalhou com todas aquelas máquinas, nas antigas secções do processo de fabrico, estão a desaparecer. O fio real vai ser cortado...

Está a desaparecer, sem dúvida. Nós aqui temos estado a fazer um trabalho para que esse fio não se corte, para que haja continuidade, para que se processe a passagem do testemunho. Assim como a passagem do conhecimento sobre como trabalhar com as máquinas e como trabalhar com a lã. Acho que realmente nós aqui temos um papel importante e estamos a fazer um bom trabalho para evitar que isso desapareça.

Desenvolvido em várias frentes, esse trabalho não tem descurado de forma alguma, e como não podia deixar de ser, o relacionamento com as escolas e o envolvimento dos alunos e estudantes com a realidade do equipamento e das suas dinâmicas de interacção comunitária.

Há dias, estive aqui um grupo de alunos e também com eles estamos a fazer essa transmissão de conhecimentos. E o feedback que temos vindo a registar é muito positivo e francamente animador. Junto dos mais velhos recolhemos toda essa memória e depois tentamos passá-la, o máximo possível, para as gerações mais novas. Eu acho que está a haver, pelo menos por parte daqueles mais pequenos, um interesse muito grande, embora para já seja curiosidade, porque ainda não sabem muitas coisas e têm sede de conhecimento. Pelas visitas dessa gente jovem – e estamos a falar de gente na casa dos vinte e tal a trinta anos – embora sendo um nicho (porque a maior parte não quer saber destas coisas) já procuram os trabalhos manuais e querem saber como é que tais coisas são feitas, havendo mesmo um interesse em aprender como se podem fazer. Pessoalmente, trata-se de um estímulo para nós fazermos mais e melhor.

Uma boa dose de realismo deverá levar-nos a pensar que a revitalização deste tipo de actividade produtora – outrora de enorme importância para as gentes da terra e da região – a registar-se terá sempre um carácter circunstancial:

Só se for uma actividade muito relacionada com o tradicional, ou seja, com os teares de pau. Só se for por aí é que esta actividade pode ser de novo uma realidade concreta e efectiva. Mas teria que ser apoiada por instituições

públicas, pois se não for assim não tem qualquer viabilidade económica. Porque, tristemente, nós vamos aos chineses e vemos uma manta de farrapos por dez euros; claro que a qualidade não é nada comparável com a qualidade de uma manta feita à mão mas o que é certo é que cumpre a função requerida pelo comprador.

No entanto, eu acredito que isto está a dar a volta porque as pessoas estão cada vez mais a dedicar atenção à qualidade e a prestar esse tal interesse ao artesanato, a dar valor a quem faz as coisas à mão e acabam por vir e procurar quem as faz, querendo saber como é que se faz, onde é que se pode adquirir uma manta de farrapos feita à mão. Acho que está a haver cada vez mais procura de tudo isto.

Os desafios são aliciantes e um dos campos que poderá ser uma alavanca para o sucesso neste contexto será o da inovação, adequada a cada produto:

Esse é outro aspecto, sem dúvida. Claro que uma manta de farrapos não dá para fazer muita coisa nesse aspecto, a não ser misturar linhas de cor. Mas num tear de pau podemos fazer muitas coisas, um padrão, um design, preparando-o para tal efeito.

Temos que nos empenhar em fazer coisas, em chamar para cá pessoas e daí eu estar a falar nos teares de madeira. Se tivermos teares de madeira prontos e as pessoas vierem cá, mesmo nada percebendo do assunto, e ao fim de meia ou uma hora já poderem estar a mexer no tear, que é isso que nós pretendemos, “aquilo” deixa de ser um bicho de sete cabeças. Se nós não criarmos condições para que as pessoas estejam interessadas em vir, naturalmente que isto passa a ser um sítio arqueológico em que as pessoas vêm cá só para olhar para as coisas.

Claro que tudo isto precisa de apoio. Se não pudermos fazer por nós, nós como instituição pouco podemos fazer e o melhor que podemos fazer é quando as pessoas cá vêm tentar mantê-las interessadas. Temos muitos casos de pessoas que já cá vieram várias vezes e sugeriram a vista a pessoas amigas, porque o impacto foi positivo. Acho que há uma hipótese fantástica de se fazer mais coisas mas não nos podemos apoiar em tecidos recentes, temos que ir para os tradicionais. Temos que fazer buréis, temos que fazer castilhetas, temos que fazer tudo aquilo que hoje em dia basicamente não se consegue arranjar no mercado ou que é muito caro de arranjar e que na década de 40 e 50 eram tecidos que eram dados aos pobres. Parto do princípio que o intuito foi sempre o de termos uma pequena produção desses tecidos, mas não uma produção industrial, uma pequena produção destinada a um nicho específico de mercado.

A valorização dos produtos não confeccionados por processos de natureza industrial, tais como o artesanato, tem vindo a ser uma realidade, sobretudo determinada pelo conhecimento dos seus potenciais interessados sobre o modo como são feitos, no qual as mãos e o factor humano ocupam posição central, assim como o reflexo de uma certa “nostalgia do passado” não raro associada a processos identitários.

Creio que aquela ideia de que o artesanato é caro desapareceu. Hoje em dia há mais a ideia de que o artesanato é trabalhoso e daí as pessoas darem valor, mais valor ao que é feito à mão. Dantes, quando se dizia o preço de uma determinada peça, as pessoas, de uma maneira geral, diziam que era caro. Com a nova consciência entretanto adquirida, as coisas mudaram e as pessoas já ganharam o interesse em saber como é que as coisas se fazem. Às vezes, quando dizemos um determinado preço para uma certa peça as pes-

soas já manifestam alguma admiração com um bem expressivo “só?”

Acredito que a existência deste tipo de equipamentos foi muito importante, por mostrar às pessoas como se faz. Foi uma aposta que as autarquias começaram a fazer, sobretudo as do interior, quando a nossa economia começou a desaparecer, com as fábricas a serem deslocadas para o litoral e então tivemos que começar a aproveitar o pouco que nos ficou e que temos, para base da auto-promoção e do turismo, que é o que se pode fazer aqui.

Acontece que isto aqui não é uma coisa estática, a gente explica como trabalham as máquinas e depois até se pode vê-las a trabalhar. E só o facto de as pessoas poderem ver as máquinas a trabalhar já permite que se aprenda um pouco mais. Claro

que não é tão linear mas o facto é que desta forma passamos mais e melhor conhecimento e as pessoas acabam por procurar mais isto. É o que tem acontecido aqui cada vez mais.

O Museu dos Têxteis, tal como se oferece actualmente ao público, é já uma poderosa reserva de memória, individual e colectiva, de uma ampla comunidade. Mas é também detentor de arquivos documentais que serão de capital importância para trabalhos de investigação e lançamento de acções de promoção e divulgação do equipamento. Ainda não disponíveis para consulta mas já em fase avançada de tratamento no que respeita à sua digitalização, como no-lo assegurou João Pedro, o nosso interlocutor, na manhã do dia primeiro de Março de 2023, nas instalações do MUTEX, de cuja manutenção é o responsável.





2.5. UM TEAR PERTO DO CÉU

CUIDADORA: BÁRBARA ANDRADE DOS REIS

Foi com a Ti Chitas que eu aprendi a tecer mantas de trapos, passadeiras e tapetes. Na altura eu ainda não tinha um tear mas depois por intermédio dela comprámos um a uma senhora que o tinha já arrumado.

Com a saudosa Catarina Sargenta, dita Ti Chitas, não se aprendeu apenas a cantar. Era mulher de muitos ofícios, quem no-lo garante é a senhora Bárbara Andrade dos Reis, num aprazível recanto do jardim da casa de Idalina Gameiro, com vista privilegiada para a parte de baixo de Penha Garcia e uma indescritível paisagem da campina arraiana. Naquele final de manhã solarenga do dia 2 de Março de 2023, a conversa ligou os fios do tear com as malhas da tradição, conformando uma história de vida muito particular de uma muito emotiva cuidadora da memória.

Eu estava grávida do meu filho quando comecei a fazer esses trabalhos no tear, quando tinha vinte e cinco anos. O marido da Ti Chitas era tio do meu marido e tínhamos muita confiança. Eu ia lá para casa uns bocadinhos de tempo e um dia ela disse-me: – Ó Bárbara! Tu havias de aprender a tecer. Eu disse-lhe logo que não era capaz mas ela insistiu, dizendo que enquanto eu estivesse grávida sempre ia ganhando alguma coisa. E lá me convenceu. E ainda tive uma outra senhora, a Ti Paula, que também me ensinou.

Antigamente havia cá na terra muitas tecedeiras, semeava-se o linho – o meu pai semeou muito, para se fazerem lençóis – mas agora já ninguém semeia linho. Eu ainda tenho lá em casa linhaça e agora que já estou reformada ainda tinha vontade de semear um bocado para mostrar como era o ciclo do linho, que é tão engraçado!

A senhora Bárbara, depois de casada, dedicou-se às tarefas do trabalho no campo, repartidas entre terras portuguesas e espanholas:

Eu trabalhei no campo depois de casada, porque de solteira só fui uma vez à apanha da azeitona e uma outra vez para Espanha. Aos quinze anos perdi o meu pai e fiquei só com a minha mãe e então tinha que a ajudar nas lides da casa. Depois de casada passei a trabalhar na azeitona, nas plantações. Na azeitona era lá no Vale Feitoso, fui para lá muitas vezes. E trabalhei muito ali na Espanha, nos campos de algodão em rama. Aquelas plantas tinham os bicos que se espetavam nos dedos, mas pronto, a gente já tinha prática e metia os dedos nos intervalos. Ainda fui de solteira para o meu irmão que estava lá. Mas depois de casada era no que por lá aparecia: no pepino, no tabaco e também na azeitona. Aqui havia pouco trabalho: era só a azeitona

e as plantações, mas na altura do Verão não tínhamos trabalho. Éramos contratados por conhecidos nossos e éramos pagos ao quilo...

Cantar na azeitona, sim, mas apenas se andassem na escada, porque abaixadas não dava jeito nenhum. Mas isso do cantar não era coisa que a ocupasse muito:

Eu nunca fui muito para o cantar. Era mais para os cantares da igreja, do dia a dia. Ninguém nos ensinava, a gente ouvia e aprendia. A Ti Chitas era a primeira a começar e depois nós íamos atrás dela. Mas assim para cantar como a Idalina, isso não! E ela lembra tanto a ti Chitas! Quem ouvia a Ti Chitas a cantar no tear, como eu ouvia... a Idalina é a Ti Chitas!!!

Eu cantar na Semana Santa também era pouco. Ainda fui uma vez fazer a encomendação das almas mas eu de noite não gosto de andar. Não é por medo, até vai muita gente, é mesmo porque me sinto melhor com o dia e de noite é em casa.

Mesmo às vezes quando a Idalina me vem chamar para irmos aos ensaios eu digo que não quero ir por serem de noite.

Adufe nunca tocou porque nunca teve ninguém que a ensinasse. Primeiro a pegar como deve ser nele, por tem de se começar por aí. É uma tradição que aprecia, como tantas outras da terra que, porém, já conheceram dias bem melhores, muitas delas associadas a trabalhos no campo que já se deixaram de fazer, permanecendo no entanto uma memória muito viva de experiência vivida.

De que tradições da terra é que tenho saudades? Olhe: fazíamos queijo, havia a matança do porco no Inverno, fazíamos os enchidos... Ah! E a malha! Isso é que era o mais engraçado: eu era pequenina mas ainda me lembro bem. Os meus pais tinham um arrendamento em Vale Feitoso e tínhamos muita semente. Eu era pequenina e andava lá sempre com eles à volta das medas. O centeio era malhado com o mangual mas o trigo era tri-



lhado. Uma vez eu nunca mais me esqueci: aquilo do trilho parecia um barco e um dia, quando não estavam lá as vacas, eu pensei em fazer andar o trilho e tentei empurrá-lo por trás. Mas escorregaram-me os pés e fiz um golpe no queixo!

Nessa altura havia aqui muito trigo. Os meus pais metiam-no no celeiro. Eu não cheguei a mondar mas lembro-me de ver as pessoas a mondar e a sachar. Aquilo tinha muita erva e no meio da erva escolhiam-se as leitugas e fazia-se uma salada de leitugas, que era comparada à rúcula. E também havia merujas, para salada...

Fala com entusiasmo de todas as estas vivências, fazendo questão de contribuir para que a memória desses tempos não se desvaneça – “eu não faço isto para mim; se não servir pois que o desmanchem...” – com a consciência de que vivemos tempos de profundas alterações. Esteve (e continua) ligada ao Rancho Folclórico de Penha Garcia,

que para muita pena sua tem estado um “bocado parado”. Mas continua a acreditar no futuro:

Gente nova para o rancho? Cada vez há menos... Eu acho que isto é capaz de voltar para trás. Porque agora há tanta fartura, graças a Deus, nós aqui temos horta, tranquilidade, aqui em cima. Eu quando me sinto cansada, na minha casa, vou para o quintal entreter-me. Agora até tenho uma forquilha que o meu marido me comprou mas esqueceu-se da cadeira! Os moradores lá de baixo dizem que isto aqui é tudo a subir. Mas só se sobe um bocadinho, não faz mal. E agora estou a lembrar-me de uma coisa que disse o senhor padre lá na missa sobre um apóstolo que subiu ao monte para estar mais perto do céu! E eu pensei que ele era como eu, que gosto de ir ao cimo lá daquelas rochas...

Porventura para depois regressar ao velho tear para dar continuidade ao que aprendeu, já lá vão muitos anos, com a Ti Catarina Chitas...











3

MÃOS QUE
TOCAM E
CANTAM

3.1. AS ARMAS DO MEU ADUFE...

Este membranofone é comprovadamente um instrumento musical que goza de grande popularidade em toda a região da Beira Interior Sul, alcançando assinalável preponderância em terras de Idanha-a-Nova, onde se tornou um ícone cultural identitário, com centros difusores – Monsanto, Penha Garcia e Idanha-a-Nova – de mais que reconhecidas e promovidas dinâmicas performativas. Este facto de modo algum deve ser interpretado como sendo ou constituindo um factor condicionante ou limitador da sua presença expressiva e do mesmo modo vital em terras dos concelhos de Castelo Branco, Penamacor e Vila Velha de Ródão.

As mais antigas e as mais recentes gerações assumem a prática lúdica e ritual do adufe como um verdadeiro mandato cultural, sendo culturalmente muito reconfortante assistir e comprovar que a transmissão intergeracional do saber/querer tocar é uma realidade pujante que tem sido revitalizada com dinâmicas de envolvimento muito intensas.

O adufe marca, em definitivo, a paisagem sonora da região, sendo responsável por aquelas que são – e sempre foram – uma das suas mais expressivas sonoridades musicais: os cantos ao adufe ou pandeiro (como continuam em muitas terras a chamar ao adufe). Aprendia-se antigamente por imersão em âmbito comunitário, operando-se hoje a transmissão sobretudo através de estruturas associativas de recorte cultural e recreativo, permanecendo a essência de uma vontade colectiva: os cuidadores dessa memória, também seus guardadores, são parte de um processo que verdadeiramente nunca foi interrompido, pese embora o incremento dos silêncios e das ausências gerado pelo processo de despovoamento em curso.

Pandeiros ou adufes faziam-se em cada terra mas os seus mais velhos fazedores já desapareceram, sendo agora a sua construção assegurada por artesãos de mais que reconhecida competência e saber, de cujas mãos saem instrumentos de grande qualidade e elegância organológica.

No que aos seus repertórios se refere, o trabalho desenvolvido ao longo de muitos anos por distintos e variados colectores para a sua documentação foi absolutamente extraordinário, sendo de realçar ainda e também, as numerosas recolhas de âmbito muito localizado de enorme relevância cultural, desse modo se tendo conformado todo um já muito vasto cancionário que testemunha com eloquência a vitalidade e importância do instrumento. E, do mesmo modo, se recuperaram e dinamizaram os contextos performativos tradicionais, com especial destaque para as numerosas ocasiões festivas lú-



dico-religiosas. E novos contextos performativos foram criados, como resposta concreta às exigências dos novos tempos.

Por último, importa atestar um progressivo e culturalmente sustentado processo de incorporação de novas composições, assim como o alargamento do âmbito da sua utilização, quer do ponto de vista geográfico quer do ponto de vista da diversidade de géneros e de estilos musicais que o integram no seu *corpus* instrumental.

Não temos dúvida de que estamos perante uma memória continuada, com renovados cuidadores e guardadores que deste modo vão construindo futuro, encontrando-se por conseguinte, assegurada a sua permanência expressiva e identitária.

Longa vida, pois, ao adufe ou pandeiro e aos seus tocadores!

3.1.1. IR COM O TOQUE DO PANDEIRO...

CUIDADORA: MARIA INÊS MATEUS

Dizem que sou uma mulher com muita vida e que sei estas coisas todas porque passei a vida no campo. É por isso que tiro estas coisas da cabeça...

No Rosmaninhal é conhecida como sendo “a mulher do pandeiro”, mas chama-se Maria Inês Mateus, a Tia Inês, mulher de tão bem temperados como lúcidos 85 anos de uma idade que começou a contar-se em 16 de Agosto de 1937, nascida e criada na raiana terra do Rosmaninhal, terra que Orlando Ribeiro, poucos anos depois de ela ter nascido escreveu ser “uma aldeia enorme, antiga vila, de largas ruas e casas pobres, habitada por jornaleiros e alguns senhores que, sendo grandes possuidores de terra, não renunciaram à vida primitiva da lavoura.” (1944) E como tantos outros

habitantes da terra, a Tia Inês iniciou-se nas lides da lavoura como jornaleira, como nos começou a contar naquela manhã solarenga de 12 de Janeiro de 2023, no largo da sua casa.

Eu trabalhei tanto! E o meu marido também. Primeiro andámos por aí a trabalhar para uns e para outros; depois o meu marido quando ainda andava na casa de um patrão já tinha umas cabeceiras de gado, umas ovelhinhas, oitenta e cinco cabeças de gado, cabras e ovelhas. Eu estive a trabalhar em casa de uma patroa dez anos. Olhe, eu cheguei a andar no campo a mondar, a arranjar erva para as vacas; a gente ia para a barroca lavar a erva e era a comida que depois deitavam às vacas, com palha seca, pois dantes era assim aqui no Rosmaninhal. E nesse tempo dormíamos lá para o campo e tudo... as raparigas. E iam lá os rapazes e a minha vida então era tocar aqui numa coisa destas – numa banheira (um alguidar de folha flandres) – e cantar e elas bailavam com

os rapazes ao toque dos meus dedos na banheira. Eu não bailava com os rapazes, eu só tocava e cantava. Está a ver como era a minha vida? Eu aprendi a tocar logo de garota...

Maria Inês e Augusto, o seu marido, acalentavam o sonho de trabalharem não para os outros “senhores” da terra mas de assumirem a subsistência da família por conta própria, sendo a criação de gado a sua opção de vida, tanto mais que a freguesia do Rosmaninhal chegou a ter mais cabeças de gado do que o existente nas freguesias de Idanha-a-Nova, Ladoeiro e Zebreira todas juntas.

Depois o meu marido pôs na ideia arranjar um arrendamento, um terreno, e meteu-se de rendeiro. E chegamos a ter setecentas ovelhas e cem cabras e duas vacas turinas, para darem leite. Eu cheguei a ter três pastores e alguns andaram lá cinco anos connosco. Foi uma vida muito complicada: primeiro trabalhámos para os outros e depois para nós.



As urgências do trabalho não lhe deixavam então tempo livre – nem disposição porque o “cansaço era muito” ao fim de cada dia, como nos assegurou – para tocar e cantar, algo que só acontecia muito esporadicamente, sobretudo nas circunstâncias fortuitas da festa na terra.

Naquele tempo eu não tocava, andava no campo a trabalhar. Depois, quando vim para casa é que comecei a andar com os grupos a tocar e a cantar. Olhe que já fomos tocar à Espanha, a Moraleja, e a muitas terras por aqui, S. Miguel de Acha, Monforte, Zebreira, Segura, Idanha... Eu vim para casa e meti-me nos grupos e agora não me largam e toca de voltar a tocar e a cantar. Eu sozinha canto mas quando é com um grupo eu não cantava. Quer dizer: às vezes até cantava, quando me apetecia! Sabe porquê? Porque elas cantam pelos papéis e eu não sei ler e com medo de as emaranhar a elas, eu tocava só com o adufe e elas cantavam. Eu canto de cabeça e elas é de cantar pelos papéis, o que está lá escrito. É assim como eu digo ou não?

Que sim, que a queríamos ver tocar a banheira e a cantar, tanto mais que se tratava do “instrumento” no qual se iniciou nas artes musicais, um objecto utilitário do quotidiano cujo fundo cumpria a função de substituir o pandeiro. *Ai, ai, ai, olha o cheiro que a rosa dá...*, cantiga muito antiga, assim como a que se seguiu, apenas cantada – *Ó Manel da Rola tens as calças rotas...* –, porque a banheira é pesada e era preciso descansar as mãos.

Eu tenho ensinado estas cantigas às outras pessoas. Vou-lhe contar, ao senhor: no Verão veio aqui um rancho, porque houve uma festa no centro de dia, e vieram cá uns senhores à minha procura. Eu não estava em casa, quem estava era o meu marido e disse-lhes que eu estava para um palheiro – de onde vinha agora – mas só me encontraram lá em cima para além daquele cabeça,

foi ali que me apanharam. E lá tive que vestir uma roupa e lá fui tocar o adufe. Então quer que lhe toque o adufe? Eu vou buscá-lo...

Seria inevitável não lhe perguntar se costumava ir à romaria da Senhora do Almutão, onde pontificam pandeiros...

Ai! Tanto que eu fui à Senhora do Almutão! Agora é que já lá não vou mas ia todos os anos, todos os anos. E levava o adufe para tocar. E depois estavam lá a vender os adufes e eu experimentava-os todos. Mas como o meu!... Estes que agora fazem aqui... Houve pessoas que dantes os faziam cá mas já morreram. E eram bons! Mas agora... estão a aparecer alguns bons mas muitos não prestam. Um adufe bom é um que tem bom som. Eu vou ali a casa buscar o meu que é para o senhor ver...

Enquanto esperámos, o senhor Augusto foi-nos dizendo que isso dos rebanhos por ali tinha acabado. Que ainda havia uns velhinhos com algum gado mas nada como ele, que chegou a ter “mil ovelhas e aquilo era o diabo quando tínhamos que ordenhar!”. E não pudemos continuar a conversa porque a esposa chegou com seu adufe – *cá antigamente era o pandeiro...*, disse-nos –, dentro de um saco de fazenda.

Sabe o senhor, o pandeiro agora tinha que estar aqui ao sol a aquecer porque a pele é curtida com sal e agora neste tempo de Inverno a pele está mole. Agora se estivesse aqui um pouco ao sol ficava bem...

Ensaiou os primeiros toques e cantou: “Quando eu era pequenina, acabada de nascer...” E depois parou, para descansar um bocadinho, porque já estava velha...

Aqui no Rosmaninhal já é só velhos. Há pouca gente, os homens abalaram para fora e os velhos vão-se morrendo, as aldeias agora são tudo assim. Dizem que na Zebreira é na mesma... Quan-



do eu era rapariga? Oh! Havia cá muita gente! Então cada casal podia ter sete, oito, dez filhos!... Então quer que lhe cante outra vez “quando eu era pequenina...”?

E cantou, porventura ainda melhor do que o tinha feito pouco tempo antes. Porque o pandeiro, garantiu-nos, já estava a ficar melhor, o sol estava a fazer-lhe bem. Que gostámos, muito, sim senhora! E fez então questão de nos elucidar, para que não restassem dúvidas: lá no Rosmaninhal não se encontrava mulher como ela, porque andavam todas “encostadas aos paus” e ela, graças a Deus!, ainda fazia tudo o que era preciso:

Todos os dias me levanto às sete, sete e meia, para fazer a vida toda. Lavo o meu homem, visto-o, faço o comerzinho para nós os dois e tudo... Mas eu sei tanta cantiga, tanta cantiga! Às vezes, sabe o senhor?, também já não me lembro bem, já tenho uma idade... Ora veja lá se gosta desta: “Quando

eu quis tu não quiseste...”. Sabe, a gente dantes cantava estas cantigas quando andávamos no campo, na monda, na ceifa e assim. Eu fiz os trabalhos todos do campo, eu sei lá! E era sempre a cantar. Oiça lá: quer crer que eu até canto na cama?! O meu homem está a ouvir, eu não estou a mentir. Eu não adianto a minha vida por mentir. E então quando me lembro e estou na cama, canto as cantigas todas! Ele às vezes diz-me: se tu morreres primeiro que mim eu meto-te o pandeiro lá na urna!

A Tia Inês recorda os tempos passados com a memória carregada de afectos. A vida não era fácil mas havia sempre um lugar para a alegria, que sempre ajudava a suportar as amarguras do dia a dia.

Fui toda a vida alegre. Sabe, aqui era assim: os rapazes dantes iam fazer assim umas serenatas às portas das raparigas de ontem. A mim uma vez foram-me cantar duas cantigas e ainda me lembro como eram. Uma era assim: “Aqui nesta rua



moram/ duas mocinhas iguais/ quero muito à mais velha/ e à mais nova muito mais.” E a outra era assim: “Menina que estás dormindo/ debaixo desse telhado/ levanta-te e vem ouvir/ as vozes do teu namorado.” Eram estas as cantigas da serenata.

Para as serenatas não ia o pandeiro, eram mais toques de guitarra e de concertina, e de fraitas, nome que a Tia Inês nos pareceu chamar às harmónicas de boca, pelo gesto que fez com a sua boca. E, nestas serenatas, incluiu os “parabéns aos noivos”:

Nós cá também íamos cantar os parabéns aos noivos. Se calhar ainda me lembro: “Parabéns te venho dar/ meu raminho de hortelã/ não te vires p’rá parede/ vira-te p’ra minha irmã.” Eram assim as cantigas que cantávamos ontem, quando a gente ia dar as serenatas. Eu fui dar uma serenata aos noivos – olhe que ele já morreu, o rapaz, e ainda ontem me encontrei com ela, que ainda é viva, o rapaz é que já morreu –. A gente naquele tempo era muito diverti-

da! Agora já não, já não é nada. Sei lá!... Agora aqui já não há ninguém... Quer outra cantiga de ontem?: “Esta noite fui-me à espera/ e também fui às maçãs/ fica-te com Deus, ó Rosa/ saúde, até amanhã.”. As cantigas que havia dantes! Outra era assim: “Não há vida mais bonita! Do que é a dum lavrador/ vai à tarde e falta à junta/ vai falar ao seu amor.” Sabe o que era a junta? A junta era uma junta de vacas que andava a lavar com elas.

A Tia Inês nunca declama, canta sempre as “cantigas de ontem”, tem sempre uma melodia para as estrofes que lhe vêm à cabeça.

Aprendi a tocar na banheira, pode crer. As mulheres cá tocavam o adufe mas isso já morreu tudo, quase tudo, já só estou cá eu. Mesmo aqui no povo, sabe como é que me chamam a mim aqui no povo? A mulher do pandeiro! Quem me quer conhecer é perguntar pela mulher do pandeiro. Porque eu vou tocar às festas. Num ano destes,

antes de vir essa doença que está aí agora, fui ali ver a festa e o nosso presidente disse para eu tocar o pandeiro de um rancho que veio cá tocar e dançar à festa. Eu agarrei no pandeiro e comecei a tocar e depois ele disse para mim: – “Então, o pandeiro é bom?” E eu disse: – Escapa. Não é ruim, há outros mais ruins. E então ele disse para mim: – “Logo à noite venha cá e traga o seu pandeiro”. Quando foi à noite – a gente preparou-se para ir à festa, eu e o meu marido – eu cheguei lá e estava o rancho a tocar. Foram lá a ganhar e quando lá uma mulher cantou a “Senhora do Almurtão” o pessoal, ninguém gostou daquilo. Às vezes vêem uns que são bons mas há outros que são mais reles, está a perceber? Depois então chamaram-me a mim para tocar o pandeiro, sózinha. Olhe: o gentio era tanto, tanto, aquilo lá dentro só se via gente! Quantas mil pessoas não havia ali! Eu tinha nervos: Ai, Jesus, no que eu me meti! Mas os do grupo tinham ordem do presidente e chamaram-me a mim. E eu lá fui e cantei a “Senhora do Almurtão”. Olhe: recebi tanta palma, tanta palma, não faz ideia! Não é para me gabar mas só quem viu: gostaram mais de mim do que gostaram daquele grupo que veio cá a ganhar. Eu nunca ganhei nada. Mesmo quando íamos para fora, sabe o que ganhávamos? Davam-nos de comer, um lanchezinho, às vezes umas coisas... Olhe: em Monforte trataram-nos bem mas em Espanha não, deram-nos uma carcaça a cada um com chouriço dentro. Os espanhóis são assim. Mas olhe que quando cá vieram eles – à Feira Raiana, um ano é lá em Moraleja, noutra é aqui em Idanha – nós é mais acertado. Ah! Então vou-lhe cantar a “Senhora do Almurtão”...

Uma interpretação realmente soberba! Era inevitável que abordássemos o seu repertório de cantos religiosos, nomeadamente os associados à Semana Santa, que é particular e intensamente vivida pelas gentes da região

Eu sei uma cantiga da Semana Santa mas não é para tocar ao pandeiro. Posso-lha cantar. Olhe: houve um senhor, que já morreu, que a escreveu num livro. Escreva lá também... “Nome de Maria que tão lindo é/ que ela vossa é que ela nossa é/ e sempre o há-de ser/ salva a minha alma quando eu morrer.// Quando eu morrer/ Quando eu acabar/ salva a minha alma/ para um bom lugar.// Para um bom lugar/ Mãe do paraíso/salva a minha alma/ Dia de Juízo.// Dia de Juízo/ numa boa hora/ salva a minha alma/ Senhora da Glória.// Senhora da Glória/ Mãe dos pecadores/ salva a minha alma/ Senhora das Dores.” Quando vamos na procissão toda a gente canta. Mas eu sei mais dessas cantigas da Quaresma, de quando a gente ia na procissão do Enterro do Senhor: “Minha Mãe, eterna Mãe, ó Maria...”

E foi um regalo: a Tia Inês (en)cantou, denotando possuir uma memória prodigiosa de todas as vivências e cantigas associadas às mesmas, apesar de repetidas vezes nos afirmar que já estava velha e que tinha alguma dificuldade em se lembrar das cantigas. Em boa verdade nunca nos apercebemos disso. E isso de estar um bocadinho rouca, como ela disse, também pouco se notou.

Quando eu vou assim a tocar, levo uma garrafinha de água, só água pura, e quando estou assim um bocadinho rouca bebo um pouco e já canto melhor outra vez. Olhe uma coisa: eu quando canto vou com o toque do pandeiro, se reparar eu vou sempre com o toque do pandeiro, porque não é só cantar nem é só tocar. Uma rapariga das que andam lá na escola, um dia destes disse-me: – “Ó Tia Inês, aquela cantiga da cara linda como é?” E eu cantei-lhe: “Cara linda, cara linda/ não saias de noite à rua/ que as estrelas não encobrem/ cara linda como a tua.” Cantei-lhe assim e ela disse para mim: – “Ó Tia Inês! Eu sei as cantigas mas não é como vossemecê. Vossemecê vai ao toque...”

3.1.2. ASSUMIR DE UMA TRADIÇÃO FAMILIAR

CUIDADOR: JOSÉ RELVAS

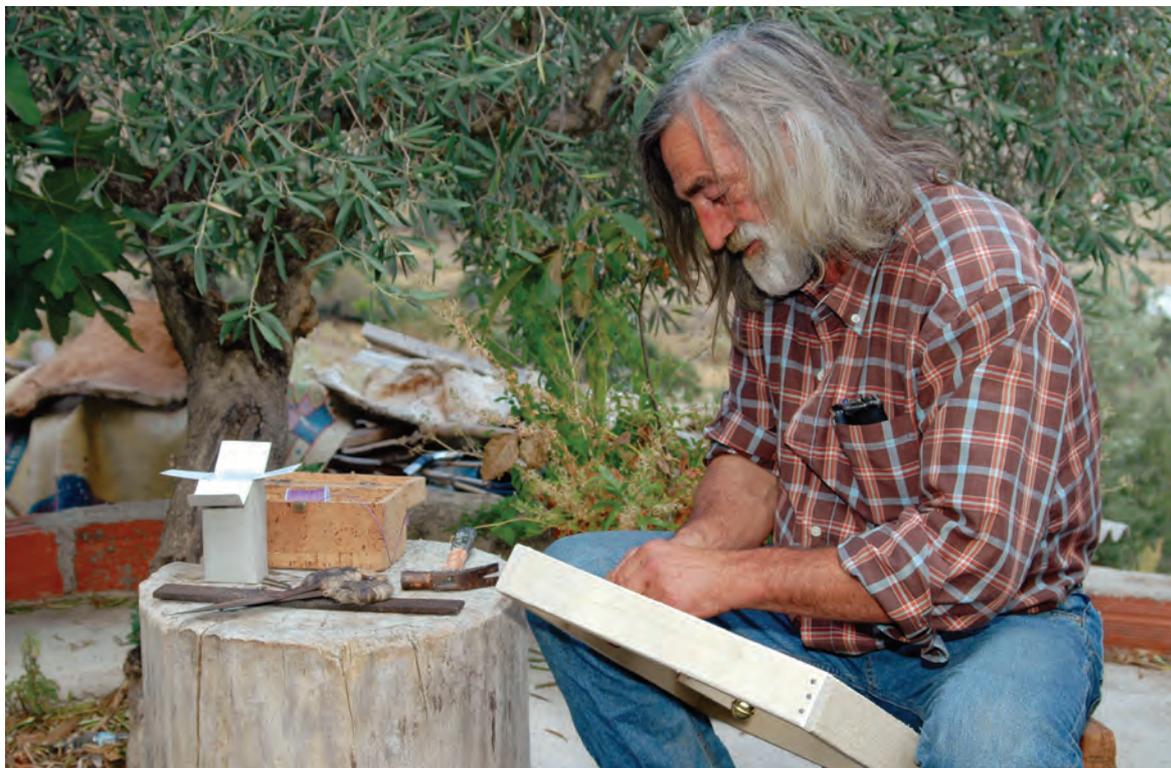
A história da construção tradicional de adufes passa necessária e obrigatoriamente pelos muitos populares Papanas, António Nunes da Cruz e sua mulher Antónia da Conceição Silveira, e o irmão daquele, João Nunes Morão (dito Ti João Papanas), todos já falecidos há bastante tempo. O filho deste último, José Rego Relvas, com oficina na Rua da Calçada (que uma vez mais visitámos em 30 de Março de 2023) – com soberba vista para a campina arraiana idanhense – deu continuidade a essa tradição de família:

Eu comecei a fazer adufes, dos pequeninos, quando tinha para aí uns dez anos, utilizando as peles que sobravam dos trabalhos do meu pai. Ele fazia adufes, albardas, cabrestos, bornis, muitas coisas. Eu via o meu pai a fazer isso e procurava imitar

o que ele fazia. Mas só muito mais tarde é que comecei a fazer adufes dos grandes, como profissão, quando já estava próximo dos trinta anos.

José Relvas nunca deixa de colocar em relevo o facto de ter assumido a herança familiar com critérios de continuidade e evolução, que se requerem para um instrumento musical adequado às exigências dos nossos tempos:

Eu sou herdeiro de uma tradição familiar. Quando eu comecei a fazer adufes o que havia por aí eram os velhos adufes, feitos localmente, como sucedia, por exemplo, no Rosmaninhal. Eu posso dizer que reinventei o adufe numa altura em que ele não era mais do que um instrumento que as mulheres tocavam no final da apanha da azeitona para festejarem o fim da safra. Eu faço adufes para músicos e os meus adufes estão espalhados por todo o país, e até pelo estrangeiro. Eu criei um modelo a partir do tradicional para acabar com as imitações que para aí se faziam.



José Rego Relvas é detentor de todo um vasto conhecimento sobre todas as fases da construção de um adufe, abrangendo o curtimento das peles e o cuidado acabamento final, saindo das suas mãos instrumentos de eleição. Que lhe chegaram a valer vários prémios e distinções, como a que lhe foi conferida pela Associação José Afonso na categoria de artesão nacional. Mas, sobretudo, que lhe trazem o reconhecimento de gente que se interessou pelos seus instrumentos, como foi o caso de José Afonso, Janita e Vitorino, entre muitos mais.

Espírito indomável, como alguém disse, não raro mesmo rebelde na defesa sem concessões daquilo em que acredita, José Relvas permanece referência incontornável na já longa história de construção de adufes em terras de Idanha, legítimo herdeiro de uma tradição que se renova e actualiza. E sempre crítico:

Não me revejo no actual panorama de fabrico de adufes. Eu tenho que ser coerente com a minha linha e daí não saio. Faço-os como eu acho que devem ser feitos, a partir da minha própria evolução.

Sáimos da Rua da Calçada com plena certeza de que José Relvas permanecerá sempre igual a si próprio, fiel à sua opção de vida. Como reiterou que já tinha dito tudo (e por várias vezes) sobre a sua vida com os adufes como meio de subsistência para si e para a sua família, atacámos a subida da Calçada com a decisão de irmos reler a entrevista feita por António Silveira Catana publicada na edição nº 317 de 20 de Junho de 2002 do jornal "Raiano" (incluída no livro "Artistas da Nossa Terra", do referido autor, com edição pela autarquia de Idanha-a-Nova no ano seguinte).



3.1.3. TEMPO DE ADUFAZER...

CUIDADORAS: MARIA JOSÉ MARTINS
CAROÇO, CATARINA MARIA RAMALHETE
MENDONÇA

Começámos a descer a Rua de São Pedro, bem no centro de Idanha-a-Nova e acontece surpresa: deparámos com um estendal de adufes e de peles, mesmo em frente do Centro de Artes Tradicionais situado num “pitoresco conjunto de três casas que a autarquia idanhense pretende que apresente um ambiente apelativo aos artesãos que, com as suas hábeis mãos, humanizam objectos que são importante espelho do património e identidade das gentes simples e hospitaleiras das terras araianas de Idanha.”

No interior o olhar oscila entre a contemplação de adufes e marafonas, assim como de rodilhas e outras peças de artesanato que integram o pa-

trimónio cultural da terra e das gentes de Idanha-a-Nova.

A azáfama é grande: é tempo de *adufazer*, ou seja, de fazer adufes, porque o tempo permite a secagem das peles, indispensável para a construção de um bom instrumento. Mas no que a adufes se refere também as artesãs – Maria José Martins Caroço e Catarina Maria Ramalhete Mendonça – os fazem para cumprirem apenas funções decorativas.

A partir de agora é que nós fazemos os adufes, porque não se podem fazer no Inverno. O adufe para ficar bom tem que ser feito com sol, portanto, de Abril a Setembro. As peles têm de secar com o tempo em que há sol, na Primavera e no Verão.

Nós não seguimos um modelo específico para fazer aqui os adufes, mas sim aquele que está hoje mais generalizado. Os maiores que fazemos são para as adufeiras tocarem e os outros, mais pe-



quenos, são para decoração. Claro que o adufe quanto maior for é o que toca melhor. Mas olhem que um dia passou aqui um músico italiano e disse-nos que os mais pequenos também tocavam muito bem.

A linha de montagem, se assim o podemos dizer da banca em que as duas artesãs trabalham, depois de receberem as armações de pinho dos adufes – os componentes, as “armas” do adufe, são de madeira de pinho e vêm separados e uma outra senhora faz a respectiva armação – denota um saber fazer que não deixa de ser surpreendente, desde a colocação das peles até ao acabamento final.

Antigamente tirava-se aqui o pêlo das peles mas agora já vêm de fora, ali de Vila Verde, dos lados de Seia, porque no concelho de Idanha-a-Nova já não há ninguém que as forneça. As peles vêm secas e nós aqui molhamo-las porque só molha-

das é que se podem montar na armação do adufe. Porque a pele só estica se estiver molhada e depois de montada ela seca e fica boa para ser tocada.

Antes de ser totalmente forrada a armação com a pele, dentro são colocadas, no Centro de Artes Tradicionais de Idanha-a-Nova, peças metálicas para proporcionarem aquele som característico das soalhas.

O normal agora é metermos caricas dentro do adufe. Antigamente eram umas chapinhas, era praticamente a mesma coisa. Mas às vezes há pessoas que nos pedem pedras, sementes ou mesmo uns guizos pequeninos. Nos adufes grandes eu normalmente agarro um punhado de caricas e meto-as lá para dentro, sem as estar a contar.

Foi-nos dado presenciar a feitura dos adufes do tamanho maior, justamente aqueles que se destinam sobretudo a serem tocados pelas adufeiras.



E não só, porque são também procurados por músicos e instrumentistas vindos de todo o lado, incluindo o estrangeiro.

O som do adufe depende do tamanho da caixa. Aquele músico italiano até nos falou do agudo e do grave e disse que se tocar de um lado e depois o virar e tocar do outro se consegue descobrir qual é o lado masculino e o lado feminino do adufe. Nunca tal me passou pela cabeça! Coisas de músicos, está bom de ver! Mas o mais engraçado é que ele ao tocar deu mesmo um toque mais

agudo de um lado e mais grave do outro! Achei piada! Ele veio cá comprar uns adufes para levar para Itália e esteve a dizer-me que antes de os começarem a tocar lá no grupo dele têm que ver qual é a parte feminina e qual é a parte masculina para que cada um agarre no adufe como deve ser.

Saimos dali algo intrigados. E mal nos apanhemos em casa vamos experimentar descobrir num dos adufes que possuímos, feitos em Idanha-a-Nova, a parte masculina e a parte feminina...



3.2. SÃO AS MÃOS QUEM SALVA A VIOLA BEIROA

*Viola, minha viola,
Bandurra, minha bandurra,
Hei-de fazer um vestido
Do coiro da minha burra.*

(Vasconcelos, 1887:157)

3.2.1. UM INSTRUMENTO DA REGIÃO ARRAIANA...

A “bandurra” beiroa parece ter sido sobretudo um instrumento da região arraiana, na faixa leste do distrito de Castelo Branco (embora aparecesse em muitas outras partes deste distrito). O seu braço é semelhante ao das violas ocidentais; ela mede, de comprimento total (num dos exemplos registados), 82 cm, dos quais 21 correspondem à cabeça, 22 ao braço e 39 à caixa; da pestana ao cavalete vão 45 cm. A largura da caixa é de 20,7 cm a meio do bojo superior, 12,3 cm no enfranque (...) e 26,7 cm a meio do bojo inferior. A sua boca é sempre redonda pequena – cerca de 6cm de diâmetro —, rodeada de frisos circulares lineares. De todas as violas portuguesas é esta ao mesmo tempo a mais rústica e a que apresenta maior profusão de motivos ornamentais, com entalhes preenchidos com massa negra, de tipo igualmente fitomórfico, menos estilizados do que nas outras, recobrando praticamente toda a metade inferior do tampo. As cravelhas, não raro feitas por pastores, são por vezes finamente recortadas. O cravelhal mostra dez cravelhas dorsais, que correspondem a outras tantas cordas, num encordamento normal de cinco ordens de cordas duplas de arame, as três primeiras ordens – as “fundadeiras” (mais agudas), “segundas” e “terceiras” – de metal simples, afinadas em unísono, as duas últimas, mais graves, com cordas de arame e bordão, afinadas em oitava. Assinalaremos que esta viola possui um traço peculiar, que a distingue de todas as demais violas portuguesas e que, entre nós, só ali encontramos: além desse cravelhal normal existe um outro, situado no fundo do braço, no ângulo que esta faz com a caixa, para duas cravelhas, também dorsais, a que correspondem duas cordas, igualmente de arame, simples, agudas, curtas – as requintas -, que não são trilhadas e se tocam sempre soltas, como na harpa.

(...) Na Lousa, onde, na verdade, o instrumento tem um sentido especial e menos característico, as “bandurras” mostram um encordamento e afinação diferentes: usam-se apenas oito cordas, as primeiras e segundas (mais agu-



das) duplas, de arame, as terceiras duplas e de metal amarelo; as requintas, próprias para acompanhar o canto, não se usam (embora subsista o cravelhal lateral, suplementar que lhes corresponde). A afinação corresponde a ré³ – ré³ – fá sustenido² – si¹ (do agudo para o grave). As terceiras, centrais (que ouvimos em lá), são as mais graves; na realidade, afinam-se de ouvido. Estas violas, acompanhadas pelo genebres, de que apenas sublinham o ritmo, enriquecido ainda com os “trinchos”, limitam-se a tocar dois acordes, num compasso ternário que se diversifica no final da sua fórmula.

Não temos notícia de violeiros na região; os instrumentos apareciam à venda nas grandes romarias beiroas, a Senhora da Póvoa e a Senhora do Almurtão, onde os tocadores se abasteciam. Num dos raros exemplos existentes, a sua etiqueta indica um construtor em Povolide, no distrito de Viseu. E, dada a grande semelhança entre todos os espécimes que conhecemos do instrumento, pode-se pensar que sejam todos da mesma proveniência. – Ernesto Veiga de Oliveira (OLIVEIRA (1982: 198/200)

CURIOSIDADES AVULSAS

Na povoação de Pedrógão Pequeno, pertencente ao concelho da Sertã, segundo o “Almanach de Lembranças” (edição de 1864), as bandurras marcavam presença na dança mourisca que ocorria durante as festas de São João. Acompanhados por pandeiretas, os dois tocadores da bandurra “dedilham as cordas com perícia maravilhosa”.

(Gomes, 1904)

3.2.2. UM LUTADOR SOLITÁRIO...

CUIDADOR: ALÍSIO SARAIVA

Alísio Saraiva nasceu em Castelo Branco a treze de Abril de 1949, tendo revelado especial interesse pelo mundo da música durante a adolescência, uma arte que aprendeu como autodidacta utilizando para efeito instrumentos de corda, os seus predilectos. Como a guitarra baixo, que tocou entre 1978 e 1980 no grupo Vértice, após o que passou a tocar cavaquinho e guitarra clássica no Rancho Folclórico do Retaxo, colectivo etnográfico integrado numa associação para o efeito criada e da qual ele foi um dos fundadores.

Em 1994, esta associação recebeu da Secretaria de Estado da Cultura duas violas beiroas, instrumento que desde logo suscitaram toda a atenção de Alísio Saraiva. De tal maneira que pouco tempo depois já estava a dar formação a jovens que, em 1995, integraram o grupo por ele criado, Sons da Beira, justamente tocando violas beiroas.

O trabalho de investigação sobre a viola beiroa entretanto levado a cabo por Alísio Saraiva, permitiu-lhe estudar a fundo as respectivas origens e afinações tradicionais, logo mais concluindo que era necessário avançar no sentido de explorar todas as potencialidades que aquele “diamante em bruto”, como dizia, mais que reconhecidamente tinha. Foi então que avançou com uma afinação própria para o instrumento, a qual continua a ser utilizada pelos tocadores de viola beiroa.

Em 2014, Alísio Saraiva construiu mesmo a sua primeira viola beiroa, uma réplica do instrumento do célebre tocador de Penha Garcia, Manuel Moreira, que foi gravado, entre outros, por Michel Giacometti e Ernesto Veiga de Oliveira. Este trabalho de construção de violas beiroas tem vindo a ser amplamente reconhecido e um dos

instrumentos saídos das suas mãos encontra-se no Museu da Música da cidade japonesa de Hamamoto.

Entre 2000 e 2007, Alísio Saraiva exerceu a actividade de formador de viola beiroa na Associação das Palmeiras (Castelo Branco) e, em 2014, criou a Associação de Violas Beiroas, no âmbito de cujas actividades acabou por surgir a Orquestra Viola Beiroa, tendo nesse mesmo ano sido publicado um método que reúne o seu trabalho em prol da viola beiroa desenvolvido ao longo de duas décadas, intitulado “Viola Beiroa – Mé-

todo”, em parceria com Miguel Carvalhinho e contando com um prefácio de Domingos Morais.

Por último, Alísio Saraiva assumiu a presidência da Associação Cultural Viola Beiroa, criada em 2013 em Idanha-a-Nova (Cidade Criativa da Música da UNESCO) após um primeiro curso de construção realizado em 2016/2017, por iniciativa da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e da Filarmónica Idanhense. Refira-se de passagem que este projecto teve como referência seminal a viola beiroa tocada por Manuel Moreira (que se encontra no Museu Nacional de Etnologia, em Lisboa).



No dia 13 de Dezembro de 2022, na residência de Alísio Saraiva em Retaxo, terra onde nasceu em 13 de Abril de 1949, conversámos sobre um percurso marcado pela recuperação e divulgação da viola beiroa, passando pela respectiva construção, daquele que foi há tempos considerado um “lutador solitário” no que se refere a essa verdadeira “cruzada” em prol do instrumento musical popular arraiano, como escreveu Ernesto Veiga de Oliveira. Um instrumento cujas origens permanecem, se não inteiramente, pelo menos em grande parte, desconhecidas:

De acordo com a lenda, terá sido em 1640, pela altura da praga de gafanhotos. Mas isso é a lenda porque deve ter aparecido no século XVIII. E na Lousa manteve-se sempre. A viola beiroa pode ter vindo da bandurra, pois este era o nome que os antigos lhe chamavam e não viola beiroa. E a bandurra o que é? Há uma semelhança com um instrumento do norte da Europa, que se chama bandura. E agora isto é uma tese minha: nós aqui temos a tendência de carregar no “r” e não será que em vez de dizerem bandura diziam bandurra? E acontece que a bandurra ucraniana tem as requintas, as mais antigas e primitivas têm três cordas suplementares, só que em vez de estarem por cima estão por baixo. E não têm a ilhargia em oito. E há uma coisa curiosa: no séc. XIV o Landini criou um instrumento chamado vihuela, que é a junção de um alaúde com um saltério, e mais tarde foi adaptado às violas com cinco cordas. Portanto, isto pode vir do séc. XIV..

Tradicionalmente e de acordo com a escassa informação disponível, a viola beiroa era tocada nas danças rituais dos homens e das virgens na Lousa, sendo certo que se destinaria sobretudo para acompanhar o canto.

A viola beiroa acompanhava apenas o canto, de uma forma bastante arcaica, tanto quanto nós

conhecemos pelas recolhas do Manuel Moreira feitas pelo Giacometti. Mas uma coisa é certa: o homem tocava lá com as requintas, tinha lá as requintas presentes. Era ele a acompanhar a Catarina Chitas, em Penha Garcia, que tinha uma voz fabulosa! Há lá agora outra, a Idalina Gameiro, que é a substituta da Catarina Chitas, que tem uma voz fantástica; eu conheço-a muito bem, já fomos filmados pela TVI e quando a gente se encontra lá tenho de tocar, na Senhora do Almutão e mesmo lá, porque por vezes eu vou a Penha Garcia. Ainda há tempos fomos lá fazer uma sessão de fados e estive lá a tocar também. O Tó Rascão é primo da Idalina e por vezes tocam e cantam os dois.

E, desde logo, impunha-se saber como se efectuou o seu processo de aprendizagem da construção de violas beiroas:

Ah! Comigo. É complicado... A primeira viola que tenho aqui não fui eu quem a fez, mas depois passei a fazê-las eu. Fui desenvolvendo a coisa, fazendo experiências e tal... O primeiro contacto que eu tive com a viola beiroa foi em 1994, quando à associação cá do Retaxo foram oferecidas duas violas beiroas pela Secretaria de Estado da Cultura e eu as fui levantar a Coimbra. Penso que quem as fez foi o Fernando Meireles. A partir daí eu comecei a pesquisar porque aquela afinação que eu encontrei não me pareceu a mais adequada, era a afinação natural em Sol mas eu resolvi subir um tom em todas as cordas e mais meio-tom na segunda corda. Porque assim havia uma semelhança de intervalos mais ou menos idêntica, embora mais baixa, mas são os intervalos da guitarra portuguesa. Como eu tocava guitarra portuguesa então eu adaptei...

“As primeiras quatro ordens da viola beiroa estão exactamente uma quinta abaixo da guitarra portuguesa de Lisboa, sendo que a quinta ordem é uma segunda maior acima e as requintas são a mesma nota que a sexta ordem da guitarra, mas numa oi-

tava diferente”, escreveu Susana Vicente da Silva Dias. Alísio Saraiva tinha, pois, criado uma afinação para a viola beiroa.

Afinação essa que é hoje utilizada pela Orquestra Viola Beiroa, em Castelo Branco. Eu criei essa afinação na altura em que também se criou uma associação, em 2014, e a partir daí isto nunca mais parou...

Quisemos então saber se ainda tinha conseguido arranjar tocadores para aquelas duas violas beiroas que foi buscar a Coimbra, dado que era preciso despertar o gosto pelo instrumento:

Consegui, com uns dois rapazes. Em 1995 criei um grupo de música tradicional, Sons da Beira, com músicos que aprenderam comigo. E aqui eram uns nove ou dez a aprender. E depois mudei para a Associação das Palmeiras, em Castelo Branco, onde dei formação a muitos aprendizes de viola beiroa.

Quando eu era novo não havia por aqui tocadores e a coisa já estava desaparecer. Não havia tocadores. E havia aquela afinação da Dança da Lousa mas era uma afinação muito baixa, muito branda, e aquilo só fazia dois acordes, ascendente e descendente, cadenciado. Mas ali tinha-se preservado a viola beiroa e sempre era para nós uma referência.

“A primeira afinação conhecida da viola beiroa é Ré Si Sol Ré Lá Ré, que não permitia fazer melodias acompanhadas, sendo usada na Lousa desde o séc. XVII para acompanhar a Dança das Virgens e a Dança dos Homens”, informa-nos, uma vez mais, Susana Vicente da Silva Dias.

Era usada no acompanhamento da Dança das Virgens e da Dança dos Homens mas a partir de 1927 a Dança das Virgens passou a ser acompanhada com a guitarra portuguesa; antes era uma viola beiroa, mas depois passou a ser com a guitarra portuguesa.



Entretanto veio cá uma televisão fazer uma reportagem na Associação das Palmeiras e, por causa dessa reportagem, a Fundação Inatel resolveu promover a reabilitação da viola beiroa, através de um subsídio. E contactaram-me para saber se eu estava interessado em coordenar um curso e assim foi. E foi desse curso que nasceu aquele grupo de rapazes que hoje estão a tocar com o Miguel Carvalhinho, em Castelo Branco.

O trabalho então desenvolvido para a concretização do projecto de salvaguarda e continuidade performativa da viola beiroa requereu trabalho de investigação, com o levantamento (possível) dos antigos tocadores. Material documental muito importante mas reconhecidamente escasso:

Sim. O que o Michel Giacometti e o Domingos Morais encontraram foi o Ti Manuel Moreira, de Penha Garcia. Havia umas recolhas de umas músicas e depois o Domingos Morais transcreveu para partitura, tablatura, e era o que tínhamos. Hoje já encontramos muitas mais coisas, e temos um método de viola beiroa, do Miguel Carvalhinho. E a viola beiroa já é utilizado por grupos aqui da região e de fora. Ainda agora acabei de construir uma beiroa para a Guarda e outra para França. E a que foi para a Guarda foi para uma professora de música que estava a pensar ensinar os miúdos com guitarra clássica mas depois pensou em fazê-lo introduzindo um instrumento tradicional. E assim eu fiz-lhe uma viola.

Não restam dúvidas de que o panorama actual de construção e de utilização da viola beiroa constitui uma tão grata como estimulante realidade cultural. Resgatada a sua memória, o que se conseguiu em tão pouco tempo foi realmente exemplar, apesar de todas as dificuldades que um processo deste tipo tem de enfrentar, crescendo ocorrer num território de baixa densidade demográfica. Alísio

Saraiva fala com o saber de experiência feito ao longo das várias fases e vertentes do projecto:

Eu dediquei trinta anos da minha vida à viola beiroa. Quando fiz aquele curso de 60 horas, promovido pela Fundação Inatel, na Covilhã e em Castelo Branco, alguém me chamou de “lutador solitário” em defesa da viola beiroa. Na altura era de facto um bocado complicado, não havia muito interesse. Hoje já há muita procura destes instrumentos tradicionais. Criei uma associação, a pedido da Sofia Tomás, da Fundação Inatel, para se poder canalizar os apoios. Eu não queria porque achava que já não tinha idade para isso mas acabei por contribuir para a sua criação porque, de facto, eu era o rosto da viola beiroa aqui, como ela dizia. E foi por minha causa que se fez aquele curso. Estive lá um ano e depois vim embora.

A afinação que eu criei foi precisamente para poder acompanhar outros instrumentos, principalmente, o acordeão. Porque o acordeão, com uma afinação natural, é muito complicado, há ali acordes que nós não conseguimos construir. Como eu conhecia os acordes da guitarra portuguesa transpus para ali e assim foi mais fácil depois acompanhar, trabalhar com o acordeão. Mas o instrumento dá para tudo!

Uma vez, em conversa com o antropólogo e músico Ricardo Santos, que foi seu aluno, o mesmo disse-nos ser a viola beiroa um instrumento fascinante e com potencialidades incríveis e que cada dia que tocava nela descobria novas coisas...

Isso até eu! Ao fim de trinta anos!... Não tem fim, não tem explicação, sequer. E depois há a questão das requintas e essa é que é a sua particularidade. As requintas são umas cordas suplementares, pequeninas. Aquilo combinado com outros acordes, como está uma oitava acima da mais alta... combinados com outras notas, em dobragens, aquilo é fabuloso!...

“Uma das diferenças em relação às suas congéneres do Norte, Sul e Ilhas de Portugal são duas cordas muito agudas, as requintas, que não podem ser pisadas sendo tocadas só com a mão direita.” Esta constatação veiculada por Susana Vicente da Silva Dias no seu referencial estudo de investigação sobre a viola beiroa remete-nos para o campo da identidade de um instrumento que esteve praticamente desaparecido, o que, em parte, explica as poucas fontes documentais existentes sobre a mesma. Para a decisiva e definitiva inversão do processo de desvanecimento funcional e desaparecimento performativo, foram determinantes os cursos de construção, dos quais Alísio Saraiva foi pioneiro:

Eu dei um curso de construção em Idanha e saíram de lá dois bons construtores: em Penha Garcia o Tó Rascão e em S. Vicente da Beira o António José, que é fotojornalista. Este depois até criou um instrumento mais pequenino, a que chamou “beiroinha”, possivelmente para poder ganhar mais algum. Mas não me pareceu um grande projecto: a ideia de o fazer para comercializar em grande escala não tem futuro. E depois, fazer um instrumento pequeno, do tamanho de um cavaquinho, afiná-lo como o cavaquinho minhoto, não bate a bota com a perdigota! E a sonoridade nem sequer é igual porque a beiroa tem oito cordas duplas e aquele é de cordas simples.

No âmbito das actividades da Associação Recreativa Cultural Viola Beiroa, na oficina de construção AlbiViola, avançou-se já com a construção do beiroito, instrumento que já foi integrado no instrumental da Orquestra Viola Beiroa, conforme o documenta o segundo disco compacto editado, intitulado “Viva”. Um instrumento que surgiu por força das necessidades musicais do nosso tempo, construído com o cuidado de fazer parte da família da beiroa. Os tempos presentes são outros e

Alísio Saraiva saúda, por exemplo, as novas composições por introduzirem “sangue novo” no processo de revitalização da viola beiroa:

Eu acho que é o caminho certo. Nunca esquecer as do passado. Seria um erro. Um moço lá de cima, de Braga, o Luís Capela, disse-me que já lhe apareceram uns indivíduos com umas violas campaiças electrificadas, com pedais de distorção.... E depois há aquela discussão sobre o que é que está bem e o que é que está mal. Eu entendo que fugir – mas há quem defenda que não se pode fugir dali também... – entendo que fugir da base, do tradicional, é errado. Pode-se fazer o que quisermos mas nunca se pode esquecer o que está para trás. Nunca esquecer o que está para trás, porque se isso acontecer perde-se toda a identidade. Veja o caso da viola da terra, e do trabalho que fez o Rafael Carvalho, um trabalho fantástico, preservou aquilo da viola da terra, é aquilo! Eu estive lá em 2010, com o Rancho das Palmeiras e lá no rancho deles só têm violas da terra, não há acordeões nem nada disso.

Esta dos acordeões podia ser uma “deixa” para a abordagem à realidade folclórica na região, nomeadamente no que se refere aos ranchos de cariz etnográfico que são na região uma realidade muito dinâmica e participada:

Os acordeões e os ranchos folclóricos... Os ranchos folclóricos antigamente não tinham acordeões nem concertinas. Eu, que já sou um bocado antigo, de miúdo ainda me lembro dos bailes que eram feitos ao toque do acordeão. Então nos salões havia um acordeonista sentado numa cadeira em cima de uma mesa e ali estava a tocar. Naquela altura, muitas vezes o baile acabava em zaragata e ele era o primeiro a fugir, a dar à sola. Então à entrada desses bailes havia uma cobrança: no meu tempo, lembro-me bem, eram vinte e cinco tostões. As moças não pagavam, os rapazes

é que pagavam e esse dinheiro revertia a favor do acordeonista. Com o aparecimento dos giradiscos os bailes passaram a ser feitos com giradiscos e o acordeonista foi à vida. Então o que é que ele encontrou? Os ranchos folclóricos. E isto não é muito antigo, não é uma teoria, é uma realidade. Pode ser uma teoria daqui a 50 ou 200 anos, com alguém a dizer que não foi bem assim, etc., mas isto são memórias ainda vivas das coisas que eu vi, que eu acompanhei. Os acordeonistas perderam o ganha-pão e orientaram-se para os ranchos folclóricos.

Prometemos voltar para continuar a inesgotável conversa em torno da viola beiroa, quer na vertente da execução quer na da sua construção, comprovando de que forma foi a sua memória resgatada e recuperada num presente que tudo indica ser tempo seguro de construção de uma

realidade futura bem diferente e muito mais participada do que no passado (um passado não tão distante como se possa pensar, em termos históricos e culturais). E também para o ver e ouvir tocar. Com uma última memória merecedora de registo:

Há uma coisa que me esqueci de dizer. Em 2019, há três anos, eu tive cá dois finalistas da Universidade de Munique a filmar a construção de uma viola beiroa, desde a madeira em bruto até ela tocar. Estiveram cá uma semana. Um deles tocava, emprestei-lhe uma viola num fim-de-semana e na segunda-feira já tocámos em conjunto! Isto já chegou muito longe! Ah! E uma das minhas violas foi para o Japão, através da Câmara de Idanha, para o Museu da Música da cidade de Hamamoto. Mandaram um adufe, instrumento tradicional de Idanha, e também uma viola beiroa.



3.2.3. NA DEMANDA DA EXCELÊNCIA PERFORMATIVA

CUIDADOR: MIGUEL CARVALHINHO

Em 2013 foi criada esta associação (Associação Cultural Viola Beiroa) com o objectivo de recuperar, revitalizar e divulgar a viola beiroa. No âmbito das actividades desenvolvidas formou-se a Orquestra Viola Beiroa, assim como uma oficina de construção do popular instrumento.

Do trabalho de investigação levado a cabo resultou a elaboração de um método de ensino concebido pelo professor Miguel Carvalhinho, bem como de outros trabalhos de estudo, como foi o caso da tese de mestrado de Susana Dias. Até ao presente já foram editados dois discos compactos com temas tradicionais e de autor, com arranjos de Miguel Carvalhinho, com quem conversamos, nas instalações (oficina e sala de ensaios) da referida associação, em Castelo Branco, no dia 10 de Janeiro de 2023.

Eu estou a fazer uma tese em Madrid por causa da perspectiva pedagógica, até porque já neste ano no Conservatório está a começar um curso de músicas tradicionais – embora isto do COVID e o facto de não termos quadros preparados para se conseguir dar viola beiroa seja uma dificuldade – e eu tenho estado a fazer mais investigação para ver o percurso da viola beiroa. E a primeira referência que há da viola beiroa – e chamam-lhe bandurra – é do Lopes Dias, na “Etnografia da Beira”, em 1926. Ele já fala de um instrumento antiquíssimo e raro na Beira interior, na zona leste da Beira. E depois o Ernesto Veiga de Oliveira veio recuperar essas informações e é ele que lhe chama viola beiroa, para a distinguir das outras. Mas era um instrumento que já era muito raro e pouco utilizado.

Impôs-se, então, procurar na medida do possível o acesso aos instrumentos que tinham escapado

ao processo de desvanecimento e conseqüente desaparecimento. Instrumentos que tinham perdido as respectivas funcionalidades expressivas e performativas, com excepção para o que se passava em Lousa e em Penha Garcia.

Nós temos na capa de um disco que gravámos da Orquestra Viola Beiroa, uma viola que estava em Aranhas, já sem cordas, em 1960, que é um instrumento que entretanto desapareceu. Depois, há os instrumentos da Fundação Calouste Gulbenkian, recolhidos pelo Ernesto Veiga de Oliveira, um na Lousa e outro junto do Manuel Moreira. O do Manuel Moreira até é muito engraçado o modo como foi recolhido porque o Benjamim Enes Pereira faz uma introdução, na terceira edição dos “Instrumentos Musicais Populares Portugueses”, e conta a história de como eles o foram descobrir conduzindo um Citroen 2CV na serra do Ramiro do outro lado de Penha Garcia. E como depois o convenceram a ir a Lisboa em 1964 ao I Congresso Nacional de Turismo, na companhia da Ti Catarina Chitas, fazer uma actuação. E depois lá ficaram com a viola beiroa dele...

O nosso princípio aqui foi fazer com que o instrumento do ponto de vista técnico-musical se tornasse um instrumento como a guitarra clássica, que se acompanhasse a si próprio, que pudesse fazer melodia acompanhada. Não quer dizer que o Ti Manuel Moreira não o fizesse já – há umas gravações com ele no acompanhamento à Ti Catarina Chitas em que há ali uma certa tentativa de melodia acompanhada. O que nós aqui tentamos fazer é, por um lado, criar condições para que o instrumento tecnicamente possa ser tocado – há um termo brasileiro que se pode aplicar, que é “tocabilidade” – e depois que afine, o que é muito difícil.

A questão da afinação é matéria sensível entre investigadores e estudiosos da viola beiroa e permanece tema de discussão e de reflexão. Trata-se



de um trabalho de investigação que está longe de estar fechado, sendo para Miguel Carvalhinho uma questão que ele tem, pessoalmente, resolvida pelos ensinamentos da experiência que foi acumulando na execução da guitarra clássica.

Para mim, a afinação deixou de ser um dogma quando eu estudei guitarra clássica, onde experimentei várias afinações, sabendo que há compositores contemporâneos que propõem as afinações mais diversas. E depois passei para uma guitarra de oito cordas e para uma de dez cordas e então comecei a abrir um pouco a minha concepção da afinação. Sem nunca pôr em causa a afinação do Alísio Saraiva, uma quinta abaixo da guitarra portuguesa, que causa alguns problemas para quem está habituado a tocar a guitarra portuguesa mas depois, ao nível vocal, é muito mais intuitivo o instrumento. Eu nunca pus em causa a afinação, ou

seja, o Alísio disse: – Esta é a afinação com que eu toco. E eu aceitei, para mim essa era a afinação. Apesar de saber que depois também havia a afinação como se fosse a de uma viola francesa da altura ou até da vihuela, que é quase igual à da guitarra clássica.

Insiste no facto de se tratar de um instrumento intuitivo, característica que resulta do facto de poder ser tocado com facilidade, demonstrando o prazer que uma tal afinação lhe dá tocando só com dois dedos. E reafirmando tratar-se de um instrumento que esteve sempre muito associado ao canto, tanto quanto a investigação realizada o tem comprovado. Um instrumento que protagonizou todo um projecto tão estimulante como culturalmente recompensador:

Para mim o panorama é muito animador. Aqui, na Beira Baixa, temos sempre pouca gente, pelo que



não se sustenta, por exemplo, o funcionamento de uma oficina ou mesmo de escolas. Este projecto tem dez anos, começou em 2012, e já houve pessoas que saíram daqui, nomeadamente o Alísio, para outra vertente, outras pessoas também saíram daqui e foram fazer instrumentos para o Fundão, outros para Idanha e já constroem e até já há uma certa discussão, diria mesmo uma certa rivalidade. Para mim, em dez anos, é uma história muito interessante.

Estes projectos funcionam envolvendo pessoas, como é o caso da Orquestra Viola Beiroa, com vinte pessoas, em que nenhuma vale mais do que outra, porque o que vale é a Orquestra. E as pessoas todas constroem, todas fazem instrumentos, tira-se um pouco o instrumento do plano do indivíduo. Porque muitos destes instrumentos estão ligados a pessoas: o Tio Manuel Moreira, o Alísio Saraiva, e depois não se consegue passar o bichinho. Está-se a fazer agora muito isso, quer ao nível da viola braguesa com o Luís Capela, quer da amarantina com o Costa, gente que percebeu que estes instrumentos só sobrevivem assim, no plano colectivo. É como a construção de instrumentos: antigamente as pessoas tinham medo de ensinar porque lhes iam roubar os segredos. E o ser-se único num país como o nosso antigamente fazia com que houvesse pouca flexibilidade para haver mais do que um. Aqui foi uma atitude mais colectiva e, depois, fazer com que a Câmara percebesse o que é ter um instrumento que pode ser utilizado como um ícone cultural.

Memória e identidade são termos e conceitos que conformam a moldura de todo este projecto de tão forte como reconhecida relevância cultural. Um projecto que, de forma natural e consequente, determina novas necessidades, que aguçam o engenho e ajudam a perspectivar futuros que se pretendem antecipar. Tradição e modernidade de

mãos dadas. Que dizer da beiroinha, do beiroito, ou do beirão, novos instrumentos criados para “rodearem” a viola beiroa nos colectivos em que a mesma pontifica?

A beiroinha é outro caso. Há um senhor que diz que inventou a beiroinha e lá terá a sua razão. O que nos interessa, aqui, é este instrumento, que é um beiroito. Este instrumento foi idealizado pelo Rui Marques e foi feito pelo Eduardo Lobo. E porquê? Porque precisávamos de um instrumento mais agudo para a Orquestra Viola Beiroa. Ele tocava cavaquinho e então pensou em fazer uma espécie de cavaquinho que fosse da família da viola beiroa, com uma requinta muito aguda. O outro é o beirão, com o qual a Orquestra ganhou imenso. Porquê? A história da afinação do baixo é por quintas porque o nosso baixista é violinista de formação clássica. E depois há uma outra particularidade: o falecido baixista Joel Pina, que era aqui do Rosmaninhal, quando entrou no quarteto do Nery era bandolinista e então quando lhe disseram que precisavam de um baixo ele pegou num e afinou-o em quintas, ou seja, fez um baixo mais melódico do que harmónico. E nós, enfim, com esta referência histórica e porque o nosso músico também era violinista, decidimos afinar assim para a coisa ficar bem. Esta experimentação é bonita!

No último (o segundo) disco compacto editado pela Orquestra Viola Beiroa, intitulado “Viva”, participaram os seguintes músicos: viola beiroa (Miguel Carvalhinho, Fernando Garcia, Bartolomeu Romano, Ramiro Rito, José Antunes, Sérgio Fonseca, Ilda Rodrigues, António Filipe, Julieta Taborda e Carlos Mendes), beirão (João Paulo Leitão) e beiroito (Rui Marques). De destacar, ainda, a participação de Raquel Maria (voz). Os arranjos e a direcção de orquestra ficaram a cargo de Miguel Carvalhinho. Da informação inserta nesta edição retemos o seguinte extracto:

A Orquestra Viola Beiroa vem mostrar o trabalho musical que tem desenvolvido e partilhado em Portugal e Espanha e, através da Internet, pelo mundo inteiro.

O repertório é constituído por canções de tradição oral da Beira Baixa e por composições de autor, de inspiração tradicional, que incorporam já este importante património musical.

As vozes vêm colorir a instrumentação cuidada e partilhada por dois outros instrumentos, frutos da investigação e construção na oficina Albiviola da Associação Recreativa e Cultural Viola Beiroa: o Beiroito e o Beirão. O primeiro mais agudo, inspirado no cavaquinho; o segundo mais grave, afirmando-se como uma viola de arame barítono. As similitudes tímbricas e a sua forma, baseada na da viola beiroa, tornam estes instrumentos curiosamente familiares...

Aceitem este VIVA à Viola Beiroa, às Violas de Arame Portuguesas e à Música Tradicional!

3.2.4. CONSTRUÇÃO DE VIOLAS BEIROAS

CUIDADOR: FERNANDO DEGHI

Fernando Deghi, natural do Brasil, recebeu-nos na oficina de construção da viola beiroa, AlbiViola, sediada em Castelo Branco, no final da tarde do dia 27 de Janeiro de 2023, para aquela que seria uma conversa tendo como “testemunha” uma beiroa em pleno processo de construção (na fase de colocação das ilhargas). Seria, com certeza, uma conversa com um dos maiores especialistas da viola caipira e um profundo conhecedor das violas de arame, com destaque especial para a viola beiroa.

Com um *luthier* da sua craveira, as questões mais técnicas, digamos assim, seriam inevitavelmente preponderantes, tanto mais que era preciso partir

das aquisições do passado para a formulação de soluções de futuro, a única forma de respeitar a memória da viola beiroa. E a questão das afinações tinha necessariamente (pensamos nós) que vir à baila:

A questão da afinação da viola beiroa. O meu último trabalho, registado em CD, foi com oito afinações. Essa trama das afinações deixa de ter segredo quando se percebe que uma está muito próxima da outra. Essa afinação que é utilizada aqui na viola beiroa, que foi uma modificação feita pelo Alísio Saraiva, ela é uma afinação em que o quinto par é a nota Si, o quarto par é a nota Mi, o terceiro par é Lá, o segundo é Ré e o primeiro par é Mi. A única diferença dessa afinação para a afinação da viola caipira brasileira são apenas duas cordas: a terceira que aqui é Lá e ali é Sol, meio tom abaixo; e o Ré que no Brasil é Si. Então trata-se de afinações próximas. A afinação tradicional da viola beiroa, do Manuel Moreira, é Lá-Ré-Sol-Si-Ré. E esta afinação, que é a tradicional da viola beiroa mas que não é utilizada aqui, ela está lá no Brasil, em Paraguaçu, utilizada no cavaquinho de cinco cordas. E nos Açores, na Ilha de São Miguel, é a afinação e um das violas deles, que é Lá-Ré-Sol-Si-Ré. Então isto quer dizer que está tudo a andar muito próximo, não tem assim muitas diferenças. O que eu não vejo é a relação dessa afinação com a da guitarra portuguesa como diz o Alísio. Se tiver uma relação ela está muito distante...

Uma tal problemática tem muito que ver com a “tocabilidade” do instrumento, com uma certa e desejável intuição executiva, impondo-se portanto a reflexão:

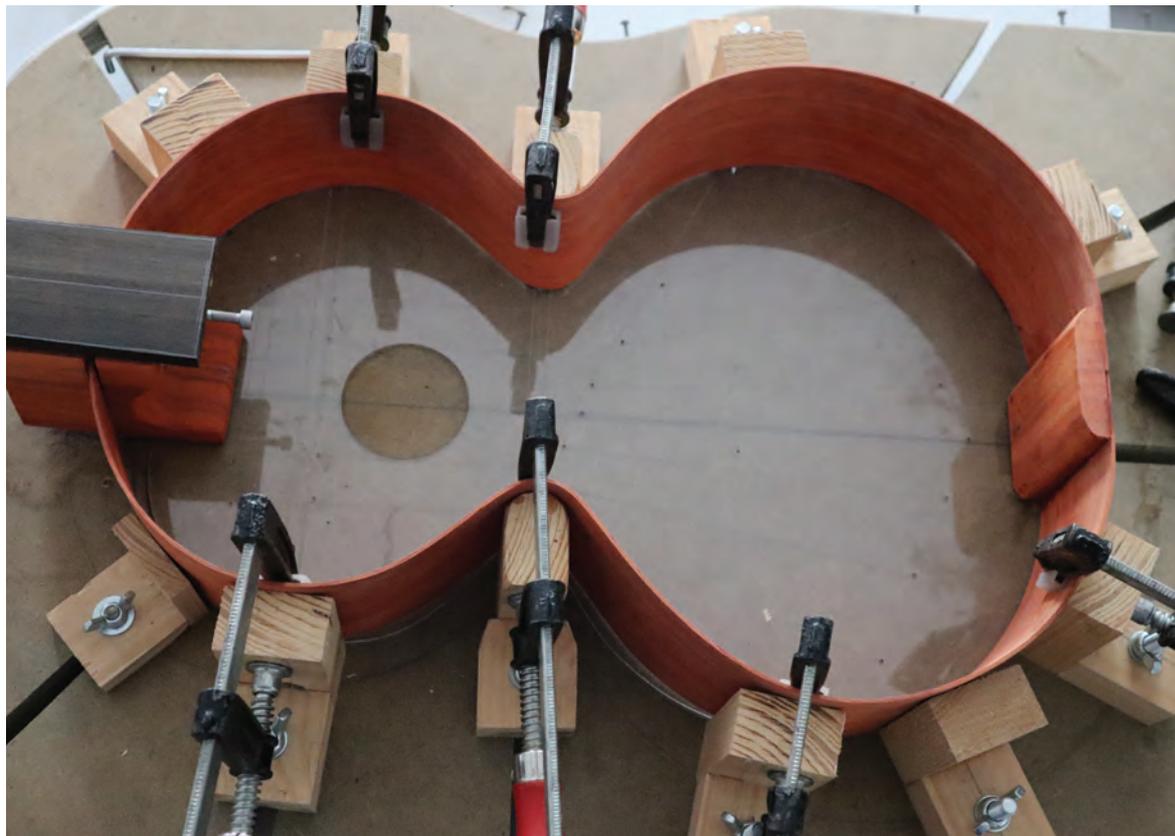
Olha: eu nas escalas, por exemplo, sinto uma certa dificuldade por causa da passagem da terceira para a segunda corda mas é uma questão de adaptação. Eu nunca falo mal das afinações porque eu gosto de explorar as afinações. Por exem-

plo: o meu instrumento de viola brasileira, que eu toco aqui com eles, está na afinação da viola beiroa, pelo que os acordes são muito mais fáceis de fazer nessa afinação, não tenho dúvida nenhuma em relação a isso. Os solos às vezes ficam difíceis porque nessa passagem da terceira para a segunda corda eu tenho uma nota Lá e uma nota Ré; então tenho Lá-Si e tenho que fazer Lá-Si-Dó e Ré é corda solta e o Mi também é corda solta. Então eu tenho que fazer uma escala com uma sequência de harpejo e não uma sequência de escala. Bom, mas estas coisas a gente estuda e o Miguel Carva-

linho está a fazer todo um trabalho, uma metodologia em que tem todo o cuidado com isso. Ele tem que ser muito rigoroso até porque ele vem da escola da guitarra clássica e então tem toda a preparação para isso. Eu também fui estudioso disso durante vinte anos e sei como funciona tudo isso.

A construção da viola beiroa conheceu, nos últimos tempos (muito reduzidos tempos, importa ter bem presente este facto histórico) uma evolução a todos os títulos assinalável, confrontando-se com questões que vão sendo resolvidas e que suscitam a reflexão construtiva do luthier Fernando Deghi:





Eu acho que ainda temos problemas para serem resolvidos. Um deles é com uma questão da parte tradicional, que tem todo o desenho do tampo que é característico das violas portuguesas, como é o caso da viola beiroa: ela tem uma tradição – como a viola do Manuel Moreira – que é de uns certos enfeites. O outro problema é o das dez casas da viola beiroa. Então, quando se toca música tradicional, só se usam quatro casas. Mas agora está acontecendo um movimento em Portugal, que já aconteceu no Brasil há vinte anos, que é as violas estarem a ter tocadores mais preparados; como é o caso do Miguel Carvalhinho que só tem sete anos com a viola beiroa e que é um acadêmico, que então vai tocar de outra forma e com dez casas fica limitado para um músico da categoria dele e de outros músicos que agora estão diretamente ligados à braguesa, à campaniça... Então

você precisa de instrumentos com uma tocabilidade diferenciada, porque não são mais mãos rústicas.

Quando eu falo do toque tradicional é só de uma limitação técnica. Então você tem uma pessoa que se continuar tocando numa viola de dez ou numa viola de doze ele vai tocar do mesmo jeito. Agora, eu sou um músico que preciso de doze ou até de quinze casas, dependendo da obra que eu vou compor. Então eu penso que isso tem que ser muito bem estudado porque se não nós vamos ter sempre um instrumento que fica limitado na parte da criação.

Nós já conseguimos aqui uma coisa muito interessante que foi, na certificação, a escala passasse de dez para doze casas, porque doze casas é a metade da escala, com o comprimento de corda

dividido por cada metade. É muito mais fácil para temperar um instrumento porque com dez casas é sempre uma dificuldade maior. Com doze casas consegue-se um tempero melhor e por isso o braço teve um aumento de 2,5 centímetros. Penso que isto não altera nada o instrumento, ele continua com o mesmo formato.

Uma outra coisa que eu faço questão que os instrumentos tenham é um tensor, porque se não o tiver o instrumento está condenado: de repente o braço mexe (porque é natural a madeira mexer) e aí você não tem como o regular, dá um trabalho danado. Todos os meus instrumentos têm tensor; antigamente, com dez casas, o braço era menor, não tinha tanta necessidade, podia trabalhar-se o braço sim, mas com tempo.

Contemplando a viola beiroa que está em processo de construção na banca do luthier, olhámos para o sulco na madeira branca do braço (que depois receberá uma outra de madeira escura) destinado a receber o tensor que está nas nossas mãos. Uma solução que garante uma bem mais longa vida operacional e funcional do instrumento. E veio então a curiosidade pelas madeiras utilizadas:

Esta viola beiroa aqui é um pouco diferente mas apenas por uma questão estética. No braço o que se usa muito é o cedro: é uma madeira branca e fica com um braço diferente. A faixa lateral que se costuma usar aqui na beiroa é de nogueira. O tampo geralmente é de abeto, pinho da flandres, ou também de cedro canadense, que tem uma resposta melhor. A viola que eu fiz para o Miguel Carvalhinho é uma viola que tem mais ataque, uma sonoridade mais robusta. E há coisas que também não eram trabalhadas aqui, como era o caso da espessura do tampo, que não era feito numa medida só e então tinha uma tímbrica com um som mais de lata. Quando você trabalha o tampo nas espessuras você tem tímbricas dife-

rentes. Para um músico que vai trabalhar com dinâmicas, enfim, então eu tenho que ter uma construção diferenciada. Mas essa viola ela tem uma faixa lateral de pau-ferro, que é uma madeira dura como o jacarandá ou o pau-santo. E assim o instrumento tem uma resistência maior para que o tampo possa vibrar também mais. Já é uma viola mais evoluída. Coloca-se a escala, tem o tensor, já é uma viola que se empenar regula-se o tensor e ela está pronta para continuar a ser tocada.

Um outro aspecto que foi estudado – e resolvido a contento dos tocadores mais exigentes – foi a questão das escalas planas, tendo Fernando Deghi colhido da experiência brasileira “lições” de grande utilidade para o trabalho de construção evoluída da viola beiroa:

A gente no Brasil passou pelo mesmo processo. Eu acho que o que tem de mais original em termos de viola caipira no Brasil é a viola de Queluz, que foi introduzida pelos portugueses que se estabeleceram no Brasil, na cidade de Queluz, onde tinha uma rua que era só de construtores, dois deles muito famosos, um



dos quais era um tal Pereira e outro cujo nome não me recordo agora. Eram violas também com escala rasa e com ornamentos de tampo feitos de uma maneira tradicional, escavados e com um pó preto de ébano ou de café e cola. Depois a coisa evoluiu, vieram as empresas (como a Gianini) e então começaram a fazer uma viola com uma escala um pouco sobreposta, porque a escala rasa ao tampo também tem limitações: se tiver uma unha para tocar ela fica batendo no tampo. Quer dizer, são questões tímbricas que se foram modificando.

Ora eu penso que a beiroa está entrando num processo e o que precisa de ser trabalhado é a tocabilidade. A gente tenta trazer essa experiência para o instrumento. Por exemplo: uma escala que não seja uma escala recta, que seja uma escala abaulada. Então tem vários ângulos que a gente pode trabalhar porque a própria anatomia do dedo, quando se faz uma pestana, não é recta. Então a gente trabalha isso com lixa, sucessivamente. Porque aqui é que está o trabalho dos artesãos, é aqui que você tem uma viola diferente de uma outra. Porque a mão não consegue fazer sempre uma mesma medida, embora se possa sempre medir uma espessura e aproximar muito mas, por exemplo, de um tampo para outro tem sempre uma diferença.

Os prazos de entrega de uma viola beiroa construída na oficina da AlbiViola – cujo preço se situa na faixa dos mil e duzentos euros – estão sempre condicionados pelo processo em si e pelos tempos requeridos para a consolidação do instrumento:

Geralmente, um luthier que não tem uma fila de espera não é um bom luthier! O que fazemos aqui é o seguinte: eu tinha aqui três violas no fim do ano e as três violas já foram. Agora a gente vai comprar madeira para fazer uma remessa de cinco violas. Se vier uma encomenda ou entra no pedido ou entra na fila de espera.

O material hoje está muito caro. Por exemplo: hoje vai-se comprar um jogo de jacarandá na Baía e só um jogo custa uns oitocentos euros, é muito caro. E tem que ser madeira licenciada porque por exemplo, se você viajar e não tiver um documento em como aquela madeira foi oficializada os caras pegam o instrumento. É todo um processo e tudo isto fica muito caro.

Nós aqui precisamos de mais de três meses para construir um instrumento, por exemplo, por causa do verniz. O verniz ainda é feito de forma artesanal: é a goma-laca, que é diluída em álcool. A goma-laca – fezes de insectos – vem da Índia. O verniz seca na hora mas tem de se dar várias demãos. Primeiro, para tapar os poros, eu uso um processo que usava quando era técnico de piano no Brasil, durante 15 anos (e aqui também trabalho com afinação e restauração de piano). Então eu comecei a fazer a lustração em pianos e para fechar os poros uso o pó da pedra-pomes: joga-se o pó e aplica-se com uma boneca de algodão e com o óleo o pó vai-se diluindo e fechando os poros. E depois vai-se aplicando o verniz, em várias demãos. Então eu hoje dou duas demãos, amanhã outras duas e deixo três dias para que a madeira possa absorver. Menos do que quinze dias não fica pronta de verniz, porque menos do que isso corre-se o risco de o verniz sumir e ficar fosco e não com aquele brilho. Tem que caprichar!

Foi sem margem para qualquer dúvida extraordinário o trabalho desenvolvido em tão pouco tempo, sendo para tal determinante o facto de a viola beiroa ter caído em mãos sabedoras e exigentes, como as de Miguel Carvalhinho – são as mãos quem salva a viola beiroa...

A coisa vai rápida quando está nas mãos de um músico que tem competência, porque se assim não for é para esquecer. Tem uma coisa que aconteceu no Brasil: quem está na música tradicional

fica atrás do outro. É um ciclo vicioso, o instrumento não evolui, a tocabilidade não melhora, não há metodologia. A primeira coisa que eu fiz quando comecei a tocar viola caipira foi o seguinte: lá no Brasil tem um ícone da viola que é o Tião Carreiro e nas músicas que ele cantava tinha umas introduções que ele fazia na viola que eram verdadeiros estudos da viola caipira. E com esses arabescos o pessoal faziam uns potpourri. Então o que é que eu fiz? Peguei nos 50 discos e cataloguei-os todos e joguei na internet. Eu fiz uma coisa para desmistificar essa coisa do “Ah! Mas é tão difícil tocar!...” Fiz vídeos, uma metodologia e joguei fora e assim não desaparece. E isto está sendo feito na viola beiroa, na campaniça, na braguesa, quer dizer, não é exclusivo da beiroa, há um movimento muito grande...

O acervo de partituras com os repertórios da viola beiroa é fundamental, assim como toda uma metodologia, que Miguel Carvalhinho está a orientar no sentido de introduzir a viola beiroa na academia:

O Miguel está preocupado em que a viola beiroa entre na academia. E para isso é preciso ter uma metodologia e a primeira metodologia é a realidade da música tradicional e os estudos para iniciados. E tem que ter pessoas que componham para esse instrumento, uma nova geração de compositores.

Eu espero que a viola beiroa daqui a dez anos tenha alunos que se tornaram compositores. Eu penso que isso vai acontecer porque é a tendência natural. Não é o músico tradicional quem vai compor, o máximo que ele pode fazer é aqueles ponteiros, coisas simples da música tradicional. Agora um músico com uma formação diferente, ele pega num instrumento e já começa a testar todas as suas possibilidades. É isto que vai acontecer.

3.2.5. BEIROAS, GENEbres E TRINCHOS:

CHERREQUE... CHERREQUE...

CHERREQUE... VRRUM... VARRAVUM...

VARRAVUM...

Terminada a procissão no adro da igreja, o sacerdote profere um sermão explicando o sentido do domingo da festa e logo após este momento litúrgico, têm lugar a Dança das Virgens e a Dança dos Homens, interpretadas imediatamente uma depois da outra.

A igreja mantém as portas abertas e, no adro, posiciona-se o tocador da guitarra portuguesa e o guardião, homem de calças pretas e camisa branca que, de espada em punho, “protege” as Virgens e o seu “dote”. Ele marca e defende o território onde as jovens vão actuar, mantendo a distância relativamente ao público que assiste à dança.

Dança das Virgens. Tem início a Dança das Virgens. As jovens posicionam-se de frente para a porta da igreja, formando duas colunas. Trajam vestido de manga comprida branco, sapatos da mesma cor e meias de renda branca até ao Joelho. Na cabeça envergam uma coroa de flores, a contornar um obrigatório carrapito, e na mão um lenço branco engomado, com o qual acenam durante a dança. Adornam-se com o “dote em ouro”: brincos, cordões e fios. Na cintura usam uma faixa em azul-claro, com laço atrás e pontas caídas. O colarinho e os punhos são também adornados com fitas que franzem e fecham. Os seus trajes revestem-se de uma forte carga simbólica, dada a tradicional concepção da cor branca como sinal de pureza, o que justifica o nome da Dança: “das Virgens” ou “Donzelas”.

Uma após a outra, as jovens recitam as seguintes quadras:



1. Ó Virgem dos Altos Céus,/ Mãe do meu amparo bem:/ Conservai na Vossa graça/ Quem aqui visitar-Vos vem.
2. Quem aqui visitar-Vos vem,/ Com silêncio há-de vir,/ Nós estamos a Vossos pés/ Prontas para Vos servir.
3. Prontas para Vos servir/ Do íntimo do coração,/ Se não estamos purificadas,/ Ó Virgem dai-nos perdão.
4. Ó Virgem dai-nos perdão/ Ao vosso povo primeiro/ Sois Mãe de misericórdia/ Perdoai ao mundo inteiro.
5. Perdoai ao mundo inteiro/ E toda a família em geral/ Fazei que em todo o mundo/ Tenham o vosso sinal.
6. Tenham o vosso sinal/ Mãe da Glória, Imperatriz,/ Conservai na Vossa graça/ Este nosso Juiz.
7. Este nosso Juiz/ E todo o mundo inteiro/ Conservai na Vossa graça/ Este nosso Tesoureiro.
8. Este nosso Tesoureiro/ E todo o fiel cristão:/ Conservai na Vossa graça/ Este nosso Escrivão.
9. Este nosso Escrivão/ E quem for do nosso partido/ Nós queremos continuar/ Com o nosso uso antigo.
10. Com o nosso uso antigo,/ Pela graça do Senhor/ Vivam as oito donzelas/ Mais o nosso tocador.

“Deitadas as quadras”, as jovens iniciam a coreografia apenas acompanhada pela guitarra portuguesa. O tempo é marcado pelos sapatos das dançarinas no chão.

Durante oito minutos as Virgens, voltadas de frente para a igreja, para o tocador e para o Guardiã, executam onze figuras coreográficas, algumas muito semelhantes: desenham quadrilhas, rodas e cadeias. Efectuam cruzamentos, diagonais e vébias, sempre em passo de passeio meneado,

rodado com o par e no lugar próximo. Começam e terminam as diferentes figuras sempre em colunas, posicionadas de lado umas para as outras e de frente para a igreja. O espaço coreográfico utilizado na Dança das Virgens é bastante reduzido.

Dança dos Homens. Terminada a Dança das Virgens segue-se a Dança dos Homens ou Dança da Genebres. Esta é interpretada por nove dançarinos, dos quais seis são homens e, actualmente, três são raparigas, as madamas. Antes de serem representadas por jovens raparigas o papel de madamas era desempenhado por três rapazes “(...) vestidos rigorosamente de mulher, também de branco, com cordões de ouro ao pescoço e brincos nas orelhas” (Oliveira: 2000, p.121).

Os Homens trajam calças e camisa branca, e em torno da cintura envergam uma faixa em azul-claro (até à década de 90 do século XX estas faixas eram encarnadas. Não há a certeza em que ano passaram a ser azuis, no entanto, sabe-se que o motivo foi apenas para “combinar” com a cor do manto de Nossa Senhora). Na cabeça transportam a Capela: “(...) ou capacete de forma cónica enfeitada com flores artificiais e fitas que lhes caem pelas costas (complemento das que pendem dos ombros) encimada com um penacho de flores artificiais de várias cores e de penas brancas (...)” (Dias: 1964, p.104).

O dançarino que toca a genebres, espécie de xilofone suspenso ao pescoço, comanda a dança com marcações rítmicas mais acentuadas no instrumento, enquanto os outros cinco tocam violas beiroas. As madamas encontram-se no centro, entre os homens, e tocam soalhas ou trinchos, um instrumento musical de percussão semelhante à pandeireta mas sem pele.

A dança dos Homens apresenta sete figuras coreográficas: 1ª Contradança; 2ª Rabeja; 3ª Mesura;



4ª Saltos à Madama; 5ª Varandas; 6ª Chouriço; 7ª Vénia.

A iniciar e a findar cada representação, todos os dançarinos estão posicionados de frente para a igreja em colunas simples laterais-faciais, uns atrás dos outros, encontrando-se cada coluna lado a lado. Na estrutura espacial fazem rodas, voltas, cruzamentos e diagonais, utilizando um espaço coreográfico maior do que na Dança das Virgens, deslocando-se maioritariamente em passo de passeio meneado, excepto na 4ª figura, onde o dançarino da genebres desencadeia um passo corrido em direção a uma das dançarinas ou a uma pessoa da assistência. Ao tocador da genebres não só é dada a permissão para a rutura da ordem coreográfica, como é esperado que o faça, constituindo assim uma excepção na coreografia.

Todos os dançarinos tocam um instrumento musical: cinco tocam viola beiroa, três tocam trinchos ou soalhas e um toca genebres. Os dançarinos tocam o seu instrumento enquanto dançam e, com as Capelas na cabeça, executam vénias cerimoniais nos momentos em que se encontram de frente uns para os outros.

Actualmente as danças são realizadas uma única vez no adro da igreja. Está marcado na memória dos mais velhos o tempo em que se repetiam à porta das casas dos festeiros e das famílias com maior prestígio social e económico que, em troca, lhes ofereciam boa comida e bebida: "O grupo toca e dança pela primeira vez em frente da Igreja e seguidamente nos lugares mais centrais e nas principais casas da povoação, onde lhes oferecem doces e vinho» (Dias: 1944).

Dança das Tesouras. A Dança das Tesouras decorre na segunda-feira seguinte, dia em que tem lugar uma missa e uma procissão que recolhe as imagens de Santo António e São Sebastião às res-

pectivas capelas. Terminada a procissão tem lugar a cerimónia da "Entrega da Festa" onde os festeiros, acompanhados pela Banda Filarmónica, se deslocam até à porta da casa daqueles que foram escolhidos para sucederem na função.

A Dança das Tesouras tem lugar na parte da tarde, no intervalo da garraiada. Actualmente verifica-se uma tentativa de revitalizar esta Dança que durante alguns anos se realizou de modo muito irregular. Nos últimos anos em que ela foi interpretada (2011, 2012, 2013 e 2014) decorreu no adro da igreja. Menos coreografada que as outras, a Dança das Tesouras prima pela sua originalidade e pelos momentos animados que proporciona.

O número de dançarinos não é fixo por ser extremamente difícil encontrar homens e rapazes disponíveis para a interpretar, pelo que pode variar entre os oito, dez ou doze dançarinos. Em 2014 interpretaram esta Dança sete dançarinos e o Mandador. Todos eles trajam calças de cotim e camisa branca e envergam um lenço branco na cabeça. Estão munidos de tenazes em ferro nas mãos, que simulam tesouras de tosquia. No decorrer da Dança, as tesouras são afiadas simbolicamente num tronco suportado pelo Mandador, que entoia quadras de Louvor a Nossa Senhora dos Altos Céus, ao mesmo tempo que dá comandos verbais para a mudança das sequências coreográficas. As ovelhas são representadas actualmente por raparigas com cerca de 8 anos de idade, simulando borregos que envergam casacos com pelo de lã do avesso e vão soltando balidos no final das quadras cantadas.

A Dança das Tesouras tem uma duração de três minutos e dela fazem parte oito figuras, sendo três destas repetidas. Os dançarinos encontram-se em carreiras-faciais, uns atrás dos outros e de frente para o Mandador. Nas figuras os dançarinos mais velhos, sempre em passo de passeio, simulam o acto de afiar as tesouras no pau que



o Mandador sustém ao ombro, aproximando-se deste e afastando-se quando simulam a tosquia dos borregos. Por vezes os “tosquiadores” trocam de lugar dispondo-se no lado oposto. O Mandador entoa as quadras, enquanto os homens vão afiando as suas tesouras:

1. Ó virgem dos Altos Céus/ Que estais lá nessas alturas,/ Virai para cá o rosto,/ Não nos deixais às escuras. /Borregos: Mé, mé, mé
2. Ó virgem dos Altos Céus/ Minha rosa encarnada,/ Lá ao Baixo Alentejo/ Chega vossa nomeada./ Borregos: Mé, mé, mé
3. Ó virgem dos Altos Céus/ Que lá estais na cadeirinha/ Ó cadeira tão baixa/ Para tão Alta Rainha. /Borregos: Mé, mé, mé
4. Mulatinhas da Baía/ Foram-se lavar ao mar,/ Deixaram as águas turvas/ Sendo elas um cristal./ Borregos: Mé, mé, mé
5. Quando eu vim da Baía,/ Quando da Baía vim,/ Mulatas carinhosas/ Todas choraram por mim./ Borregos: Mé, mé, mé
6. Quando eu vim da Baía,/ Lá me ficaram dois reis,/ Comprei duas mulatinhas,/ Cada uma por cinco reis./ Borregos: Mé, mé, mé

Entre as filas de “tosquiadores” os jovens simulando borregos, reproduzem os balidos, movendo-se de cócoras e aos pulos entre as fiadas de tesouras, no intuito de tentar escapar-lhes. O papel de “borrego”, outrora desempenhado por crianças do sexo masculino é agora representado por raparigas pré-púberes, tal como sucedeu na interpretação de 2014.

Como já foi referido, de acordo com Jaime Dias, quando é realizada, a Dança das Tesouras consta apenas desta única apresentação, no entanto, noutros tempos tal como as Danças dos Homens e das Virgens, também a das Tesouras eram no-

vamente executada junto das casas dos festeiros, bem como junto das principais casas da Lousa. Das três Danças, a das Tesouras é a única que não é acompanhada por instrumentos musicais. O acompanhamento é vocal, cantado ao ritmo das tenazes, seguindo o mote dado pelo Mandador.

Fonte documental: As Danças Tradicionais da Lousa: Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial

3.2.6. DANÇAS ERGUIDAS AOS ALTOS CÉUS...

CUIDADORES: JOSÉ MIGUEL BALTAZAR,
JOSÉ ANTÓNIO TELES CHAVES

A conversa aconteceu no Museu Etnográfico da Lousa, instalado num lagar de azeite da década de 50 do século passado, situado no Largo do Chafariz, onde se encontra a igreja matriz da povoação. Trata-se de um núcleo museológico dedicado às temáticas do “azeite” e das “danças da Lousa”, com o objectivo de “transmitir os costumes e as histórias que animavam as vivências das gentes da Lousa”.

Os nossos interlocutores no final da manhã do dia 28 de Janeiro de 2023 foram José Miguel Baltazar, presidente da Junta de Freguesia da Lousa, e José António Teles Chaves, ex-presidente da autarquia lousense e estudioso das tradições da sua terra natal. O tema era, evidentemente, as danças tradicionais da Lousa associadas às celebrações em honra e louvor de Nossa Senhora dos Altos Céus, que se celebram no terceiro domingo de Maio, sendo o fio condutor da conversa a viola beiroa, instrumento que sempre teve presença de destaque nas “Danças dos Homens”, segundo consta e de acordo com a lenda desde os já recuados tempos de 1640, quando uma praga de gafanhotos assolou a região e aconteceu o “milagre”, protagonizado pela Virgem Maria. Na descrição das celebrações em louvor de Nossa Senhora dos Altos Céus, Frei

Agostinho de Santa Maria, na obra “Santuário Mariano” (1711) refere que *...de tarde se faz procissão ao redor da Igreja, aonde todos em louvor da Senhora dançavão, e bailavão com huma muyto grande alegria (pág. 67)*. Mais referindo, ainda em 1711, que “não pode nem por tradições descobrir mais que o ser muito antigo” o culto a Nossa Senhora dos Altos Céus.

A lenda dos gafanhotos: houve de facto aqui uma invasão de gafanhotos em 1640. Na própria descrição de Frei Agostinho de Santa Maria ele não fala em danças, ele fala do povo a dançar. O que não há dúvida é que anos mais tarde, em 1680, há uma referência na Procissão do Corpo de Deus em Castelo Branco à dança da Lousa...

Revista Lusitana, vol. XII, Lisboa, 1909, pág. 175/176: *ROL DOS JUIZES DE OFFICIO QUE HÃO DE DAR DANÇAS E INSIGNIAS, E TUDO O MAIS NECESSARIO PERA A PROCISSÃO DE CORPO DE DEUS ANNO DE 1680: Francisco Esteves juiz dos pastores dará huma dança de páos de seis Homens que he a da Lousa...* de referir que nas atribuições de outros juizes surgem mencionados vários instrumentos musicais então por certo populares na região: “tres violas de bons tangedores”, “hum tambor a diante de S. Jorge e hum pífano”, “dança de seis mulheres com pandeiros e castanhetas”...

... mas não dispomos de mais pormenores. Já havia a “dança das Virgens”? Não sabemos. O que sabemos é que apareceram lá nessa altura as danças da Lousa.

O bispo António Marcelino, que foi Bispo de Aveiro, escreveu, em 1958, remetendo da “Dança das Virgens” para as oito filhas do casal Timóteo e Micaela, de que fala a lenda. Mas Frei Agostinho de Santa Maria não fala desse casal, nada diz sobre isso. O que sabemos é que a festa começou a fazer-se em 1640.

O nosso principal interlocutor foi o engenheiro electrotécnico José António Teles Chaves, autor de um livro referencial publicado em 2015, intitulado “Nossa Senhora dos Altos Céus. Defensora do Povo da Lousa.” E, para início de conversa, era importante saber de que modo toda esta memória cultural e ritual chegou aos nossos dias e de que forma a comunidade lousense vive, participa e acarinha as danças, expressando e testemunhando assim um sentimento de pertença e de assumpção desse legado.

A participação prática nas danças por parte da comunidade limita-se a assistir às mesmas. – Começou por nos dizer José Miguel Baltazar, o actual presidente da Junta de Freguesia da Lousa – As danças são realizadas por um grupo de moças e de homens, cada um com as suas danças, fazendo a homenagem à Nossa Senhora dos Altos Céus. As pessoas assistem à procissão e depois às danças, são esses os níveis de participação.

Eu gostava de complementar com um aspecto um bocado diferente do que o Miguel acaba de referir – atalhou José António Teles Chaves, com o qual a conversa decorreu praticamente até final. – A envolvimento da população com as danças é enorme, principalmente naquelas pessoas mais antigas e que são mesmo aqui da Lousa. Temos passado por um processo de despovoamento, como todas as regiões do interior, e hoje temos aqui muita gente que não é de cá e essas pessoas não sentem as danças como nós sentimos. Quem é verdadeiramente aqui da Lousa, que nasceu cá, que foi cá criado – e há muitas pessoas que emigraram e que já regressaram – vivem aquilo com uma intensidade enorme. A festa de Nossa Senhora dos Altos Céus e as danças são para eles uma coisa sagrada. Essas pessoas vivem a festa com intensidade.

O problema do despovoamento tem constituído, sobretudo nas regiões do interior de Portugal,

uma séria ameaça à continuidade de muitas tradições e na Lousa confrontam-se também com esse grave problema.

Nós temos neste momento muita dificuldade em manter as danças em funcionamento por causa da falta de miúdas, da falta de gente nova. As pessoas que cá estão e que são de fora não estão, como disse, sensibilizadas e as outras pessoas que cá estão são velhas e já não têm filhas em condições de integrarem as danças. Esse é o grande problema que nós temos. As pessoas da Lousa, que infelizmente continuam a ser a grande maioria da população neste momento, estão todas acima dos 60/65 anos! É tudo gente que vive com muita intensidade a festa, que tem essa memória vivida mas o problema da falta de gente nova subsiste. Mas nós não podemos comparar as ideias dos mais novos que cá estão com as ideias dos mais velhos.

O problema da falta de moças temos conseguido resolver, com dificuldade mas temos conseguido. Antigamente as raparigas iam só a partir dos doze anos e agora temos tido lá raparigas com oito ou nove anos.

Quando falamos em memória recuamos, forçosamente, a tempos passados, sobretudo movidos pela curiosidade e pela necessidade do conhecimento das origens das tradições, da demanda das primeiras notícias sobre as danças tradicionais da Lousa. E, no sentido que nos move, da presença da bandurra – viola beiroa, como a baptizou Ernesto Veiga de Oliveira – na Dança dos Homens, o que parece ter sido sempre uma realidade.

A bandurra esteve sempre presente na “Dança dos Homens” e a guitarra portuguesa na “Dança das Virgens”. a fotografia mais antiga que temos do grupo da “Dança dos Homens” data de 1919 e ali estão as violas beiroas, a “Dança dos Homens” sempre utilizou a viola beiroa, já o Manuel Morei-

ra tinha morrido e nós continuámos a usar a viola beiroa. Nós temos, de facto, uma fotografia em que aparece lá um instrumento que não é uma viola beiroa e a verdade é que havia muita dificuldade em arranjarmos as violas porque o pessoal não as tinha. A primeira viola utilizada nas danças é a que está no Museu de Etnologia, foi a que o Ernesto Veiga de Oliveira para lá levou. O professor Gardete deu-lha e ele em troca deu-nos duas violas dessas que eram feitas no Porto.

A primeira referência escrita conhecida é do Jaime Lopes Dias, na “Etnografia da Beira”, que a refere em 1926 mas sem qualquer registo fotográfico da “Dança das Tesouras”. As próprias notícias dos jornais – e nós temos algumas – referem as “danças da Lousa” sem especificar quais são. O Jaime Lopes Dias refere as danças, incluindo a das tesouras mas a primeira referência que nos aparece com fotografia é mais tarde, no livro de Salles Viana, “O Traje Popular na Beira Baixa”. A partir daí só começámos a ter fotografias a partir da altura em que passámos a fazer a dança. Acontece que antigamente ninguém tirava fotografias.

A verdade é que não temos qualquer referência sobre quando é que começou a “Dança das Tesouras”. Sabemos que faziam a dança, mais nada. Eu conheci gente que fez a dança mas não havia registos. Talvez porque a “Dança das Tesouras” não era feita propriamente com as danças da festa, a das Virgens e a dos Homens, que se fazem no domingo da festa, depois da procissão, e a das Tesouras é feita na segunda-feira, que já não é o dia grande da festa. Portanto, não temos registos fotográficos nem escritos; depois é que aparecem e já há várias publicações com a sua descrição.

Quando se presencia a execução das danças rituais, com uma solenidade religiosa, não podemos deixar de reparar na figura do guardião, com espada empunhada, suscitando-nos uma reflexão

que remete para guarda e vigilância. Será, de facto, assim?

O guardião é quem afasta os intrusos da dança. Em fotografias antigas o guardião aparece em plano de destaque na “Dança dos Homens”. Houve uma altura em que, na minha opinião, se pensou que o guardião fazia parte de todas as danças. Salles Viana – que tentou levar estas danças para a Antiguidade Clássica, para a mitologia greco-romana – colocou o guardião e eventualmente faz algum sentido na “Dança das Virgens”. Ele achava que a “Dança das Virgens” era uma dança de vestais e então o guardião seria o eunuco que estava ali a guardar, digamos, a integridade das Virgens. As pessoas por cá depois começaram a dizer que ele estava ali de guarda por causa do ouro que as moças levavam. A partir de certa altura, ainda com o professor Gardete à frente das danças, começou a localizar-se o guardião na “Dança das Virgens” e não na “Dança dos Homens”. Para nós o guardião faz parte da “Dança das Virgens” e não da “Dança dos Homens”.

Já o homem das genebres é diferente: como se considerava também ser a dança eventualmente guerreira, ele dá uns saltos fora da formatura, aleatoriamente, na direcção de quem está a assistir, por vezes um salto de galamento, digamos assim, para uma rapariga ou uma mulher, sempre a tocar as genebres. O guardião e o homem das genebres são figuras completamente diferentes.

A festa esteve parada entre 1945 e 1958, durante treze longos anos. Em 1958, aquando de uma visita à Lousa, sua terra natal, do Padre António Baltazar Marcelino (que anos mais tarde viria a ser Bispo da Diocese de Aveiro), nascido na Lousa em 1930, foi abordado por um membro da Comissão de Festas, Manuel Vaz Preto que lhe deu conta de que gostava de fazer de novo as danças na terra, solicitando ao clérigo que escrevesse “qualquer

coisa para o pessoal saber como é”. E assim foi publicado, em 1958, um livrinho intitulado “A Festa e as Tradicionais Danças da Virgem dos Altos Céus da Lousa”, da autoria de António Marcelino, que José António Teles Chaves considera ser uma “bíblia” sobre as danças da Lousa.

A Comissão de Festas de 1958 – da qual o meu pai fez parte – teve como, digamos, juiz dos festeiros, o homem mais rico aqui da zona, Manuel Vaz Preto, que falou com o padre António Marcelino, que naquela altura estava a dar aulas no Seminário de Portalegre, no sentido de se voltarem a fazer as danças. Ele era muito crítico por não se fazerem as danças, embora fosse muito mais virado para a parte religiosa. E então decidiram avançar com a realização das festas e foi a Dona Alda Vaz Preto quem fez os trajes, financiados pelo Manuel Vaz Preto.

Arranjamos gente e as danças fizeram-se nesse ano e nunca mais pararam. O Salles Viana também colaborou porque era um homem muito ligado às nossas danças naquela altura. A partir dessa altura cada um cuidava do seu traje e quando o professor Gardete tomou conta das danças assim continuou; e depois, quando foi presidente da junta, sempre que era preciso alguma coisa a Junta de Freguesia lá estava para resolver o problema com a Comissão de Festas.

Neste momento as danças estão integradas numa associação que a gente criou, a Lousarte – Associação Cultural e Etnográfica da Lousa e qualquer coisa que é necessária é a associação quem resolve. Temos financiamentos da Câmara Municipal e a Junta de Freguesia também ajuda. Nenhum dos participantes investe um tostão nas danças, neste momento a Associação assegura todos os gastos e no final das danças os trajes são todos lavados e guardados.

Um aspecto que nos foi dado constatar foi a variabilidade das faixas dos elementos protagonistas da “Dança dos Homens”: primeiro eram vermelhas, depois surgem fotografias em que são azuis e nos tempos mais recentes são de novo vermelhas...

Até 1998 as faixas foram sempre vermelhas. Pelo menos todos os registos que há confirmam que as faixas eram vermelhas. O Salles Viana dizia que tinha a ver com o sangue, porque era uma dança guerreira, mas isso não sabemos. Até 1998 a faixa foi sempre vermelha, era o professor Gardete o responsável pelas danças (e foi assim que estiveram presentes na Expo98, em Lisboa). E então, em 1999, quem tomou conta das danças mudou a cor da faixa para azul. Na altura disseram que era para condizer com a “Dança das Virgens”. E isto andou assim até à criação da Lousarte e entendemos então que isso não estava bem. Juntou-se então o pessoal todo, decidiu-se e voltámos novamente à faixa vermelha. E desde 2015 que assim é.

O acompanhamento das violas beiroas tem uma função meramente rítmica, alinhando com o esquema rítmico da genebres e dos trinchos (espécie de pandeiretas desprovidas de peles). A mão esquerda faz apenas duas posições (registando-se, por conseguinte, a ausência de acordes) fazendo a mão direita o rasgado. De notar que o “cherreque cherreque” das genebres abafa e domina a paisagem sonora das danças.

Uma característica das nossas danças é que a música é sempre, digamos assim, fanhosa, como já o escreveu o Jaime Lopes Dias na “Etnografia da Beira”. Os tocadores são daqui, quer dizer, neste momento só te-

mos mesmo uma pessoa que sabe verdadeiramente tocar viola beiroa, os outros dois fazem que tocam, usam a viola beiroa mas não tocam viola beiroa.

E acabámos a conversa com a viola beiroa que Ernesto Veiga de Oliveira mandou por troca com a de Manuel Moreira, de Penha Garcia, nas nossas mãos. Com data de construção reportada ao ano de 1967 inscrita na etiqueta interior, da qual consta ter sido o respectivo violeiro Joaquim Ferreira Couto, com estabelecimento na Rua da Penha Ventosa, no Porto. Um instrumento com tampo tradicionalmente decorado que acabou os seus dias na exposição da Sala das Danças no Museu Etnográfico da Lousa.





3.3. SECULARES ECOS DE UMA MÚSICA BÁRBARA E FASCINANTE...

3.3.1. GRUPO DE BOMBOS DE ALMACEDA

O Grupo de Bombos de Alameda tinha acabado de abrir um espectáculo de carácter cultural e etnográfico sobre as danças e cantares típicos da região da Beira Baixa, realizado no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, no dia 17 de Setembro de 1977 e com apresentação a cargo de Tomaz Ribas, que então afirmou: “Entrada espectacular dos Bombos de Alameda cujas origens se perdem nos séculos. Trata-se talvez de velhas práticas bélicas ou ritualistas dos Lusitanos ou de outros povos que igualmente habitaram na Península Ibérica.” Um pouco mais de três anos antes e mais precisamente dois dias antes do 25 de Abril de 1974, realizou no Teatro Maria Matos, em Lisboa, as gravações do programa “25 Milhões de Portugueses”, no qual o Grupo de Bombos de Alameda foi apresentado como possuindo “uma música bárbara e fascinante”.

A freguesia de Alameda tem no seu escudo de ouro um “bombo vermelho com pele e cordões de prata, com sua baqueta de negro encabeçada de vermelho”, por certo fazendo homenagem a uma tradição que todos acreditam ser muito antiga. Como é o caso de Augusto dos Santos Mendes, nascido em Rochas de Baixo em 4 de Agosto de 1956 e residente em Alameda, serralheiro e construtor de bombos e de caixa, tocador de bombos e membro do Grupo de Bombos de Alameda, de cuja associação foi um dos fundadores:

Quando eu entrei para o grupo, aí nos anos 80, havia por cá uns mais idosos que diziam que isto dos bombos de Alameda existia há duzentos e tais anos. Ora é só fazer as contas, portanto já vem muito detrás. Depois é como tudo: deve ter havido altos e baixos, partes em que estavam mais no activo e assim.

Isto dos bombos já havia lá na minha terra, em Rochas de Baixo, que é uma anexa de Alameda. Eu ainda me lembro de que havia lá um bombo ou dois e eu logo de novo comecei a ter uma paixão por aquilo. E ainda ajudava lá o dono na reconstrução dos bombos quando era preciso. Não era a fazer, era só a ajudar, porque eles iam às romarias, as peles rebentavam e era preciso arranjar aquilo.

Naquele tempo a presença dos bombos era sobretudo requisitada para animar os arraiais das romarias que se faziam por toda a região. Bombos e caixas que acompanhavam os emblemáticos pífaros dos pastores...

A parte dos pífaros era a pior, ainda hoje estão quase a desaparecer. Nós aqui pela zona já é com alguma dificuldade que se conseguem arranjar. Dantes havia



maior facilidade em arranjar pifaristas do que hoje. O tocador de pífaro começava de pequeno, quando ia com os rebanhos, quando saía com o gado. Normalmente os pifaristas saíam dos pastores.

A filha de Augusto Mendes, Simone Filipa Simas Mendes é a actual presidente da Associação Recreativa e Cultural de Bombos de Almeda. Com 34 anos de idade e moradora em Rochas de Baixo, aprendeu a tocar bombo ouvindo o seu pai, sendo hoje também construtora de bombos:

Eu comecei a tocar pelo ouvido. Desde pequenina que ouvia o meu pai e depois o meu irmão. Eu tive sempre a música, a melodia do pífaro no ouvido e comecei a tocar sozinha: eu assobiava a melodia e tocava. E foi assim... Temos que acompanhar o pífaro quando tocamos.

“O pífaro é fundamental”, afirma Augusto Mendes, em completo acordo com o que disse em 2005 à “Gazeta do Interior” o pifarista do grupo, Carlos Martins: “O pífaro é que comanda os bom-

bos. Eu toco em primeiro e depois eles vão atrás do pai.” Atrás dos bombos – e das caixas – andou (e anda) Augusto Mendes, fazendo-os:

O primeiro bombo que eu fiz foi aí pelo ano de 1975, e fui atrás daqueles bombos que eu tinha visto lá na minha terra. Na altura tirei o modelo mais ou menos por aqueles. Nós não fugimos muito ao modelo antigo. Aqui são de metal, de madeira eu nunca fiz. Tenho vários tamanhos e até fiz um mais pequeno para oferecerem como prenda de Natal. O primeiro que fiz foi para a minha neta e depois viram-no aí num encontro que fizemos e surgiram as encomendas. E tenho outros mais para as senhoras tocarem, que não são tão grandes como os dos homens.

Bombos e caixas, cujos preços variam entre 150 e 250 euros, dependendo do tamanho, todos feitos em resistente chapa de zinco pintada com tinta de esmalte depois de levar primeiro um primário “porque o zinco liberta produtos e a tinta



saltava” de tanto de bater nas peles. Peles estas provenientes dos animais criados ali pelas fraldas da Serra da Gardunha:

As peles não são curtidas. Dantes tinha que se pagar para ter as peles, eu ainda as cheguei a pagar em escudos e bem pagas. Hoje já não há a fatura que havia dantes mas não há problema em as arranjar. As peles são secas com o tempo mas temos que as ir molhando e deixando secar para depois se poderem torcer e aplicar nos bombos.

A tradição dos bombos em Almededa chegou a conhecer tempos difíceis, tendo estado em causa a sua permanência expressiva. Algo que preocupou, entre outros, Simone Mendes, a filha do construtor e tocador, que acabou por assumir os destinos da associação entretanto criada para facilitar a obtenção de apoios e respostas às solicitações vindas de fora para a realização de actuações:

Os bombos estavam quase em extinção aqui. E nós, como era o meu pai, que sempre teve a pai-

xão por isto, e outro cujo pai também foi um dos fundadores da associação, resolvemos pegar nisto para que não acabasse. Entretanto, depois como nós começámos, amigos nossos resolveram também juntar-se a nós e assim vamos conseguindo manter isto.

Numa região também ela fustigada pelo despoamento, não é de modo algum tarefa fácil assegurar a continuidade de um grupo como este, embora se registre um interesse crescente por parte de alguma da pouca gente nova que por ali ainda reside. E alguns com grande entusiasmo, como nos assegurou Simone Mendes:

Nós temos aqui um rapaz que em todas as actuações faz umas borregas nas mãos e sai com os dedos cheios de sangue. Ele gosta tanto disto, entusiasma-se mesmo e faz sangue, chega sempre a casa com os dedos cheios de sangue. Estes ritmos não são difíceis de aprender. O que é preciso é ter um bocado de ouvido e vontade. Isto para se

aprender tem que haver vontade, um bocado de vontade. Se não houver vontade nada feito!...

Nas suas actuações o grupo faz questão de manter a sua identidade. Simone Mendes é da opinião de que se tem que inovar mas há coisas que não podem mudar:

O nosso toque é muito antigo. Porque vem de tempos mais remotos, fica no ouvido. Nós não mudamos. O nosso hino é sempre assim, não o mudámos. É o hino dos bombos, e tocamos sempre da mesma maneira. Mas temos mais algumas músicas populares, como a “Laurindinha”, o “Vinho”, o “Apita o Comboio”... Às vezes também cantamos mas alguns elementos ainda têm um pouco de vergonha e intimidam-se um pouco, mas sim, por vezes, cantamos a acompanhar.

E as pessoas continuam a gostar de ouvir os bombos. Por todo o lado, de Norte a Sul do País, quer em encontros quer em romarias – “nos anos 80, quando eu entrei, nós corremos o País todo”, assegurou-nos Augusto Mendes, acrescentando serem “os bombos um chamariz para a festa”. Nas romarias, participam nas alvoradas, muitas vezes associadas a peditórios, e animam arraiais, fazendo a alegria das gentes. Mas também outras muitas e diversificadas ocasiões festivas, como bem o referiu António Tavares na entrevista ao Grupo de Bombos de Alameda publicada na edição de 23 de Fevereiro de 2005 da “Gazeta do Interior:

Na Beira não há festa nem romaria digna desse nome que não conte com a presença dos tradicionais grupos de bombos. Sempre que há motivo para festejar seja o que for, desde o aniversário de uma colectividade até uma grande vitória desportiva, ou até um resultado eleitoral, a festa não é festa sem o inconfundível ribombar dos bombos acompanhados pelo píforo.

Afinal, a alegria ritmada, transmitida pelos bombos, é já parte integrante da cultura beirã de entre os

inúmeros grupos, há um que já é uma referência. É o Grupo de Bombos de Alameda, do Concelho de Castelo Branco, que tem uma presença constante e quase obrigatória em tudo o que são festejos.

Abandonamos as instalações da serralharia do senhor Augusto Mendes, em Alameda, onde os bombos e as caixas marcavam presença – muitos deles para sofrerem reparações, outros ainda em vias de construção – naquela tarde de 10 de Janeiro de 2023, com a certeza de que a tradição se transmite porque as gentes da terra a consideram um bem cultural do qual é preciso cuidar para garantir a identidade da terra. Possivelmente não tanto o que Tomaz Ribas disse ser eco sobrevivente de “velhas práticas bélicas ou ritualistas dos Lusitanos” mas, sem dúvida, como aquela “música bárbara e fascinante” que tanto nos cativa em festas e romarias.

3.3.2. GRUPO DE BOMBOS OS GRIFOS

CUIDADORA: NATALIA LOPES RAMOS

Nós inicialmente tocávamos os bombos tradicionais mas posteriormente adaptámo-nos com um professor de bateria, Carlos Santos, que nos ensinou ler pautas e compôs músicas para nós. Eu como tenho alguma formação musical acabei por tomar um pouco as rédeas da situação, sendo certo que agora cada um de nós sabe ler a sua pauta e até posso ser dispensada a qualquer momento.

Este grupo começou em 2010. Inicialmente era do grupo do Benfica e depois houve uma divisão: nós, os Grifos, fomos os primeiros sair e depois o que sobrou do grupo do Benfica formaram os Toc&Ródão, estes com o toque tradicional e nós mais como uma bateria.

Realmente o registo performativo não tem nada de tradicional, não segue o paradigma vigente e

praticado pelos grupos de bombos tradicionais. A conversa aconteceu com a directora do Grupo de Bombos Os Grifos, Natália Lopes Ramos, em Vila Velha de Ródão, no dia 3 de Março de 2023. Tradição e modernidade em confronto? Nem pensar, apenas coexistência pacífica entre projectos distintos mas com idênticos propósitos: fazer a festa e transmitir alegria e felicidade a quem assiste.

Aqui na região nunca houve uma tradição de bombos, ela foi iniciada por nós. Os nossos bombos foram adquiridos no Norte mas nós depois adaptámos a pele sintética em vez da pele tradicional. E como são feitos de contraplacado marítimo podemos tocar à chuva. Nós fugimos ao tradicional e temos um espectáculo distinto e a nossa música ainda é mais distinta. Estamos num registo menos tradicional com as nossas vestes, feitas por uma costureira e retiradas de um jogo: nós dizemos que somos tratadores de grifos, pois temos um fato de

grifo assim muito grande. A única coisa que temos de tradicional é o aproveitamento do grifo, numa relação com a Natureza. Os temas são originais, compostos pelo professor Carlos Santos. Normalmente somos entre dez a doze elementos e utilizamos duas caixas e o resto bombos, com as cores tradicionais, mas o toque é de uma bateria, que é o que acaba por ser interessante e acabamos por ser contratados exactamente por essa distinção. Nós trabalhamos mais com feiras medievais, somos contratados por empresas de animação para abertura de certames e eventos do género.

A matriz dominante e característica do grupo – não tradicional, moderna – determina actuações em contextos específicos, sem no entanto excluir os das festas tradicionais, nas quais também se apresentam regularmente e sempre que para tal são contratados.



Actuamos muitas vezes à frente de um cortejo e é uma experiência muito válida e muito boa para improvisar, pois estamos treinados para tal e duvido que algum grupo de bombos esteja assim preparado. Estas arruadas são uma mais-valia para as feiras medievais, pelo enquadramento que criam. A percussão é algo extremamente cansativo e como nós não temos a melodia, uma música não pode demorar mais de um minuto e meio. Toda a música que demora mais do que isso faz com que a pessoa perca o interesse. Temos cerca de dez músicas no nosso repertório, dá para uma actuação de quinze minutos, sendo certo que aproveitamos a actuação para interagir com as pessoas, pô-las a tocar, fazemos umas brincadeiras com o público sobretudo quando actuamos nas festinhas das aldeias. Começa-se com uma arruada, andando pelas ruas da terra a chamar as pessoas, num percurso e a uma hora definida pela comissão de festas e depois fazemos uma pequena actuação, tocam connosco, vamos ensinando umas coisas com umas palminhas, é este mais ou menos o espectáculo deste tipo de festas. E se for à noite como os nossos bombos têm leds o espectáculo resulta ainda mais atractivo.

O grupo encontra-se integrado na Associação Gentes do Ródão, como formação consagrada ao esquema performativo dos bombos tradicionais, mas desde logo evoluiu para algo distinto, procurando afirmar-se noutros contextos e com uma proposta diferente, senão mesmo inovadora no panorama mais generalizado deste tipo de formações instrumentais. O que causa alguns problemas:

As nossas músicas são difíceis, com muita pausa e na percussão o mais difícil é a pausa. Por isso nós não conseguimos de um dia para outro formar um elemento para integrar o elenco. Com a batida tradicional, sem qualquer menosprezo da mesma, é muito mais fácil, mas com a nossa batida não.

Já tivemos várias pessoas que tentaram entrar e que não conseguiram, porque o processo é complicado, passa por começar a ler pautas e a bater palmas. E além disso temos algumas coreografias, durante uma actuação movimentamo-nos, não estamos parados a tocar na meia-lua da formação inicial. Vamos tocando, vamos ao encontro do público, é diferente!

A intenção do grupo foi sempre muito claramente definida: o Grupo de Bombos os Grifos queria demarcar-se da moda da t-shirt, não por hostilidade com os grupos que assim se apresentam trajados (antes pelo contrário, não raro se encontram em encontros de tocadores num relacionamento amistoso e respeitoso normal), mas sim porque queriam destacar-se deles de qualquer maneira. E como ilustração desse bom ambiente, a nossa interlocutora referiu o relacionamento com Os Chibatatas, um grupo de bombos nos moldes tradicionais com sede em Castelo Branco.

Para mim, dentro do tradicional, Os Chibatatas são os melhores. Quando eles têm, por exemplo, uma festa grande e se dá o caso de nós estarmos, nós tocamos, eles mostram o trabalho deles e nós marcamos a diferença. Eles têm uma mente aberta e uma formação musical idêntica à nossa e não nos vêem na qualidade de um rival mas sim com o devido respeito. Todos sabemos que quando se toca bombo a sério, é necessária muita disciplina, é preciso muito ensaio, não é simplesmente chegar e tocar. Actualmente tudo está facilitado mas o nível de exigência mantém-se e é por isso que nós só somos dez. Poucos mas que querem realmente estar. E têm de aprender, não é chegar e ora toma aí e toca. Há disciplina e também fazem isso nos Chibatatas. Portanto, eu revejo-me naquele grupo só que eles apostaram no tradicional e nós evoluímos para um outro registo, não tradicional, mais moderno.

3.4. AVISOS COLECTIVOS AO SOM DO BÚZIO

O búzio é tradicionalmente usado com a função de anúncio e convocatória para reuniões e encontros, por motivos que variam de terra para terra. Cumpriria, portanto, a função de um aviso colectivamente endereçado em contextos muito particulares e num tempo em que as comunicações entre as pessoas de uma ou mais comunidades não estavam tão facilitadas como sucede na actualidade, bem longe disso. Foi precisamente em consequência do primado dessa funcionalidade que Ernesto Veiga de Oliveira integrou o búzio no conjunto dos instrumentos próprios de certas profissões e modos de vida.

O uso dos búzios – ou caracóis, como também são designados em terras raianas do Sul da Beira Interior – como instrumentos de “sinais e chamada” remontam a tempos imemoriais. Com efeito, o seu uso mais alargado referia-se a funções de convocatória e de reunião, para as mais diversas funções e ocasiões (Oliveira, 1982:459): em contextos pastoris, o búzio anunciava a partida dos rebanhos, nomeadamente do rebanho colectivo, a *vezeira* em terras serranas do Norte, servindo do mesmo modo para convocar a presença do pastor. Mais relacionado com a faina marítima, o búzio era usado para reunir o pessoal das companhias para a pesca, assim como para anunciar, nos povoados, a chegada dos vendedores de peixe. E, de um modo geral, para chamar os trabalhadores para o desempenho das actividades para as quais eram contratados pelos respectivos empregadores. Embora de uso mais restrito, o toque de búzios chegou mesmo a ser utilizado em contextos religiosos.



3.4.1. ARANHAS: O APELO À REUNIÃO

A tradição do *madeiro* do Natal mantém-se muito viva na povoação de Aranhas, sendo a sua concretização tradicionalmente atribuída aos moços que naquele ano tinham que ir à inspeção militar (Marcelo; Lopes; Domingues, 1986:74):

São, por tradição, os rapazes das sortes que, na noite de 7 para 8 de Dezembro, vão à procura dos maiores troncos de sobreiros ou azinheiras das redondezas. Se não lhes forem cedidos com antecedência por algum proprietário cortam-nos sem autorização.

Para se reunirem tocam o búzio. Depois eles vão através da escuridão da noite, nem que a mesma esteja chuvosa e fria.

Esta função propiciadora da reunião desempenhada pelo toque do búzio estava naturalmente associada a vários contextos de trabalho (Marcelo; Lopes; Domingues, 1986:98):

Para avisar os trabalhadores, quase sempre jornalheiros, que se aproximava a hora de “pegarem ao trabalho” ou de iniciarem a partida em grupo para o local de trabalho, era habitual o patrão ou, na maior parte das vezes, um capataz, tocar um búzio furado e de grandes dimensões. Alertados por tal som tão característico, cada um saía da sua casa rapidamente, juntando-se aos companheiros. Idêntico toque se fazia ouvir no “momento de largar” e mesmo, ao Domingo, para tocar a reunir e receber o salário, fazia-se ouvir o som de tão popular instrumento.

Isto mesmo constou de artigo publicado no jornal “O Concelho de Penamacor” de Dezembro/1985 e Janeiro/1986 (citado em (Marcelo; Lopes; Domingues, 1986:102):

Aos domingos, depois da missa dominical, lá andavam os búzios e a corneta mais festivamente a

tocar, não para o trabalho, porque era o dia do Senhor, que todos respeitavam escrupulosamente, mas para irem receber o bem merecido salário de toda a semana.

Ainda relacionado com o trabalho, o búzio era também tradicionalmente tocado em Aranhas para despertar e reunir grupos de trabalhadores para a apanha da azeitona – chegando mesmo os tocadores dos búzios a acompanharem com seus toques os grupos a caminho dos olivais e, depois, no fim da jornada de trabalho, para assinalar o regresso à aldeia (Marcelo; Lopes; Domingues, 1986:101). E era também tocado, para chamar os caçadores para a realização de caçadas em grupo, sobretudo a javalis e raposas.

3.4.2. IDANHA-A-NOVA: NA APANHA DA AZEITONA

Depoimento recolhido por Tom Hamilton na Sessão da Azenha a informante não identificado:

O búzio era um instrumento de sopro de longo alcance e que era utilizado na altura da apanha da azeitona e servia para chamar todos os trabalhadores que faziam parte da colheita da azeitona. Este instrumento tocava às cinco horas da manhã para que as pessoas se levantassem da cama e depois tocava meia hora mais tarde para que se reunissem para irem para o trabalho. Esta era a finalidade do instrumento. Aqui em Idanha só era tocado na altura da apanha da azeitona.

3.4.3. MONSANTO: CONVOCANDO PARA O MADEIRO

Quando se aproximava o Natal, os moços tinham que começar a decidir a quem iriam pedir o indispensável *madeiro* para a fogueira de Natal, as-

sim como o carro com uma parrelha de bois para o respectivo transporte e, claro, a quem iriam pedir dádivas de vinho para reforçarem as energias. As suas reuniões são convocadas ao som da *urra*, designação dada em Monsanto ao búzio que desempenha tais funções. Este objecto sonoro acompanha-os na noite em que decidem ir cortar o referido madeiro, que na véspera de Natal será colocado no respectivo carro de transporte, para ser levado com grande alarido para o adro da igreja no dia 24 de Dezembro (Buescu, 1984:64):

No dia 24, com grande alarido de urras e vivas, cantando o Menino Jesus, e seguidos pelo habitual ranchinho de rapazotes, alguns empoleirados no madeiro trazem-no triunfalmente para o adro.

3.4.4. RÓDÃO: PARA DESPERTAR OS JORNALEIROS

Ao descrever a paisagem dos olivais de Ródão e depois de constatar que “todas as ladeiras da Serra do Perdigão, dum e doutro lado do Tejo, foram transformadas em gigantesca escadaria, e cada oliveira tem ao pé, para suster a terra de que necessita, um murosinho de pedra”, Orlando Ribeiro remete-nos para o uso do búzio na região (Ribeiro, 1985:645):

Durante a apanha da azeitona, que se faz no começo de Novembro, usam despertar os jornaleiros com o som cavo e prolongado de búzios, soprados a plenos pulmões antes do nascer do sol.



3.4.5. ROSMANINHAL: TOQUE DE TRABALHO E DESCANSO

Durante os trabalhos da apanha da azeitona, e nos olivais do Rosmaninhal, “o anúncio do início do trabalho bem como da hora de refeição era sublinhado pelo toque do búzio” (Pinheirinho, 2001:180)

3.4.6. SALVATERRA DO EXTREMO: NA APANHA DA AZEITONA E NA MONDA DO TRIGO

À conversa com um grupo de mulheres de Salvaterra do Extremo – Carminda Carneiro, Consoção Vinagre, Isabel Xavier e Lurdes Quaresma Boavida –, em princípios de Fevereiro de 2023, estas deram-nos conta do tradicional toque búzio em tempos que já lá vão:

Aqui, no tempo da apanha da azeitona, tocava-se o búzio para chamar os trabalhadores. Antigamente havia cá cinco ou seis lavradores e então no tempo da apanha da azeitona os trabalhadores iam ali para baixo, para o pé da igreja, sentavam-se lá e os lavradores chegavam lá e escolhiam os que queriam para irem à jorna para eles. Trabalhavam ao dia. Mas havia também os assalariados, chamavam-lhe os ganhões.

Agora já não se toca o búzio: a azeitona ou fica na árvore ou é colhida pelo próprio. Mas o búzio também se usava durante a monda do trigo.

3.4.7. TINALHAS: SONS CRUZADOS DE BÚZIOS

Os Reis Magos tinham sido celebrados há poucos dias e, uma vez mais e com o mesmo entu-

siasmo de sempre, neles participou o tocador de pífaro e de búzio Francisco Mendes Duarte Eusébio, o popular Chico Prenho, pedreiro que foi entre muitas outras tarefas associadas à vida do campo. Homem de olhar vivo e verbo muito expressivo, natural e residente em Tinalhas, com 74 anos de idade, o senhor Francisco recebeu-nos na sua muito acolhedora casa com toda a simpatia e paciência. E aconteceu conversa, a meio daquela manhã soalheira do dia 10 de Janeiro de 2023, desde logo para sabermos quando e como ocorreu a respectiva aprendizagem:

Foi de ouvir os antigos a tocarem quando se ia para o trabalho. Eram os ricos que tinham muita azeitona e nós, os pobres, íamos trabalhar lá para eles, para ganharmos a vida. E então, quando era no tempo de apanhar a azeitona, de manhã tocavam o búzio – as pessoas antigamente não tinham relógio – para as pessoas se juntarem e irem todas lá para o trabalho.

As informações veiculadas pela tradição oral e confirmadas em alguns trabalhos de etnografia local, referem que o toque do búzio era utilizado para reunir as pessoas para o trabalho da apanha da azeitona. Mas havia só um búzio para chamar os trabalhadores para as várias propriedades que requeriam mão-de-obra com o mesmo fim e ao mesmo tempo?

Não. Cá em Tinalhas tínhamos principalmente três ricos: O Visconde, o Dr. Magalhães e um outro doutor. Esses eram os que davam trabalho cá em Tinalhas. Cada um tinha o seu búzio e cada búzio tinha um toque diferente. As pessoas sabiam quem é que estava a tocar. Havia uma pessoa que também trabalhava na apanha da azeitona, como eu, que sabia tocar o búzio, e ganhava um litro de vinho por tocar o búzio. Era um extra que ganhava por tocar o búzio.

E depois tocava-se novamente o búzio no fim do trabalho. E era assim todos os dias em que se fosse para a apanha da azeitona. Enquanto houvesse azeitona nas oliveiras para apanhar eram dados os toques de búzio.

Mas à semelhança do que acontecia noutras terras da região, o facto de acabar a safra da azeitona não significava o silêncio do búzio até à próxima apanha da azeitona.

Não, não. Porque o búzio também era tocado quando iam buscar o madeiro, no dia do Menino Jesus: tocava-se o búzio para a rapaziada se juntar e ir buscar o madeiro. E não eram os mesmos tocadores, não, não.. Havia cá muita gente que sabia tocar o búzio. Muita gente... dos antigos! Porque da gente mais nova ninguém percebe nada disto. O toque para irem buscar o madeiro não era diferente do da apanha da azeitona, o toque é sempre o mesmo. Fosse para o madeiro ou fosse para a azeitona, o toque era sempre o mesmo.

3.4.8. ZEBREIRA: OS CARACÓIS ALTISSONANTES

O toque dos búzios aparece associado ao madeiro de natal. José Henriques Caldeira, habitante de Zebreira, com 73 anos de idade, recordou:

Quando fui criado, o Madeiro foi sempre arrancado dia 7 de Dezembro, à noite. Na hora em que os rapazes partiam do povo para irem arrancar o Madeiro, juntavam-se também as raparigas e muita gente. Começava a festa, na Rua da Estrada e íamos em grupo até à Caneca, onde é agora o Mercado e é onde começa a Herdade do Soudo que é do povo. Muitos dos rapazes, nessa ida, tocavam os “caracóis”, que eram os búzios. Era uma tamanha algazarra e todos vibrávamos naqueles momentos de convívio. (Catana, 2022:8)

3.4.9. O MADEIRO DE PENAMACOR: UM PATRIMÓNIO CENTENÁRIO CUIDADOR: FRANCISCO ABREU

Natural e residente em Penamacor, Francisco Abreu, licenciado em Filosofia pela Universidade de Lisboa, é um guardador da memória cultural das terras beirãs, dedicando especial atenção às suas expressões mais populares. Não podemos deixar de referenciar uma das suas obras, *Poesia Popular da Raia Beirã. Freguesias dos Concelhos de Penamacor e Idanha-a-Nova*, que constitui um trabalho de recolha justamente inserido nesse quadro de interesses.

A nossa conversa, no entanto, iria apenas centrar-se no madeiro natalício, uma tradição centenária de Penamacor cuja literatura narrativa começa por descrever a partir do chamado “roubo ritual” da lenha, o que de facto não corresponderá bem à verdade:

Eu penso que nunca se fez o roubo ritual. O meu sogro que morreu no ano passado com quase 90 anos, nunca me disse terem roubado o madeiro. E porquê? O concelho de Penamacor foi sempre construído à volta de quatro grandes casas ricas – Conselheiro, Dona Carlota, Luís Osório e Conde de Proença-a-Velha – e depois mais uma meia dúzia de casas médias, casas realmente muito ricas, com milhares de hectares, e uma imensa quantidade de gente muito humilde, muito modesta, que trabalhava para essas casas. Ora os próprios trabalhadores dessas casas ricas ou médias-ricas, digamos assim, dificilmente tinham hipóteses de roubarem as lenhas aos seus patrões, aos grandes senhores.

Eu tenho ouvido muito os idosos do meu concelho dizerem que essas casas tinham maiorais, fiscais e encarregados que estavam muito atentos a essa questão, especialmente na época própria do ma-



deiro. Os próprios trabalhadores que passavam o ano inteiro a trabalhar nessas casas sabiam onde estava uma árvore mais doente ou velha, ou mesmo derrubada, e pediam-na nas próprias casas onde trabalhavam. E estas tinham algum orgulho em serem elas próprias a oferecerem o madeiro.

Naquela altura arrancavam-se meia dúzia de sobreiros, à unha, como se costuma dizer, e serravam-se com aqueles grandes serrotes das serrações, eram transportados em carros de bois ou carroças, porventura um ou outro tractor e, portanto, não havia hipótese de trazerem tal quantidade de lenha sem se saber. Além disso, havia sempre aquela curiosidade em se saber quem é que naquele ano tinha dado o madeiro, o que era mesmo uma questão de prestígio. Agora roubar, isso não se verificava. Até porque as pessoas tinham receio. Eu recordo perfeitamente de pararem na taberna dos meus pais muitos homens que eram carvoeiros e eles diziam que até para arrancarem estevas ou torga, ou o que quer que fosse, era o cabo dos trabalhos! Tinham que ter muito cuidado na medida em que tinham de o fazer em sítios onde porventura a casa rica não soubesse que lá estavam ou então estarem sempre atentos para verem se o guarda vinha.

A recolha das árvores para se fazer o madeiro era um trabalho colectivo, envolvendo sobretudo os moços em idade de prestarem provas para o cumprimento do serviço militar: essa era a tradição.

A referência foi sempre a mesma: os mancebos que iam à inspecção naquele ano – às sortes – eram quem tinha a obrigação de tratar do madeiro. Eu recordo que o meu sogro me disse que no ano dele, portanto há 70 anos, eles eram cerca de cinco dezenas e que todos os anos eram mais ou menos assim. Agora contam-se pelos dedos!... Mas sempre foi mais gente ajudar os mancebos. Eu na minha adolescência recordo-me de ir ao lo-

cal do arranque do madeiro a pé, feito num sítio só – obviamente que dentro do mesmo sobreiral mas em dois ou três locais do mesmo – e até levávamos uma merendinha.

Sinal dos tempos, hoje as raparigas já chegam a participar na função, sobretudo porque já podem ser integradas no serviço militar e, como tal, ganharam sem qualquer celeuma esse direito.

O grupo de mancebos normalmente juntava-se para planejar a missão e no mesmo tinham alguma relevância aqueles que faziam parte do ano das sortes, os quais tinham portanto um estatuto social mais elevado. Mas não eram grupos fechados, embora quem tivesse a obrigação de preparar todo o processo de arranque, transporte e concretização do madeiro fossem os mancebos. O que não quer dizer que não houvessem outros a ajudar.

É realidade mais que comprovada que sobre o Madeiro de Penamacor se fez sentir uma enorme pressão turística, inevitavelmente conformada por aspectos positivos e negativos, num balanço ou avaliação nem sempre fácil de fazer ou de controlar, sendo no entanto motivo de perplexidades e preocupações sentidas pela comunidade penamacorense aos mais diversos níveis e diversificadas sensibilidades.

Eu considero que se turistificou demasiado uma tradição que era popular, que envolvia a comunidade, com uma adesão quase implícita da parte das pessoas, de voluntariado por parte da comunidade. Já tenho ouvido pessoas dizerem que se isto agora faz parte de uma feira então a autarquia que a pague. Esta associação entre o arranque e o transporte do madeiro na tarde/noite de sete para oito de Dezembro (dia de Nossa Senhora da Ascensão) com a Feira da Vila do Madeiro – porque as pessoas realmente não dissociam uma coisa da outra – é condenada pelas gerações mais idosas ou de meia idade, mas até as gerações

mais novas também criticam a excessiva turistificação do madeiro, até porque os próprios pais e avós, amigos e familiares, lhes dizem que o madeiro antes não era isto.

Eu reconheço que para o comércio, para o turismo e para a promoção da vila e do concelho é um cartaz forte, sem dúvida. Basta dizer que nós nesses dois ou três dias do madeiro temos aqui milhares de pessoas, porventura até mais do que durante o resto do ano. Mas do ponto de vista da preservação da tradição, de um património autêntico que é centenário, perdeu-se um pouco. Eu nasci a cerca de cem metros do local onde o madeiro é colocado. Os meus pais tinham um comércio de frutas, cereais, batatas e couves e

quando o madeiro chegava toda a gente dizia: – Já lá vem o madeiro! E na manhã do dia 24 de Dezembro e não na noite de 23, recordo perfeitamente de se dizer: – Já está a arder o madeiro! Ora esta mudança de 23 para 24 foi para evitar que as pessoas não pudessem assistir por ser a noite da consoada, a noite das famílias.

Estamos a falar de património cultural imaterial, com uma vertente social muito forte, tanto mais que o importante são mesmo as pessoas e as respectivas vivências do evento. Sentimentos ora convergentes ora divergentes, contraditórios ou coerentes, confrontam-se no “terreiro” do madeiro, centrando-se no envolvimento da comunidade através dos tempos.



Uma boa parte da comunidade é submergida mas na verdade uma boa parte do comércio vem de fora, assim como a animação. O melhor som do qual eu me recordo de ouvir relacionado com o madeiro era o toque do búzio, que agora só muito raramente se toca. O búzio tocava várias vezes: tocava na manhã do dia 7 para juntar as pessoas para irem para o arranque; tocava durante o transporte anunciando a chegada ao local, sendo costume pararem junto das casas ricas – como as do Conselheiro e de Luís Osório – para agradecerem as dádivas recebidas com vivas e elogios. E mesmo os senhores das casas que porventura não ficavam no caminho de transporte do madeiro vinham assistir à passagem.

Era também habitual que quem tivesse uma taberna ou mesmo quem tinha uma boa adega mandasse parar a comitiva para beberem um copo, disponibilizando para o efeito um cântaro ou um garrafão de vinho. Hoje ainda se faz isso mas menos e só num ou noutro café que ficam no percurso do “cortejo” do madeiro. Mas recordei bem homens e mulheres, mas sobretudo os homens, comentarem na taberna dos meus pais que “aquele parou-nos e tinham um bom vinho”. Todo o percurso era preenchido com casas, muitas vezes humildes mas que tinham algum gosto e prazer em fazerem parar o cortejo do transporte do madeiro para beberem um copo de vinho. Muitos até eram familiares dos próprios moços.



Havia, de facto, uma certa envolvência da comunidade.

Uma comunidade no seio da qual permanece muito viva a memória da festa, num rosário de recordações que foram passando de geração em geração pelos caminhos da oralidade e da qual as gentes de Penamacor se orgulham:

A memória mantém-se, há um calor e uma alma, há um orgulho que perdura. Até porque se trata, como todos dizem (até por força da envolvência turística), do maior madeiro do País, o que até já causou algumas “desavenças” e críticas justamente por causa da sua dimensão e ao fogo que ali se acende. Eu próprio, confesso, sou um pouco crítico do facto de se estar a deitar fogo ao madeiro e ser necessário estarem os bombeiros a apagar, como se fosse uma espécie de combate ou treino sobre os incêndios: na própria noite está o madeiro a arder e os bombeiros a apagar para evitarem um incêndio nas casas em redor, até parece um exercício de combate a fogos! Coisa que não acontecia quando o madeiro, não sendo tão grande, era de alguma maneira “apichado” pela gente do povo, pelos trabalhadores que iam avivar o fogo com grandes varapaus, para que não baixasse.

Recordo-me que o madeiro começava a arder na manhã do dia 24 e por vezes chegava para além do Ano Novo, porventura, embora mais raro, mesmo até aos Reis. Hoje pelo facto de ser proibido arrancar sobreiros que estejam viçosos, usam-se as árvores mais velhas que ardem mais depressa.

Geravam-se momentos de convívio colectivo em torno do madeiro, com a animação popular a marcar a banda sonora dessa convivência:

Havia uma animação realmente popular: muitas dessas pessoas do povo humilde penamacorense ou tocava realejo ou concertina e formavam-se pequenos grupos de tocadores populares. Uma das grandes críticas que eu faço é de na noite de 7 para 8 se levarem grupos, por exemplo, do tipo dos Minhotos Marotos. Eu sou profundamente contra isso de se colocar animação em cima de um palco como se fossem as festas de Julho e Agosto, porque sou um defensor de que se tragam concertinas e acordeonistas populares, tocadores de realejos e pandeiretas. Isso é mais que possível e eu recordo perfeitamente essa gente muito humilde que fazia uma grande animação, realmente popular. Até porque já têm aparecido alguns tocadores de concertina, que se identificam muito mais com a tradição do que aqueles grupos do “querido mês de Agosto”. Animação à volta do madeiro e à volta dos lumes que vão sendo acesos em locais da passagem como de concentração da comitiva de arranque e transporte do madeiro. Que embora menos ainda hoje se fazem, porque na actualidade passaram a concentrar-se todos no recinto da Senhora do Incenso. Eu recordo perfeitamente que nessas noites do arranque, do carregamento dos carros e de acender o madeiro, se combinavam entre os moços e os amigos que iam ajudar uma espécie de ceias, em que todos levavam chouriços, queijos, fêveras e se faziam convívios com muita animação.

Talvez fosse de se criar uma espécie de confraria que cuidasse da manutenção dos aspectos tradicionais da festa.

3.5. A CANTAR A GENTE SEMPRE SE ENTENDEU

Canta-se porque sempre se cantou e não por ser moda. Cantar pode não ser suficiente para a preservação da memória musical de uma comunidade. Mas as pessoas continuam a cantar porque sempre se cantou e não por ser moda ou porque para tal receberam encomenda. E assim se vai dando vida a um património ainda com arcaicas ressonâncias em cantos para pisar a terra e olhar o céu.

Sendo certo que a voz escutada em primeira mão é garantia de que o património cultural se continua a conjugar na primeira pessoa do singular e do colectivo, não podemos ignorar que a paisagem sonora das comunidades do interior português têm vindo a conhecer o progressivo silenciamento das antropofonias musicais e, desde logo, da voz humana.

Os silêncios e as ausências marcam as nossas comunidades do interior. Mas as mulheres beirãs que permanecem em comunidades fragmentadas e desagregadas naquela que era a sua arquitectura social tradicional, com enteneceador gesto de cuidadoras da memória, continuam a cantar. Mas dói que sintam que a continuidade destes cantares está cada vez mais posta em causa, não raro manifestando a consolação por todo este património se encontrar registado e gravado porque “ao menos assim não se perde para sempre e pode ser que um dia venha a servir para alguma coisa”.

Muitos destas canções já não se encontram associadas aos contextos de trabalho ou de lazer como o estiveram quando elas, meninas e raparigas, as receberam e aprenderam de seus pais e avós. Há algum conformismo, sem dúvida, na reflexão sobre os tempos que correm mas resiste a crença de que os “milagres” são possíveis e que, seja de que maneira for, tudo “isto” acabará por receber novo alento e vida nas gargantas dos vindouros. E cantam, continuam a cantar, mesmo quando a voz já falha e o corpo lhes pede mais repouso do que andanças pelas sendas e caminhos das cantorias.

Vivam, pois, todas as mulheres que insistem em cantar estes cantos do nosso (des)contentamento e (des)esperança!...

3.5.1. INDA AGORA AQUI CHEGUEI...

A invenção das tradições foi sempre uma realidade determinada pelas dinâmicas sociais e culturais das comunidades (Hobsbawn; Ranger: 1997), correspondendo a necessidades concretas sentidas num determinado momento histórico, ganhando e reformulando significados enquanto permanecer o

sentido que as criou. Incorporam sempre factores de mudança como garantes da sua continuidade expressiva – quem conta um conto acrescenta um ponto – constituindo, portanto, uma herança que não só deve ser salvaguardada como melhorada e não dissipada. As memórias vão-se construindo a partir das experiências vividas e sedimentando o significativo, que é transmitido em novos contextos e com recurso aos modernos meios de comunicação. E assim se vai fazendo história no fugaz presente que nos envolve.

Quando demandámos a povoação de Aranhas, em 27 de Janeiro de 2023, para assistirmos à “Festa das Varas e do Fumeiro – Inda Agora Aqui Cheguei”, um evento que ainda não atingiu uma década de realização, para a sua compreensão e significado, revisitámos previamente os seus antecedentes inspiradores (Marcelo, 2006:38):

Em Aranhas, no domingo a seguir à Páscoa, realiza-se o “Ramo da Carne” que tem duas componentes: o gado vivo e o enchido. Como expressão da economia agro-pastoril, no sábado anterior os festeiros correm as malhadas recolhendo as ofertas de cabritos e borregos. No domingo de manhã vai-se com as varas pela aldeia a recolher as ofertas de peças de enchido. No domingo à tarde, no adro junto à igreja, os animais vivos e os produtos recolhidos são leiloados em ambiente festivo.

No quarto domingo de Agosto volta a realizar-se o Ramo que consta do resto da quermesse da festa realizada oito dias antes e do leiloar dos produtos e bandejas oferecidas recheadas de bolos, vinhos e licores.



3.5.2. RANCHO DE ARANHAS

CUIDADOR: ANTÓNIO LOPES GERALDES

A criação da Festa das Varas e do Fumeiro resultou de uma iniciativa levada a cabo pelo Rancho Etnográfico de Aranhas, tendo como seus principais mentores Lopes Marcelo e António Lopes Geraldes (presidente daquele colectivo), como uma extensão da tradição das Janeiras, tanto mais que a sua designação inicial era “Inda agora aqui cheguei” (*incipit* de uma popular cantiga das Janeiras que agora surge como subtítulo do evento).

Este evento do fumeiro que nós aqui criámos tem como objectivo divulgar as tradições da freguesia, que são expostas durante estes três dias. – Explicou António Lopes Geraldes, em conversa havida

nas instalações do Rancho Etnográfico de Aranhas, na antiga escola primária da povoação. – *O projecto que foi pensado para estes três dias tem sete ou oito tradições da nossa terra que estão assim reunidas, não é só as Janeiras, são várias. Artesanato, cantares, gastronomia tradicional, saberes tradicionais...*

Com efeito, quando a comitiva chegou ao local onde se encontravam as varas que iriam integrar o desfile da Festa das Varas e do Fumeiro, a mesma era “capitaneada” por um grupo de cantares acompanhados ao adufe, na sua esmagadora maioria constituído por elementos do rancho etnográfico – interpretando a plenos pulmões a cantiga das Janeiras “Inda agora aqui cheguei” -, logo mais seguido por um animado grupo de tocadores de acordeão e concertinas, que durante



o desfile foi executando, pelas ruas o tradicional “Mata-Aranha”. Esta foi a paisagem sonora dominante durante o desfile até ao largo da Igreja Matriz de Aranhas (especialmente iluminada para o evento), onde se realizou depois a arrematação das varas de fumeiro.

Retemos a exuberância festiva dos adufes na mão das mulheres e raparigas de Aranhas, cantando as Janeiras e contando com o coro espontâneo de todos quantos nas ruas se deixaram envolver pelo ambiente festivo deste evento com forte pendor etnográfico. Impunha-se, portanto, conhecer um pouco da história do seu mentor, o Rancho Etnográfico de Aranhas, recorrendo à conversa com o seu presidente, António Lopes Geraldès, jurista

da autarquia de Penamacor e músico, nascido em 1959 em Aranhas e sempre aí residente.

O Rancho Etnográfico de Aranhas foi fundado em 1936 pelo Dr. Martins Ferreira, que era nessa altura o juiz municipal de Penamacor e que depois foi transferido para o Ribatejo onde acabou por falecer e onde se encontra sepultado. Foi ele quem criou o rancho, juntamente com um etnólogo, que era o Salles Viana. Parece que havia uma certa rivalidade entre ele e o Jaime Lopes Dias, que era cá de Penamacor, e este acabou por ir ajudar a fundar o rancho de Idanha-a-Nova.

O Rancho Etnográfico de Aranhas nunca teve vida fácil no que se refere à sua permanência activa, por força de um conjunto de circunstâncias sobre-



tudo associadas às características demográficas do território em que se insere.

O rancho parou a sua actividade muitas vezes. Esse é o mal das terras pequenas. Eu já fiz o historial do rancho, com as décadas em que estiveram activos e as décadas em que estiveram parados. É muito curioso porque o grupo nunca durou mais do que cinco anos seguidos até 1960 e tal. Era criado o rancho, com enorme pujança, com muita força e depois havia qualquer coisa que se passava e começava a decair, talvez porque os elementos eram sempre os mesmos e não havia renovação dos componentes. Uns casavam, outros iam viver para fora, uns iam para a tropa, outros iam para França e o rancho acabava. O rancho dependia muito de um grupo fixo, treinavam e dançavam e enquanto cá estavam o rancho estava activo. A partir do momento em que saía um ou dois o rancho começava a ficar mal. E como a malta casava cedo ou iam para a tropa, o rancho começava a desagregar-se. Eu penso que era mais esse o problema. A partir de 1980, que foi quando eu comecei a ser responsável técnico, quando tinha 19/20 anos, é que comecei a ter mais a noção do que era o rancho.

António Geraldês, tal como muitos outros componentes do rancho, começou desde muito cedo a participar na vida cultural do mesmo, impulsionado e estimulado pelos pais:

Eu comecei quando era miúdo, pois vinha para cá com os meus pais já com um ou dois anos. Se calhar até nasci cá! Aos 4 anos já dançava: há um filme da RTP em que eu apareço a dançar, a dar os primeiros passos de dança no rancho. Eu não sabia que era eu, as pessoas é que me disseram que era eu quem estava a dançar nesse filme.

Eu também sou músico, um bocadinho de acordeão e também toco guitarra. O acordeão veio substituir a concertina na tocata do rancho e foram os próprios tocadores de concertina a passar para

o acordeão e a fazerem essa alteração. Nos filmes da RTP vê-se eles a tocarem concertina e depois, ainda no mesmo dia, a tocarem acordeão; portanto, já tinham os dois instrumentos! Até isso era uma questão interessante de saber: porque é que se toca mal acordeão? Porque vem dos defeitos da concertina. E até as melodias eram alteradas de acordo com os próprios instrumentos; o instrumento era limitado e a melodia acabava por ter algumas alterações, por sofrer algumas alterações.

O rancho, actualmente, está um bocadinho pobre quanto a instrumentos: temos a viola beiroa, que estamos agora a recuperar, a concertina e o acordeão e depois instrumentos de percussão: adufes com fatura, reco-recos, triângulo... A viola beiroa não toca em todas as modas do repertório, até porque continuamos à procura de gente que saiba tocar. Os meus filhos também são músicos e acabámos por aprender a tocar viola beiroa mas mais ninguém aqui sabe tocar viola beiroa. As pessoas que sabiam tocar viola beiroa antigamente praticamente já não as conheci.

O trabalho de recolha de repertório tradicional da terra nunca parou, desenvolvendo-se de forma continuada junto das pessoas mais idosas, depositárias de uma memória etnográfica nem sempre devidamente valorizada e, por conseguinte, procurada como fonte de informação primordial.

Nós fizemos sempre recolha aqui na aldeia, porque a minha mãe esteve sempre muito ligada a isto e foi ela quem me impulsionou a ir para o rancho. Ela – Ludovina Moreira – hoje tem 81 anos mas continua ligada e sabia centenas de músicas. Nós tínhamos músicas que já cá estavam mas foi como eu digo: andei aqui muitos anos como qualquer jovem, dançava e ia-me embora. Mas a partir dos meus 20 anos passei a ser ensaiador e como fui trabalhar para a Câmara acabei por ficar por cá e então nunca mais saí do rancho. Eu tinha

ido ver todo o historial do rancho – actuações, papéis que aqui estavam escritos, inclusivamente do senhor padre que estava cá e que orientou o rancho, com outras pessoas, e todos tinham deixado coisas escritas. Então a partir daí fizemos todo esse trabalho do historial.

As nossas actividades são muito variadas, não são apenas as Janeiras: temos feito festivais de folclore e realizamos actividades como o ciclo do linho, as feiras. Os cantares a capella, que nos permitiram recolher muitas músicas que não estavam recolhidas. Participamos no bodo, nos ramos, nas festas da Senhora do Bom Sucesso.

Quanto aos repertórios religiosos essa é uma coisa que nós temos algum trabalho feito mas é pouco. Queremos fazer mais na parte religiosa, no entanto temos registos vídeo, por exemplo, da época quaresmal e da época natalícia. Estão todas recolhidas: a encomendação das almas, as alvíssaras, estão recolhidas e filmadas com gente do rancho e com gente convidada que queria fazer parte. Temos mesmo documentação. Eu próprio fiz esse trabalho e andei a cantar uma música de Natal que não é conhecida em mais lado nenhum – “Bendito e Louvado” – ou que se existir pode ser parecido mas nunca igual ao das Aranhas. Cantava-se na Missa do Galo, que os nossos velhotes cantavam e que depois caiu no esquecimento. Eu tornei a pegar nisso, chamei aqui gente, gravei e no ano passado fui lá, sózinho, e neste ano fui com os meus filhos e já houve gente a ir atrás de nós. Como havia gente a filmar, a filmagem está feita e ainda se pode melhorar...

António Geraldês é um dirigente consciente das dificuldades em manter o Rancho Etnográfico de Aranhas no activo mas optimista quanto ao seu futuro, do qual se pretende afastar:

Sou optimista quanto à situação actual do rancho mas eu já estou numa situação em que quero dar

a vez a outro pois sinto que há pessoas mais novas que podem já começar a fazer o trabalho que a gente faz. Mas quero descobrir neles vontade para poder passar o testemunho. Não é que eu esteja cansado, nada disso, mas não podemos sentir que somos os únicos capazes de fazer as coisas.

A comunidade acarinha o rancho. Eu penso que se não há uma relação mais directa com o público, uma maior interacção, a culpa será minha ou nossa, porque se calhar às vezes não fazemos o que devíamos. Nós devíamos participar mais nas festas, participar mais nos eventos, estar mais presentes, ter uma outra atitude e muitas vezes nós não fazemos isso. Eu muitas vezes faço um mea culpa e pergunto se não será mesmo responsabilidade da minha parte. Porque temos ali o exemplo da banda da Aldeia de João Pires, que participa em quase tudo o que se faz na comunidade: se há uma missa especial, eles lá estão; se há o funeral de uma pessoa que era da banda ou esteve ligada à banda, eles vão tocar uma marcha fúnebre. E nós cá, com o rancho, não estamos presentes. Há muita coisa que podíamos fazer mais para interagir com as pessoas. Agora também é verdade que quando vamos a uma festa, ou há aqui uma festa na aldeia, aquilo é uma loucura! Toda a gente participa, toda a gente dança – porque toda a gente sabe dançar, porque praticamente toda a gente por cá passou!

3.5.3. CANTIGAS E VERSOS

CUIDADORA: LÍDIA LOPES MOURA

No dia 13 de Dezembro de 2022, nas instalações do Núcleo Museológico de Perais – O Contrabando, conversámos com a Senhora Lídia Lopes Moura, nascida em 1944 em Perais, Vila Velha de Ródão (onde continua a residir).

P – D. Lídia, disseram-nos que a senhora sabe muitas cantigas e que tem um livro escrito...

R – *Eu não tenho um livro escrito, o que tenho para aí são uns versos. Até veio cá um senhor buscá-los...*

P – A senhora viveu sempre aqui nos Perais. Isto quando a senhora era rapariga era muito diferente do que é agora?

R – *Se era! E muito! Havia muitas festas, muito mais festas. Quando era aos domingos isto estava tudo cheio de mocidade, faziam-se bailaricos todos os domingos.*

P – E havia cá músicos para isso?

R – *Era um acordeonista.*

P – Vocês naquela altura cantavam muito?

R – *Ai cantávamos, cantávamos de noite e de dia!...*

P – O que é que cantavam? Por exemplo?

R – *Enquanto trabalhávamos. Andávamos no trabalho todo o dia e era todo o dia a cantar. Nos trabalhos do campo era sempre a cantar. Mais as mulheres. Mas quando era na apanha da azeitona os homens também cantavam, lá do cimo da escada...*

P – Qual era a maior festa cá na terra?

R – *É em Agosto, a festa de Santo António, no segundo domingo de Agosto.*

P – Nessa festa havia a parte religiosa e depois, cantavam?

R – *Na igreja não se cantava. Mas nesse dia depois havia bailaricos, era até de madrugada.*



P – E os pais deixavam?

R – *Tinham que deixar! Mas ia sempre alguém a guardar-nos, ia sempre uma pessoa encarregada de guardar...*

P – Essas cantigas que a Senhora Lídia e as suas amigas cantavam, foram coisas que aprenderam com as vossas mães e avós?

R – *Sim, sim. Eu tenho lá um caderno cheio de versos! Cheio de versos! São versos feitos por mim, parece que é para se fazer um caderno, um livro com eles...*

P – E esses versos: são sobre a sua vida?

R – *Sim, alguns são sobre a minha vida, desde que eu nasci até à altura em que o meu filho morreu...*

P – Então conta a sua vida nos versos. Mas há outros que são sobre a terra, não?

R – *Sim, sim. Como era o largo da igreja, porque o largo da igreja não era nada assim. Não havia largo, havia mas é muitas casas, mas foram todas destruídas para se fazer o largo. E os donos das casas foram para uma carreirinha ali acima. Fizem casas para as pessoas que moravam lá; como ficaram sem as suas casas no largo tiveram que lhes dar outras.*

P – Quantos sinos tem a igreja?

R – *Tem um pequeno e um grande. Agora tocam à missa e dão os sinais quando morre alguém, se é homem ou mulher... Quando eu era pequena, na Páscoa, é que era! Atavam um cordel ao sino e a gente cá de baixo a puxar, a puxar! A malta ia toda tocar, todos queriam puxar o cordel para tocar o sino!...*

P – Era a gente nova quem tocava?

R – *Sim, sim, cá de baixo, não era preciso subir à torre...*

P – E o padre deixava, não dizia nada?

R – *Não. Ele até nem morava cá, nunca cá morou.*

P – E nas procissões, os sinos também tocavam?

R – *Nas procissões o sino não tocava. Tocavam os sinos nos casamentos e nos baptizados. Nos casamentos é à saída da igreja, era sempre o sino a tocar!*

P – Havia sacristão ou era alguém que sabia tocar que o fazia?

R – *Não, aqui não havia sacristão. Era sempre alguém que sabia que ia tocar. Agora é tudo automático, até eu os tenho tocado!...*

P – Mas diga lá: ainda se lembra das tais cantigas que vocês cantavam?

R – *Sim, mas dos versos. Eram só versos de amor: “Os amores da azeitona/ São como os da cotovia/ Acabou-se a azeitona/ Fica-te com Deus, Maria.”*

P – E ainda se lembra de muitas delas?

R – *Sim, tenho muitos versos escritos. Muitos versos! Todos esses versos que a gente cantava quando andava para lá. E uns sobre a Senhora dos Avieiros, sobre aquele cruzeiro que se faz no Tejo com a Santa, em Junho...*

P – Essas cantigas ainda são cantadas?

R – *Ainda hoje se cantam e são cantadas até por conjuntos. Ainda não há muito tempo eu ouvi uma fadista de Castelo Branco a cantar uma das que a gente cantava: “Ó oliveirinha da serra/ Vem o vento, leva a flor, / Só a mim ninguém me leva/ Para o pé do meu amor.”*

P – São assim muitas as cantigas que você tem escritas?

R – *Muitas, muitas!*

P – Aqueles bailes eram muito do vosso agrado. Vinha gente de fora para os bailes?

R – *Vinham, mas era mais os rapazes. E até faziam por aqui umas patifarias! Havia aqui uma fonte e os de Monte Fidalgo e Alfrivida quando passavam atiravam pedras lá para o fundo da fonte. Faziam assim uns aos outros...*

P – E os moços daqui nunca se pegaram com eles?

R – *De vez em quando havia assim umas brigas! Mas depois ficava tudo bem. E houve raparigas daqui que até se casaram com rapazes de Monte Fidalgo.*

P – Como é que a senhora vê agora estes tempos? Isto está tudo mudado...

R – *No tempo em que eu era nova era tudo muito alegre, era tudo amigo. Agora parece que só há inveja, não sei porquê! As pessoas não se dão, e é mau, muito mau. Agora é pouca gente e mal unida...*

P – No mês de Agosto está cá muita gente, não?

R – *Sim, no mês de Agosto vem muita gente. Os que estão em França vêm cá no mês de Agosto, mas no Natal é raro. Agora os que estão fora mas cá no País, tiram sempre umas férias para a apanha da azeitona. E na festa de Santo António estão cá todos...*

3.5.4. CANTIGAS COM PEDRINHAS

CUIDADORA: MARIA ISaura CORREIA

Conversámos com a Senhora Maria Isaura Rosa Polete Correia, nascida em 1957 no Monte de Arneiro (S. Romão, Nisa) e residente em Vila Velha de Ródão. Foi no dia 13 de Setembro de 2022, na Casa das Artes e Cultura do Tejo (Vila Velha de Ródão).

P – Como se chama?

R – *Maria Isaura Rosa Polete Correia. Tenho 65 anos de idade e sou natural de Montes de Arneiro, freguesia de S. Romão, concelho de Nisa.*

P – Como veio para Vila Velha de Ródão?

R – *Eu abalei da minha terra, dos Montes de Arneiro, quando tinha seis anos de idade. O meu pai sempre trabalhou no campo e nós íamos sempre atrás dele. Ele veio para aqui por um arrendamento a um senhor de cá. Eu fiz cá a primeira classe,*



em Vila Velha, e depois tinha uma irmã no Entroncamento e fui lá fazer a terceira e a quarta classe. Estes são os únicos estudos que tenho.

P – Trabalhou sempre no campo?

R – No campo, sim, nunca tive outro trabalho. Tivemos sempre gado, animais e, portanto, nunca trabalhei para ninguém.

P – E depois nunca mais saiu de Vila Velha?

R – Não. Eu casei-me em Vilas Ruivas, que é uma terra ali ao fundo do Castelo de Ródão, ali nas Portas do Ródão. O meu marido era de lá e eu casei-me lá. Estive lá dezassete anos. Tive lá dois filhos e depois é que fiz aqui uma casa, em Vila Velha de Ródão.

P – E como é que começou isto de tocar pedrinhas?



R – Quando eu me casei eu ainda não tinha assistido ao meu pai a tocar, mas eu sabia que ele tocava. E então quando vim para aqui – já há quase trinta anos – havia cá um rancho. E o meu pai, que morreu dois ou três anos depois de eu vir para cá, é que tocava mas eu nunca tinha assistido. Só me lembrava de como é que ele tocava. Depois então eu vi, porque eu também andava no rancho, pois quando o rancho se formou aqui em Vila Velha eu também fui para lá. A minha mãe tocava o adufe e eu as pedras. Só que eu nunca assisti, só me lembrei que ele tocava assim. Uma vez... – e isto ao mesmo tempo é engraçado – eu sempre matei porcos e então quando havia o ribeiro, uma ribeira onde ia lavar as tripas, eu pegava numas pedras e fazia assim... [exemplifica a colocação das pedras entre os dedos]. Imitava o meu pai. E pronto, aquilo parou. Mas depois aqui no rancho, quando foi novamente reactivado, porque tinha acabado, quando se iniciou novamente, pediram-me para eu ir fazer como o meu pai. E ver se os miúdos aprendiam...

P – Mas não eram umas pedrinhas quaisquer...

R – Não, eram do rio, do ribeiro. São umas pedras quaisquer mas eu é que lhes dou assim uns toques para se adaptarem melhor à mão.

P – Não ficou com pedras de seu pai?

R – Ah! Não, não fiquei.

P – Elas também se partem...

R – Sim, sim, também se vão gastando.

P – Como é que seu pai teria começado a tocar as pedrinhas?

R – Não sei. Lá na terra dele tocavam ele e mais um tio meu, um irmão dele, que tocavam de vez em quando, quando se juntavam nos bailes.

P – E acompanhavam outros instrumentos?

R – Pois, era isso. Mas eu não aprendi com ele.

Muita gente diz assim: – Já o pai dela tocava e ela agora também toca. Mas não, fui eu que me lembrei como é que ele fazia...

P – Mas ouvia-o tocar? Ouvia-o tocar em casa?

R – Não, não, porque é assim: quando me casei fui para a tal terra do meu marido, estive lá dezasseis anos e quando voltei ele morreu.

P – Como é que as pessoas receberam o toque das pedrinhas no rancho?

R – Oh! Muito bem!... Eu digo sempre para se acabar com isso mas eles dizem que não, porque dão muita graça. E agora abriu aí a escola dos seniores, a academia, e então o professor disse para eu me inscrever e entrei na academia.

P – E há gente que já aprendeu a tocar as pedrinhas?

R – Não, não. Alguns tocam assim só um bocadinho mas nem sabem manejar aquilo. Tem que se ter no ouvido o som da música. Eles experimentam mas não têm jeito.

P – Isso das pedrinhas tornou-se uma tradição...

R – Sim, sim, na academia e no rancho de Vila Velha de Ródão. Agora retomamos porque estamos parados por causa do COVID.

P – Como reagem as pessoas, quando actuam, ao toque das pedrinhas? Gostam de ouvir?

R – Sim, sim, ficam encantadas. Já fomos, ainda há pouco, com a academia a Santarém e estiveram lá muitas academias, de várias terras, e ficaram encantados. Isto não é para estar a gabar, é a verdade.

P – Não conhece outros tocadores do país que usem as pedrinhas para tocar?

R – Não. Até o nosso professor diz que é a única academia do mundo que tem umas pedras! Têm os cavaquinhos, as concertinas, etc., mas não têm as pedras. Eu não canto, não tenho voz, eu só acompanho.

P – Como é que gosta de tocar? Por exemplo, com o Senhor Leonel, com uma concertina?

R – Até com uma pessoa só a cantar. Como eu acho que não sei cantar... Eu não tenho tempo para estar a fixar cantigas. Por exemplo, também no teatro a gente tem de estudar. Mas as pedras a gente não ensaia nada, é só tocar...

P – Adapta-se bem a acompanhar as diversas melodias, as diversas cantigas?

R – Sim, sim...

P – Por fim: na família, alguém vai continuar a tocar?

R – Na família não há ninguém que queira tocar as pedrinhas. Tenho uma prima, filha daquele meu tio, que também já faleceu, que às vezes experimenta. Mas é preciso saber ouvir a cantiga para se poder acompanhar. Eu não tenho dificuldade em acompanhar qualquer música, as mais populares claro que são as que a gente toca melhor.

3.5.5. CONVERSAS CANTADAS...

CUIDADORAS: CARMINDA CARNEIRO,
CONSOLAÇÃO VINAGRE, ISABEL
XAVIER, LURDES QUARESMA BOAVIDA

Já foram meninas e raparigas. Hoje são mulheres, todas a viverem os anos setenta das respectivas idades, que fizeram parte do Grupo de Cantares de Salvaterra do Extremo, – Carminda Carneiro, Consolação Vinagre, Isabel Xavier e Lurdes Quaresma Boavida – um colectivo que já conheceu melhores dias no que a actuações se refere. E recordam, com saudade, os tempos já recuados da meninice a adolescência.

Eu aprendi a cantar em casa, com a minha mãe. A minha mãe andava a lavar a roupa no rio e cantava. E eu aprendi com ela. Nós naquela altura

acompanhávamos mas o que é que lavávamos? Éramos pequeninas. Agora há panos de cozinha mas antigamente eram uns trapos velhos, a que nós chamávamos rodilhas, nós passávamos esses farrapos pela água. Aprendíamos de boca em boca, no seio da família. Quando já éramos raparigas todos os domingos íamos passear para a estrada. A gente vestia um fatinho domingueiro e íamos passear para a estrada. E depois cantávamos lá umas com as outras. Quando se andava a ceifar andava-se todo o tempo a cantar. No tempo do Carnaval havia aqui umas salas grandes, que eram clubes, onde se faziam os bailaricos e nesses bailaricos fazíamos rodas e também cantávamos. Eu hoje ainda canto, ainda continuo a cantar.

Um tempo de cantos – que não eram os de acompanhar todos os dias – relacionavam-se com festividades religiosas particularmente vividas pela co-

munidade, como era o caso das que se realizavam no período quaresmal.

Quando é na Semana Santa, cantamos ainda hoje as encomendações das almas. Estes cantares também os aprendi com a minha mãe, que era muito cantadeira. Nós assistíamos às cerimónias e era assim que aprendíamos. Nós, as miúdas, íamos atrás, com o lampião, mas não podíamos abrir a boca, não podíamos fazer barulho nenhum. Cantávamos e ainda cantamos a encomendação das almas. Mas hoje já não é em silêncio porque vem aqui muita gente. Eu a primeira vez que vi cantar as almas gostei. Começaram lá em baixo na igreja, no campanário; a seguir era aqui no pelourinho; e depois numa encruzilhada que há aqui mais à frente nesta rua; e depois voltavam para baixo e já se cantava de outra maneira. Mas iam só as pessoas que iam a cantar e quem ia ver não estava ao pé



delas, estava longe, nas esquinas, nas janelas. A tradição mantém-se mas já é tudo diferente. Para cantar as almas subimos ao campanário, as que podemos. Agora somos todas assim maduras mas mesmo assim eu todos os anos ainda vou lá acima: é outra coisa! Já não é como antigamente: dantes era muito silêncio e agora não. É muito barulho, vem muita gente ver. No ano passado não veio ninguém, cantámos praticamente sozinhas. Era a pandemia e não havia cá quase ninguém. E estava muito frio e não houve festa. Foram só os nossos. Só cantam as mulheres, o que é pena. Os homens às vezes também entram, mas pouco. Eu não me lembro de haver lá homens. Nas encomendações das almas, no tempo do senhor Bonifácio, um guarda-fiscal que veio de Proença-a-Nova, ele e a irmã, animaram muito isto. Não havia encomendação das almas em que eu não fosse. Nas procissões, os da Santa Casa vão todos de opa. Quinta-feira Santa é a Misericórdia que organiza. Nós nessas procissões cantamos mas pouco: vamos em silêncio até à praça e depois dali para a frente é que já cantamos, mas é um cantar especial... É o "Senhor Deus, misericórdia". As ladainhas fazem-se nas procissões ao sair da igreja, umas acompanham o Senhor dos Passos e outras a Nossa Senhora. E o encontro dá-se aqui na praça, recua três vezes e faz-se o encontro. E dali para a frente é que se canta "Senhor Deus, misericórdia" e depois toca a matraca. Homens e mulheres vão todos juntos mas os homens não cantam. Quem toca a matraca é um homem. A matraca pertence à Santa Casa da Misericórdia. A Quinta e a Sexta-feira Santas são organizadas pela Misericórdia.

Regressamos ao grupo de cantares, na actualidade confrontado com a falta de gente e com o manifesto desinteresse de quem ainda reside na povoação. Um grupo que teve o cuidado de recolher cantigas populares na terra.

O nosso grupo é só de mulheres. Temos uma aula só de cantigas. Meninas novas não temos cá. E as poucas que temos não se interessam. Nós temos trinta e duas cantigas escritas, umas já feitas por gente da minha geração e outras muito antigas, são cantigas populares, não são de igreja. Está tudo escrito e a música está gravada. Instrumentos musicais? Não havia cá ninguém, não se ligava muito ao instrumento musical. Havia um ou outro que tinha jeito para o realejo. Tenho um primo que toca concertina mas nós cá não temos essa tradição. As mulheres aqui não tocavam nada, nem adufe.

Sinal dos tempos, as coisas podem estar a mudar em Salvaterra do Extremo, por força das dinâmicas introduzidas pelas academias sénior, propiciando o encontro das gerações mais idosas e a aprendizagem de várias actividades culturais.

Aqui era uma terra muito viva, muito animada. Com duas pedrinhas do rio fazia-se um instrumento mas hoje já ninguém sabe fazer isso: eu lembro-me perfeitamente: eu a cantar e o meu primo a tocar aqui-lo. Apesar de termos saído daqui muito cedo e de termos voltado muito mais tarde, temos saudade desse tempo! Agora temos cá umas aulas de cavaquinho. E também de pandeireta e de adufe. O adufe tem que ser aprendido no berço. E eu não tenho mãos para o adufe, eu que sou uma pessoa que até canta bem, tenho ritmo e tudo, mas para o adufe não tenho ritmo. Eu canto os salmos na igreja, agora que vim para aqui, basta o padre cantar um salmo uma vez que eu aprendo logo. Mas o adufe não fica e pronto! No tempo do engenheiro Soares deram-nos uns adufes para o grupo e no tempo do Tomás Lopes, que foi uma pessoa que fez muito pela nossa terra, ele dava vida ao grupo. O Tomás Lopes morreu e o grupo acabou...

O despovoamento destas terras deixa marcas que não fáceis de aceitar mas a realidade gera confor-

mismo. Sentem que muitas coisas irão desaparecer, tais como a memória colectiva que conforma a identidade de uma comunidade...

Nós aqui estamos no fim do mundo, não temos nada. As terras agora não têm vida porque não há pessoas, não há cá ninguém! A vida dantes era bem mais difícil mas era muito mais alegre. Muito mais alegre! As pessoas eram mais amigas, não havia tanta inveja umas das outras. Nós agora temos muitas solicitações: é a televisão, são as redes sociais, é a internet e há um isolamento das pessoas. Antigamente na aldeia dávamos uma volta, por exemplo quando era Verão, e primeiro que regressássemos a casa! Aqui estava um montinho a conviver, ali estava outro, mais além outro; agora dá-se a volta à aldeia e não se encontra ninguém.

3.5.6. DINÂMICAS COMUNITÁRIAS

CUIDADOR: JOSÉ CANDEIAS

A Banda Filarmónica de Aldeia de João Pires terá sido fundada em 1908, estando a sua criação associada à Festa da Senhora da Graça, na sequência do inesperado abandono (sem ter acabado o ramo) protagonizado pela banda de Penamacor. A paixão pela música e o empenho do Padre José Maria Lopes Nogueira foram então determinantes para a criação da banda, envolvendo alguns dos mais ilustres residentes na terra na respectiva concretização.

Eu estive à frente da Banda Filarmónica, como seu director, 35 anos. É uma vida! Quando para lá fui a banda tinha uma casa muito pequena que não dava para grande coisa e consegui que fosse reconstruída e era aí que se faziam os ensaios.

Faziam-se uns convívios no salão que eram muito participados por toda a comunidade, dos músicos e seus familiares e da gente da aldeia em geral. A banda esteve sempre muito presente na vida da

comunidade, que sempre acarinhou a sua banda filarmónica. Agora para a banda vem muita gente nova, das aldeias e aqui em volta; aliás, a maior parte dos elementos da banda não são da Aldeia de João Pires, são de outras terras porque aqui já temos pouca gente nova.

O professor José Candeias Moreira recebeu-nos na sua casa da Aldeia de João Pires, onde nasceu (já lá vão uns algo cansados 88 anos) e reside, ao princípio da tarde do primeiro dia do mês de Março de 2023, para uma conversa com uma daquelas figuras que são protagonistas essenciais na dinamização da vida social e cultural, verdadeiros guardiães da memória, incomodado com o facto de o despovoamento estar a “matar” muitas tradições:

Completamente! Sinal dos tempos e agora eu sinto-me mal com isso. Já me senti muito bem porque as pessoas aproveitavam as dinâmicas criadas e envolviam-se nelas e os eventos mantinham-se muito vivos. Com a falta de gente tudo isto se tem vindo a complicar.

Recordo, por exemplo, de ter dinamizado a procissão das lanternas, uma tradição da Semana Santa, das ladainhas. Nas ladainhas eram só homens, as aleluias dos homens nas sextas-feiras santas; e nas quintas-feiras santas eram as ladainhas das mulheres, também com essas lanternas, com os miúdos, com cantares próprios. As ladainhas continuam e com versos que são só daqui, só esta aldeia é que ainda tem essa dinâmica toda.

Nos seus dossiers sobre as memórias da aldeia, o professor José Candeias conserva registos e levantamentos de tudo o que se relaciona com as tradições da sua aldeia natal, que nos vai sucintamente descrevendo à medida em que vai folheando o seu arquivo: as cacadas (que eram feitas pelos rapazes quando nasciam netos e iam às casas dos avós bater nas respectivas portas com cacos de barro e cerâmica), a patenta (quando um rapaz

vindo de fora começava a namorar uma rapariga da terra, tinha que pagar a *patenta* aos moços da terra), o madeiro (que era da responsabilidade dos moços que naquele ano iam à inspecção militar), o canto das Janeiras (que recolheu com detalhe quando propôs à comunidade a sua dinamização), a tradição de chorar o Entrudo (na quarta-feira de cinzas), o toque frenético dos sinos no sábado de

aleluia (com todos os moços a querer subir à torre sineira para saudar a ressurreição de Cristo)...

Enfim, as tradições cá da Aldeia de João Pires. Tenho estes levantamentos todos. Editar? Olhe, ficam cá para pessoas como vocês. Os meus filhos já falaram nisso mas não, eu nunca pensei em editar. Ficam cá os registos e depois que façam com eles o que bem entenderem...



3.5.7. REINTERPRETAR A TRADIÇÃO

CUIDADOR: FRANCISCO MACHAZ

Francisco Machaz é um multinstrumentista (harmónio, bandolim, cavaquinho, acordeão...), estudioso da etnografia, amante do folclore, cuidador da memória etnográfica que mantém uma ligação muito estreita com o folclore através da sua presença no Grupo de Danças e Cantares da Beira Baixa. Com toda a legitimidade personifica toda uma geração que tem vindo a reflectir sobre a questão da representação folclórica com raízes de rigor que só a verdade garante e permite.

A recriação da tradição, no campo do trabalho desenvolvido pelos colectivos etnográficos e folclóricos, tem vindo a ser objecto de uma reflexão determinada por vários factores, sendo um deles as bases de partida da representação apresentada. Por outro lado, também as questões da actualização da música tradicional se colocam neste complexo contexto de reflexão.

Eu concordo com uma interpretação diferente da música tradicional. Mas cada coisa no seu lugar. Há uma coisa que muitos grupos folclóricos têm a responsabilidade de fazer que é interpretar a música tradicional mas não aquela que anteriormente foi interpretada de forma errada. Claro que a tradição tem de ser reinterpretada e nós podemos dar-lhe outra visão.

Eu andei muitos anos nos ranchos folclóricos e pude constatar que a presença nas tocatas dos acordeões como elemento essencial, desvirtuou aquilo que seria a tradição. Hoje, os grupos folclóricos têm essa importante mensagem para passar que é a de fazer aquilo que se fazia antigamente.

Eu estive num grupo – os Sons da Beiroa – em que utilizávamos várias músicas, não só tradicionais mas também música de intervenção (que não sendo tra-

dicional, daqui a cem anos vai fazer parte da tradição). Nesse grupo nós reinterpretavamos usando vários instrumentos mas nunca deixando os sons tradicionais de fora, mas colocando outros sons. Os ranchos folclóricos não desvirtuando podem das novas formas e nós temos que aceitar isso.

Regressamos aos grupos folclóricos para rever o respectivo trabalho de recolhas da tradição oral para criarem os seus repertórios, um trabalho genericamente desigual e nem sempre orientado pelos melhores princípios da etnografia e com adequadas metodologias do trabalho de campo.

Há grupos que sim, grupos que inicialmente não fizeram mau trabalho. Mas muitos também constataram que aquilo não estava bem e depois de terem disso tomado consciência que tinham que ir à fonte, percebendo que não se pode inventar quando se quer que um agrupamento folclórico seja representativo. Não se pode inventar e tem de se fazer as coisas como deve ser para chegar às raízes. Muitas vezes o que se representa não corresponde à realidade daquilo que era vivido pelas gentes cujas tradições etnográficas se pretendem representar. É, por exemplo, o caso de apresentarem os homens todos vestidos da mesma maneira quando a etnografia o que defende é justamente o contrário, nada de trajes todos iguais porque isso não era o que acontecia antigamente. Não se vestiam todos de igual.

Uma outra questão tem a ver com quem dançava antigamente. Não seria o homem mais rico da terra. O traje rico é muito bonito, sem dúvida, mas vai dançar porquê?! A D. Maria Garrett não dançava, com toda a certeza. Quem dançava era o povo e a norma deve ser essa: dançam os trajes mais pobres, os da apanha da azeitona, os dos moinhos, etc.

Numa região etnográfica e folclórica com características distintas como o é a Beira Baixa, o canto



assumiu dimensões expressivas assinaláveis, colocadas em referência pelos mais conceituados etnógrafos e musicólogos. Tal facto, segundo o nosso interlocutor, tem de merecer especial atenção e profunda reflexão, com vertentes de pesquisa e de análise diversificadas.

O coro dos grupos folclóricos é outra questão que deve ser merecedora de grande atenção. É essencial realizarem ensaios, apesar de haver quem diga que antigamente as pessoas não cantavam assim; mas o que se passa é que nós temos que perceber que isto também é um espectáculo, nós estamos a representar. Ora eu não posso estar a cantar como as pessoas de oitenta ou noventa anos, até porque essas pessoas quando tinham a minha idade também tinham outra voz. Mas ainda há quem queira tentar fazê-lo daquela forma.

Por outro lado, devemos ter bem presente que é difícil encontrar algo que tenha chegado até nós cantado a duas vozes. O Michel Giacometti, acho que ali na aldeia de Joanes, no Fundão, documentou polifonias mas em Castelo Branco nunca ouvi falar de polifonias. Pode ter havido, acredito nessa possibilidade. No ano passado realizaram-se em Penamacor umas jornadas sobre rituais marianos e o Pedro Salvado deu-nos uma explicação

muito plausível para o facto de Castelo Branco ter perdido os seus cantos populares tradicionais polifónicos, afirmando que tais cantos na Senhora de Mercoles poderiam ter existido como sucede na Senhora do Almurtão ou na Senhora da Póvoa, desapareceram porque a própria elite de Castelo Branco quis que desaparecessem. E ficou-se na música normal da igreja, desapareceram os cantos tradicionais como os que permanecem na Senhora do Almurtão e na Senhora da Póvoa.

Francisco Machaz nunca esquece que sendo o folclore, hoje, sempre uma representação, tal facto impõe a obrigação de não se desvirtuar a essência do que está a ser representado:

Nós temos hoje em dia que interpretar aquilo que nos chegou. E isto não significa que não devam transmitir o real saber, aquilo que era antigo, aquilo que os nossos antepassados faziam. Mas nunca esquecendo que o folclore é sempre uma representação e que os grupos folclóricos foram criados com esse objectivo, e muito antes da intervenção do António Ferro. Conhecer o tradicional, manter o tradicional que depois é reinterpretado, com o cuidado para não ser desvirtuado, por exemplo, pelos efeitos do turismo. E nunca esquecer que estamos sempre a fazer uma representação.



3.6. MEMÓRIA DE UM INSTRUMENTO (QUASE) PERDIDO: A PALHETA

Ernesto Veiga de Oliveira não teve dúvidas em escrever em 1964: o aerofone que designou de *palheta* “corresponde à velha *dulçaina* igualmente de *palheta*, que sob formas diversas se documenta com relativa frequência desde a Idade Média”. (Oliveira, 1982:336) E do mesmo modo nos deu conta ser “de uso bastante corrente outrora como instrumento de pastores em várias regiões da Beira Baixa, a *palheta* é hoje uma espécie completamente desaparecida. Encontramo-la ainda em Monsanto, de tubo cilíndrico exteriormente (embora cónico interiormente), com cerca de 20 cm de comprimento, e cinco buracos melódicos na face superior do tubo, e dois na copa, apenas para guardar o som, como do mesmo modo no ponteiro da gaita de foles”.

O informante de Ernesto Veiga de Oliveira foi, em 1962, um pastor de Cidral (Monsanto), de seu nome José Reis (falecido em 1986), conhecido pelas gentes da terra e da região como Tiu Zé da Gaita: *Além dos adufes que comprámos nas festas do Almutão e da Póvoa, adquirimos ainda, em Monsanto,*



José Reis, o último tocador de palheta. Penamacor, 1963. Foto Ernesto Veiga de Oliveira

duas “palhetas”, essas dulçainas beiroas que já só ali se encontram; elas são da autoria de um pastor, José dos Reis, que pudemos ainda fotografar a tocar o seu instrumento, nas festas da Póvoa.

De acordo com a opinião do musicólogo, instrumentista e construtor Jorge Lira, a designação de “palheta” por parte de Ernesto Veiga de Oliveira não corresponde ao vocabulário popular – o instrumento era genericamente designado “gaita” – e, do mesmo modo, não partilha da opinião de se tratar de “uma cópia pobre e pastoril das dulçainas”, considerando tratar-se de um instrumento que se enquadra “directamente na família dos oboés primitivos e, enquanto tal, tem alguns parentes ancestrais no Norte de África e no mundo Árabe, onde é conhecido, desde Marrocos até à Turquia, como “al-gaida” (Marrocos, Argélia, Tunísia) ou simplesmente “gaida” (Turquia).

Jorge Lira e André Oliveirinha (Penamacor) desenvolvem actualmente trabalho de investigação sobre o instrumento que designam de “gaita”, pondo de lado a de Ernesto Veiga de Oliveira, “palheta”

João Abrantes, investigador e maestro da Filarmónica Idanhense, integra um projecto de construção do instrumento na Oficina da Música Tradicional de Idanha-a-Nova: “Procuramos a salvaguarda do instrumento como nós o conhecemos, como José dos Reis o construía. Com outros métodos, aperfeiçoando a sua afinação e pequenos pormenores que poderão ser fundamentais para a sobrevivência do instrumento.”

Há, ainda, um outro projecto de salvaguarda da palheta que está a ser conduzido pelo Filipe Faria orientado para recriação do instrumento para performance: “Neste caso a palheta é um pouco maior, mais evoluída, com outra sonoridade e com mais furos. Isso poderá ser muito importante para a preservação do instrumento.”

3.6.1. SAIR DO MUSEU PARA O MUNDO...

CUIDADOR: ANDRÉ OLIVEIRINHA

A pública notícia sobre o trabalho desenvolvido por André Oliveirinha e Jorge Lira sobre a palheta, instrumento que se encontrava musealizado em Penamacor, levou-nos no dia 8 de Fevereiro de 2023 à conversa com o antropólogo André Oliveirinha, responsável pelo Museu Municipal de Penamacor, tendo justamente como tema um instrumento ainda pouco conhecido:

Trata-se de um instrumento de índole pastoril que se erradicou no tempo para aí nos anos 90 do século passado, devido à perda dos dois, digamos, últimos tocadores conhecidos: Ti José Santos, de Três Povos, nas Quintãs, e Ti José dos Reis, de Monsanto. Era um instrumento que percebemos ter unicamente um cariz regional, nos concelhos de Idanha-a-Nova, Penamacor e Fundão, tendo também aparecido um exemplar na Covilhã. Era única e exclusivamente tocado por pastores, composto por um tubo melódico com uma campânula, com 4/5/6 buracos, sendo tocado pela vibração de uma palheta dupla.

Uma questão que desde logo se colocava na abordagem a um instrumento que havia sido erradicado dos contextos performativos era, sem dúvida, a da recuperação dos repertórios tradicionais nos quais pontificava a palheta:

Isso foi desde logo possível, em primeiro lugar porque Ernesto Veiga de Oliveira documentou uma série de temas, que foram recolhidos principalmente em Monsanto, junto do Ti José dos Reis. Depois, a ideia que formámos e que temos neste momento é que o instrumento podia ter tido um leque muito variado de temas. Aliás vimos isso no levantamento de Ernesto Veiga de Oliveira: o Ti Zé dos Reis toca as modas de romaria, como a “Divina Santa Cruz”,

modas de Entrudo, modas da Páscoa e do período quaresmal, ou seja, uma diversidade imensa. E o que nós percebemos neste momento é que, efectivamente, com a palheta correcta o instrumento permite fazer no mínimo doze notas, permitindo o leque variado de temas que nele eram tocados.

Em todo este processo de recuperação do instrumento assume particular importância e relevância cultural o acesso a fontes veiculadas pela tradição oral para documentar a permanência de alguma memória dos toques e respectivas ocasiões performativas.

É difícil sabermos dessa memória. Nós depará-mos aqui com uma situação muito complexa, que é a definição que se dá aos instrumentos. Como já anteriormente o referimos em várias situações, através do desenvolvimento do projecto, o termo palheta foi empregue pela primeira vez por Ernesto Veiga de Oliveira para denominar aquele instrumento. Mas o certo é que nesta região toda a gente o conhecia como sendo a gaita e, nalgumas aldeias, apenas como pífaro. Ou seja, o cruzamento com pífaro (flauta pastoril) e o pífaro (palheta) era utilizado única e exclusivamente por pastores.



Para as pessoas havia ali uma certa confusão entre quem tocava a gaita ou quem tocava o pífaro. Nalguns sítios, por exemplo em Monsanto, o Ti Zé dos Reis era conhecido por Ti Zé da Gaita ou Ti Zé do Pífaro. Portanto não sabemos bem de que instrumento se trata. No Vale da Senhora da Póvoa, por exemplo, pessoas que nós entrevistámos disseram: “Sim havia para aí tocadores de pífaro.” Seriam gaitas? Seriam pífaros? Não sabemos...

O projecto em curso contempla várias vertentes de abordagem, desde as mais técnicas (construção e execução performativa) até à recuperação da história possível dos instrumentos e dos tocadores. Neste contexto de pesquisa e de investigação não está, de modo algum, descartada a possibilidade de poderem surgir mais exemplares do instrumento ou de identificação de outros tocadores.

Não, não descartamos de forma alguma essa possibilidade. Este projecto já foi tentado duas vezes desde 1999 para cá. Na primeira vez havia quatro ou cinco exemplares e na segunda também havia quatro ou cinco exemplares. Mas neste momento já contamos para aí com dez exemplares. E com uma mesma distribuição geográfica. E isto apenas em museus, reservas e exposições permanentes de museus. Já conseguimos perceber que o Ti Zé dos Reis, pelo menos, era assíduo na festa de Nossa Senhora da Póvoa e um dos exemplares que está aqui depositado no museu foi dado ou vendido, não sabemos bem, pelo Ti Zé dos Reis a alguém. E pode ter acontecido o mesmo com outros exemplares que estejam por aí perdidos. Inclusivamente, Ernesto Veiga de Oliveira adquiriu o instrumento ao Ti Zé dos Reis, o que nos leva a crer que ele possa ter vendido mais instrumentos.

O aparecimento de novos espécimes coloca desafios muito interessantes, como seja o de procurar associar os mesmos a determinados tocadores.

Há aqui pelo menos três exemplares que, através da forma geométrica e da própria afinação, conseguimos perceber tratar-se de três exemplares distintos: um deles do Ti Zé dos Reis, de Monsanto; outro do Ti Zé dos Santos, das Quintãs; e um outro que está depositado no Museu de Penamacor, completamente diferente dos outros dois, ou seja, estamos a falar de um outro construtor. E agora apareceu um outro exemplar no Museu Nacional de Arqueologia que estamos à espera de autorização para o ir medir, com uma forma de construção e uma geometria distinta de todos os outros. Podemos, portanto, estar aqui perante um outro construtor, mas para já não o podemos garantir.

Destes dois últimos instrumentos ainda não conseguimos identificar os respectivos construtores, o que sabemos é que eles não pertenceram nem ao Ti Zé dos Reis nem ao Ti Zé dos Santos, porque estes tinham uma linha muito idêntica: já rastreámos aqui 4/5/6 instrumentos que pertenciam àqueles dois construtores e a linha é muito idêntica. Claro que não se trata de uma coisa estandardizada, têm uma ou outra diferença mas são muito idênticos, na forma das campânulas, no comprimento, na furação e na distribuição dos buracos, há uma linha de afinação. Nós sabemos que estes dois instrumentos – um que está aqui depositado no Museu de Penamacor e o que está depositado no Museu Nacional de Arqueologia – são dois instrumentos que são distintos dos dois construtores de cá. Ou seja, estamos a falar de três ou quatro construtores.

Mas o trabalho do projecto não está concluído, está em processo. Porque a nossa ideia é conseguirmos recolher o maior número possível de exemplares para podermos chegar a conclusões, do ponto de vista do instrumento e do ponto de vista dos seus vários construtores, que neste momento são desconhecidos, como sabemos. Pode ser que exista para aí numa aldeia perdida algum pastor que ainda possa ter algum exemplar.

Tenho alguma esperança no Vale da Senhora da Póvoa pois algumas pessoas ainda se lembram do Ti Zé dos Reis, de quem em Monsanto ainda há muita memória dele. Agora aqui eu acredito que ainda somos capazes de identificar algumas pessoas porque vi, quando apresentámos o projecto em Vale da Senhora da Póvoa, que havia lá duas senhoras com oitenta e poucos anos que quando viram o instrumento ao entrarem na sala logo reagiram. Ora se reagiram foi porque o identificaram, pelo que é um trabalho de campo intenso que deve ser feito. Acresce que ainda estamos no processo de investigação, de construção de réplicas, de documentação e contamos ainda durante este ano, se tudo correr bem, dar isso a público e, inclusive, haver uma oficina de construção do instrumento.

Uma tão desejável como inevitável futura comercialização do instrumento – que não está fora dos objectivos do projecto de construção – colocará novos problemas ou desafios para serem superados, como será o caso das palhetas duplas utilizadas.

Por agora é certo que não são palhetas estandardizadas as que funcionam neste instrumento. Mais tarde o que é que pode acontecer? Para tornar mais fácil a comercialização do instrumento uma pessoa que compre um exemplar e que comece a tocar não deve ser obrigada a voltar mais tarde ao construtor para obter uma nova palheta; não, tem que haver ali algumas correcções no próprio instrumento que lhe permitam utilizar uma palheta de gaita de foles, a qual pode ser facilmente adquirida numa loja.

A ideia, no entanto, será sempre a de recomençar a utilizar o instrumento de acordo com as suas raízes, ou seja, mesmo em termos de afinação, sendo a digitação complicadíssima, pois não é propriamente fácil. Embora tenha cinco buracos a digitação daquilo é uma coisa muito complicada. O ponteiro de uma gaita de foles é muito fácil

de tocar mas a palheta tem uma série de complicações em termos de digitação. Agora: a ideia do projecto inicial é manter o que está e a forma como era tocado. Entretanto, se eventualmente for necessário introduzir alterações, pois é algo que será sempre bem-vindo.

Essa necessidade pode vir a ser determinada por muitos factores, sendo um deles, sem dúvida, a sua eventual integração em colectivos musicais do nosso tempo, tais como grupos folclóricos ou de recriação seguindo o estilo folk.

Nós vemos de braços abertos essa possibilidade. E temos neste momento três pessoas interessadas em aprender aqui em Penamacor a tocar; e um deles até pretende incorporar o instrumento num rancho folclórico.

É um facto que a recuperação do instrumento tem sido bem recebida pela comunidade, tanto quanto me tenho apercebido. Eu comecei a tocar palheta em 2008, naquelas primeiras tentativas de recuperação do instrumento e éramos sete ou oito miúdos a aprender a tocar. Entretanto o único que ficou fui eu e agora, quando comecei a trazer este instrumento para este processo – já o tocámos duas ou três vezes por aí, num encontro de cantares ao Menino, uma das músicas que o Ti Zé Reis tocava, um cântico de Natal; e agora na residência artística que fizemos no Vale da Senhora da Póvoa, marcando o regresso da palheta à aldeia – o impacto que teve nas pessoas foi tremendo! Porquê? Porque toda a



gente pensa – aquilo tem um som muito parecido com o da gaita de foles – e as pessoas pensam que isso de gaitas de foles é uma coisa muito de Trás-os-Montes e da Escócia e termos aqui um instrumento que tem uma sonoridade parecida despertou alguma curiosidade junto da comunidade, embora a sonoridade da palheta esteja completamente perdida na memória das pessoas.

Uma última questão permanecia, para nós, em aberto: o relacionamento de um instrumento musical como a palheta com instrumentos similares ou afins de outras regiões, europeias ou não...

Sim, nós estamos a estabelecer algumas relações desse tipo porque, quer queiramos quer não, a

palheta é muito parecida com a dulzaina, não em termos de digitação mas de formato. É, de facto, muita parecida com a dulzaina; inclusive, conseguimos identificar no norte das Astúrias uma série delas, construídas por pastores, do mesmo modo muito idênticas às nossas, em que eles agarravam num bocado de pinho e iam tornando com uma navalha de forma a construírem um instrumento muito semelhante a uma palheta, na mesma com uma campânula como aquela da palheta do Ti Zé dos Reis. O que estes pastores faziam, portanto, era uma coisa muito parecida. Assim, traçam-se paralelos com outros instrumentos, principalmente da Espanha.



© Jorge Lima

3.7. PÍFAROS QUE RESISTEM

3.7.1. UM PÍFARO NO “AH! QUE SE CHÁ...”

CUIDADOR: FRANCISCO MENDES EUSÉBIO

Demandámos em 10 de Janeiro de 2023 a povoação de Tinalhas para falarmos com um tocador de búzio, de seu nome Francisco Mendes Duarte Eusébio, o popular Chico Prenho, pedreiro, natural e residente em Tinalhas, com 74 anos de idade. E assim aconteceu mas a conversa acabou nos seus toques de pífaro, outrora também cruzados com os do búzio, especialmente nas celebrações do popular “Ah! Que se chá...” Porque depois de concluídas as tarefas da apanha da azeitona o búzio não era pura e simplesmente silenciado até à próxima safra:

Não, não. Porque o búzio também era tocado quando iam buscar o madeiro, no dia do Menino Jesus: tocava-se o búzio para a rapaziada se juntar e ir buscar o madeiro.

Havia cá muita gente que sabia tocar o búzio. Muita gente... dos antigos! Porque da gente mais nova ninguém percebe nada disto. Além disso, o toque é sempre o mesmo. Fosse para o madeiro ou fosse para a azeitona, o toque era sempre o mesmo.

Mas os tempos foram mudando – e de que maneira! – e os rapazes que vão buscar o madeiro já não se reúnem ao búzio?

Não, agora andam lá com aquela coisa comprida que se usa lá no futebol, que eu até nem sei dizer o nome... uma tal vuvuzela... mas essa coisa não me interessa! O búzio tocava para se reunirem para irem buscar o madeiro. Não era para depois se reunirem à volta do madeiro. Para isso era sineta da Capela com uma corda onde vão todos os rapazes tocar depois de saírem da escola para avisar que vai haver festa...

Quem ia buscar o madeiro eram os rapazes solteiros mas na actualidade também vão homens casados, pois a falta de jovens na terra a tal obriga. Um madeiro que era oferecido para a festa:

O madeiro era dado ou pelo Visconde ou pelos outros que há cá, chamam-lhes os Valentes, que vivem em Castelo Branco. E que também costumam dar o madeiro. Há assim muitas quintas grandes, com muitos sobreirais... Agora a Viscondessa, a sobrinha do Visconde, dá todos os anos o madeiro, uma sobreira seca...

Dantes não, mas agora eles vão buscar o madeiro quase no dia da festa e já não o fazem com o ritual de antigamente:

Agora é quase no dia. Agora não mas antigamente iam com os carros de vacas, mas sem as vacas, porque os rapazes eram quem puxava: com um calibre, daquelas cordas compridas com que se atavam as carradas, e a malta com a ajuda de uns paus dos carros, dois de cada lado, puxava o carro. Aquilo era muito engraçado! Agora vão lá com as máquinas e trazem aquilo tudo...

Havia nas suas palavras alguma amargura pelo desvanecimento das tradições na terra, cruzada com a satisfação de ver que algumas delas resistiam e colhiam a adesão das gentes novas:

Aqui algumas tradições também já mudaram um pouco mas outras vão-se mantendo. Esta malta nova também adere, como lá para o Ah! Que se chá...É assim: por volta das nove horas da noite da véspera de Reis, no dia 5, tocam a sineta da

Capela do Espírito Santo, para chamar as pessoas. Está lá o madeiro mas não se acende logo porque senão ninguém vai dar a volta ao povo e ficam lá. Juntam-se ali os solteiros e os casados para depois se dar a volta ao povo. Os solteiros vão à frente e levam o bombo e outros instrumentos e cantam uns versos; depois vão os casados, também com bombo e outros instrumentos da Filarmónica, e eu, como já não ando na banda, levo o pífaro.

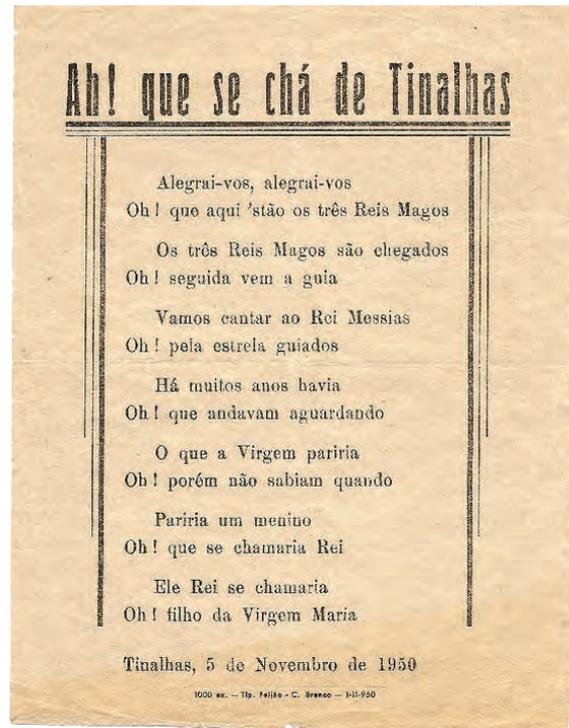
O senhor Francisco Eusébio continua ir lá a tocar o pífaro todos os anos, sem temer de que o mesmo seja abafado pela paisagem sonora dos metais e outros instrumentos que marcam presença na festa:

O pífaro tem dois tons: um muito agudo e outro mais baixo. Ouve-se bem. E eu vou também participar. Primeiro tocam os da frente, os solteiros, cantam uma quadra (trata-se de facto de um dísti-



co) e depois tocam e cantam os casados. São sete quadras (dícticos). *Eu nunca as canto porque vou a tocar o píffaro. E assim damos a volta ao povo. Depois, no regresso, já está o madeiro aceso no largo da Capela do Espírito Santo e há lá filhoses e vinho, café com leite...*

É a organização que põe essas coisas e também as pessoas pois quem quiser pode levar um garrafão de vinho ou ajudar com dinheiro para se fazer a festa. Quem quiser pode participar com oferendas e se quiser ir lá comer uma perninha de filhó... Eu por acaso só lá é que gosto de comer uma perna de filhó! A minha mulher faz filhoses aqui mas eu só as como lá na capela, à volta do madeiro. Andam lá as pessoas a distribuir, uns com umas travessas, outros com garrafões de vinho e copos, e cada um come e bebe o que quiser. É esta a tradição do Ah! Que se chá de Tinalhas...





3.8. QUEM TOCA A ZAMBURRA...

Um som grave e profundo, circularmente obsessivo e envolvente faz-se sobretudo ouvir, nas terras raianas da Beira Interior Sul em tempos de celebrações natalícias e carnavalescas. Testemunhos da tradição oral conformam uma memória que permanece no corpus vivenciado das gentes da região associando os toques de zamburra ao afugentar dos lobos e também na paisagem sonora da apanha da azeitona e, em terras mais afastadas, também das vindimas.

Este instrumento musical – incluído na categoria dos membranofones de fricção e com diversos nomes em terras portuguesas, desde *ronca* e *sarronca* a *zorra* e *zurra-burros*, passando por *zabomba*, *zambomba* e *sabomba*, entre outras – foi sempre particularmente expressivo nas terras raianas da Beira Interior Sul, especialmente a sul de Castelo Branco, onde é genericamente designado *zamburra*.

Trata-se de um instrumento muito peculiar e muito simples de tocar, não requerendo para tal efeito qualquer aptidão especial ou sequer digna de nota, conforme se infere da descrição fornecida por Ernesto Veiga de Oliveira, sendo (...) *composto essencialmente por uma caixa de ressonância cuja boca é tapada com uma pele esticada que faz de membrana vibratória, posta em vibração sonora não por percussão mas por fricção da membrana ou de um elemento fixo por uma ponta no seu centro, e que se esfrega com a mão; produz-se desse modo um ruído grave e fundo, que o bojo da caixa transforma no ronco que caracteriza o instrumento.* (Oliveira, 1982:407)

Nas terras beirãs do Sul – tais como Rosmanihal e Malpica do Tejo, mas também em Aranhas – encontra-se sobretudo associado às manifestações culturais do Natal e do Carnaval, assumindo uma tipologia organológica que se encontra nas mais variadas regiões do País e das vizinhas terras extremenhas e castelhanas (Pinheirinho, 2001:155):

A zamburra ou zambumba é um tipo de instrumento musical muito remoto – a julgar pelos sons bárbaros que emite – usado sobretudo em duas épocas do ano e de preferência à noite: no Carnaval e no ciclo do Natal. É composto essencialmente por um cântaro ou pequena bilha – que funciona como caixa de ressonância – cuja boca



é tapada com uma pele esticada que faz de membrana vibratória. Posta em vibração por fricção dos dedos molhados numa haste (fixa por uma ponta no seu centro) emite um som surdo e cavo muito estranho.

Este membranofone do grupo dos tambores de fricção encontra-se espalhado por praticamente todo o mundo desde a Europa à América do Norte, desde a África à Ásia, com tipologia facilmente identificável e que remete para o seu funcionamento específico mais comum: um pau, cana ou corda esfregada com uma mão húmida passam através de um orifício efectuado no centro de uma membrana colocada no tambor ou recipiente com tal função.

Nas terras da geografia espanhola o uso da zambomba encontra-se sobretudo associado às paisagens sonoras das festividades natalícias (destacando-se no acompanhamento dos vilancicos), o que do mesmo modo se regista em Portugal, surgindo também em celebrações carnavalescas.

3.8.1. A ZAMBURRA NÃO ESTÁ ROTA!

CUIDADORA: MARIA AMÉLIA MENDES

Na povoação beirã da Zebreira, a zamburra – como é ali conhecida – era tradicionalmente apenas utilizada durante os convívios dos homens nas tabernas, como no-lo transmitiu a tocadora de zamburra e cantadeira Maria Amélia Mendes, na manhã do dia 10 de Fevereiro de 2023, quando recordou como tudo começou para ela e para o grupo de mulheres que constituíram o grupo Saca-Sons:

Nós começámos com as Janeiras e só depois é que formámos o grupo, onde aprendemos todas a tocar a zamburra. Nós fomos buscar a tradição antiga cá da Zebreira: os homens antigamente tocavam a zamburra nas tabernas. Tocavam e cantavam. Não era um instrumento de mulheres, era só

dos homens, que as tocavam nas tabernas quando já estavam bêbados.

A cantiga – “A moda da Zamburra” – numa das suas estrofes confirma-o: “Lá em cima o castelo/ se vendem laranjas, / se vendem laranjas, / se vendem limões,/ quem toca a zamburra/ são os borrachões.”

Nascida em Eirada, no concelho do Fundão, a senhora Amélia – como é mais conhecida na terra – veio com seus pais para a Zebreira quando era muito nova e por ali ficou. Trabalhou sempre no campo e ainda hoje, já com 70 anos, o faz todos os dias, criando animais (galinhas e cabras) e dedicando todo o seu tempo às exigências diárias desse modo de vida. E continuou:

Em festas os homens não tocavam a zamburra, era mesmo só lá nas tabernas. Quando aqui na terra decidimos criar um grupo de zamburras (mas também com adufes e reco-reco, todos tocados por nós) foi decidido que cada uma devia ter uma zamburra. Houve um velhote cá da terra que me explicou como é que aquilo se fazia e foi assim que eu as comecei a fazer.

Uma vez decididas a dar vida a um grupo de cantares que chegou a contar com doze elementos, (cantos esses maioritariamente acompanhados com toques de zamburra), as mulheres foram confrontadas com a necessidade de obterem repertórios para sustentarem as suas actuações:

Eu isso não sei lá muito bem pois foram outras pessoas que trataram disso. Sei que falaram com pessoas mais velhas, que andaram à procura de cantigas. Nós só sabíamos as que os homens cantam nas tabernas quando estavam borrachos.

Chegaram a usar zamburras com recipiente de plástico, que eram cobertas pelas capas das tocadoras. Mas um dia alguém lhes chamou a atenção, durante uma actuação para um programa de televisão (Praça da Alegria) de que ficariam bem mais



bonitas se fossem forradas e a senhora Amélia mal chegou a casa tratou de o fazer, fazendo desaparecer o plástico por baixo de peles.

Ficaram muito mais bonitas. E nós acabámos por ter uma farda, que fomos estrear em França. Nós já fomos a muitos países: fomos à França, Bulgária, Itália, aos Açores, à Galiza... Foi pena termos acabado, porque faleceu a mãe de uma das mulheres do grupo e a partir daí ficamos paradas.

A senhora Amélia acredita que ainda pode ser possível reformar o grupo, embora no presente só possam contar com quatro ou cinco mulheres da formação inicial, sendo difícil arranjar quem venha para o grupo, sabido que é o despovoamento que se regista na terra, aliado a um certo desinteresse:

Ainda tentámos com dois moços mas acabaram por irem embora. Mas ninguém se interessa por isto. Quando nós começámos as pessoas cá do povo diziam: – Olha as tontas! Olhai que tontas! O povo não acarinhou o grupo. Mas agora já andam para aí a tocar cavaquinho e a cantar!... E até já quiseram levar para lá a zamburra, já vieram ter comigo para ver se eu lhes fazia uma!...

A senhora Amélia – a quem em França ofereceram uma verdadeira fortuna pela sua zamburra, coisa para quinhentos euros, disse-nos ela! – não faz instrumentos para venda. E acha muito boa ideia que Paulo Pinto, o presidente da Junta de Freguesia, tenha manifestado a vontade em fazer da zamburra o símbolo da Zebreira. E refere o que fizeram em Penha Garcia com o adufe e a Ti Catarina Chitas, que ficou “muito bonito”.

A nosso pedido, prepara-se para tocar. O reco-reco, também feito por ela, fica quieto em cima da mesa, só é utilizado no seio do grupo. Tem na mão esquerda a zamburra e na direita uma pequena esponja, molhada com água para friccionar a haste de cana fina:

Os homens cuspiam para a mão quando tocavam. Para nós não podia ser assim. Primeiro ainda usámos um lenço de papel mas desfazia-se. Foi então que decidimos arranjar umas esponjinhas molhadas, que temos dentro de uma caixinha com água.

Era chegado o momento de a ouvirmos tocar zamburra e cantar, desde logo a emblemática cantiga do instrumento, singularmente designada “A moda da zamburra”:

*Zamburra está rota,/ Não quer(e)
tocar,/ Vamos à taberna/ Ai a
emborrachar.*

*Lá em cima o castelo/ Se vendem
palitos/ Diga lá menina/ Se a anágua
tem franjas.*

*Lá em cima o castelo/ Se vendem
laranjas,/ Se vendem laranjas,
Se vendem limões,/ Quem toca a
zamburra/ São os borrachões.*

*Zamburra está rota,/ Não quer(e)
tocar,/ Vamos à taberna/ Ai a
emborrachar.*

*O meu amorzinho/ Ficou de cá
vir,/ Deitou-se na cama,/ Deixou-se
dormir./ Eu hei-de ir, hei-de ir,/ Não
hei de mandar,/ Eu não quero coisas/
Armadas no ar.*

*Zamburra está rota,/ Não quer(e)
tocar,/ Vamos à taberna/ Ai a
emborrachar.*

3.8.2. CHÓ BURRA!

CUIDADORA: MARIA OFÉLIA ROSEIRO

Maria Ofélia Pedro Roseiro faz parte do Rancho Folclórico da Zebreira e do grupo Saca-Sons, coletivos cuja vida no período actual post-pandémico não tem sido fácil – conforme várias vezes referiu durante a nossa conversa em Zebreira no dia 2 de Março de 2023. Toca zamburra, adufe e reco-reco e vive a memória das tradições como sendo algo vital que se deve procurar manter a todo o custo.

O motivo principal da entrevista era a popular zamburra, instrumento verdadeiramente identitário da Zebreira cuja prática performativa acabaram de reinventar pois, de acordo com a tradição, era “coisa” de homens. Sinal dos tempos: recuperaram o instrumento, recolheram repertórios e “ousaram” criar o grupo Saca-Sons, que rapidamente alcançou assinalável notoriedade. Mas que se encontra desactivado, espera que não por muito tempo, acreditando que ainda vai ser possível o seu regresso às actuações.



À excepção do adufe, todos os nossos instrumentos são feitos por nós. Não é só as zamburras, também são feitos por nós os reco-reco: temos um feito com conchas, outro com caricas e um só com tabuinhas. E também tínhamos uns que eram tocados com pau de laranjeira e outros com uma cana grossa, rachada ao meio.

As recolhas foram basicamente feitas junta da minha avó, da minha mãe e da minha tia. A minha



avó, quando nós fundámos o grupo, tinha para aí uns 66 anos (faleceu com 86) e tinha uma memória excepcional, ensinou-nos muito, assim como uma senhora que nessa mesma altura já tinha 96 anos, portanto mais trinta do que ela. Mas depois ainda fomos fazer mais recolhas.

As modas que recolhemos são só de canto e aqui na Beira Baixa eram cantadas durante o trabalho. E nos bailaricos, aos domingos, que era o único dia livre, e que se faziam onde houvesse mais espaço, nos largos ou na casa de alguém que fosse mais abastado. Na altura, as meninas tinham os partidos: lá em cima é a Devesa, aqui em baixo o partido de Baixo, havia também o partido da Nave, ainda mais para lá. E os moços iam correndo os bailaricos, porque as moças não saíam dos seus lugares porque as mães estavam lá a vigiar.

Conseguimos, por certo apenas de modo ténue, imaginar os comentários ou apreciações daquelas cuidadoras da memória quando formam inicialmente abordados por um grupo de mulheres bem mais novas querendo fazer um grupo que iria utilizar instrumentos que até ali eram de uso exclusivo dos homens e, como se tal não bastasse, em contextos de taberna com o álcool a determinar, por certo as (des)afinações...

Era, de facto, um instrumento proibido às mulheres, era exclusivo dos homens. Quando se vê tocar uma zamburra o gesto que se faz era, naquela altura, obsceno para ser feito por uma mulher. Os homens aproveitavam os cântaros quando estes começavam a ficar com ferrugem ou estavam amolgados – as senhoras tinham vaidade em levar para a fonte um cântaro em condições – para servirem, depois de pintados, para se fazerem as zamburras.

As nossas primeiras zamburras foram basicamente de acordo com as ideias da minha avó. O meu avô, que era sapateiro e pedreiro, não tocava zamburra, mas os sapatos dele tinham aqueles

protectores de chapa para não se gastar a sola e enquanto uns tocavam banjo ou bandolim e outros as zamburras, ele dançava o sapateado em cima das mesas lá das tabernas. Daí ela lembrar-se bem de tudo pois muitas vezes tinha que o ir chamar à taberna para ele vir jantar.

Não deixa de ser curioso o facto de antigamente se tratar de um instrumento apenas utilizado pelos homens mas que era basicamente feito pelas mulheres:

Sim, sim, eram as mulheres quem as faziam, embora com alguma ajuda dos homens. Eu agora, por exemplo, já consigo fazer uma sozinha até porque o problema só aparece na altura de prender o gabanito à pele. Esse é que é o grande problema. O gabanito é difícil de encontrar, cresce junto dos ribeiros e tem de ser apanhado verde e não pode secar ao sol, tem que secar ao calor mas à sombra. Porque tem um brilho próprio e enquanto tiver esse brilho o pau toca; assim que o brilho desaparece de tanto ser esfregado, ele deixa de tocar. Nós tivemos que nos adaptar e experimentamos a cana. A cana é escavada, leva uma ranhura onde se coloca o fio de sapateiros e é presa do lado de dentro na pele. E não entra nem sai. O saber fazer a zamburra está nesta ligação à pele.

Uma outra adaptação relativamente ao modo de tocar tradicional ficou a dever-se ao facto de as mulheres terem desde logo rejeitado aquela que era a prática corrente dos homens, ou seja, cuspir na mão para tocar a zamburra:

No início era complicado mas só até nos lembrarmos de arranjar uma esponjinha húmida que vai sempre dentro de uma caixinha com um bocadinho de água no fundo. Quando a minha avó me contou o que sabia da zamburra eu perguntei-lhe como é que os homens tocavam e ela logo me respondeu: – Então filha! Cuspiam para a mão e esfregavam o pau!

À emblemática “Moda da Zamburra” – assim como que uma espécie de hino do instrumento, indispensável em qualquer actuação – muitas outras modas vieram integrar o repertório deste grupo de mulheres que um dia ousaram contrariar a tradição e “sacar sons” de um instrumento que era pertença dos homens:

Não havia muito repertório associado à zamburra que fosse cantado pelos homens, nós já colocámos a zamburra associada a outras modas porque vimos que funciona, e até para não ser sempre as mesmas. E músicas temos para aí umas cinquenta, assim por alto.

Quando nós aparecemos com o Saca-Sons fomos objecto de crítica. Quando uma pessoa nunca viu tocar a zamburra, a primeira reacção é uma risada! Essa parte é a que me dá gozo, porque eu aviso-os logo quando vamos a um sítio aonde nunca tínhamos ido: – A vossa primeira reacção vai ser rir mas eu compreendo isso. O que é mesmo importante é que percebam daquilo que nós recolhemos ao nível do distrito, a Zebreira é o único sítio em que se toca a zamburra e se sabe fazer uma zamburra. E que o importante é que se valorize a nossa cultura, a cultura que nos identifica.

E é mesmo assim! E para quem porventura o não tenha percebido servirá a preceito uma das estrofes de uma das muitas cantigas interpretadas pelo Saca-Sons, um despique intitulado “Chó burra”:

*À porta da minha avó
Tenho lá uma argola
Para prender essa besta
Que respondeu mesmo agora.*









4

VOZES COM
AS MÃOS
ERGUIDAS
AOS CÉUS

4.1. REPRESENTAÇÃO DOS RITUAIS DO CANTO QUARESMAIS

Todos os grupos fazem questão de enfatizar e colocar em destaque aquilo que segundo os mesmos consideram serem elementos de diferenciação e, como tal, marcas de afirmação identitária. Expressão da piedade popular, outrora amplamente participada em contextos comunitários com dinâmicas de aprendizagem por imersão, a representação descontextualizada dos cantos quaresmais em muitos casos encontra-se afectada pelo despovoamento e por um acentuado processo de enfraquecimento da religiosidade popular e apresenta-se ancorada por colectivos de natureza etnográfico-folclórica.

O cantar tem sentido, entendimento e razão, sob pena de, não o tendo, não passar de um mero exercício de expressão verbal, ainda que obedecendo às regras formais para tal requeridas pela arte musical. Não faz, porém, sentido representar os cantos quaresmais sem a interiorização da fé, sem a vivência de um contexto espiritual e devocional, essenciais para a verdade de sentimentos que deve estar por trás de toda e qualquer interpretação dos mesmos. Não sendo assim, será texto sem contexto, desprovido de essência e substância.

Estamos, portanto, na presença de uma variável determinante para a permanência ou não desta expressão do património musical cultural imaterial da piedade popular. Cantar é rezar duas vezes, escreveu o poeta Guerra Junqueiro; mas o sentido religioso do canto só é real e verdadeiro num quadro de fé devocional.

A quebra da espiritualidade – assim como do sentido mágico da cultura tradicional – está a ferir de morte a continuidade e a consequente transmissão de todos estes repertórios, profundamente afectados por factores sociais e humanos como sejam o despovoamento e o envelhecimento particularmente sentidos nas comunidades rurais do interior.

Um processo de salvaguarda pode integrar muitas e variadas medidas mas nunca poderá prescindir da manutenção do sentido da religiosidade e da piedade popular. Mesmo que outros factores negativos ou condicionantes possam ser de alguma maneira ultrapassados ou pelo menos secundarizados, sem a interiorização do sentimento religioso assente em alicerces de fé e de devoção nada mais poderemos fazer a não ser lamentar o seu progressivo desvanecimento e inevitável desaparecimento. Restar-nos-á – bem pouco será, por certo, mas sem dúvida relevante no quadro geral que a realidade nos impõe – registar e documentar para memória futura.



4.2. UMA VOZ INTEMPORAL

CUIDADOR: JOÃO MOREIRA CARREIRO

João Moreira Carreiro, natural de Segura e actualmente residente em Idanha-a-Nova, conta 66 anos de idade, tendo exercido a profissão de carteiro nos CTT e com uma vida em que a música ocupou plano de destaque, desde logo durante os 27 anos em que fez parte da Tuna da Zebreira, e repartindo-se actualmente pela colaboração no Grupo de Cantares Tradicionais de São Miguel de Acha, Coro da Universidade Sénior Pólo de Idanha-a-Nova, Orquestra Típica Albicastrense e Orquestra Ligeira da Universidade Sénior. Mas foi sobretudo o canto da encomendação das almas, em que se afirma como sendo a “voz principal” que nos levou à conversa com ele em fins de Março de 2023 no auditório do Fórum Cultural de Idanha-a-Nova.

A encomendação das almas esteve muitos anos parada. Depois, em 1990, o Dr. Catana é que foi atrás dos elementos que estavam no rancho – e do qual eu fazia parte tendo sido mesmo o fundador do rancho infantil da Zebreira – para que se voltasse a cantar a encomendação das almas. Entretanto, na minha actividade de carteiro, eu fui transferido para a Idanha e o Dr. Catana, que já me conhecia bem, mal me apanhou por cá foi-me logo buscar para eu ingressar no rancho da Idanha.

A sua integração no colectivo folclórico de Idanha-a-Nova significou a sua participação no conjunto das actividades no seio do mesmo desenvolvidas, ele que tinha feito parte da célebre e muito popular Tuna da Zebreira, cantando e tocando viola.

Acontece que o José Fatela fez também parte do coro da encomendação das almas durante uns 4 ou 5 anos e quando ele faleceu é que eu tive que avançar e a partir dessa altura tenho sido sempre eu e temos conseguido manter a tradição.

A participação no ritual da encomendação das almas está aberta a todos quantos assim o queiram, bastando para tal aparecer para se integrar na função:

Não há ensaios. Aquilo é um grupo que é formado por pessoas de idade e muitas das pessoas da altura do José Fatela também já faleceram, mas tem havido alguma gente nova a entrar. Este ano, por acaso, uma moça nova que já fazia parte do rancho veio ter comigo para me pedir para entrar na encomendação das almas. Eu disse-lhe logo que ali não havia convites para ninguém e que não era preciso pedir para entrar porque quem o quiser fazer é só aparecer, todas as sextas-feiras da Quaresma, às onze horas. Só é preciso ter gosto, quererem participar e ter devoção. As encomendações

das almas não são minhas, são do povo; quem tem devoção é só apresentar-se e passa a fazer parte do grupo. Nunca há um número certo, um dia podem ser seis, noutro dia sete ou oito. As vozes masculinas cantam o mesmo que as senhoras, mas noutro tom, claro. Eu faço o solo e eles depois respondem.

Os locais onde são cantadas as encomendações das almas são sempre os mesmos e correspondem a um percurso que se manteve inalterado ao longo dos anos:

Cantamos no Castelo, lá no alto; à porta do cemitério, cá fora em frente da igreja; no Castelo Velho, no alpendre de uma vivenda que lá há e

que nos autorizam a cantar lá; e depois no Largo da Senhora das Dores. São estes os quatro locais onde sempre se tem cantado.

As encomendações das almas não sofreram alterações, as quadras que eu aprendi com o José Fatela são as que ainda se cantam hoje. São sete quadras e nunca houve qualquer alteração. Por vezes há umas apresentações que fazemos e pedem para não aborrecermos as pessoas cantando as sete quadras mas nós não cedemos e cantamos sempre a encomendação das almas completa.

Este “sempre” é tudo menos algo garantido nos tempos que correm, quer por força do despovoamento quer devido a um desvanecimento da es-



piritualidade e da correspondente fé ou devoção – como várias vezes no-lo disse o senhor João Carreiro -, ameaças bem reais à permanência expressiva e significativa das todas as tradições quaresmais.

Enquanto Deus me der vida e saúde podem contar comigo. Mas continuamos com o problema dos homens para fazerem o coro porque as mulheres vão sempre aparecendo, se não são umas são outras, os homens é que é um bocado complicado... Ora nós não podemos ir buscar ninguém, as pessoas é que têm que aparecer, por gosto e por devoção. Não se pode andar a pedir para vi-rem cantar, as pessoas sabem bem que isto existe e quem assim o quiser pode comparecer. Na parte dos homens, este ano apresentou-se um moço com 17 anos, filho cá da Idanha e eu disse-lhe logo para ele ver se se ajeitava com isto para um dia ser ele a cantar as almas. Ora ele disse logo que não era capaz; e um outro que também lá anda disse logo que como solista nem pensar. Dizem logo que não são capazes de cantar como eu! Ora ninguém é obrigado a cantar como eu canto, cada um tem que cantar na sua tonalidade e isso não quer dizer que não possa cantar isto. Isto pode cantar-se lá em cima ou uma oitava abaixo, cada um pode cantar como pode desde que não fuja àquele compasso. O Dr. Catana dizia muitas vezes que não era preciso cantar como o José Fatela. Ora eu não canto como o José Fatela cantava; canto, isso sim, o que o José Fatela cantava. E isso é que é o importante.

João Carreiro permanece com uma forte ligação à sua terra natal, Segura, vivendo com inquietação tudo quanto se vai passando e afectando a continuidade de tradições que fizeram – e continuam a fazer – parte de toda a sua vida:

Em Segura tem havido muita dificuldade em arranjar pessoal. E deixou-se mesmo de fazer uma tradição que a mim me dizia mesmo muito: o nos-

so encontro é feito com três cruces, Cristo e os dois ladrões. No encontro com a Senhora, os ladrões passam e a Senhora não os reconhece; apenas reconhece o seu filho, Jesus. Ora deixaram de utilizar as três imagens porque não há homens e alterou-se o percurso, apesar de ainda se ir lá acima. Mas agora, em vez de se subir pelas oliveiras, vai-se pelo caminho. Para mim foi uma das coisas que me custou mais, alterarmos um percurso que era único no mundo: subir pelo meio das oliveiras! Não havia uma subida ao Calvário como a daquela representação! Mas as pessoas tinham de ir quase de joelhos, o caminho é íngreme e as pessoas com idade têm dificuldade em manterem-se em pé. E então vai-se pelo caminho.

A idade avançada dos residentes, sempre a condicionar toda a vivência destas tradições, de modo inevitável, sem todavia se deixar de acreditar no “milagre”:

Jovens? Não há. O que vai valendo é que vão regressando os bombeiros, os guardas-fiscais e os guardas-republicanos, gente que se vai reformando e que regressa e vai ajudando a manter as tradições. São as pessoas da terra que estavam fora e que agora estão reformadas que são os novos elementos dos irmãos da Misericórdia.

Estrangeiros? Que eu me tenha apercebido não têm participado nestas cerimónias. Cá na Idanha, eu faço parte do coro da igreja mas na Quaresma o que eu faço é cantar a encomendação das almas e cantar os Passos. Porque o resto é em Segura, a Páscoa em si é praticamente passada em Segura, porque faço parte da Misericórdia e da Confraria do Espírito Santo. É a minha terra e não a desprezo por nada!



4.3. UMA VOZ DA MEMÓRIA RESILIENTE

CUIDADORA: MARIA AMÉLIA FONSECA

A senhora Maria Amélia Martins Mendonça da Fonseca – Amélia Mendonça, como nos habituámos a conhecê-la, sobretudo através das Adufeiras de Monsanto – tem dedicado toda a sua vida a tudo quanto se relaciona com o património e as tradições da sua terra natal, Monsanto. Com uma dedicação inexecutável e um amor sem limites, tudo quanto foi aprendendo sobretudo com sua mãe mas também com as gentes de Monsanto, constitui uma herança que defende e procura divulgar por todos os meios ao seu alcance. Isso mesmo transpareceu na conversa havida no primeiro dia de Abril de 2023, na sua muito acolhedora residência em Monsanto, bem lá em cima da povoação.

Eu aprendi tudo com a gente de Monsanto mas sobretudo com minha mãe, que era uma acérrima defensora das tradições e uma mulher de muitas vivências. Estas coisas não basta ver e gostar para se poderem transmitir, isto é uma maneira de sentir e de ver as coisas. Para se poder sentir com amor e com sentido têm que se viver. Não basta ver e gostar e depois tentar fazer igual, não é a mesma coisa e não se consegue transmitir.

Eu acho que ninguém consegue dar aquilo que não tem. E a entrega das pessoas a estas tradições, o amor à sua terra e a transmissão de tudo isso aos outros depende da maneira como nós as vivemos, como nós as sentimos e como entraram dentro de nós. Porque se não entraram com aquela força, aquela garra, aquela vivência, aquela fé, eu acho que por mais que se queira não se conseguem transmitir. Não é só ouvindo e vivendo.

Amélia Mendonça pronunciou a palavra fé, num sentido genérico e não apenas aplicada ou relacionada com contextos religiosos. No entanto e porque a nossa conversa decorreu em tempo de Quaresma, pareceu-nos oportuno e adequado convocar a fé para tudo quanto se relaciona com os cantos e cânticos da Semana Santa:

Precisamente. Se não houver fé aquilo não tem sentido. Se as cerimónias da Semana Santa não forem feitas pelas pessoas com fé, se não acreditam naquilo que estão a representar e que é algo muito importante, então não são vividas. E quanto a fé os tempos não são realmente os melhores.

Poderá haver pessoas, jovens ainda, que gostam e que querem e tudo o mais – e há que os acarinhar – mas para mim não basta gostarem da tradição, têm que a sentir e acreditar nela.

Eu estou sempre a lembrar-me da minha mãe, que é o padrão da minha vida pois a ela devo tudo, foi a ela que fui bebendo uma vida inteira, pois vivi

sempre com ela aqui em Monsanto. A minha mãe cantava de manhã à noite, quer estivesse contente quer estivesse triste. A vida dela foi a cantar, às vezes com o coração a sangrar. Pessoa simples, com muitos filhos, analfabeta, e ainda hoje eu me interrogo: como é que a minha mãe, sendo analfabeta, sabia tanto?! Ela era um poço de sabedoria! Ela sabia passagens da Bíblia, ensinava-me a Bíblia por via oral, porque ela não a lia! A minha avó sabia ler e lia-lhe a Bíblia, e ela memorizou tudo isso. As pessoas dantes sentavam-se às portas e havia os serões e saía tudo. Ainda me lembro de um vizinho que era um contador de histórias extraordinário. Os serões reuniam a vizinhança toda, porque não havia televisão nem rádio. Era assim que as pessoas passavam o tempo.

Eram momentos fundamentais para a transmissão oral de saberes e de fazeres, porventura irrepetíveis nos tempos em que vivemos. Tempos em

que começam a escassear os cuidadores daquelas memórias que conformavam a identidade de uma comunidade:

Foi assim que chegou até aos nossos dias toda esta riqueza! E parece que está a desaparecer com a minha geração, infelizmente! Porque depois veio a rádio e a televisão e deixaram de se fazer estes serões, deixaram de contar todas estas coisas e foram desaparecendo. Eu tenho muito medo disso e é uma coisa que me atormenta. Eu tenho noção do que sei e tento sempre recolher coisas e mais coisas. Quando veio a pandemia e disse logo cá para mim que não ia ficar fechada em casa à espera que o COVID me levasse e achei que tinha que fazer alguma coisa. Acontece que há mais de vinte e tal anos que eu e a Dona Laura (Laura Pedro) andávamos a recolher os vocábulos de Monsanto, porque Monsanto tinha uma maneira muito particular de falar, havia uma linguagem que pessoas



que não sejam de cá não conseguiam perceber do que estava a falar. Não será bem como o mirandês mas é um bocado parecido. As palavras que eram utilizadas e a pronúncia com que eram feitas, eu achava tudo isso muito bonito e quando me juntava com as pessoas de idade, quando em 1996 criámos o grupo das adufeiras, eu comecei a fazer uma lista dos vocábulos. E acabei por inculir nas pessoas que viviam comigo e à minha volta o bichinho de que devemos guardar tudo isto. Começámos a fazer aquilo e então quando acontecia juntar-me na festa do 3 de Maio ou na Senhora da Azenha, em que eu sabia que ia lá estar gente de idade, eu andava sempre com um caderninho e ia escutando as conversas...

E o trabalho de recolha foi ganhando forma, inclusivamente com a gravação da pronúncia em virtude de a senhora Amélia não dominar as regras da transcrição fonética. E, na vertente que aqui e

agora mais nos interessa, não deixou de discorrer sobre a linguagem própria do canto e do toque em Monsanto:

É engraçado: há uma maneira diferente, as palavras são pronunciadas de maneira diferente e eu só me apercebi disso quando pessoas mais sabedoras destas coisas um dia comentaram acerca do nosso cantar: "Quando cantam elas partem as palavras! Isso é extraordinário!" Estavam a falar das encomendações das almas e da "Divina Santa Cruz". Eu fiquei a pensar nisso... Mas também já isso está a acabar! Tudo vai mudando. Vejam só: a "Senhora do Almutão" antiga eu aprendi-a com a minha mãe. E mesmo as pessoas mais velhas não se lembram da cantiga como ela a cantava. Lembro-me de uma vez ela estar a ver televisão e de assistir à actuação de um rancho que foi a Lisboa e que cantou a "Senhora do Almutão". Quando chegou aquilo do "olha a laranjinha" a



minha mãe disse: “Um raio que se parta a vós e à laranjinha! Muito gostais vós da laranjinha!” Porquê? Porque aquilo da “laranjinha”, segundo a minha mãe, tinha sido inventado há pouco tempo.

Preservar, sim, adulterar não! E como tudo isto nos foi sendo passado por via oral sempre houve adulterações. E se eu adulterar um bocadinho e aquele que me segue outro bocadinho e assim sucessivamente, chega-se a um altura em que aquilo não é nada. Portanto, eu não vou adulterar nada!

As Adufeiras de Monsanto – cuja constituição formal, em 1997, ficou a dever-se aos estímulos nesse sentido formulados por Ricardo Pais e Salva Castelo-Branco (aquando da concretização do espectáculo “Raízes Rurais Paixões Urbanas” – são um exemplo testemunhal dessa postura de rigor e de respeito, como a Senhora Amélia faz questão de realçar, relativamente ao legado tradicional. O que do mesmo modo ficou plasmado num outro espectáculo encenado por Ricardo Pais, “Talvez... Monsanto” (2022). O mandato é o mesmo de sempre: respeitar e divulgar a tradição, contra todos os ventos adversos...

Nós não podemos desrespeitar aquilo que nos foi transmitido e que aprendemos dos nossos antepassados, que o faziam com tanto amor. Com que direito é que eu agora vou apresentar-me de qualquer maneira? Era um desrespeito à minha mãe e à minha avó!

Que é que podemos fazer? Eu acredito que devemos registar. Eu, com o meu telemóvel, gravo coi-

sas sem grandes preocupações com a minha voz mas só quero que fique registado e que não vá para debaixo da terra aquilo que eu sei sem ficar registado. Se não fosse assim eu não punha na internet os vídeos que ponho, gravados num reles telemóvel, de pouca ou nenhuma qualidade. Eu não tenho nada a perder e apenas quero que fique o registado. Como é o caso do salmo da Sexta-Feira Santa, que no ano passado o Padre Adelino tirou porque fez a celebração da palavra (não pode haver missa nesse dia) e estragou aquilo tudo! Eu neste ano quero ter uma conversa com ele para que as coisas não corram tão mal como sucedeu no ano passado. E sabem porquê? Porque se fixaram só na parte folclórica e faltou o que de melhor tem, que era o sentimento transmitido por aquele salmo maravilhoso que eu aprendi do senhor Henriques, que andou a estudar para padre, e que faleceu com o COVID. Nós éramos três salmistas: eu, ele e a mulher dele. Aquilo é tão profundo, tão profundo, tão profundo que nos prepara para a noite toda. E o facto de no ano passado essa preparação não ter sido feita, aquilo não foi nada.

E fui há dias confrontada com uma realidade muito triste: era um dia muito importante para Monsanto, o dia do aniversário das almas de todos os irmãos falecidos da Misericórdia, que tem mais de 500 anos. E havia um canto dos ofícios, muito bonito, e que já não se canta! Cantou-se apenas o hino – mas já fui só eu a cantar, sozinha. Muito triste, muito triste!...

4.4. (EN)CANTAR A TERRA E AS GENTES

CUIDADORA: IDALINA GAMEIRO

Subimos ao alto do “presépio” que dizem ser a povoação de Penha Garcia, na demanda daquela que é uma das mais expressivas vozes do canto em terras idanhenses, Idalina Gameiro. A conversa aconteceu na tarde de 1 de Abril de 2023 num pequeno mas muito aprazível jardim, com a natureza a explodir de primavera por todos os lados. Uma conversa que se foi desfiando como um rosário, por vezes regressando a um ou outro tema já abordado, ao sabor das ideias e das suas subtilezas e caprichos.

O toque do adufe e o canto, nas mais diversificadas circunstâncias, é o que nos motiva para a troca de palavras. Pela voz e pelo toque do adufe chegamos às ocasiões festivas e rituais, às vivências destas gentes cada vez mais reduzidas, numa terra carregada de memórias e de tradições. E na qual vão, também e por consequência, escasseando os cuidadores de todo esse património.

É muito complicado reunir as pessoas, muito complicado. Hoje à noite vamos reunir-nos para decidir se o rancho folclórico avança ou se acaba, para sabermos como vai ser. Porque não temos gente. Antes da pandemia o rancho folclórico já estava um bocadinho em baixo e então depois nem se fala. Porque não temos gente e as poucas pessoas que aqui estão não querem ter compromissos. Até para mim é muito complicado assumir compromissos



porque a minha vida não o permite, é uma vida muito presa e eu vivo do comércio e não posso abdicar dele. Por exemplo, aos sábados eu não tenho ninguém para ficar no meu comércio. Mas claro que temos que fazer alguma coisa para isto não acabar. No rancho estou lá eu e a minha filha; o meu filho que também lá esteve agora foi para a universidade e a filha ainda está porque ainda anda na escola em Idanha. Vejam por exemplo os mistérios da Páscoa: a gente continua a fazer mas com muito esforço. Eu ainda ontem fui fazer os martírios, à meia-noite, e outras senhoras ficaram a fazer as almas, que se têm que fazer cinco vezes ou três vezes ou uma vez, consoante a disponibilidade. Eu fiz só uma vez e não faço mais porque não tenho disponibilidade.

No tempo quaresmal a actividade em Penha Garcia é particularmente intensa e está sempre dependente de quem aparece para participar, porque sempre foi assim dependente da vontade de cada um. No entanto, sinal dos tempos, a mobilização no presente é feita de forma muito pessoal: *Quem está mais dentro do assunto fala e lê e faz aquelas orações todas. Mas temos que ir buscar as senhoras às suas casas porque já é tarde e são pessoas de idade. A pessoa mais nova sou eu; abaixo de mim não está ninguém.*

Nós aqui em Penha Garcia temos muitas actividades na parte da Quaresma: todas as sextas-feiras cantamos as almas, depois temos os martírios do Senhor, e nos domingos a via-sacra mas são apenas quatro ou cinco senhoras que o fazem na igreja; amanhã, dia de Ramos, é que vão fazer a via-sacra pela rua da procissão.

Podemos falar de um verdadeiro resgate do cancionero tradicional em terras de Penha Garcia, levado a cabo por um punhado de pessoas que não cruzam os braços perante o processo de desvanecimento das expressões culturais tradicionais:

Os jovens a estes cânticos quaresmais não aderem. Eu sou mesmo das pessoas mais novas que foi buscar tudo isto, que estava a ficar guardado na gaveta. Temos pessoas de mais idade que viveram esses cantos e que trabalharam no campo e os cantaram. Eu também cantei alguns deles nesse contexto porque trabalhei no campo durante uma altura da minha vida e tenho muitas recordações desse tempo. Mas os jovens não apreciam esses cantos, o que é mau...

Eu canto e aprecio o valor das palavras, aquilo que transmitem, as mensagens que transmitem. Há pessoas aqui em Penha Garcia que me ouvem cantar e me dizem que ouviram essas cantigas antigamente a muita gente. Estão a ver? A que é que dão valor? Baile, coisas alegres, tocar o adufe, músicas mais ritmadas. Ora eu gosto de cantar tudo mas o que sinto e aprecio são estas melodias que ficaram, o que elas transmitem porque expressavam e valorizavam a vida dos antigos, que trabalhavam no campo, aquelas vidas sofridas, porque o trabalho no campo não é nada fácil.

Idalina Gameiro tem conhecido muitas e variadas gentes, de um modo geral todas ligadas ao mundo da música, aos quais transmite a sua arte e engenho ao serviço do canto tradicional, por vezes partilhando das suas "ousadias" (re)criativas – sem "nunca fugir à base da música e da melodia, tentando sempre preservar o genuíno" – com uma abertura cultural digna de registo:

A música não é de ninguém, é de todos. Esta música canta-se em Penha Garcia e ouvia-se cantar em Penha Garcia desta maneira. A mesma música, por vezes, aparece noutros locais, com uma alteração na letra mas a melodia é a mesma, cantando-se no entanto de outra maneira. Portanto, nós nunca podemos dizer que uma certa cantiga não é assim que se canta só porque não a canta como nós cantamos. Ninguém tem o original. Por isso,

nós aqui cantamos assim e noutra terra canta-se de outra maneira. Depois, há outros que fazem arranjos, que metem outras quadras que esta música já não tem, que tentam meter um bocadinho da melodia mas que depois vão para outra melodia... cada um é livre de fazer o que entender.

Há uma herança patrimonial incontornável em Penha Garcia, orgulho das gentes da terra: o legado de Catarina Chitas. Um legado que quem ouviu Idalina Gameiro não hesita em considerar ser uma mais que legítima herdeira.

A Ti Catarina Chitas destacava-se. Não era porque tivesse uma voz forte ou porque cantasse alto porque num grupo as outras vozes abafavam a voz dela. Quando ela cantava sozinha a voz dela era muito melodiosa e era aí que estava a riqueza toda.

Eu nasci ali ao lado da igreja, numa casa em frente da dela. Éramos vizinhas. Ela tinha as cabrinhas e onde é que as ia guardar? Na parte de trás da

igreja num sítio onde agora passa uma estrada que vai dar acesso à igreja mas que dantes era um quintal, umas hortas de uns senhores que não estavam cá. E ela ia para ali guardar as cabras. E não se afastava muito porque ela fazia cobertas, era tecedeira. Eu então era pequena e saía da escola às três da tarde e a minha mãe também tinha duas cabras e também as ia guardar no mesmo sítio. Eu conhecia aquela senhora e ela falava muitas vezes para mim. Estava sempre a cantarolar. A gente em miúda não aprecia nada, não dá valor e eu nem sequer percebia o que ela queria transmitir com a letra e a melodia era sempre la-la-la... Eu só comecei a apreciar o cantar dela quando tinha 17 anos mas depois estive fora, em França, uns três anos, e quando regresssei chamou-me a atenção não ver a Ti Chitas como antes. Bati à porta dela e estava uma senhora a tratar dela e foi quando me disse que eu a podia visitar. Ela estava então a fazer as tiras para as mantas de farrapos;



para estar entretida as pessoas davam-lhe aqueles trapos para ela fazer as tiras. E estava à beira da janela a cantar a música do la-la-la... Foi por causa dessa música que eu fiquei, sei lá!, fascinada com aquilo! Fiquei apaixonada pelo canto da senhora e comecei realmente a apreciar o que ela transmitia. Foi também quando eu percebi o que aprendi quando tinha 10 anos com a minha avó – quadras, rimances, orações... – e que ela dizia e queria que eu repetisse, muitas vezes sem saber o que significava. Por exemplo: “A vida do lavrador”. É uma história enorme e eu dizia-a toda de cor. Só há uns dois anos é que a escrevi, a pedido do Filipe Faria, para a incluir naquele livro que publicaram.

Trata-se da obra intitulada “Aqui estão as palavras todas. Ensaio sobre a Paisagem”, com edição em 2022. Idalina Gameiro colocou em cima da mesa um dos dossiers nos quais integra uma boa parte dos repertórios que foram sendo recolhidos, sem qualquer dúvida um acervo de inestimável valor

memorial e funcional, tanto mais que o trabalho de recolha tem servido para o seu incansável labor de divulgação.

Foi recuperado muito repertório mas isso foi mais um colega meu, o Manuel João, que é o actual ensaiador do Rancho Etnográfico de Penha Garcia. Como nós nascemos aqui e conhecemos toda a gente, há sempre aquelas senhoras que sabem que a gente gosta destas coisas e nos transmitem o que sabem. Para mim é muito gratificante estar ali na loja a atender e entrar uma senhora e vir cantar-me uma cantiga da qual se lembrou na noite passada e que já não cantava há muito tempo! Eu acho isso tão bonito, tão bonito! Depois é só escrever ou gravar com o telemóvel; depois passo a limpo e fica registado, já não se perde. Eu tenho este livro enorme de recolhas e assim depois os meus filhos chegam aqui e está cá tudo registado. Não é só as letras e depois não se saber como se canta. Não foi fácil e hoje já não íamos conseguir



fazer isto porque muita gente já faleceu.

As cantigas (e as culturas das quais fazem parte) não morrem. Podem é cair no esquecimento, deixar de ser interpretadas. Mas um dia podem irromper pelas sendas da memória individual que conforma a memória colectiva de uma comunidade.

Essa fotografia que está exposta aí nos cartazes dos Mistérios da Páscoa em Idanha foi tirada no ano passado, lá em cima no castelo. Foi a avó do meu colega Manuel João, com 101 anos, que está num lar em Idanha, quem cantou essa melodia. E ele disse-me assim: – “Como é possível, eu que sempre vivi com a minha avó e nunca a ouvi cantar e agora diz-me estas quadras e estas cantigas?! Eu fico impressionado!”

E então ele fez a recolha, gravou o canto da avó e nós pusemos a cantiga em prática. Trata-se

de uma recolha que foi feita no máximo há três anos. No ano passado, eu disse ao Xana (Alexandre Gaspar), que tinha vindo cá gravar a gente a cantar as almas, se queria fazer a recolha de uma melodia nova que nós tínhamos. Tenho perguntado a várias pessoas e ninguém a conhecia. O professor Catana, que fez aqui recolhas de tudo e mais alguma coisa, disse-me que nunca tinha ouvido aquela música. E que era linda, linda!

Idalina Gameiro vive o canto e o toque do adufe como algo vital, indissociável do seu dia a dia, com a consciência plena de que a dádiva da sua arte musical interpretativa é um contributo para a permanência de um património musical que é uma herança cultural de valor inestimável.

Eu às vezes nem dou conta de que estou a cantar. E já aconteceu levantar-me, pôr os pés no chão e, sem querer, estar a cantar.

É o elogio da vida!





4.5. ADUFES NA SENHORA DO ALMORTÃO

A gigantesca silhueta da emblemática adufeira idanhense saúda-nos, já bem próximo do recinto onde se encontra a capela consagrada a Nossa Senhora do Almortão, com uma expressiva estrofe extraída do cancionero tradicional:

*Senhora do Almortão
A vossa capela cheira
Cheira a cravos, cheira a rosas
Cheira a flor de laranjeira.*

Este santuário campestre é local de peregrinação anual das gentes da região em finais de Abril, sendo uma das mais concorridas romarias da Beira Baixa. Com efeito, o culto e a devoção à Senhora do Almortão constitui um dos grandes acontecimentos bem expressivos da religiosidade popular das gentes beirãs, suscitando ainda expressiva adesão por parte dos habitantes das povoações raianas espanholas.

O culto à Senhora do Almortão remonta pelo menos (com base em fontes documentais) a tempos muito próximos da criação do reino de Portugal, sendo no entanto muito provável que possa ter tido os seus inícios aquando da ocupação da Egitânea pelos Visigodos, mas (...) *Ao certo apenas sabemos que o topónimo Almortão parece ser de origem árabe e que, no foral de Idanha-a-Velha, por D. Sancho II, no ano de 1249, (...) ao demarcar os limites da Egitânea, já se mencionara “ad Sanctam Mariam Almortom”. Daí que, documentalmente, podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que o culto a Nossa Senhora do Almortão vem desde o século XIII.* (Catana, 2014:15)

Entre as muitas motivações que nos levaram a demandar nos dias 23 e 24 de Abril de 2023 a este santuário mariano, em tempos de romaria, figurava em plano de destaque o nosso interesse em assistir e documentar a presença dos adufes acompanhando o canto colectivo consagrados à Senhora do Almortão. Uma pesquisa adrede organizada nalgumas fontes documentais disponíveis, permitiu-nos conhecer a reprodução do cartaz do programa da romaria realizada em 1932 e constatar que no domingo (10 de Abril) anterior ao dia grande dos “grandiosos e tradicionais festejos” (então ainda em honra de Nossa Senhora do Almortão – Almotão, como consta do cartaz – e de S. Romão), pelas 19h00 se realizaria um “certâmen de cantos ao adufe entre os diferentes grupos de romeiros”.

De uns anos a esta parte, tem vindo a realizar-se ao final da tarde ou princípio da noite de domingo, no alpendre da capela, o encontro de canto à Senhora do Almortão acompanhado pelo toque de adufes. Aparece quem quiser – “e tiver devoção”, como nos disse Idalina Gameiro, adufeira de Penha Garcia –

Cuidadores da Memória

para tocar e/ou cantar. Neste ano pudemos constatar que as adufeiras das gerações mais avançadas já não participam, muitas delas reservando a vinda ao santuário no dia da romaria, com missa solene a preceito, assim como uma equitativa distribuição de tocadores em termos de género. Regista-se, efectivamente, uma renovação geracional.

Enquanto esperamos pela reunião dos tocadores e tocadoras de adufes, uma senhora diz-nos que dan-tes vinham dois grupos, chegando um deles a tocar e cantar ainda com a luz do dia e que também havia toques de adufeiras no dia seguinte, quando a procissão subia as escadas do recinto a caminho de se recolher na capela (o que neste ano de 2023 já não sucedeu e adufes – decorativos e destinados a serem tocados, estes saídos das mãos do mestre José Relvas – apenas em dois pontos de venda debaixo de um cabanal, aguardando por compradores).

Sob a direcção do pároco de Idanha-a-Nova, Padre Adelino Américo Lourenço, a primeira sessão de canto e de toque realizou-se por volta das 21h30, com a duração de cerca de vinte minutos. E foi um momento sublime, amplamente participado (cerca de uma dezena de adufes e um coro compacto de assistentes comprimidos dentro do alpendre). Algo de mágico-religioso que se repetiu por volta das 22h30, com a mesma emoção e o mesmo nível de participação dos romeiros presentes, com o pároco Adelino visivelmente agradado com a prestação de todos os presentes.

Em boa verdade, este canto tradicional – “Senhora do Almortão” – revela-se-nos absolutamente catártico na singeleza da sua expressão significativa da religiosidade popular. Ao pulsar do ritmo imprimido pelas mãos, as vozes erguem-se aos céus, com os olhos sempre postos, lá dentro, na imagem esplendorosa da Senhora do Almortão. São, simultaneamente, cantos ao humano e cantos ao divino.







SOL
1955



LA
1956





5

A VOZ QUE
DO ALTO SOA

5.1. TOQUES DE SINOS NA BEIRA BAIXA

*O sino toca na aldeia
Reza a gente com fervor
O sino toca na gente
Na aldeia nasce amor.*

*Canta alegre a minha gente
Nasce amor na minha aldeia
Sino querido toca sempre.*

*Dobram sinos nasce amor
Reza o povo de contente
Há festa na minha aldeia
Toca o sino canta a gente.*

*Canta alegre a minha gente
Nasce amor na minha aldeia
Sino querido toca sempre.*

Não, já não toca sempre. Em muitas aldeias quase já não toca. E se toca é quase só para missas e funerais. Com botões e electricidade a comandar os toques. E numa romagem de saudade, nalgumas terras, em dias de festa, as mãos voltam às torres sineiras e campanários para repicar. O quadro poético acima descrito por Eduardo Melo, ao qual em 1960 Adriano Correia de Oliveira deu voz com moldura do fado de Coimbra, é, infelizmente, algo que pertence cada vez mais ao passado.

O passado dos sinos tocando e comunicando no espaço sonoro das povoações é, no mínimo, envolvente e fascinante; no entanto, o seu presente é reconhecidamente doloroso e inquietante. Doloroso e inquietante pelo menos não só para todos quantos tiveram a oportunidade de perceber uma paisagem sonora com sinos mas também para aqueles que pensam que essa paisagem sonora é nos tempos actuais mais pobre e que isso configura a perda de um património cultural imaterial cujo valor foi de reconhecimento tardio, porventura já demasiado tardio. Por força do despovoamento progressivo e da perda de sentido mágico da cultura tradicional (com a correspondente dessacralização da vida das comunidades), essa paisagem sonora foi sendo substituída pelo avanço do silêncio e das ausências que passaram a “povoar” maioritariamente essas mesmas comunidades.

Soavam palavras nos sinos: parafraseamos o *incipit* de um texto poético de Miguel Torga, com o desconforto de quem se vê confrontado com a admissão irreversível de que pouco mais se pode esperar das torres sineiras e dos campanários a não ser o resultado sonoro da pressão de um botão de um comando, sem ser preciso subir até aos sinos e puxar cordas que punham os badalos a fazer falar o bronze dos sinos.

*Altas torres na memória,
Cada um passa, ninguém o adora.*

A adivinha popular portuguesa sobre o sino parece ter ganho todo o fundamento, apesar de ter sido recolhida no já distante ano de 1887. Sejamos realistas: é tarde, muito tarde, para se recuperar essa paisagem sonora. É uma evidência indelével: tardámos muito – demasiado, mesmo – em subir de novo às torres sineiras e campanários.

Talvez porque deixámos de ouvir – ou querer ouvir – os sinos das nossas igrejas e capelas. Talvez, também, porque aceitámos resignados que os velhos tocadores não tivessem seguidores e fossem sendo substituídos por mecanismos electro-mecânicos accionados a partir da sacristia. E, por certo, porque na vida nos tempos em que nos tem sido dado viver haja cada vez menos tempo – e disposição – para continuar a escutar a paisagem sonora que nos rodeava numa diversidade que se foi desvanecendo ou sendo abafada pelos sons do barulho e do ruído (e não apenas em contextos urbanos).

Foram diminuindo os toques religiosos e registou-se um processo de uniformização dos mesmos, perdendo-se variedades locais, ao mesmo tempo que se assistia a uma progressiva subvalorização (quando não mesmo desvalorização) dos toques de sinos por parte das entidades e autoridades



eclesiásticas, elas próprias também assistindo, conformadas e passivas, ao envelhecimento dos tocadores tradicionais e ao desinteresse dos membros das respectivas comunidades pela manutenção da sua continuidade expressiva. Não se criaram – nem sequer tentaram, na grande maioria dos casos – dinâmicas nesse sentido, importa reconhecê-lo, considerando-se ser incontornável a mecanização dos toques de sinos. Soluções cómodas foram manifestamente bem recebidas uma vez reconhecida a “fatalidade” da situação.

Do mesmo modo temos que reconhecer que houve um claro abandono dos toques civis – novos meios tecnológicos vieram permitir e agilizar a comunicação -, os quais, em boa verdade, nunca foram do agrado dos párocos, com argumentos sobretudo apoiados e escudados em abusos registados nessas funcionalidades, considerando os mesmos atentatórios aos atributos e significados dos sinos benzidos.

Tocar os sinos e ouvir os sinos: duas atitudes necessariamente unidas entre o saber tocar e o saber ouvir. A comunidade tinha conhecimento dos significados, dos valores e das virtudes desse património cultural imaterial que eram os toques de sinos, com seus sinais e badaladas. Deles dimanando sonoridades ora centrípetas ora centrífugas, os toques de sinos eram verdadeiramente a “voz que do alto soa” para expressar um tão surpreendente como notável conjunto de funcionalidades significantes, como bem o expressa a glosa medieval:

Laudo Deum Verum, Plebem Voco, Congrego Clerum, Defunctos Ploro, Nimum Fugo, Festa Decoro ou seja, *Louvo o Deus Verdadeiro, Chamo o Povo, Reúno o Clero, Choro os Defuntos, Afugento as Nuvens Tempestuosas, Ilustro as Festas.*

De referir que em vez de “Nimum Fugo” se encontra também a expressão “Satan Fugo” (Afas-

to o Demónio). Em boa verdade, nesta glosa se condensam todos os tipos de toques (sobretudo religiosos mas também civis) de sinos:

Laudo Deum Verum/Louvo o Deus Verdadeiro:

Toques de oração: Avé-Marias, Angelus, Trindades, Almas, Viático, Consagração, Sanctus...

Plebem Voco/Chamo o Povo:

Toques de chamamento para a missa, toque a rebate, toque a fogo ou desastre...

Congrego Clerum/Chamo o Clero:

Toque para serem rezadas as horas canónicas...

Defunctos Ploro/Choro os Defuntos:

Toques da Extrema-Unção, toques de anúncio de falecimentos, toques de funeral, toques para as novenas, toques dobrados...

Nimum Fugo/Afugento as Nuvens Tempestuosas:

Toques contra as trovoadas...

Festa Decoro/Ilustro as Festas:

Toques e repiques festivos, repiquetes, toques de aleluia, toques de Natal...

Perante tão diversificada e significativa paisagem sonora protagonizada pelos toques de sinos e tendo em conta a situação actual – de extrema penúria auditiva, constata-se sem margem para contraditório de espécie alguma – regressamos ao ponto de partida da prosa: chegamos tarde, talvez já demasiado tarde, à conclusão de que valeria muito a pena voltar a subir às torres sineiras e campanários das nossas terras para recuperar e reavivar uma tão expressiva paisagem sonora? Acreditamos – queremos acreditar – que ainda vamos a tempo de fazer muito pela conservação e manutenção funcional deste património cultural imaterial. Porventura para não incorrerem no incumprimento das determinações dimanadas da

Conferência Episcopal Portuguesa (2006:92) recomendando, por exemplo, que “o antiquíssimo e muito louvável uso dos sinos na Igreja latina, estão obrigados a mantê-los religiosamente todos aqueles a quem tal incumbe”, assim como “guardem-se com todo o cuidado os legítimos costumes e diversos modos de tocar os sinos, consoante os fins deste toque”.

Temos, portanto, tudo a ganhar com o estudo dos sinos, considerando para tal a vertente musical (acústica, afinação e toques de sinos), a vertente histórico-sociológica (história, fundição e decoração dos sinos) e a vertente iconológica (epigrafia e advocação dos sinos). Neste sentido e no âmbito do projecto “Os Cuidadores da Memória” impunha-se a adopção de uma metodologia expedita e adequada aos objectivos previamente definidos, a saber: trabalho de campo (entrevistas e visitas documentais), recenseamento dos sinos (elaboração de fichas de inventário, complementadas com fotos, filmes e registos sonoros de toques) e inventariação e consulta de fontes documentais (bibliografia e registos paroquiais e patrimoniais). Na medida do possível e considerando a informação disponível, mereceram especial destaque as inscrições epigráficas: selos de fundidores, imagens devocionais, cruzes diversas, animais protectores, faixas decorativas, motivos ornamentais, fragmentos de salmos e de orações.

Trata-se de um trabalho cujas primeiras bases foram agora lançadas e que deverá ser bastante mais aprofundado, nomeadamente mediante o acesso a registos paroquiais e fontes documentais específicas nas dioceses e paróquias, impondo-se a consulta tanto quanto possível exaustiva e alargada dos seus arquivos.

5.1.1. TOQUES RELIGIOSOS

1. Ave-Marias

Toque de oração. Tocado antes de nascer o sol, anunciando o dia de trabalho, tradicionalmente terminava com três badaladas. Rezavam-se três Ave-Marias e uma Salve-Rainha, dizendo-se antes das Ave-Marias: “O Anjo do Senhor anunciou a Maria concebida em graça do Divino Espírito Santo, Ave-Maria...” (antes da primeira oração), “Eis aqui a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a Vossa Santa Palavra, Ave-Maria...” (antes da segunda oração) e “O Verbo Divino encarnou e habitou entre nós, Ave-Maria...” (antes da terceira oração).

2. Trindades

Toque de oração. Tocado ao fim do dia, determinava o fim dos trabalhos, apelando ao regresso a casa de todos os habitantes. Trata-se de um toque igual ao toque das Ave-Marias. As crianças deviam terminar as brincadeiras nas ruas e terreiros e regressar a casa; aquele que não o fizesse era dado por perdido e era de imediato procurado pelas gentes da terra.

As Constituições Sinodais do Bispado da Guarda determinaram expressamente que “em todos os dias do ano depois do sol-posto, pouco antes de anoitecer, se tanja às Ave-Marias, dobrando-se ou correndo-se primeiro o sino, que for costume, por pouco espaço, para que os fiéis Cristãos se disponham a rezar; e acabado de correr o sino, se darão três badaladas no sino maior da igreja, com espaço e intervalos convenientes, ou nove badaladas, três em cada vez, segundo for costume. E depois delas se tornará a correr o sino da igreja, para que a gente se disponha a rezar pelas almas do fogo do Purgatório, e dos que estão em pecado mortal, e logo se darão duas badaladas juntas



no sino maior da igreja neste interim”. E, do mesmo modo, dispunham para que na Sé de Castelo Branco “se guarde o louvável costume, que nela achamos, de se tanger três vezes em cada dia às Ave-Marias: convém a saber, pela manhã antes de se tanger as matinas, ao meio-dia e à noite”.

3. Terço

Toque de oração. Trata-se de um toque praticamente caído em desuso (permanecerá em Louriçal do Campo), apelando às pessoas crentes para a oração.

4. Missa

Toque de anúncio. O toque de chamamento para a missa, nalgumas localidades, é diferente tratando-se da missa semanal ou da missa dominical. De um modo geral, são três os toques de chamamento para a missa: meia hora antes da mesma começar, terminando com três badaladas; um quarto de hora antes do começo, terminando com duas badaladas; e anunciando o início da missa, com uma

badalada no fim do toque. Durante a celebração da missa podem registrar-se toques ao levantar da Hóstia, do Cálice e do Rosário.

5. Extrema-Unção

Toque de anúncio. Trata-se de um toque que actualmente apenas se executa em Penamacor, quando alguém está prestes a morrer, correspondendo ao momento de prestação do respectivo sacramento pelo pároco da povoação.

6. Finados

Toque de anúncio. Pode tocar-se para avisar a população que faleceu alguém ou para acompanhar o respectivo funeral. Também designado de dobrar (quando o sino rodava 360°) ou de funeral. Este toque pode ser tocado num ou dois sinos. Este toque é muito triste quando anuncia a morte de homem (conjuntos separados de três toques) e de mulher (conjuntos separados de dois toques) e alegre quando se refere à morte de uma criança –



é então chamado, em muitas terras, “toque dos anjinhos” – por se acreditar que esta vai directamente para o Céu.

Os toques (sinais) de defuntos foram objecto de especial atenção nas Constituições Sinodais publicadas pelas dioceses portuguesas, como foi o caso do Bispado da Guarda, procurando evitar os excessos que nessas ocasiões se praticavam: toques de anúncio por morte de homem deviam fazer-se três sinais dobrando os sinos da igreja, por morte de mulher dois sinais e por menor até catorze anos de idade um sinal. E aquando da realização dos respectivos funerais, não deveriam ser excedidos os nove toques por homem, seis por mulher e três por menor.

7. Procissão

Toque festivo, também utilizado para casamentos e baptizados. Trata-se de um toque alegre e de celebração, com muitas variantes de terra para terra, podendo ser executado num ou dois sinos.

8. Aleluia

Toque festivo. Toque de anúncio e júbilo pela ressurreição, sendo nalgumas terras executado por todos quantos o quisessem fazer, sobretudo no sábado de Aleluia mas também no dia de Páscoa.

9. Trovoadas e Tempestades

Executados para afastar as trovoadas e tempestades e, ao mesmo tempo, implorar a protecção divina (Santa Bárbara, protectora das trovoadas).

10. Toques para a catequese

Trata-se de um toque de aviso e de chamada dos moços e moças para comparecerem às aulas de catequese (Oledo).

5.1.2. TOQUES CIVIS

1. Rebate

Toque de anúncio de uma aflição. Com o toque forte e ritmado do sino, por quem estivesse mais próximo da torre sineira, pretendia avisar-se a população da ocorrência de incidentes graves, como fogo, acidente, roubo, tragédia, etc.

No que ao toque de incêndio diz respeito, registamos uma tabela de toques nos sinos da Torre do relógio, em Castelo Branco, constante da Acta da Sessão da Câmara de 13 de Março de 1866, como segue, estipulando o número de badaladas (a seguir referidas entre parêntesis) que identificavam a terra ou lugar onde estava a ocorrer o fogo: na cidade de Castelo Branco: Praça (1), Misericórdia (5), Graça e S. João (6), Arrabaldes (7), Largo da Sé (8), Senhora de Mércules e Fábrica (9), S. Marcos (10), Devesa (11), Nossa Senhora da Piedade (12), Espírito Santo (13) e Castelo (14); no campo: Estrada de Abrantes (15), estrada do Crato (16), estrada de Malpica (17), estrada de Penamacor (18), estrada da Covilhã (19) e estrada de Coimbra (20).

2. Médico

Toque de anúncio da presença de um médico na aldeia (apenas conhecido na povoação de Oledo).

3. Toque a perdidos

Trata-se de um toque de aflição, convocando o povo da comunidade para colaborar na procura de alguém que foi dado como perdido ou desaparecido.

4. Toque ao madeiro

Trata-se de um toque para convocar o povo para assistir ao acender da fogueira (madeiro) natalício.



ANO DE 1960



5.2. CONVERSAS COM TOCADORES

5.2.1. CRIAR NOVOS TOQUES: BENQUERENÇAS (CASTELO BRANCO)

Comunicação de Helder Rodrigues apresentada nas I Jornadas “Os Cuidadores da Memória”, realizadas na Casa das Artes e Cultura do Tejo – Vila Velha de Ródão, em: 22 de Novembro de 2022:

Eu sou um tocador de sinos nos dias de festa, domingos e outras ocasiões, excepto a parte dos finados, pois para estes existe uma irmandade em Benquerenças, a Irmandade de S. Francisco.

A minha paróquia é a de Nossa Senhora das Preces, em Benquerenças. Tem uma igreja matriz que actualmente tem três sinos mas um deles está inutilizado, datado de 1899 e restaurado em 1938. E temos um outro sino mais pequeno, datado de 1897, e que foi o primeiro sino que a igreja teve.

No ano de 2000 eu já era o tocador oficial do sino da igreja nos dias santos, domingos e outras ocasiões. E o sino rachou. Porquê? Acontece muitas vezes que quem faz as reparações as faz mal. O badalo tinha caído e meteram lá o badalo para remediar; só que foi mal colocado, ficou a bater no sítio errado e com a mudança de temperatura ao bater numa zona falsa o sino rachou. Ainda tentamos perceber se valia a pena fazer o restauro do sino mas não e o sino continua lá apenas para memória futura. Portanto, temos lá três sinos.

Nós temos uma torre quadrangular. Os antigos dizem que um dos sinos que está na Sé Catedral de Castelo Branco foi retirado da nossa igreja. Não há nada documentado mas por via oral fala-se nisso e se é verdade ou mentira eu não sei. Mas que antes de ser colocado o novo sino esteve lá um espaço, isso é que é verdade.

As minhas memórias sobre quem tocou o sino ou quem era o responsável por tocar o sino em domingos, dias de festa e outras ocasiões, até aos meus catorze anos, era um senhor que se chamava João Belo e que vivia mesmo à porta da igreja, tinha ali um comércio, era alfaiate. Mas quem me passou o testemunho foi o senhor João Mendes Paulo, que me disse que tinha começado a tocar o sino aos sete anos, tendo aprendido com o tal senhor João Belo. Foi serralheiro mecânico e no final da carreira dele trabalhou na manutenção dos teares nos Cebolais de Cima.

Eu sempre tive fascínio pelos sinos mas agora com o aumentar da idade já não é só pelos sinos pois tenho curiosidade por outra cultura, pela cultura

das nossas gentes. Acho que devia haver através das entidades públicas uma formação para as pessoas que quisessem. Quando andamos pelo nosso concelho, por exemplo, nas caminhadas, encontramos pessoas na rua e as pessoas são apanhadas um bocado de surpresa, mas se não for feita uma certa formação – não estou a dizer que as pessoas sejam iguais – não passamos isto às gerações que vêm. Eu sou professor e muitas vezes em certos temas que estou a trabalhar eu tento passar isso. Por exemplo: estou a dar estatísticas e imaginemos que vamos fazer um levantamento dos sinos e outras coisas que existam no concelho.

O toque dos sinos que nós tínhamos no sino grande é muito diferente deste agora: a afinação do sino é diferente, a pureza do material do bronze é diferente. Quando foi a primeira vez que toquei nele as pessoas perguntaram se eu estava tocar numa lata. Porque o sino agora era diferente. Claro que agora, com o passar do tempo, o sino já começa a ter aquela sonoridade que era a mais usual, mais habitual, por que as pessoas estavam habituadas a outro toque. Alguns disseram que aquilo não se parecia nada e que mais valia deitar o sino fora, ou mandar repará-lo. Mas agora as pessoas já se estão a habituar.

Antigamente também havia um sino mais pequeno, tipo sineta, que era tocado na visita pascal. Mas isso já não se pratica há mais de 50 anos no sítio onde eu moro. E o padre também já não é um pároco residente e não o faz. Isto foi-me contado pelo senhor Joaquim Barril, que tem mais de 74 anos.

O hábito que existe é o de tocar o sino, nos dias de festa ou nos dias religiosos, meia hora antes da celebração da palavra ou da eucaristia. Depois que o senhor Mendes Paulo me passou o testemunho ele começou a ver que eu já tinha tarimba

para fazer aquilo. Mas o toque que eu vou mostrar aqui não é o toque que ele me ensinou. Eu senti a necessidade de modernizar o toque porque achei que não era apropriado e criei eu um toque.

Os toques de sinos são como os sons da natureza. Os animais usam os sons da natureza para comunicarem uns com os outros. Nós – não é que a população seja grande – utilizamos o sino porque o som do sino quer dizer alguma coisa às pessoas.

Em 1985 houve um conterrâneo nosso, que vivia em Palmela, que pensou vir para cá e até construiu um quinta para a produção de minhocas para fazer hamburgers. Mas entretanto faleceu de ataque cardíaco. Em Agosto de 1985, ele ofereceu à paróquia um relógio, que foi colocado com um batente de uma máquina para bater as horas e as meias horas no sino. O batente – um badalo – foi mal colocado e o próprio sino começou a ficar amolgado, a ficar marcado e poderá ter sido essa também uma das causas por ele ter rachado.

Já em princípios dos anos 80, um grupo de pessoas que moravam em Lisboa, tentaram fazer uma colecta mas nunca se chegou a bom porto. Este nosso conterrâneo chegou-se à frente e pagou o mostrador e uma máquina para bater as horas e a partir de 1985 tivemos o bater das horas. Mais ou menos no início deste milénio, a junta de freguesia achou por bem colocar os outros três mostradores e foi o descalabro do relógio, pois não tinha força e os mostradores nunca andavam regulados. O que temos actualmente, depois de ter sido feita uma intervenção, durante o mandato de 2013-2017, é uma nova máquina pois estivemos muito tempo sem horas a bater. Mas ficou só um mostrador a funcionar; como aquilo já tem uma certa idade terá que ser feito um novo investimento no mostrador do relógio.

O bater das horas nas nossas aldeias em muitos casos está associado ao bater dos sinos. Nós já

pensámos – o nosso pároco, Nuno Folgado, já falou nisso – em pôr tudo automático. Eu sou contra isso em relação aos toques das missas, dias santos e para a parte dos finados quando morre alguém. Como eu disse, existe a Irmandade de S. Francisco, que está encarregue – já foram nove, já foram sete e agora são cinco senhores, só homens – que uma vez sendo-lhes comunicado haver um óbito, eles estão encarregues de abrir a cova e de dar o toque do sino, depois do pôr do sol e antes do nascer do sol, para avisar a população que alguém faleceu. Em relação aos toques: se for um homem são tocados três conjuntos de toques, sempre no sino grande; se for uma senhora, são dois conjuntos de toques. E se forem crianças é a mesma coisa, sendo menino ou menina.

Comemoraram-se em Benquerenças duas bodas de ouro. Por norma, os párocos que nos assistem só fazem missas aos domingos mas o padre que agora lá está, que é o padre Eusébio, aceitou ao pedido de um conterrâneo nosso e celebrou as bodas dos 50 anos num sábado. O casal – Joaquim Barril e Georgina Raposa – pediu-me para eu tocar o sino e o padre deu autorização. As pessoas estranharam porque não estavam habituadas. Foi um toque diferente e houve pessoas que vieram à rua a perguntar o que tinha acontecido. E eu expliquei: a pedido do Joaquim Barril toquei aquele toque e as pessoas ficaram a saber.

No dia de funeral, quando a pessoa sai da igreja e até que o corpo chegue ao cemitério, é aquele toque de finados.

Na aldeia, quando os cães uivam, pode significar que alguém faleceu. Diz-se também que quando alguém é enterrado ao domingo nessa semana vai falecer alguém.

Na memória colectiva da minha paróquia, que é de Nossa Senhora das Preces, freguesia de Benquerenças, concelho de Castelo Branco, existe

uma memória associada a uma alcunha, de um senhor que se chamava Manuel do Badalo. Porquê? Numa romaria da Senhora dos Remédios, este senhor teve a ousadia de roubar o badalo do sino da capela da Senhora dos Remédios. O pai dele era GNR e no dia seguinte ou quando detectaram que faltava o badalo do sino da capela da Senhora dos Remédios, a GNR foi lá a casa e ele teve que entregar o badalo. E este senhor ficou a ser recordado como o Manuel do Badalo.

Tínhamos um vizinho que tinha uma deficiência intelectual e no período em que nós não tivemos horas, ele que também não tinha relógio, ia durante o dia e enquanto havia luz, bater as horas e batia-as correctamente!



5.2.2. TOCAR NOS SINOS O SOM DA TERRA: MALPICA DO TEJO (CASTELO BRANCO)

CUIDADOR: JOSÉ JORGE VICENTE

Chama-se José Jorge Diogo Vicente mas é conhecido na terra onde nasceu e reside, Malpica do Tejo, como sendo o Zé Gaita – continuando sem saber porquê?! Serralheiro de profissão, contando com 65 anos de idade, foi o último sacristão da terra, porque não conseguiu convencer ninguém a aprender a tocar os sinos e assegurar tais funções, que passaram a ser automáticas. Que aprendeu quando era moço:

Eu aprendi a tocar os sinos quando andava na escola, com um rapaz chamado João, que já morreu, coitado. Havia uma escola aqui e outra lá em bai-

xo, que era onde eu andava. Eu ouvia os sinos e pedia ao sacristão que lá andava, o tal João, para me deixar ir com ele lá acima. E ele dizia que sim e eu lá ia ver como ele fazia. E às vezes pedia-lhe para me deixar tocar e ele dizia-me como é que tinha que fazer. E já tocava nos dois sinos...

O jovem Zé Gaita foi-se familiarizando com os toques à força de os ouvir, num tempo em que os sinos eram uma presença constante e diária na vida das gentes da terra. E foi apurando o ouvido para os memorizar e, mais tarde, tocar, como foi o caso das ave-marias:

As Ave-Marias são tocadas ao romper do dia, são nove badaladas. E as Trindades era ao fim do dia e o toque é igual. Ao nascer do sol e ao pôr do sol eram nove badaladas, era sempre igual. Quando ali na Serra de Santiago o sol nascia começavam



a dar-se as nove badaladas. E ao pôr do sol era a mesma coisa...

O sacristão que o foi orientando um dia, por força das circunstâncias da vida, teve que se ir embora da terra e Zé Gaita viu-se encurralado e não teve como escapar:

Ele ainda andou ali uns anos mas depois abalou para Lisboa, porque foi trabalhar nos Correios e fiquei cá eu. Mas eu não queria lá ir para sacristão. Foram lá a casa para me convencerem e depois as pessoas começaram a pedir-me para ser eu a ir lá tocar. E eu ia fazer o favor e depois fiquei. O senhor padre ia-me buscar a casa e assim eu continuei a fazer o trabalho, até ir para a tropa, quando tinha 18 anos.

Os primeiros toques que eu fiz foi para a missa e procissão e depois também comecei a tocar nos funerais e assim sucessivamente. Mas os que eu gostava mais de tocar era à missa e à procissão. Para mim, o toque da procissão era uma festa! E durava muito tempo: enquanto a procissão andasse na rua era sempre a tocar, uma hora ou mais! A procissão mais importante que tínhamos cá era a da festa de Agosto, o dia da Senhora das Neves e o dia de São Domingos. Eram dois dias!

Mas nem todos os toques eram do seu agrado, sendo os de morte aqueles que sempre lhe custou mais de dar, os toques a mortos, entre os quais o toque dos anjinhos – crianças que faleciam -, de que se lembra ter tocado apenas uma vez:

O toque dos anjinhos era a rematar e um bocadinho a tocar à procissão, tinha duas partes. Eu agora já não sei lá muito bem como era, já há tantos anos que não se toca. E parece-me que só o toquei uma vez...

Aqui não se fazia diferença se era morte de mulher ou de homem mas sim se morava cá ou se tinha morrido fora, sei lá, em Lisboa, Castelo Bran-

co. Se era de fora, se estava fora, tocava-se um bocadinho mais; se era de cá era só um bocadinho e pronto. Dava-se três toques num sino e três toques noutra sino, e fazia-se assim três vezes. E depois três vezes os dois sinos ao mesmo tempo.

Na sua memória permanecem todos os toques que eram dados nos sinos, nas mais distintas ocasiões da vida das gentes em Malpica do Tejo. Como sucedia, por exemplo, na Páscoa:

Quando era, por exemplo, o toque de Aleluia, que era tocado nos sinos todos, aí é que a gente começava na brincadeira com os sinos! No sábado de Aleluia íamos lá à torre, à meia-noite, e tocava-se a tudo: a fogo, a rebate, dão-dão-dão... todos podiam tocar nos sinos naquela altura, era cá um rebate! As pessoas até diziam: – “Larguem lá isso que a gente quer dormir!”

Aquilo era como quando se tocava aos incêndios; dão-dão-dão... sem parar. As pessoas saíam das casas e iam ajudar. Dantes havia aqui muitos fogos mas agora há mais; dantes havia muita gente nas ceifas, tudo aquilo no meio do retolho e nada e agora qualquer coisinha e fica tudo a arder!

Foi em 1978 que rumou ao quartel de Castelo Branco para cumprir o seu serviço militar. E aí o problema não teve solução: não conseguiu passar o testemunho e a solução foi mesmo automatizar os toques...

Agora quem é que vai aprender aqui? Já andei com uns rapazes mas já ninguém quer. Eu saí, fui o último sacristão a sair. Ainda andei a ver a malta nova mas não queriam. E pronto, então optaram pelo eléctrico, pela electrónica. Mas quando é nas festas religiosas vão sempre saber de mim porque o toque é mais bonito. O toque manual é sempre melhor que o eléctrico. O eléctrico? Por amor de Deus!...

Zé Gaita, hoje em dia, abre apenas uma excepção: o padre pede-lhe para ir tocar à procissão da festa

de Agosto e ele vai, de muito bom grado, cumprir a função. Para alegria e satisfação das gentes da terra, como aquela senhora que nos garantiu: – “Quando era ele a tocar, tocava mais o som da terra e o eléctrico já não é tanto, não dá tanta badalada!...”

5.2.3. QUEM É O DONO DO SINO? SÃO VICENTE DA BEIRA (CASTELO BRANCO)

CUIDADOR: PEDRO INÁCIO

Igreja Paroquial de São Vicente da Beira/Igreja de São Vicente. A torre sineira seria um campanil isolado, tendo sido integrada na igreja com a ampliação da mesma. Sinos:

- Sino de 1619, de fundidor não identificado. Poderá ser proveniente do Convento de Mafra. Possui a seguinte inscrição epigráfica: INCIBALIS VENSONANTIBUS LAUDATE DOMINUM (Com sinos bem sonantes louvai ao Senhor). Este sino é denominado por “sino do toque a rebate”.
- Sino de 1755 (conforme consta após a inscrição epigráfica inferior: FACTUS ANO 1755), sendo o fundidor identificado pela inscrição CAMINO ME FECIT. Advocado a Santo António (com a inscrição ORA PRO NOBIS SANTO ANTONIO). Apresenta a seguinte inscrição epigráfica: cristus rex venite in pace deus homo (Cristo Rei vem em paz e Deus se fez Homem). Este sino é designado de sino pequeno.
- Sino de 1857, designado sino maior, fundido por Francisco Oliveira Melo. Importaria investigar se se trata do mesmo fundidor que fez os sinos para a Aldea del Obispo e Villar de la Yegua, na comarca de Ciudad Rodrigo (Espanha), datado de 1882, ou de alguém da sua

família, pois o nome referido é José Francisco de Oliveira. A presença de sinos feitos por um fundidor português contraria a regra geral: pelo menos desde o séc. XVI os fundidores cantábricos percorreram toda a península, dominando o panorama da fundição de sinos nas vizinhas terras espanholas até finais do séc. XIX.

— Conjunto de seis sinos provenientes da Fábrica de Sinos de Braga, de Serafim da Silva Jerónimo, advogados a São Vicente.

No dia 14 de Setembro de 2022 estivemos à conversa com o senhor Pedro José Gama Inácio no interior da Igreja Matriz da povoação, da qual ele é o tocador de sinos

P – Qual é o seu nome completo?

R – *Pedro José Gama Inácio. Sou natural de S. Vicente da Beira, onde nasci a 19 de Outubro de 1970. Nascido, criado, baptizado, vivi sempre aqui.*

P – Tocador de sinos? Como é que começou a aprender os toques de sinos?

R – *Desde os meus oito anos, quando eu já frequentava aqui a igreja como acólito e ainda conheci os tocadores de sinos antigos. Entretanto, o mais antigo faleceu e passou o testemunho para outro senhor, com quem eu ia lá acima à torre para ver tocar os sinos.*

P – Havia muitos tocadores nessa altura?

R – *Era só o sacristão permanente quem fazia esse trabalho. Entretanto, o outro senhor é que também sabia porque o tio dele era padre e sabia esses toques. Praticamente eu aprendi com ambos. Numa primeira fase só ouvia e só comecei a tocar quando já tinha mais corpo, porque os sinos são pesados e requerem vária força para bambolear, portanto, o toque dos sinos.*

P – Depois passou a tocar regularmente...

R – *Passei a tocar regularmente quando os velhos tocadores deixaram de tocar. Comecei a tocar nos funerais, quando falecia alguém aqui no povo, nos baptizados, nas festas, nos Joões (porque havia cá um grupo e faziam todos os anos a festa deles) quando tocávamos ao repique dos sinos na festa de S. Vicente.*

P – O que era o compasso?

R – O “compasso” era um toque dado no dia de finados, quando se ia daqui para o cemitério e o toque só era parado quando a procissão estava a chegar ao cemitério. É o toque do compasso. E havia um toque – mas eu esse não o toquei porque entretanto andava na escola e comecei a trabalhar e esse toque perdeu-se – que era o toque das ave-marias. O toque das ave-marias era de manhã, ao meio-dia e à noite: de manhã, às sete e meia, quando começava a jornada de trabalho;

ao meio-dia era para as pessoas que andavam no campo pararem, rezarem e almoçarem e depois continuavam, as tarefas do campo; à noite era o recolher, por exemplo, das crianças que andavam aqui na praça a brincar, nos largos a brincar ou a passear. Tocavam as ave-marias e tinha que se ir embora para casa.

P – Havia toques especiais para alguma festa?

R – O toque mais especial era o dos baptizados: a criança baptizava-se aqui e depois, até à casa da criança, onde se fazia o banquete, o sino estava sempre a tocar. Era engraçado porque depois os padrinhos ou os familiares estavam sempre a dar umas gorjetazitas ao tocador ou ao sacristão para tocarem até a criança baptizada chegasse à sua casa. Mas mesmo que não dessem o sino tocava na mesma.



P – Qual é a grande festa da terra?

R – *A grande festa era no segundo fim-de-semana de Setembro mas foi alterado para o primeiro fim-de-semana de Agosto, que é a festa do Senhor Santo Cristo e Santíssimo Sacramento. É uma festa muito rija, com alvorada e na segunda-feira – que é o melhor dia – tem descargas de morteiros e procissão. E durante a procissão os sinos tocam. A procissão dá a volta ao povo todo, unindo o rabo com a cabeça, como diziam os antigos. Era muita gente e havia pessoas que até davam uma segunda volta.*

P – Há algum toque que se tenha perdido, como aconteceu com o das ave-marias? Mas sabe tocar as ave-marias, não sabe?

R – *Sim, sei, mas nunca o toquei. Entretanto, como eu já disse, comecei a estudar e depois a trabalhar e era preciso estar aqui uma pessoa permanente, disponível para tocar de manhã, ao meio-dia e à noite. Já não há esse voluntariado como havia antigamente, nem sacristão permanente.*

P – Havia outros toques dos quais ouviu falar e que entretanto já se perderam?

R – *Não, os toques que estamos a referir são os toques que havia, que estavam implantados aqui em S. Vicente da Beira.*

P – As pessoas continuam a gostar de ouvir os sinos?

R – *Algumas, algumas. Às vezes, gente que está em Castelo Branco, quando vem cá, diz-me para ver se vou lá tocar os sinos. Outras já não ligam assim muito. Mas devia-se recuperar mais estas tradições, estes toques, em todo o lado.*

P – E continuadores para esta arte?

R – *Não estou a ver aqui ninguém que ande aqui na igreja que queira continuar. Vieram os toques electrónicos e agora é mais fácil chegar ali e carregar no botão do que ir lá cima.*

P – Quais são os toques electrónicos aqui?

R – *Para a missa, para defuntos e repiques de festa. E outros toques que até são bonitos: toque de Natal, ave de Fátima, ave de Lurdes, o Hino da Alegria... É mais fácil chegar ali e carregar no botão. Lá em cima é preciso força e agilidade nas mãos e ter o toque na cabeça porque não é só uma badalada para cá e outra para lá.*

P – Quem é que é o dono do sino, do badalo?

R – *O dono é o sineiro, só ele é que sabe tocar o sino. Se eu não passar o testemunho a alguém isto acaba. Por isso é que eu disse que eu é que sou o dono dos sinos. Claro que é uma brincadeira! Mas lá está: se eu não passar o testemunho isto acaba-se e se não ficar registado, então isto morre como morreram outras tradições em todas as terras.*

P – Eu vejo que a sua paixão não é só pelas torres sineiras mas também por outras tradições. Mas fale-me da torre da igreja...

R – *A torre da igreja era uma torre de menagem, portanto antes de haver aqui uma igreja. Há quem diga – os historiadores e eu não sou historiador – que a torre é primitiva. Só depois é que se construiu a igreja matriz, aproveitando a torre, que pela sua construção permitia que a igreja fosse construída em qualquer direcção geográfica, para norte, para sul... Os sinos vieram depois para serem colocados nessa antiga torre de menagem. Veio um sino que foi rejeitado na altura; veio do Convento de Mafra para aqui, em 1619, no tempo de D. João IV, oferecido para a igreja, que é o sino mais antigo que temos aqui na igreja. O sino foi substituído – é o tal sino do toque de alarme – por estar rachado. O som já não era como devia ser. Eu falei com muitas pessoas antigas e elas diziam-me: – Olha, rapaz, aquele sino quando estava bom até se ouvia em Castelo Branco! A trinta quilómetros! É obra! Esse foi o primeiro*

e depois vieram os outros. O de 1619 é um sino muito bonito e está com uma descrição em latim que diz: “Com sinos bem sonantes, louvai o Senhor” (INCIBALIS VENSONANTIBUS LAUDATE DOMINUM). E depois temos outro, também muito bonito, com uma cruz feita em losangos com estrelas, decorada, construído por Camino Me Fecit. Por cima tem a inscrição ORA PRO NOBIS SANTO ANTONIO. E em baixo também tem uma descrição em latim que diz: “Cristo Rei vem em paz e Deus se fez homem” [CHRISTUS REX VENITE IN PACE DEUS HOMO FACTUS]. É do ano de 1755. E depois temos um sino do qual eu gosto muito, decorado com uma cruz bordada, e que tem um som muito bom, que é o sino de que foi fundidor Francisco de Oliveira Melo, de 1857.

P – Sim, esse nome já se encontrou noutras sinos da região. Na minha opinião os sinos daquela altura – 1800 e tal – soam melhor do que os de hoje. Não sei se é por causa do formato ou do metal. O que acha disso?

R – Deve ser da qualidade do bronze, deve ser por isso que têm outro som. Mas também tem a ver com o tempo porque os sinos quando está tempo de Inverno não têm um som sonante, no Verão soam mais. O tal sino que é de 1619, o sino que dava o alerta, era também o que batia as horas antes de estar rachado. Um dia estava um nevão aqui na terra e ele começava a bater as horas às sete da manhã, com um daqueles relógios antigos, de dar à corda com uma manivela e, quando bateu as horas, quase não se ouvia. E o pessoal veio ver e estava todo branquinho, ou seja, o próprio gelo fez com que o sino não tocasse. Eu tenho experiência disso porque eu morava aqui mesmo ao pé da igreja.

P – Já alguma vez nesta terra fizeram virar o sino?

R – Não, nós cá não temos essa tradição. Eu quando era pequenino vi os sineiros a tocar e diziam

assim: – Hey! O Senhor António até virou os sinos! Até os revirou! Mas não era verdade porque nós não tínhamos essa tradição.

P – Alguma vez tocaram outras músicas, digamos populares, nos sinos?

R – Não, cá nunca se tocaram músicas populares nos sinos. Nós até tínhamos cá um maestro, da banda da terra, que compôs músicas (eu nunca puxei para a banda, ao contrário de meus pais e irmãos) e ele nunca se interessou nem os da banda por “inventar” esses toques para os sinos. Para isso era preciso acertar as notas. Até nos toques electrónicos os sinos, por vezes, dão uma patacoada. O que é uma patacoada? É uma nota mal dada.

P – E o padre, acarinha os toques de sinos?

R – Sim, da primeira vez que eu trabalhei com os sinos ele não opôs grandes entraves. E acho que nunca os vai pôr.

5.2.4. O SINO ERA MUITO IMPORTANTE: MEIMOA (PENAMACOR)

CUIDADOR: HONORATO NEVES

Disseram ser importante rumar a Meimoa (concelho de Penamacor) para uma conversa com o senhor Honorato Neves nascido em 1944, um reputado tocador de sinos do concelho de Penamacor, amante do artesanato e guardião de memórias e tradições.

P – Senhor Honorato Neves: viveu sempre aqui?

R – Eu nasci na Meimoa em 1944 e vivi sempre aqui até aos 21 anos. Aos 21 anos fui tratar da vida, para Lisboa. Eu tive várias profissões: fui para a polícia, mas aquilo não me serviu; e depois para um banco, atender o telefone. E no banco fiz a minha carreira até ao dia da reforma. Eu fui embora daqui porque os produtos do campo não davam para viver aqui, os rendimentos eram maus.

P – Quando é que se reformou?

R – *Eu reformei-me há 22 anos, porque fui apalhado... eu era do Atlântico e depois passei para o BCP e saí. Reformei-me em Novembro de 1997.*

P – E regressou à terra natal?

R – *Em 1998 regressei logo à terra. Mande fazer uma casa, tenho o hobby do artesanato e das velharias, das tradições...*

P – Que tipo de artesanato é que faz?

R – *De madeira, cortiça...*

P – E é tocador de sinos...

R – *Não, sou um curioso que não quer ver perderem-se as tradições. O sino era muito importante, toda a gente sabe se eu for à torre tocar (embora*

hoje já seja tudo electrónico), se eu for à torre tocar eles sabem que aquele toque sou eu quem o está a dar, a fazer directamente nos sinos.

P – E que toques é que o senhor faz?

R – *Eu faço, treze, doze a treze toques. Aquele senhor [Tom Hamilton] já os gravou. Eu faço: morreu mulher, morreu homem, funeral para homem, funeral para mulher. Para crianças lembro-me que havia uma cerimónia qualquer mas nunca tive conhecimento de qualquer toque especial para as crianças. Tocava para o chamamento para a missa; na altura da Páscoa era uma coisa doida, o sino no dia de Páscoa tocava todo o dia. Na Semana Santa é que não havia sino, os Santos eram tapados com panos pretos e enquanto assim estivessem os sinos*



estavam calados, só no sábado de Aleluia é que os sinos tocavam. No domingo é que tocavam, toda a gente tinha hipóteses de ir à torre e punha o sino a tocar. Porquê? Porque enquanto o padre fazia a visita pascal pelas casas o sino estava sempre a tocar.

P – Mas o que é que tocavam?

R – *Os que não sabiam davam ao badalo mas os que sabiam tocavam um toque próprio, tal e qual como o da procissão. Há uma festinha e uma procissão à volta da igreja, o toque não está gravado ali na parte electrónica, era preciso ir lá acima à torre e tocar esse para a procissão, nos dois sinos (mas agora é em quatro). Nós só tínhamos um e eu quando para cá vim trouxe um projecto para aqui porque tinha que pôr quatro sinos na torre da igreja. E consegui pô-los!*

P – E outros toques?

R – *Tínhamos o toque a incêndio, porque havia toques religiosos e toques civis, exactamente. Havia um incêndio numa serra qualquer e alguém dava a notícia e aquele que estava mais próximo da igreja subia à torre e dão-dão-dão-dão... Era um toque de rebate, para um acidente, um incêndio, um burro que caiu na ribeira, uma coisa qualquer.*

P – Portanto o sino era uma espécie de jornal da terra?

R – *Sim, um sinal de anúncio das coisas boas e das coisas más. O casamento não tinha toques e o baptizado também não tinha toques. Era mais para missas, funerais... O toque por morte de homem é dão-dão-dão; o da mulher é dão-dão. O do homem tem três toques, dois seguidos e um com um intervalo pequeno e o da mulher tem dois toques seguidos.*

P – Como é que o senhor Honorato aprendeu todos esses toques? E porquê?

R – *Eu sei lá porque é que aprendi! Por curiosidade que eu tinha, o meu pai estava muito ligado à*

igreja e eu fui meio sacristão. O meu pai estava em casa e dizia-me: Olha, está na hora, vai lá tocar para a missa. Até na altura da escola eu ia lá acima tocar.

P – E os toques, ouviu-os todos ou alguns também foram, digamos, “inventados”?

R – *Não, eu não inventei toques, pois sabia como eram todos os toques e acho que ainda tenho para lá um papel escrito de quando foi das gravações que fizemos ali fora. Eu tocava todos os toques que era preciso. Eu não podia inventar o que quer que fosse porque depois a comunidade não entendia: – Então que toque é aquele? Agora são todos automáticos e há ali um toque de ave-marias... Hoje as pessoas têm dificuldade em entender e quando eu tocava todos os entendiam. Hoje perguntam: – Quem é que morreu? Porque aqui, quando se dobra o sino e sabem que é de minha casa, o telefone toca logo de seguida, porque querem saber se foi homem ou mulher, e eu explico quem morreu.*

P – E quando o senhor Honorato já não puder tocar os sinos?

R – *Esse pensamento anda muito arreigado na minha cabeça porque eu, como lhe disse, trouxe esse projecto dos sinos. E outros: um projecto para criar um grupo de cantares, tinha cerca de dez mulheres e um ou dois homens e por razões alheias à minha vontade acabei por sair. Porque a gente criou o grupo com uma vereda; a vereda é aquele sítio por onde as cabras vão umas atrás das outras; isso era a nossa raiz. Alguém um dia resolveu pôr o pé fora dessa vereda e pronto: é mais fácil um treinador de futebol sair e ficar lá a equipa. E assim sucedeu. Desejei-lhes muita saúde e muita vontade, pedi-lhes para continuarem. Fiz música, fiz letras, tocava harmónica dupla, uma Honner. Tive esses projectos: um foi o dos sinos, outro foi o de fazer esse grupo de cantares e outro projecto*

foi de criar uma casa do artesanato e de velharias das tradições da terra. Trouxe outro projecto que era o de prestar homenagem aos carvoeiros porque a Meimoa era uma terra de carvoeiros; de fazer ceifas à moda antiga, ir lá a mulher levar o almoço num cesto à cabeça. O último, que não consegui fazer, era aos mineiros: Meimoa tinha umas minas, de volfrâmio, e havia trabalhadores da Meimoa que de dia trabalhavam num turno das minas da Meimoa e à noite iam trabalhar para o turno nocturno das minas do Palão (?) em Penamacor. Infelizmente abandonei o projecto porque estava a sair daquilo que nós tínhamos planeado, saía da raiz e para mim não dava. Por isso abandonei e isso ficou por fazer. Agora o resto...

P – O senhor dá muito valor à memória de todas estas coisas...

R – Dou. Ainda há bocado falei àquele senhor: o toque das ave-marias é o toque das ave-marias de que eu me lembro quando era miúdo.

P – Você um dia, relacionado com o toque das ave-marias, falou-me de um caso que se deu...

R – Foi o caso de uma senhora que morreu com noventa e tal anos. Estava quase a morrer e ainda subia à torre para ir tocar as ave-marias. Ela teve um problema de saúde com um filho, grave, e ela fez uma promessa: se o filho não morresse ela tocaria as ave-marias todos os dias da vida dela. Era uma mulher que vestia tipo árabe, a única coisa que estava destapada era a cara, sempre vestida de preto, saias compridas até ao chão. E às seis da manhã de todos os dias subia à torre e tocava as ave-marias. Eu conheci-a muito bem: era a D. Teresinha, a D. Teresinha das Ave-Marias. Toda a gente ficava a saber quem era. É uma história muito simples, pequenina. A filha da mulher do rapaz que morreu, que é hoje o funeral, é neta dela, ela era a avó da rapariga que hoje está viúva. São histórias simples...

P – Como são as ave-marias aqui?

R – Diferentes. Enquanto agora as ave-marias tocam depois de dar, por exemplo, as sete horas da tarde, após um espaço, o sino automaticamente toca: dão---dão---dão, toca três vezes, interrompe um bocadinho e volta a tocar três vezes. Agora o que está gravado é o que o sino toca. Naquele tempo não era assim: a senhora chegava ao sino – tínhamos dois sinos mas um estava partido – aquilo tinha um cordel... No Inverno ela pegava com a mão numa aba do avental porque o badalo do sino estava gelado e ela tocava da seguinte forma: dão-dão-dão-dão... cerca de dez a doze vezes; interrompia e voltava a tocar outras vezes: Ela tocou até ao fim da sua vida e sempre assim. Tinha feito a promessa... Acho que o filho acabou por morrer mas ela mesmo assim continuou a tocar, pensando que a promessa ainda deu algum resultado.

P – Durante quantos anos é que ela tocou?

R – Eu não sei mas quando começou a tomar conta das ave-marias era mulher aí para sessenta e tal anos.

P – O padre nunca se opôs?

R – Nunca interferiu em nada. e o padre daqui era um padre!... A população sentia-se orgulhosa por a D. Teresinha fazer um sacrifício daqueles.

P – O senhor Honorato tem filhos?

R – Tenho uma filha, que trabalha na área da saúde, no hospital de Castelo Branco. Terapeuta da fala.

P – Então estas tradições...

R – Eu sei que é que me quer perguntar. Outras coisas que me dariam mais prazer era que quando fosse para o outro lado prevalecesse a ideia de as manter. Da casa do artesanato. Aquilo está um bocado desarrumado mas em cinco minutos podem dar uma volta à casa do artesanato, aqui ao lado da igreja, e não vejo que a minha filha,

genro ou mesmo os meus netos alguma vez tenham a veleidade de querer preservar aquilo que eu vou deixar aí. Eu não sei, não pensei como é que aquilo vai ficar. Estou muito desanimado. Há vários projectos, vêm aqui, fazem um vídeo da casa do artesanato e vão-se embora e nunca mais dizem nada. E eu sinto-me desmotivado. A Câmara Municipal mandou o Joaquim Nabais, com uns técnicos e não sei quê e nunca mais me disseram alguma coisa. Portanto, é uma desmotivação tremenda. Aquilo está um bocado desarrumado porque me pediram para entrar aí numa ideia, que se chama "Inclusivo Penamacor": chegaram lá, ensinaram lá umas coisas e levaram algum artesanato para a praia fluvial. Voltaram a dizer alguma coisa? Nada! Isto é uma desmotivação.

P – Em relação ao toque de sinos: o conhecimento que você tem não está a passar para ninguém?

R – Se passa é para pessoas como vocês, que passam por cá. Não há ninguém da aldeia, as próprias autoridades locais – juntas e câmaras – estão-se marimbando. Eu fazia, por exemplo, uma exposição – se quiserem vão lá ver – faziam exposições na Meimoa todos os anos e alguma vez algum presidente da câmara se dignou passar por cá? Não vêm da junta quanto mais um presidente! Fez-se exposições em Penamacor, nas FACEPs e vê-se o presidente a ir a este ou àquele pavilhão, porquê? Porque são amigos deste e daquele e de não sei quem mais. No meu pavilhão não entraram. Mas pronto, o que é que eu hei-de fazer? Aquilo pode ter um fim trágico que é pegar naquilo com um bulldozer, meter num camião e atirá-lo ao lixo.

P – Podemos um dia gravá-lo a fazer os toques de sinos?

R – Sim. Eu, como da outra vez, faço um papel com os toques numerados: nº 1, toque de procissão, eu toco lá em cima e gravam cá em baixo; toque nº 2, toque à morte de um homem...

5.2.5. NÃO HÁ NINGUÉM QUE TOQUE: SARNADAS DE RÓDÃO (VILA VELHA DE RÓDÃO)

CUIDADOR: LEONEL PEREIRA

Natural (1944) e residente em Sarnadas de Ródão (Vila Velha de Ródão), o senhor Leonel Pereira Gomes recebeu-nos em sua casa no dia 13 de Dezembro de 2022. Tocador de acordeão de mais que reconhecidos méritos, foi no entanto a sua faceta de tocador de sinos aquela que nesta altura nos interessou.

P – A igreja de Sarnadas tem uma torre sineira...

R – Tem uma torre sineira, que podemos visitar quando quiser, eu tenho a chave e só é preciso dar conhecimento ao senhor abade.

P – Quantos sinos tem?

R – Tem dois sinos, um grande e um pequeno.

P – Lembra-se de quando era miúdo ouvir tocar os sinos aqui na igreja de Sarnadas de Ródão?

R – Sim, desde miúdo que me lembro bem. Ali em frente era a minha escola e quando havia funerais, a escola acabava às três horas da tarde e, a partir daí, lá íamos nós a correr para a igreja para nos candidatarmos aos lugares que havia disponíveis para ir tocar os sinos.

P – Tocavam cá de baixo ou lá em cima?

R – Naquela altura era lá em cima, na torre sineira. E havia também uma campainha que ia à frente do funeral, a tocar até ao cemitério, e o padre levava a caldeirinha da água benta...

P – Que toque era esse no funeral?

R – Era um toque triste, de funeral, que nós aprendemos uns com os outros, de ouvir. O toque a mortos era muito parecido com o de funeral, e era tocado no dia em que se tinha conhecimento do falecimento de uma pessoa. O toque aqui

não indicava se era homem ou mulher quem tinha falecido, era um toque único. Era o mesmo toque para todos. Isto é uma aldeia pequena, bastava dar o sinal de mortos e passava-se logo a palavra sobre quem tinha morrido.

P – E o toque de missa?

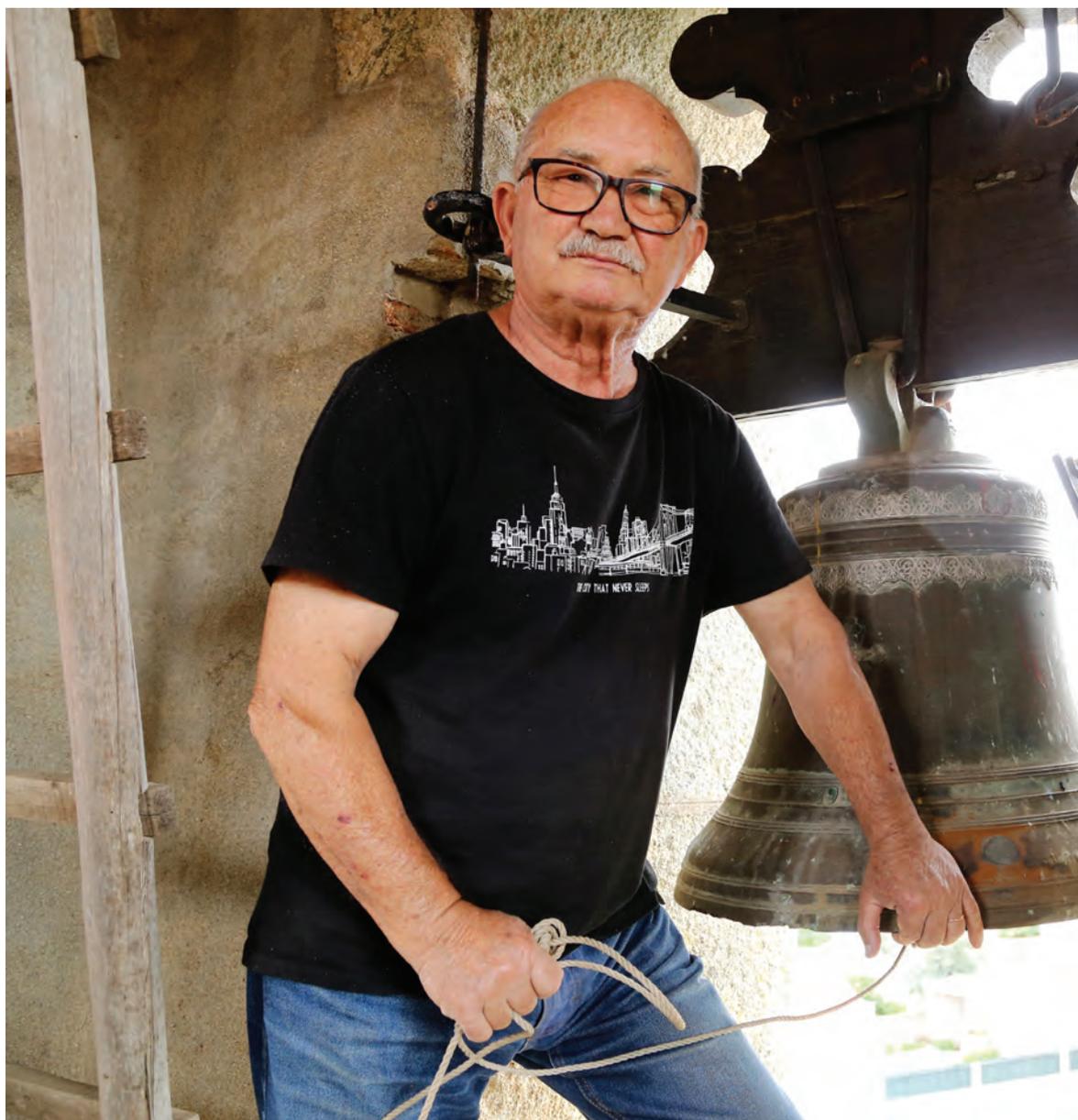
R – *Esse é dado quando falta meia hora para se começar a missa. E depois quando começa. Hoje*

é um toque que também já está automatizado, é só chegar e carregar no botão do comando...

P – E toques de procissão, havia?

R – *Sim, sim, o toque de procissão é um toque festivo, alegre porque é dia de festa. E é tocado nos dois sinos.*

P – Qual é a festa mais importante na terra?



R – É a festa do Mártir São Sebastião, no dia 20 de Janeiro. Mas a festa transitou para o primeiro fim de semana de Setembro, embora o prior celebre uma missa solene no dia 20 de Janeiro. Os sinos não páram de tocar enquanto a procissão percorre as ruas das Sarnadas. O sino mantém-se até que a procissão faça todo o circuito e recolha à igreja.

P – O senhor ainda vai fazer esse toque?

R – Não, também já é um toque automático, agora é tudo automático. Quando eu saí daqui, tinha treze anos, era um toque manual, mas quando voltei já era tudo automático... deixou de haver quem o fizesse.

P – Ainda tem memória dos velhos tocadores?

R – Não, eram várias pessoas que tocavam e já todos se foram embora, já não há cá ninguém desse tempo. Ainda bem que se gravaram... Eu regresssei cá à terra em 2005 e em 2006 fui convidado para fazer parte do conselho económico e sou o tesoureiro da paróquia desde essa data.

P – Havia um toque a rebate?

R – Havia mas não tinha nada de especial, era um toque só para fazer tocar o sino. E a gente sabia logo do que se tratava.

P – Toques das Trindades, não havia?

R – Sim, era um toque à noite, chamavam-lhe o toque das Trindades, que era um sinal para as pessoas recolherem às suas casas. Era só dado um sinal, simples, um batimento simples... Foi uma empresa de Braga que tratou disso: vieram aqui, venderam o programa, está lá instalado, nós temos o comando, chegamos ali à sacristia e pronto! Também é só quase aos domingos que tocam os sinos, que é quando há missa. Pelo menos en-

quanto este padre cá estiver, porque quando se for embora não sei como vai ser...

P – Conhece alguma história associada aos sinos?

R – Não. A única que eu conheço pode relacionar-se com a Igreja porque aconteceu no dia de uma romaria que se faz numa terra vizinha, já noutra freguesia. A história de Maribela e José Pina. Dois jovens que se enamoraram e estavam apaixonados. Ele era filho do feitor de uma casa agrícola que havia aqui mas houve o travão dos seus pais por ele querer casar com uma empregada, com uma plebeia. O namoro foi contrariado e eles acabaram por pôr termo à vida: ele deu-lhe um tiro e depois matou-se a ele próprio, ali num túnel que há por baixo da via férrea. A ligação, como eu disse, foi ter acontecido no dia da romaria...

P – Não acha que é uma pena isso dos toques automáticos?

R – Pois é mas vamos mesmo ter que funcionar assim. Não há ninguém que toque. Ainda fizemos as gravações, com um indivíduo que passados um ou dois meses faleceu!... Por estas terras isto está tudo com toques automáticos, porque não há ninguém que queira aprender a tocar os sinos. Mesmo aqui na terra eu não me lembro propriamente de haver um tocador. Era como eu disse: à saída da escola o primeiro que lá chegasse é que tocava. Até porque era remunerado com uns cinco escuditos. E o da campainha também recebia alguma coisa. Pelo menos que eu me lembre. A parte pior era no final ter que se dirigir aos familiares a dizer que tinha estado a tocar o sino para darem alguma coisa.









6

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Francisco

2021 *Poesia Popular da Raia Beirã – Freguesias dos Concelhos de Penamacor e Idanha-a-Nova*. RVJ – Editores, Lda., Castelo Branco.

ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul

2014 *A Canção Raiana Perdida. Raízes Sonoras da Beira-Baixa*. Edição ADRA-
CES, Castelo Branco, 250 págs.

ANTUNES, António Rodrigues

1987 *Subsídios para a Monografia da Zebreira: Terra da Raia, Estudos Ar-
queológicos, Históricos e Etnográficos, Zebreira*.

AZEVEDO, Pedro de

1912 *Costumes e Festas Populares dos Séculos XV e XVI*. In “Revista Lusita-
na”, Vol. XV, Livraria Clássica Editora, Lisboa.

BAPTISTA, Graça, Coord.:

1999 *Vozes da Memória. Poesia Popular do Concelho de Vila Velha de Ródão*.
Edição do Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Ve-
lha de Ródão.

BUESCU, Maria Leonor Carvalho

1984 *Monsanto. Etnografia e Linguagem*. Editorial Presença, Lisboa.

CARIA, Telmo H. (Org.)

2003 *A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais: reflexi-
vidade e fronteiras*, in “Experiência Etnográfica em Ciências Sociais”,
Edições Afrontamento, Porto.

CARDOSO, Eloy

1963 *Apontamentos para a História de Castelo Branco*. Estudos de Castelo
Branco. Castelo Branco: 1963, n.ºs 8 e 9

CATANA, António Silveira

2014 *A devoção à Senhora do Almortão*. Edição do Município de Idanha-a-Nova.

2019 *São Miguel de Acha e as suas tradições religiosas no tempo*, in “Misté-
rios da Páscoa em Idanha-a-Nova”, edição da Câmara Municipal de
Idanha-a-Nova.

2022 *A Chegada do Madeiro na Zebreira*. Jornal "Raiano", Ano L, nº 543, 15 de Dezembro de 2022. Fábrica da Igreja Paroquial de Idanha-a-Nova.

CHAVES José António Teles

2015 *Nossa Senhora dos Altos Céus. Defensora do Povo da Lousa*. RVJ Editores, Castelo Branco.

2023 *As Danças Tradicionais da Lousa e as suas memórias*. RVJ Editores, Castelo Branco.

Chaves, Luís

1943 *A Arte Popular. Aspectos do Problema*. Portucalense Editora, Porto.

CORREIA, João Diogo

1938 *Cantares de Malpica*. Livraria Enciclopédica de João Bernardo, Lisboa.

COSTA, Isabel Leal

2011 *As Danças Tradicionais da Lousa – Um Património da Beira Baixa*. RVJ Editores, Castelo Branco.

CRESPO, Firmino

1954 *Cancioneiro da Senhora do Almortão*. Edição do autor, Lisboa.

DE VEJA, Juan Bautista Varela

1985 *Anotaciones Historicas sobre la Bandurria*. Revista de Folklore, nº 58, tomo 5. Edição da Fundación Joaquin Diaz, Urueña, Espanha.

DIAS, Jaime Lopes

1926 *Etnografia da Beira. Lendas, Costumes, Crenças e Superstições*. Vol. I. Livraria Morais, Lisboa. (2ª edição em 1944, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa)

1964 *Etnografia da Beira. O que a Nossa Gente Canta*. Vol. II. 2ª edição Tipografia Férin, Lisboa.

2022 *O Concelho de Penamacor na Etnografia da Beira de Jaime Lopes Dias*. Coordenação e apresentação de André Oliveirinha, edição do Município de Penamacor.

FRANCISCO, Helena Maria de Matos Gregório Vicente

2012 *A Festa de Nossa Senhora dos Altos Céus e as Danças Tradicionais da Lousa. O Valor da Cultura de um Povo, a Força da sua Identidade*,

Coesão Social e Económica da Cultura Perante a Era da Globalização.
Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta.

GIACOMETTI, Michel; LOPES-GRAÇA, Fernando

1981 *Cancioneiro Popular Português*. Círculo dos Leitores, Lisboa.

GIL, José Manuel Fraile

2016 *Tradición Oral y Zambomba*. Edição Lamiñarra, Pamplona/Irueña, Espanha.

GOMES, José

1904 *O São João em Braga*. Typographia Universal a Vapor, Braga.

JORGE, Horácio Brás

1996 *Tinalhas meu berço, minha raiz...* Ed. Cometa, Castelo Branco.

JOYCE, António Avelino

1939 *Acerca das Canções Populares de Monsanto e Paúl*. Relatório do Júri Provincial da Beira Baixa/IV. In "Ocidente", Vol. IV, Lisboa.

MacADAMS, Dan

2001 *The psychology of life stories*, Review of General Psychology.

MARCELINO, António Baltasar

1958 *A Festa e as Tradicionais Danças da Virgem dos Altos Céus*. Edição da Comissão de Festas da Lousa de 1958.

MARCELO, Manuel Martins Lopes

1993 *Beira Baixa. A Memória e o Olhar*. Novos Guias de Portugal, Editorial Presença, Lisboa.

2001 *O tempo na cultura popular rural*. Gazeta do Interior: Edição nº 1720 – 15 Dezembro 2021

2008 *Banda Filarmónica de Aldeia de João Pires. Centenário*. Edição da Câmara Municipal de Penamacor.

MARCELO, Manuel Martins Lopes; LOPES, Libério Candeias; DOMINGUES, José Ramos

1986 *Aranhas, Ontem e Hoje. Monografia da evolução histórica, sócio-económica, património etnográfico e cultural e usos e costumes*. Edição da Liga dos Amigos de Aranhas.

- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria
2017 *Fundamentos de Metodologia Científica*. Edição (8ª) Atlas, São Paulo, Brasil.
- MARTINS, Manuel Alfredo de Moraes
1986 *Malpica do Tejo, Terra Pobre, Povo Nobre*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- MILHEIRO, Maria Manuela de Campos
1972 *Monsanto – História e Arqueologia*. Porto.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de
1982 *Instrumentos Musicais Populares Portugueses*. Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- OLIVEIRA, Manuel
1990 *Guia turístico de Portugal de A a Z*. Lisboa.
- Parceria “Ex-Libris”
2008 *Colchas de Castelo Branco. Percursos por Terra e Mar. – Castelo Branco Coverlets Journeys by Land and Sea*. Edição Parceria “Ex-Libris” (constituída pela ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul, IMC/Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, Instituto Politécnico de Castelo Branco e Câmara Municipal de Castelo Branco).
- PINHO, Flávio
2011 *O Cancioneiro Musical de Penha Garcia*. Edição Palimage, Coimbra.
- RAMOS, Graça; CARVALHINHO, Miguel; DIAS, Susana Vicente da Silva
2017 *Viola Beiroa. Caderno de especificações Técnicas*. Edição da Câmara Municipal de Castelo Branco.
- REVISTA LUSITANA
1909 *A Procissão de Corpus Christi em Castello Branco, no seculo XVII*. Vol. XII, págs. 174/176, edição da Imprensa Nacional, Lisboa.
- ROXO, António
1891 *Monographia de Castello Branco*. Elvas: Typographia Progresso.

SALVADO, Maria Adelaide Neto

2001 *Nossa Senhora da Azenha. A Luz dos Dias das Gentes da Raia*. Edição da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de

1711 *Santuário Mariano*. Edição da Congregação dos Descalços de Santo Agostinho de Portugal.

TOMÁS, Estela Maria Pereira Sousa

2004 *Tradições beirãs: O caso particular da aldeia de Alcafozes*. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

VARGAS, José Maria Ruiz

2010 *Manual de Psicologia de la Memoria*, ed. Sintresis, Espanha.

VASCONCELOS, José Leite

1887 *As Cantigas Populares*. Revista Lusitana, vol-1, 1887.

VIANA, Eurico de Salles

1947 *Cancioneiro Monsantino*. In "Monsanto", edição do SNI – Lisboa.

1967 *O Trajo Popular na Beira Baixa*. Edição da Junta Distrital de Castelo Branco.

